

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ANDERSON BARBOSA DE LIMA

**A IGREJA METODISTA E A INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES
VENEZUELANOS NO NOROESTE FLUMINENSE**

Campos dos Goytacazes – RJ

2024

ANDERSON BARBOSA DE LIMA

**A IGREJA METODISTA E A INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES
VENEZUELANOS NO NOROESTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega

Campos dos Goytacazes – RJ

2024

A IGREJA METODISTA E A INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS
NO NOROESTE FLUMINENSE

ANDERSON BARBOSA DE LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega (Sociologia - UERJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (Orientador)

Profa. Dra. Wania Amélia Belchior Mesquita (Sociologia - IUPERJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Profa. Dra. Gisele Maria Ribeiro de Almeida (Sociologia - UNICAMP)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto (Geografia - USP)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

L732 Lima, Anderson Barbosa de.

"A IGREJA METODISTA E A INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NO
NOROESTE FLUMINENSE" / Anderson Barbosa de Lima. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

231 f. : il.

Bibliografia: 188 - 231.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

CDD - 320

AGRADECIMENTOS

Acredito que essa parte é definitivamente a parte mais difícil de toda a pesquisa. O levantamento bibliográfico, as entrevistas, a esquematização teórica e metodológica, as argumentações, a escrita e os demais “ossos do ofício”, não são nada comparados a isso.

De antemão, agradeço a Deus por ter me dado a sabedoria, a saúde e as oportunidades que me fizeram ingressar, continuar e finalizar a dissertação. Igualmente, agradeço ao meu pai, André, e à minha irmã, Ester, por terem me dado todo o suporte e apoio, mesmo à distância. São momentos assim que realmente apreciamos e damos o valor à família: a nossa base, origem e história. Além deles, foi a minha mãe, Maria, que me incentivou e encorajou quando eu estava mais inseguro e desanimado com o trabalho. Assim, muito desse trabalho deve-se a ela, minha vida, minha luz e a pessoa mais incrível desse planeta.

Não mais importante, agradeço profundamente ao meu orientador, o professor Ricardo Nóbrega, por ter sempre acreditado em mim e no potencial desse trabalho desde o começo. Eu sempre digo a todos que tive a sorte de ter encontrado um orientador tão paciente, humano, empático e sábio quanto o Ricardo. Não há palavras e páginas suficientes para mensurar o quão grato eu sou em ter sido orientado desse excelente profissional.

Agradeço também a UENF e ao PPGSP pela oportunidade, ao professor Helion Póvoa por sua disponibilidade e por aceitar participar na minha banca de defesa. Com certeza foi uma das maiores honras e alegrias da minha ainda breve carreira acadêmica. E é claro, o meu muito obrigado às professoras Gisele Ribeiro e Wania Mesquita pelas suas participações e pelas maravilhosas dicas que, com certeza, me ajudaram a trilhar esta pesquisa no caminho certo ainda no projeto de qualificação.

Naturalmente, também não poderia deixar de agradecer a todos os entrevistados que cederam um pouco dos seus tempos e confiança para a realização do trabalho com os seus riquíssimos relatos.

Continuo agradecendo aos amigos queridos que fiz ao longo do curso de Mestrado de Sociologia Política: Alencar Cordeiro, Estefani Peixinho, Luciana Pessanha, Milena Perovano e Paulo Prado. Vocês são pessoas incríveis. Agradeço pelos momentos de descontrações, confissões, encontros, risadas e suportes mútuos nos momentos mais tensos nesses últimos dois anos. Além deles, agradeço ao meu amigo, Willian Ribeiro, que gentilmente, me autorizou e

encorajou a continuar a estudar o fenômeno na qual ele descobriu originalmente e que me convidou a participar com ele nessa jornada, além de ter me ajudado na elaboração dessa dissertação. Agradeço também à minha prima do coração, Sintilla Cartaxo, por ter me apresentado ao PPGSP e por ter me dado diversas dicas, e por último, agradeço aos meus amigos virtuais *chiquers*. Somos uma pequena grande família. Sem eles, a pesquisa definitivamente seria muito mais difícil.

Agradeço também aos meus gatos, Breu e Charlie, meus fiéis companheiros de escrita. Vocês fizeram meu trabalho muito mais feliz e leve com os seus ronrons, miados, pulos, brincadeiras e amor que só um felino pode propiciar.

Por fim, e obviamente não menos importante, eu agradeço muitíssimo este trabalho ao meu amor, o meu marido, o meu namorado, o meu confidente, o meu melhor amigo, o meu esposo Frederico. Sem ele, esse trabalho não seria nada. Obrigado por todo o seu suporte emocional, financeiro e material. A sua paciência, amor, risadas, confiança e tudo mais que há de melhor ao longo desses anos são o que me motivam a continuar. Eu amo muito você. Obrigado, obrigado, obrigado, obrigado!

“Soy lo que me enseñó mi padre. El que no quiere a su patria, no quiere a su madre. Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina.”

Calle 13, Totó La Momposina, Susana Baca e
Maria Rita

RESUMO

LIMA, Anderson Barbosa de. **A Igreja Metodista e a interiorização de imigrantes venezuelanos no Noroeste Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

A dissertação discute a atuação da Igreja Metodista na interiorização de vinte e sete venezuelanos em um município da região Noroeste Fluminense, em dezembro de 2018. Apoiada no estudo exploratório de caráter qualitativo e por entrevistas semiestruturadas, a pesquisa identificou que essa ação se deu a partir da participação de uma missionária que serviu como ligação entre a Operação Acolhida e uma confecção que ofereceu oito vagas de costureiras para mulheres não-nacionais, e, ficou responsável por arrumar e equipar residências para os futuros interiorizados. Mesmo após a reterritorialização, o pastor da sede encarregou-se de continuar prestando assistência aos refugiados. Assim, a investigação tem como objetivos explicar os desdobramentos desse fenômeno, bem como verificar os meios utilizados pela instituição religiosa, que ao influenciar as emoções e os afetos dos interiorizados pelo pastor, as utilizaram para o seu benefício próprio. Igualmente, foi constatado que as venezuelanas admitidas pela fábrica foram submetidas à superexploração e outras violações dos seus direitos trabalhistas. Baseado nessa conjuntura, o presente trabalho tem como intenção problematizar o destaque das organizações religiosas no campo assistencial, que no caso brasileiro, imbrica-se tanto nas suas próprias origens, quanto ao descaso, despreparo, desinteresse e disfuncionalidade do Estado que historicamente transfere as suas incumbências a sociedade civil. No município, à medida que as redes evangélicas locais se organizaram para acolher os venezuelanos, o poder público municipal se restringiu a oferecer somente o que rege a lei. Logo, essa “terceirização” igualmente constatada no assistencialismo a migrantes e refugiados vai na contramão do que se espera, ainda mais, se considerar o contexto global atual marcado pelo crescimento exponencial da mobilidade e das dinâmicas, dos fluxos e dos movimentos migratórios cada vez mais complexos, heterogêneos, excludentes e desiguais conforme exigem as reestruturações e demandas da globalização do capital financeira e do mercado de trabalho mundial.

Palavras-chave: migração venezuelana; interiorização; Igreja Metodista; assistencialismo religioso.

RESUMEN

La disertación discute la actuación de la Iglesia Metodista en la interiorización de veintisiete venezolanos en un municipio de la región Noroeste Fluminense, en diciembre de 2018. Apoyada en un estudio exploratorio de carácter cualitativo y mediante entrevistas semiestructuradas, la investigación identificó que esta acción se llevó a cabo a partir de la participación de una misionera que sirvió como enlace entre la Operación Acolhida y una confección que ofreció ocho vacantes de costureras para mujeres no nacionales, y que se encargó de arreglar y equipar viviendas para los futuros interiorizados. Incluso después de la reterritorialización, el pastor de la sede se encargó de seguir brindando asistencia a los refugiados. Así, la investigación tiene como objetivos explicar los desdoblamientos de este fenómeno, así como verificar los medios utilizados por la institución religiosa, que, al influir en las emociones y los afectos interiorizados por el pastor, los utilizaron para su propio beneficio. Igualmente, se constató que las venezolanas admitidas por la fábrica fueron sometidas a la superexplotación y otras violaciones de sus derechos laborales. Basado en esta conjuntura, el presente trabajo tiene como intención problematizar el destaque de las organizaciones religiosas en el ámbito asistencial, que, en el caso brasileño, se entrelaza tanto con sus propios orígenes, como con el desinterés, la falta de preparación, el desdén y la disfuncionalidad del Estado que históricamente transfiere sus responsabilidades a la sociedad civil. En el municipio, a medida que las redes evangélicas locales se organizaron para acoger a los venezolanos, el poder público municipal se limitó a ofrecer únicamente lo que establece la ley. Logo, esta "tercerización" igualmente constatada en el asistencialismo a migrantes y refugiados va en contra de lo que se espera, aún más si se considera el contexto global actual marcado por el crecimiento exponencial de la movilidad y las dinámicas, de los flujos y de los movimientos migratorios cada vez más complejos, heterogéneos, excluyentes y desiguales conforme exigen las reestructuraciones y demandas de la globalización del capital financiero y del mercado laboral mundial.

Palabras clave: migración venezolana; interiorización; Iglesia Metodista; asistencialismo religioso.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados

AD – Acción Democrática

CNE - Consejo Nacional Electoral

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados

COPEI - Comité de Organización Política Electoral Independiente

ENCOVI - Encuesta Nacional de Condiciones de Vida

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPP - Gran Polo Patriótico Simón Bolívar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JMN - Junta de Missões Nacionais

LGV - Linking Global Voices

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MUD - Mesa de la Unidad Democrática

MVR - Movimiento Quinta República

NUPERJ - Núcleo de Pesquisa Econômica do Estado do Rio de Janeiro

ObMigra - Observatório das Migrações Internacionais

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU - Organizações das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OVCS - Observatório Venezolano de Conflictividad Social

PCV – Partido Comunista de Venezuela

PDVSA - Petróleos Venezuela S.A.

PF - Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRVZL - Proyecto Venezuela

PSUV - Partido Socialista Unido de Venezuela

R4V - Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela

REMIR - Rede Evangélica de Apoio ao Migrante e Refugiado

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SUS - Sistema Único de Saúde

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

URD - Unión Republicana Democrática

VPM - Vila Pátria Minha

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do PIB venezuelano por triênio (2004-2022)	37
Tabela 2 - Percepção do aumento da corrupção em relação ao ano anterior na Venezuela.....	46
Tabela 3 - Preço médio internacional do barril do petróleo	49
Tabela 4 - Evolução do PIB real venezuelano (2014-2020).....	50
Tabela 5 - Índices de desemprego e pobreza na Venezuela (2015-2022):	51
Tabela 6 - Participação do petróleo nas exportações venezuelanas totais (1925 - 1965).....	52
Tabela 7 - Emigração e imigração no Brasil entre 1980 e 2000	114
Tabela 8 - Maiores registros de não-nacionais provenientes de países-membros e associados do Mercosul no Brasil entre 2011 e 2022, por triênio:.....	115
Tabela 9 - Correspondência entre os totais de autorização de residência temporária com os de venezuelanos no Brasil, 2017-2022	133
Tabela 10 - Correspondência entre os totais de solicitações e deferimentos de refúgio com os de venezuelanos no Brasil, 2017-2022	134
Tabela 11 - Os cinco municípios fluminenses que mais acolheram venezuelanos pela estratégia de interiorização, abril 2018 - fevereiro 2024.....	141
Tabela 12 – Rendimento médio mensal entre trabalhadores venezuelanos, outros não-nacionais e brasileiros no mercado formal de trabalho em 2021	145

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Total de pessoas interiorizadas por região até 29 de Fevereiro de 2024	138
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
METODOLOGIA.....	18
1..... VENEZUELA – DOIS SÉCULOS DE CONFLITOS, INSTABILIDADES E DESAFIOS	24
1.1 Os primórdios do Estado venezuelano em meio ao turbilhão: Uma breve apresentação do cenário político nacional no século XIX.....	24
1.2 Do apogeu à queda: A república democrática liberal-venezuelana no século XX.....	25
1.3 A revolução de Hugo Chávez: Êxitos, adversidades e um legado	31
1.4 O governo de Nicolás Maduro e o legado chavista posto em xeque	39
1.5 A Venezuela no exterior: Petróleo, (re)aproximações e (re)afastamentos.....	52
2. A INFLUÊNCIA DOS ATORES RELIGIOSOS CRISTÃOS NO TRABALHO ASSISTENCIAL DE MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	60
2.1 O predomínio religioso na ação social brasileira: Uma breve trajetória.....	61
2.2 Mudanças no perfil religioso da população brasileira: O avanço dos evangélicos	69
2.3 “Multiplicar discípulos e alcançar todos com o Evangelho”: Missões religiosas evangélicas como instrumentos de expansão, domínio e coerção	83
2.4 O trabalho assistencialista evangélico aos migrantes e refugiados no Brasil	91
3. A INTERIORIZAÇÃO VENEZUELANA NO NOROESTE FLUMINENSE – MACROCONJUNTURAS, ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS ..	104
3.1 Antigos paradoxos e novas dinâmicas nos desafios migratórios atuais	105
3.2 (E)migrações e refúgio no Brasil – Um breve contexto histórico	111
3.3 Panorama sobre a migração venezuelana no Brasil	120
3.3.1 Operação Acolhida: Acolhimento ou controle?.....	128
3.3.2 A migração venezuelana como arma política da direita	133
3.3.3 Interiorização – Estratégia de contenção migratória	135
3.4 “Uma oportunidade única”: A interiorização no Noroeste Fluminense	139
3.4.1 Breve contextualizações sobre a região Noroeste Fluminense	139
3.4.2 A interiorização em Delta Azul – Experiências e peculiaridades.....	141
3.4.3 “Esperança somente em Deus” – Perspectivas pós interiorização.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	188

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é continuação da pesquisa referente à migração venezuelana na região Noroeste Fluminense, cujas investigações originais resultaram no trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Geografia no Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro, no início do ano de 2020.

O motivo da presença venezuelana no município é decorrência da oferta de oito vagas de trabalho exclusivamente destinadas a mulheres venezuelanas com experiência em costura em uma confecção local. Como consequência, um total de vinte e sete refugiados e migrantes venezuelanos, distribuídos em oito famílias, foram voluntariamente realocados para um determinado município na região, cujo nome fictício nessa pesquisa será Delta Azul, em meados de dezembro de 2018. Já nos próximos dois anos, uma segunda leva formada por outros membros dos núcleos familiares do primeiro grupo chegou ao município, em um total de cinquenta e quatro venezuelanos oficialmente interiorizados na região Noroeste Fluminense.

A interiorização faz parte de uma estratégia político-institucional macro, cujo objetivo é amenizar o impacto da enorme concentração demográfica migrante e a sua sobrecarga nos serviços públicos tradicionalmente precários em Roraima. Ao corresponder a maioria das solicitações de refúgio no país nos últimos anos, o aumento das migrações venezuelanas é consequência da profunda e prolongada crise sociopolítica e econômica que vem atingindo a Venezuela desde meados da década passada, aqui particularmente representada pelo intenso embate político entre o governo do presidente Nicolás Maduro e a sua oposição, esta última apoiada pelos Estados Unidos da América e outros países de cunho político-ideológico liberal.

Conflitos de interesse internos; o intenso engajamento eleitoral e a forte mobilização militante chavista; a ineficácia estrutural em diversificar o sistema produtivo; a irrestrita dependência econômica e social do país em relação ao petróleo; a incontrolável cobiça na monopolização da produção e comércio do “ouro preto”; a submissão da burguesia nacional aos interesses e às manobras de interferência dos Estados Unidos e agentes internacionais aliados, são alguns dos fatores que escancaram, atenuam e estendem o cenário de instabilidade econômica e agitação político-social e institucional da Venezuela contemporânea.

Em Roraima, a burguesia local pressionava as autoridades estaduais, os fazendo a tomar controversas ações jurídico-políticas seletivas e discriminatórias, como o decreto que outorgava o acesso a uma série de serviços públicos estaduais, como hospitais, somente a venezuelanos com passaporte válido, ou seja, a uma quantidade muito restrita e exclusiva (LEÃO, 2018). Não

obstante, migrantes e refugiados venezuelanos passaram a ser vítimas de discriminação, como casos de hostilização verbal, racismo, e até mesmo, ataques físicos, atentados, espancamentos e homicídios. A xenofobia rampante era constantemente inflamada por renomadas figuras políticas locais, assim como por candidatos oportunistas¹, com discursos infundados, munidos de preconceitos, narrativas e informações deturpadas.

À vista disso, a governadora de Roraima acusava publicamente a União de inépcia, morosidade e indiferença a respeito do acirramento dos atritos provocados pela população local, bem como no “descontrole” na entrada de venezuelanos pela fronteira e na sobrecarga dos serviços públicos estaduais. Após a grande visibilidade midiática do ataque em Pacaraima, o então governo do então presidente Michel Temer (2016-2018) estabeleceu de forma tardia, em fevereiro de 2018, a Operação Acolhida: ação institucional de monitoramento das fronteiras, gerenciamento das migrações e assistência a refugiados e migrantes (SILVA, 2018).

No caso da interiorização venezuelana no interior fluminense, chamou a atenção a intermediação de uma missionária metodista na abertura de vagas de emprego destinadas às costureiras venezuelanas interiorizadas. Ademais, ela também ficou responsável pela procura, locação e mobília dos imóveis que futuramente iriam servir como residência dos interiorizados.

Além disso, a religiosa, em parceria com a sede da Igreja Metodista da cidade, uniu-se a outras congregações protestantes e a sociedade local no geral, e juntos, organizaram uma grande campanha local de incentivo de doação de mantimentos, vestimentas, móveis, eletrodomésticos e outros itens básicos aos venezuelanos. De forma igual, destacou-se a atuação do pastor metodista no provimento de uma série de assistências e outros tipos de ajuda aos refugiados e migrantes transferidos mesmo após as suas interiorizações, ao ponto dele ser referenciado carinhosamente pelos venezuelanos como “nosso pai no Brasil”.

À medida que os religiosos se responsabilizavam por acolher e assistir os refugiados, por outro lado, as autoridades municipais e estaduais se destacavam negativamente pela sua desatenção e indiferença. Durante as entrevistas, foi averiguada a pífia atuação da prefeitura que se restringiu a incumbências obrigatórias regidas pela lei e em outros procedimentos tipicamente burocráticos, como a disponibilização de vagas nos centros educacionais e no cadastro em programas sociais de distribuição de renda. Se, por um lado, a prefeitura fazia

¹ O então candidato a governador, Antônio Denarium, declarou em julho de 2018 que a melhor opção seria “mandar [os refugiados] de volta para a Venezuela. [Pois] aqui não tem emprego para eles”. Em outubro do mesmo ano, Denarium ganhou no segundo turno das eleições estaduais, com 53,34% dos votos válidos. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/08/23/discurso-contra-imigracao-dominar-roraima.ghtml>>. Acesso em 17 jul. 2023.

apenas o indispensável, do outro, o governo do Rio de Janeiro se destacou por não prover nenhum tipo de assistência e inclusão aos venezuelanos. Para preencher esses vazios deixados pelo poder público, muitos venezuelanos regularmente recorreram ao pastor metodista.

Tamanha apatia do poder público apenas reforça a total desorganização, ou desinteresse, e a inexistência de políticas e diretrizes sinérgicas que muito poderiam contribuir para uma maior efetividade e resposta às maiores demandas e às necessidades de migrantes e refugiados, como a maior oferta de empregos formais bem remunerados, cursos profissionalizantes e de língua portuguesa e a desburocratização, o barateamento na validação de títulos e diplomas tirados no exterior e o estímulo de programas e projetos a longo de prazo de integração socioeconômica.

Partindo deste contexto, o trabalho dispõe como objetivo principal elucidar o desempenho da Igreja Metodista e os seus representantes na interiorização de refugiados e migrantes venezuelanos no município analisado em questão. Objetiva-se também averiguar os métodos adotados pela instituição religiosa; verificar a existência de uma relação ou comunicação prévia entre os metodistas e os responsáveis pela confecção; e aclarar os níveis de atuação do poder público neste processo.

Logo, a investigação se respalda na pesquisa exploratória e no método qualitativo como abordagens metodológicas. Com isso, o estudo se baseia na revisão bibliográfica de temas referentes às conjunturas micro e macro que servem tanto como orientação de observação e explicação do evento analisado, quanto base de apoio empírico para responder às dúvidas que naturalmente surgiram ao longo da evolução do trabalho.

Da mesma forma, foram apreciados os relatos cedidos por alguns dos atores que atuaram e participaram da interiorização por meio de entrevistas semiestruturadas. Considerou que a aplicação deste modelo de entrevista contribuiu para o enriquecimento da análise e no complemento de respostas de determinados tópicos a partir de uma perspectiva diferenciada de cada entrevistado.

Logo, considera-se que a temática da pesquisa propõe uma discussão mais aprofundada no que concerne aos eventos que impactam vida, a proteção, o bem-estar, e até mesmo, a existência dos migrantes e refugiados na atualidade, especialmente, em um ambiente mundial marcado por uma série de desafios e adversidades, como a apatia, a negligência, ou mesmo, a intolerância do Estado à presença “estrangeira”; a difusão de falácias e generalizações por parte de uma mídia hegemônica parcial; políticas cada vez mais excludentes e seletivas; a rápida ascensão e popularidade de uma nova extrema-direita que usa da xenofobia racializada como

engajamento e arma política-eleitoral; o aumento do monitoramento sob os corpos e a mobilidade migrante, em nome de uma suposta defesa do território nacional e de sua população; a intensificação do cercamento e da intimidação nas áreas limdeiras; a desregulamentação das leis e direitos trabalhistas; a banalização da precarização, da superexploração e da informalidade da mão-de-obra; a mercantilização do acolhimento e da inclusão socioeconômica, dentre outros vários problemas.

Ainda, o trabalho ponderou que a atuação e a grande influência de agentes, igrejas e demais instituições religiosas no acolhimento de migrantes e refugiados, muitas vezes, acarretam uma maior inclinação dos não-nacionais a uma série de problemas e exposições a situações que intensificam as suas vulnerabilidades, tal como o ocorrido com as mulheres migrantes venezuelanas interiorizadas para trabalhar em uma confecção local que relataram terem sido submetidas a diferentes formas de superexploração e irregularidades no ambiente de trabalho, ao ponto de pedirem demissão ou serem dispensadas em menos de um ano após as suas admissões.

Devido à falta de experiência técnica e profissional (ou até mesmo, a conveniência) de atores religiosos em verificar e elencar os potenciais danos e ameaças, os migrantes e refugiados assistidos podem ser ainda mais suscetíveis aos riscos de violação generalizada dos seus direitos humanos, sociais e trabalhistas.

Por fim, cabe as reais intenções e o questionamento da visibilidade dos religiosos na assistência e no acolhimento de migrantes e refugiados, que ao beneficiar-se das lacunas deixadas pelo poder público, estabelecem de forma estratégica vínculos e relações interpessoais de aproximação, pertencimento, admiração e demais subjetividades, que utilizam da maior vulnerabilidade social, psicológica e econômica desses sujeitos, com o objetivo escuso de conversão religiosa dos assistidos e de subordinação como formas de dívida de gratidão.

METODOLOGIA

Antes mesmo dos preparativos da pesquisa, foi implicada a ideia de que buscar conversar com os sujeitos que atuaram na interiorização seria irrestritamente importante para a compreensão absoluta do assunto proposto. Como bem aponta Minayo (2015), a entrevista tem a finalidade de produzir informações relevantes para a pesquisa social, em uma abordagem igualmente pertinente de temas propostos pelo entrevistador que visa este objetivo.

À vista disto, considera-se que as entrevistas foram o ponto de partida do presente trabalho. Logo, no dia 11 de janeiro de 2023, foi realizada a primeira visita no município. Com o intuito de estabelecer o primeiro contato com os venezuelanos que ainda residiam no município, esta ida serviu para esboçar algumas questões incipientes direcionadas ao grupo visitado, a partir da observação do campo de pesquisa e da coleta de esclarecimentos preliminares.

Já o mês de junho foi dedicado a contatar e convidar os demais atores que se encontravam em outros municípios, bem como formular, e depois revisar todas as 54 questões formuladas. Por outro lado, destaca-se que essas perguntas foram distribuídas em quatro blocos de questionários considerando o “papel” e o contexto dos entrevistados na interiorização, a saber: 1) o pastor da Igreja Metodista, 2) a missionária responsável por intermediar o contato entre a confecção e o Exército, 3) os responsáveis pela fábrica, e, 4) os próprios venezuelanos interiorizados.

Apesar da produção de roteiros com questões prévias contendo assuntos próprios, optou-se pela adoção da entrevista semiestruturada. Com as intenções de responder às hipóteses que surgiram no transcorrer da concepção do tema, definição da bibliografia, e especialmente, na coleta da maior quantidade possível de informações relevantes sobre a temática, acredita-se que este modelo além de proporcionar uma maior liberdade e descontração dos entrevistados, permite o investigador-entrevistador omitir e descartar questões prévias impertinentes e irrelevantes, formular novas questões e reconduzir o rumo das entrevistas em tempo real.

Triviños (1987) e Manzini (1990) consideram que a entrevista semiestruturada baseia-se em um roteiro formado por questões prévias relacionadas a um determinado tema, e que podem ser agregadas por outras indagações relativas às conjunturas instantâneas ao momento da entrevista. Assim, esse modelo induz o surgimento de novas informações espontâneas e de respostas não padronizadas e atadas ao roteiro pré-concebido, além de gerar novas hipóteses à medida que as indagações originalmente baseadas em teorias e pressupostos são respondidos.

Ainda, este tipo de entrevista se caracteriza por propiciar uma descrição mais detalhada e precisa de um determinado fenômeno social. Da mesma forma, a entrevista semiestruturada oferece ao investigador-entrevistador a coordenação do foco da temática da conversa devido ao seu desempenho consciente e ativo no processo de coleta de informações, e ao entrevistado uma maior espontaneidade e autonomia de expressar ricamente as suas experiências e perspectivas, muitas vezes com particularidades e curiosidades (TRIVIÑOS, 1987).

Embora houvesse a preferência para que todas as conversas fossem presenciais, com a justificativa de melhor observar determinados comportamentos corporais, expressões faciais e tons de voz no decorrer das entrevistas, destaca-se que em um total de sete entrevistas, três tiveram que ser realizadas virtualmente no mês de julho, em razão de grandes distâncias geográficas ou por questões de saúde de alguns dos convidados. Com o término das sessões dos encontros, logo surgiu a preocupação de manter um certo nível de distanciamento das inevitáveis subjetividades detectadas nos relatos dos entrevistados.

Sabe-se que nas ciências sociais, há uma forte tendência subjetivista do cientista social de se envolver pelo seu objeto de estudo, seja por familiaridade, afetividade ou compartilhamento de certos dogmas, ideologias e/ou visões de mundo do fato examinado que podem influenciar o seu parecer final e a sua dedução investigativa de um determinado assunto. (VELHO, 1978; PAUGAM, 2015). Assim sendo, assevera-se que o estudo presente se empenhou em buscar a objetividade, tal como se preza o método científico de pesquisa, restringindo-se apenas às realidades constatadas nas conjunturas que despontavam ao longo dos diagnósticos das narrações, sempre à luz das referências mais propícias à metodologia e à abordagem teórica. Nesse sentido, destaca-se que neste trabalho optou-se pela pesquisa exploratória como linha metodológica, tendo em vista o caráter recente e inédito das circunstâncias investigadas.

Ferreira de Oliveira (2011 apud SELLITZ et al., 1965; GIL, 1999; MATTAR, 2001; MALHOTRA, 2001) sintetiza que a pesquisa exploratória é utilizada em situações que exigem um entendimento mais preciso da problemática analisada. Para isso, os trabalhos exploratórios têm como finalidade alterar, descartar, explicar e elaborar conceitos, hipóteses e definições mediante informações que aparecem ao acaso e de um amplo leque de métodos mutáveis, ao passo que o pesquisador expande o seu conhecimento sobre a sua própria pesquisa. Esta flexibilidade não-estruturada possibilita uma ampla consideração e apreciação de uma gama de novas ideias, intuições, suposições e perspectivas sob o objeto de análise, tendo em vista proporcionar uma visão geral e aproximativa dos eventos.

Outrossim, constata-se que nos estudos exploratórios relativos à interpretação dos quase sempre mutáveis e imprevisíveis universos humanos de crenças, significados, valores, expectativas, atitudes e ideias, há uma certa predisposição de aplicação da abordagem qualitativa como metodologia. Esta abordagem norteia a análise dos fatos de um determinado fenômeno na natureza espaço-temporal a partir da captação das suas essências e aspectos e da tentativa de explicar as suas origens, transformações, relações e características, além de deduzir possíveis consequências em um processo de avaliação indutiva. Assim, essa técnica expõe a perceptibilidade das experiências, atividades, relações, representações e manifestações individuais ou coletivas, como parte da realidade social através da observação informal. Portanto, este método conduz e aprimora a averiguação científica do pesquisador sob esses mundos invisíveis repleto de significados, ao abranger uma totalidade de decodificadas técnicas interpretativas de análise científica sob um determinado grupo ou sistema social (MINAYO, 1993; NEVES, 1996; FLICK, 2004; GOLDENBERG, 2011; OLIVEIRA, 2011).

Não obstante, somente a aplicação de abordagens e recursos metodológicos, como as entrevistas, e a observação e interpretação mais minuciosa de uma determinada realidade ou fenômeno social, não são suficientes para o bom desenvolvimento de uma investigação científica. Outros aspectos indispensáveis para o êxito da sua produção são o levantamento de dados e a pesquisa de fontes secundárias que auxiliam no acesso e compreensão de informações elementares sobre as características do tema estudado. Além disso, é nesta mesma fase que os conceitos e os referenciais teóricos são definidos após o levantamento bibliográfico prévio. São elas que estabelecem todo o embasamento teórico do estudo proposto.

Para Oliveira (2011 apud VERGARA, 2000; LAKATOS; MARCONI, 2001), a pesquisa bibliográfica tem como principal objetivo estabelecer a relação do pesquisador com o seu objeto de estudo ao colocá-lo em contato com todo o material que já foi produzido sobre o assunto. O autor ainda reflete que a maior vantagem desta técnica é proporcionar a originalidade do pesquisador, pois assim ele poderá canalizar todo o seu tempo e esforço para a conclusão de um problema já constatado e solucionado de forma criativa.

Desta forma, o segundo estágio do presente trabalho, que decorria paralelamente com a primeira fase, foi justamente sistematizar as referências teóricas e as literaturas preliminarmente selecionadas e analisadas por meio do levantamento bibliográfico. Para isso, foram apurados e escolhidos artigos científicos, dossiês, coleções, revistas, teses, dissertações, apresentações em congressos e outras formas de produções científicas em plataformas acadêmicas digitais

conhecidos como *Scielo*, *Research Gate* e *Google Acadêmico*, além de reportagens publicadas em jornais, revistas e outros *websites* de cunho informativo.

Nesta sondagem foram buscadas pesquisas e trabalhos acadêmicos, bem como, matérias jornalísticas relacionadas às temáticas sobre a História política venezuelana e a sua situação sociopolítica e socioeconômica atual, tal como, o inevitável proselitismo religioso na assistência de migrantes e refugiados, e por fim, os desafios e contradições migratórias na contemporaneidade. Ademais, a investigação também considerou a coleta e a análise de dados provenientes de relatórios e outros materiais elaborados e publicados *online* por organizações intergovernamentais, ministérios, secretarias e outros órgãos do Estado brasileiro.

Por fim, é importante ressaltar que o presente estudo adota a teoria do sistema-mundo, como alicerce metodológico que contribui para uma melhor clareza sobre a conjuntura capitalista contemporânea global, tão marcada pela atribuição e pela divisão transnacional e interregional do capital e do trabalho, e por conseguinte, as suas desigualdades e exclusões. Em suma, esta divisão do mundo em verdadeiras regiões espaço-temporais que permeiam diversas unidades políticas, culturais e sociais que se incorporam nas atividades institucionais e econômicas exigidas por um conjunto de normas sistêmicas (WALLERSTEIN, 2005; TRINDADE, 2021).

Para o geógrafo David Harvey (2005), os chamados espaços-temporais são “ajustáveis e contraditórios”. Ajustáveis quando a superacumulação em um determinado território ocasiona excedentes de mão-de-obra e capital, e contraditórios, porque à medida que novos espaços dinâmicos de superacumulação são gerados, causam excedentes que devem ser absorvidos pela expansão geográfica. Neste sentido, o autor considera que:

A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra. Tais expansões geográficas, reorganizações e reconstruções frequentemente ameaçam os valores fixos, mas ainda não realizados. Vastas quantidades de capital fixo em um lugar atuam como um obstáculo na busca por ajuste espacial em outro lugar (HARVEY, 2005, p. 12).

Da mesma forma, ao considerar esse “repartimento” em espaços-temporais, observa-se que o mundo está baseado em três grandes zonas: centro, periferia e semiperiferia. As zonas centrais

concentram e se ocupam na produção de valores agregados elevados e altamente especializada e no domínio e acúmulo de capitais, das tecnologias de ponta e da especulação financeira, já as nações periféricas dedicam-se exclusivamente ao fornecimento de matérias-primas e *commodities* para o eixo central, além da fabricação de bens manufatureiros de baixos valores produzidos por uma mão-de-obra não especializada, e por fim, a semiperiferia se comporta como núcleo intrarregional aos demais países periféricos, da mesma forma, que se submete às demandas dos países centrais (WALLERSTEIN, 2005; MARTINS, 2015).

Neste sentido, consente-se que essa discrepância nas divisões do trabalho e econômicas mundiais, que abrangem as desiguais hierarquizações territoriais e as distribuições de funções para o funcionamento do sistema capitalista, reforçam a gradual concentração desproporcional dos países centrais sob a rentabilidade, a produtividade e as inovações do capital, ao passo que a semi e a periferia global são postas às margens deste seletivo grupo, na situação de dependência financeira e humanitária; de obsolescência tecnológica; e de desigualdade e de exclusão em diferentes graus de intensidade, condições essas particularmente intensificadas pela globalização (WALLERSTEIN, 2005; MARTINS, 2015).

Partindo desta perspectiva, a dissertação também rebusca a socióloga Saskia Sassen, cujas obras nos auxiliam a elucidar essa concepção *wallersteniana*, a partir da óptica dos estudos migratórios. Aqui, o crescimento exponencial das variadas formas de mobilidade humana são efeitos da intensificação na desigualdade e exclusão, especialmente nos países periféricos. Igualmente, observa-se que a expansão e a consolidação dos processos da globalização acentuam ainda mais a fragmentação do mundo. No contexto das migrações, tal “divisão” se dá pela complexificação das dinâmicas migratórias, como a multiplicação e a diversidade de microespaços, pontes, redes, escalas e rotas migratórias, muitas vezes, causadas por restrições advindas dos principais polos receptores de migrantes.

O endurecimento das jurisdições e dos discursos do eixo industrializado contra o sujeito não-nacional, impele muitos deles, sobretudo os oriundos da periferia global, a arrumarem alternativas para os seus deslocamentos. Impedidos, muitos modificam as suas trajetórias para outros pontos periféricos, que, por conseguinte, veem os fluxos migratórios em direção aos seus territórios crescerem exponencialmente. Desta forma, muitos desses países periféricos se transformam em estratégicos espaços de retenção migratória para a zona central, e, ao mesmo tempo, em “destinos possíveis” de centenas de milhares de migrantes e refugiados, que sem alternativas, se fixam nesses espaços, e são vistos e tratados com desconfiança e ambiguidade.

No caso dos venezuelanos no Brasil, observa-se a reprodução dos cenários apresentados. A proximidade geográfica, adjunta a austeridade das tradicionais zonas centrais e demais eventos e atrativos de cunho político e socioeconômico, tanto do sujeito migrante, quanto da macroconjuntura nacional, fazem com que o país se desponte regionalmente como um importante destino possível venezuelano regional.

Ademais, a implementação de resoluções jurídicas e institucionais específicas, além de regularizar, monitorar e controlar a presença e a mobilidade de milhares de migrantes e refugiados venezuelanos, estimulam as suas permanências no país, e conseqüentemente, inibem novas migrações, especialmente, para os Estados Unidos.

Por fim, ao tomar a interiorização analisada nessa pesquisa como exemplo, constata-se que essa medida de caráter institucional é um enorme impulsionador na multiplicação de novas trajetórias, pontes e redes migratórias venezuelanas transnacionais. Ao constituir parcerias e contatos multiescalares, que na teoria, proporcionam ao não-nacional venezuelano melhores oportunidades de vida e integração social em novas localidades, acredita-se que esta estratégia de reterritorialização instiga futuros deslocamentos de novos migrantes e refugiados, que motivados por pessoas de sua confiança, buscam se estabelecer no país.

1. VENEZUELA – DOIS SÉCULOS DE CONFLITOS, INSTABILIDADES E DESAFIOS

Antes de nos debruçar a respeito dos motivos que induziram à migração prévia dos venezuelanos interiorizados para o território brasileiro, primeiro de tudo, é necessário desconstruir desde já o senso comum o entendimento que a crise econômica, social e político-institucional que vem afligindo a Venezuela nos últimos anos é de culpabilidade exclusiva de Nicolás Maduro e da agenda política chavista.

Neste sentido, acredita-se que essa convicção popular gradualmente enraizada na construção do ponto de vista da maioria da população, seja fomentada e instigada pelos enviesados e parciais veículos de comunicação ocidentais, que se submetem aos interesses da ordem classe política capitalista global e dos poderosos oligopólios detentores dos principais dispositivos e meios de informação em massa.

Para isso, o primeiro capítulo dedica-se a evidenciar como os embates entre rivais políticos e consequências como recessões econômicas são frequentes no Estado venezuelano desde a sua independência, ainda em meados do século XIX. Destarte, considera-se que a abordagem conceitual de “crise” é algo muito mais comum no quadro político-institucional e socioeconômico venezuelano do que se imagina.

1.1 Os primórdios do Estado venezuelano em meio ao turbilhão: Uma breve apresentação do cenário político nacional no século XIX

No decorrer da sua construção, a Venezuela conta, ao longo de sua formação, períodos de instabilidades, representadas por conflitos armados, como guerrilhas, guerras civis, ressurreições, motins, golpes militares, golpes de Estado² e regimes autocráticos em sua organização política. Independente desde setembro de 1830, a Venezuela iniciou a organização do seu Estado e de sua identidade nacional através da construção de suas esferas político-administrativa, social, cultural e jurídica. Plaza (2012) narra que em 1835, cinco anos após a sua independência, o então Estado da Venezuela vivenciou o seu primeiro golpe executado por

² Desde a sua independência em 1830, a Venezuela contou com centenas de rebeliões e conspirações armadas regionais. No entanto, a nível nacional alguns levantes ocasionaram golpes de Estado, sejam exitosos ou fracassados. Apenas no século XIX, foram 3: 1835, 1858 e 1899. Para mais detalhes: <<https://www.france24.com/es/20190129-venezuela-historia-golpes-estado-maduro>>. Acesso em 31 jul. 2023.

militares conservadores insatisfeitos com a Assembleia e o governo de José María Vargas, do partido Conservador, o primeiro civil a presidir a nação. Era a “Revolução das Reformas”.

A partir daí, o século XIX foi singularizado por consecutivas revoluções; usurpações; regimes autocráticos; breves ciclos democratas; golpes militares; traições; reviravoltas; alianças inusitadas; consecutivas e sangrentas disputas locais entre conservadores e liberais; inúmeras instabilidades, consequência da fragmentação política; profundas e longevas crises econômicas; centenas de motins; dezenas de reformas constitucionais; e por fim, guerras, muitas guerras.

Ao sintetizar em números as sete primeiras décadas de pós-independência, Scheina (2003) demonstrou como a Venezuela estava imersa em um verdadeiro mar de sangue. De 1825 até 1903, mais de 300 mil combatentes e 700 mil civis foram mortos de forma direta ou indireta no decorrer de inúmeros conflitos armados que assolaram o país.

De Novais Dancini e Melo (2016) corroboram ao refletir que nenhuma outra nação recém-independente hispano-americana passou por tanta destruição e perda - material e humana - durante o século XIX como a Venezuela: efeito das consecutivas guerras e conflitos armados entre caudilhos latifundiários e militares que competiam pelo domínio regional.

Desde a independência, a Venezuela vinha tentando construir a sua identidade, inserida em um Estado próprio e homogêneo. Porém, caudilhos, liberais-federalistas, conservadores e civis travaram constantes disputas motivadas por razões e reações heterogêneas ao disputarem pelo poder, forçando os civis a conviverem em um ambiente extremamente hostil.

Com mais uma instabilidade motim a caminho, o século XIX finalizou com a Venezuela novamente afundada no caos, com outra insurgência motivada pelo descontentamento político, pelas dificuldades socioeconômicas e pela disputa pelo poder. O novo século que se abeirava trouxe profundas mudanças para a nação venezuelana, especialmente com a descoberta do petróleo em seu território e a consolidação da democracia contemporânea. Entretanto, as peculiaridades advindas de um passado agressivo e inquieto ainda persistiram no futuro.

1.2 Do apogeu à queda: A república democrática liberal-venezuelana no século XX

O século XX começou com o período intitulado de Hegemonia Andina: gestões de militares provenientes de Táchira, estado com um histórico de isolamento e ínfima participação política nacional. De imediato, a era tachirense logo revelou ser uma dinastia autocrática e corrupta, especialmente com a ascensão do general Juan Vicente Gómez. Ao derrubar o seu antecessor via golpe em 1907, Gómez permaneceu no poder até 1935, em um governo violento

marcado por manobras políticas nada ortodoxas (MORÓN, 1964; SCHEINA, 2003; YARRINGTON, 2003; LUCCA, 2016; DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010; FRANCESCHI, 2018; VELÁSQUEZ, 2022).

Com a queda do Gomecismo, a *La Unión Militar*, organização paramilitar, uniu-se ao partido social-democrata, *Acción Democrática* (AD), e juntos, implementaram outro golpe, em 1945. Era o fim da Hegemonia Andina. Em 1945, a Junta Civil-militar oficializou o jovem Rómulo Betancourt como presidente. A gestão Betancourtista se destacou por realizar as primeiras eleições diretas, secretas e universais do país, inclusive, com a participação do voto feminino. Porém, em 1947, outro golpe militar foi dado. Betancourt e demais partidários da AD foram obrigados a se exilar (MORÓN, 1964, 1977; DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010; LUCCA, 2016).

Em 1951, a Venezuela entrou em estado de exceção. Após fraudar as eleições, o general Marcos Pérez Jiménez foi empossado em 1953. Legitimado, Pérez Jiménez passou a governar a ferro e fogo. O quinquênio perezjimenista foi um governo reacionário que utilizava a violência e a arbitrariedade como instrumentos políticos. A ditadura representou a era mais repressiva da política venezuelana no século XX. Estima-se que, entre o golpe militar de 1948 até o seu término em 1958, mais de dez mil foram presas por motivos políticos (MORÓN, 1964; 1977; MARINGONI, 2009; DOMINGUEZ; FRANCESCHI, 2010; LUCCA, 2016).

Do outro lado, o perezjimenismo também se destacou pelo nacional-desenvolvimentismo. Surfando na alta valorização do petróleo no exterior, a economia interna rapidamente superaqueceu. Na primeira metade da década de 1950, o produto interno bruto (PIB) anual médio crescia por volta de 7%. A renda da população havia alcançado níveis equivalentes ou próximos aos países desenvolvidos (MARINGONI, 2009; LUCCA, 2016).

No entanto, o superaquecimento em um curto intervalo de tempo fez com que a “bolha se estourasse”, e em poucos meses o país se afundou em uma nova, longa e profunda crise econômica a partir de 1953. Em razão da crise, manifestações e a coalizão entre a oposição encurralaram o general. Em novembro de 1957, em Nova York, os exilados fundadores dos três maiores partidos venezuelanos: *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), *Unión Republicana Democrática* (URD) e a AD, anunciaram uma coalizão contra a ditadura. No começo de janeiro de 1958, o Partido Comunista Venezuelano (PCV) e a AD inflaram uma longa greve geral. Após a renúncia do seu gabinete e a rebelião de mais de 400 oficiais progressistas, o déspota fugiu do país na madrugada do dia 23 (MORÓN, 1964; DONGHI, 1993; MARINGONI, 2009; DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010).

Com a fuga de Pérez Jiménez, o país entrava em período transitório. Com o retorno dos exilados e a convocação de eleições democráticas, Rômulo Betancourt foi consagrado presidente, em 1959. Já em solo venezuelano, Betancourt (AD), Rafael Caldera (COPEI) e Jovito Villalba (URD), desenvolveram a aliança criada em Nova York. Era o *Pacto de Punto Fijo*. Nele, foi protocolada a união em prol da redemocratização e da consolidação da civilidade (MORÓN, 1964; MARINGONI, 2009; LUCCA, 2016).

Devido à sua popularidade e grande destreza política, Betancourt promulgou uma nova Constituição, em janeiro de 1961, que estipulou a democracia como baluarte. Já na política externa, foi implementada a doutrina Betancourt. Visando agradar aos Estados Unidos e provocar os cubanos, a diplomacia venezuelana estabeleceu relações apenas com os países “democraticamente eleitos” (ZERO, 2017).

Em novembro de 1964, a URD anunciou a sua saída do *Punto Fijo*, declarando diferenças irreconciliáveis. Um mês depois, o advogado social-democrata Raúl Leoni foi eleito presidente. A sua gestão foi marcada pelo seu fracasso na tentativa de estabelecer uma coalizão parlamentar e pela saída do COPEI, à medida que vinham ganhando espaço político e eleitoral (DONGHI, 1993; LUCCA, 2016).

A vitória de Rafael Caldera em 1968, trouxe algumas mudanças significativas. Sua gestão conseguiu selar a paz com os guerrilheiros, algo que vinha se arrastando desde 1960, ao legalizar os partidos comunistas. No campo internacional, a doutrina Betancourt foi revogada. A Venezuela passou a estabelecer acordos econômicos, diplomáticos e comerciais, independentemente de ideologias e tipos de regimes (DONGHI, 1993).

Em 1972, a política venezuelana entrava em uma nova fase: a do bipartidarismo, em que sociais-democratas e cristãos monopolizaram as disputas eleitorais e se intercalaram no poder pelas próximas três décadas. Nas eleições presidenciais desse mesmo ano, COPEI e AD, somados, obtiveram mais de 85% dos votos totais. Carlos Andrés Pérez, da AD, obteve 48,64% dos votos; enquanto o seu rival, 35,29% (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]a).

Com facilidade, Andrés Pérez aprovou, em 1975, a nacionalização do petróleo. Isso fez com que o seu valor externo triplicasse rapidamente. Em pouco tempo, a Venezuela expandiu as suas relações com os seus vizinhos e as principais potências capitalistas e soviéticas. Deste modo, o país vivenciou uma pujante fase devido à massiva entrada de rendimentos fiscais e *royalties*. Porém, com tanto dinheiro entrando nos cofres públicos, não demorou para que as primeiras denúncias de corrupção aparecessem. Em meio aos escândalos, a AD isolou Andrés Pérez e escolheu Luís Ordaz para as eleições de 1978; enquanto o COPEI lançou o nome de

Luís Campíns que venceu por uma pequena diferença de 177.141 votos (DONGHI, 1993; ARÊAS, 2008; CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]a).

Paralelamente, a desaceleração da economia mundial e a guerra entre Irã e Iraque fizeram com que a demanda e o preço internacional do petróleo venezuelano despencassem. Esse declínio fez com que a dívida externa e a taxa de juros dos empréstimos disparasse. Em 1983, a moeda nacional, o bolívar, se desvalorizou cerca de 74% em relação ao dólar (RUBÍN, 2003; MARINGONI, 2009; PUENTE; RODRÍGUEZ, 2020).

Em questão de meses, o país entrou em nova recessão. Com a inflação descontrolada e o bolívar desvalorizado, os índices de custo de vida escalaram. No campo político, mais denúncias de corrupção destruíram a imagem de anticorrupção de Campíns. Nas eleições de 1984, o social-democrata Jaime Lusinchi surpreendeu a todos, e venceu o experiente Rafael Caldera, por 57% contra 34% (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]a).

Como forma de contornar a crise e renovar o Punto Fijo, Lusinchi instituiu uma reforma geral. Visando modernizar e desinchar o Estado, a reforma buscou um novo modelo político-administrativo ao descentralizar diversas decisões políticas, jurídicas e administrativas e eleitorais (DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010; LUCCA, 2016; MIRANDA, 2018).

Por outro lado, em nome da estabilidade, Lusinchi forjou a retomada da economia. Porém, a realidade era outra: as finanças estavam no vermelho. Para agravar, alegações de abusos de poder, nepotismo e fraudes deterioraram a sua imagem perante a sociedade. Distanciando-se, a AD ressurgiu com Andrés Pérez. Em uma campanha eleitoral marcada pela nostalgia e pelo forte carisma do ex-presidente, ele foi eleito com 53%, enquanto o COPEI obteve cerca de 40% (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]a; LUCCA, 2016).

Eleito em clima de euforia e otimismo, a nova gestão de Andrés Pérez tinha como missão resolver a profunda crise (inflação na casa dos 80% e encolhimento do PIB em 8,1% em 1989) e recuperar a abalada confiança na economia e nos representantes políticos. Contudo, essa atmosfera mudou drasticamente a partir da segunda semana de governo, com o anúncio da implementação de um novo pacote macroeconômico (LUCCA, 2016; PINHEIRO, 2016).

Contemplando as “sugestões” do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo optou pela redução do Estado mediante uma série de medidas: o fim de subsídios e da proteção da indústria nacional, visando pela abertura e fomentação de competição externa; a privatização de estatais; a regulamentação da taxa de juros e câmbios do dólar pelo mercado financeiro; o aumento generalizado do preço da gasolina, das taxas de serviços e passagens dos transportes públicos e sem reajuste salarial (DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010; WEBER, 2020).

Diferentemente da maioria dos países latino-americanos, a Venezuela reagiu fortemente às novas articulações de modernização do capital (ROCHA, 2009). O anúncio da agenda neoliberal foi o estopim de uma frustração acumulada das camadas sociais fartas com a exclusão social. Em 27 de fevereiro de 1989, estudantes foram às ruas manifestar contra o pacote. Porém, com o avolumamento dos protestos, as coisas saíram logo de controle. Saques, invasões e ataques foram registrados. Em reação, o governo decretou toque de recolher, suspendeu a Constituição e autorizou as forças de segurança a agirem livremente. Agindo principalmente nas periferias, grupos de extermínio executaram de forma covarde e aleatória centenas de pessoas, inclusive muitos inocentes (LACABANA, 2006; LUCCA, 2016; WEBER, 2020).

O *Caracazo* resultou em milhares de detidos e feridos, com variação no número estimado de mortes. Enquanto o governo declarou que 396 pessoas morreram, fontes extraoficiais estimam que entre mil e três mil pessoas morreram durante os nove dias de protestos. Emblemático, o *Caracazo* serve até hoje de exemplo para os protestos populares latino-americanos frente às exigências do capitalismo financeiro global (FERNÁNDEZ, 2019). Já na Venezuela, o episódio foi o estopim para um ponto de virada: o início da derrocada do Punto Fijo (MARINGONI, 2009; GRAINGER, 2011; VILLA, 2015; LUCCA, 2016; ZERO, 2017; WEBER, 2020).

A década de 1990 começou turbulenta. Em fevereiro de 1992, oficiais e membros do Movimento Bolivariano Revolucionário-200, grupo autodenominado como bolivariano e socialista, e liderado pelo paraquedista Hugo Chávez, tentaram, sem êxito, tomar de assalto o Palácio presidencial de Miraflores. Preso por conspiração, Chávez ganhou notoriedade e admiração popular por ter se responsabilizado publicamente pelo fracasso da investida militar, algo considerado raro entre as figuras públicas da época (MARINGONI, 2009; LUCCA, 2016).

No ínterim, investigações da Procuradoria Geral apontaram que um grande esquema envolvendo funcionários públicos e membros de confiança do governo desviou mais de 250 milhões de bolívares, com o conluio de Andrés Pérez. À medida que novas denúncias iam surgindo, a oposição, em um processo relâmpago, deliberou e votou a favor do *impeachment* de Andrés Pérez, em 20 de março de 1993, o primeiro da história venezuelana (MARINGONI, 2009; DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010; LUCCA, 2016; FERNÁNDEZ, 2019).

Nas eleições presidenciais de 1993, uma grande mudança: o fim do bipartidarismo e o declínio do Puntofijismo. Enquanto em 1988, AD e COPEI somados conquistaram 93% dos votos, desta vez, ambos obtiveram 46%. Em uma disputa fragmentadíssima, Rafael Caldera, agora pelo recém-criado *Convergência*, venceu com cerca de 30%. Já as enfraquecidas AD e

COPEI obtiveram 24% e 23%, respectivamente (BARROS, 2006; CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]a). Tal cenário mostrou que a população demandava por uma nova era.

Em 1996, após vinte e quatro anos, Caldera retornou ao poder, ao prometer solucionar a longa crise econômica com uma série de soluções mirabolantes. Ao se deparar com a realidade, a sua gestão optou por manter o nocivo pacote neoliberal, porém com algumas reformulações, dentre elas a flexibilização de acordos e contratos trabalhistas; austeridade nas finanças públicas; a diminuição da cobertura dos serviços públicos; e a revogação da nacionalização do petróleo, resultando na abertura e concessão da exploração petrolífera às multinacionais (MARINGONI, 2009; PEDROSO, 2018).

No entanto, tais medidas deterioraram ainda mais o cenário crítico. A incessante saída de capital externo fez com que as reservas internacionais chegassem ao seu pior nível: US\$ 14,8 milhões em 1998. No mesmo ano, o preço do petróleo venezuelano registrou a sua pior média: US\$ 8,74. Na economia, a dívida externa atingiu a marca histórica de US\$ 22 milhões (MARINGONI, 2009; DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010).

A grave e duradoura crise econômica instigou a aversão da mídia contra os políticos. Enfurecida com as instituições republicanas e liberais, os veículos de comunicação dominante passaram a referir o Estado como custoso e ineficaz, além de rotular sindicatos e partidos como antros de corrupção e imoralidade, e políticos, de mentirosos e corruptos.

Anistiado desde 1994, Hugo Chávez angariava notoriedade ascendente graças às repercussões de suas falas e consecutivas aparições nos principais meios de comunicação. O ex-paraquedista não media as suas críticas ao sistema tradicional. Ao declarar que o Estado estava corroído pela corrupção, e atribuir a responsabilidade às elites e à classe política pela miséria e a gritante desigualdade social, Chávez se tornou o porta-voz da onda antipolítica. Isto abriu as portas para o seu anúncio na disputa e corrida eleitoral de 1998. Rejeitando os partidos já existentes, Chávez anunciou a fundação do seu próprio partido: o *Movimiento Quinta República* (MVR), acenando midiaticamente para a ideia de renovação e transformação política e social tão defendida por ele. Em questão de semanas, o MVR organizou a sua base, ao estabelecer uma ampla coalizão intitulada de *Gran Polo Patriótico Simón Bolívar* (GPP), uma frente formada com a adesão do PCV e outros pequenos grupos partidários esquerdistas (MARINGONI, 2009).

Já do lado da oposição, o avanço e a popularidade de Chávez assustavam. Tido como um “excêntrico” *outsider* (Pedroso, 2018), o ex-militar era considerado como uma séria ameaça

aos interesses das elites e da casta política tradicional, à medida que ganhava apoio e identificação entre as camadas mais populares (MARINGONI, 2009).

As eleições presidenciais de 1999 foram estabelecidas por um novo fenômeno: a polarização entre dois antipolíticos e “intrusos” desconhecidos – Chávez e o conservador Henrique Römer do *Proyecto Venezuela* (PRVZL), esse apoiado inclusive pelo COPEI e AD. - Com mais de 56%, Hugo Chávez conquistou 16 dos 22 estados venezuelanos, inclusive o almejado Distrito Federal de Caracas (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]a).

1.3 A revolução de Hugo Chávez: Êxitos, adversidades e um legado

Hugo Chávez assumiu em 2 de fevereiro de 1999. Logo em sua posse, Rafael Caldera não lhe entregou a faixa presidencial, deixando tal incumbência ao presidente da Assembleia. Para Lucca (2016), essa atitude nada democrática representou que os políticos tradicionais e a burguesia nacional deslegitimavam a vitória do militar socialista.

Para ratificar a sua aprovação, que chegava aos 90% (HETLAND, 2017), Chávez instituiu um referendo popular que aprovou uma nova Constituição, mesmo sob críticas da oposição. Promulgada em 2000, a Constituição bolivariana instaurou o sistema unicameral e dois novos poderes constitucionais: o cidadão e o eleitoral. Já atos mais simbólicos, como o bolivarianismo como ideologia oficial e o reconhecimento de Simón Bolívar no novo nome do país: República Bolivariana da Venezuela, indicaram que era uma nova era estava por vir (BARROS, 2006; COELHO; ROSA; MENDES, 2021).

Se por um lado, as eleições de julho de 2000 asseguraram a legitimidade chavista nas disputas estaduais e presidenciais, do outro, produziu dois novos fenômenos: mais um recorde de abstenção - 43,69% -; e a não participação eleitoral do COPEI e da AD, a primeira vez desde a década de 1950 (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]b; LUCCA, 2016).

Iniciado em janeiro de 2001, o segundo mandato de Chávez começou turbulento. A promulgação de 49 leis fez com que a sua relação com a elite e a mídia jamais fosse a mesma. Sucintamente, novas regras autorizaram a intervenção estatal nas expropriações de terrenos e propriedades. Além disso, a lei dos hidrocarbonetos ratificou o domínio absoluto do Estado no repasse dos *royalties* e outros rendimentos da Petróleos Venezuela S.A. (PDVSA) (MARINGONI, 2009).

A oposição, a mídia e a classe empresarial se uniram e organizaram uma greve geral em 10 de dezembro de 2001. Todavia, a tensão escalou rapidamente em crise institucional. Em

abril, os atritos eclodiram com insubordinações de militares e a paralisação da PDVSA. No raiar do dia 11, uma multidão reuniu-se em torno do Palácio de Miraflores para exigir a renúncia de Chávez. Encurralado, o bolivariano recorreu à sua militância. Imediatamente, tumultos e um atentado com 19 mortes sacudiram Caracas. Ao mesmo tempo, um golpe civil-militar liderado pelos líderes dos maiores grupos empresariais e sindicais do país, juntamente com alas militares reacionárias, o alto clero da Igreja Católica e a mídia privada, ia a todo vapor (MARINGONI, 2009; LUCCA, 2016; DAMASCENO; COELHO, 2020).

Depois de muita resistência, Chávez renunciou na madrugada do dia 12 e foi levado à prisão. Diferente dos golpes antecessores, este se destacou ser uma sublevação virtual, ou seja, um pronunciamento midiático (MARINGONI, 2009). Já Villa (2015) e Pedroso (2018) refletem que o golpe era o ápice das diferenças socioculturais que se converteram em cultura política. O interesse chavista em conscientizar os mais pobres era uma ameaça às elites.

Pedro Carmona, um dos líderes golpistas, assumiu interinamente. Logo reconhecido por Washington, o golpista revogou as 49 leis; dissolveu a Assembleia Nacional; readmitiu a direção da PDVSA demitida por Chávez em abril; rompeu com Cuba; e realizou demissões em massa, como “deschavização” da máquina pública. Porém, o novo “governo” perdurou por apenas 48 horas. Imediatamente, militares progressistas e milhares de chavistas exigiram a soltura de Chávez, mesmo com o boicote de exibição dos protestos pelos canais de televisão (MÉNDEZ, 2020). Pressionado, Carmona renunciou e foi levado à prisão. O isolamento regional de não reconhecimento do golpe e a rápida ofensiva antigolpista minou as poucas chances do empresário (MARINGONI, 2009; DAMASCENO; COELHO, 2020).

Após dois dias preso, Chávez foi solto e ovacionado por uma multidão que o esperava. Partindo para o sobrenatural, o líder frisou que os seus rivais eram inimigos de Bolívar, e que a sua volta era a comprovação de que o lendário herói nacional o havia escolhido para garantir a liberdade e a igualdade para o povo (ARCE; SILVA, 2015). Porém, em dezembro, uma nova crise se formou com o boicote da diretoria e da ala técnica da PDVSA na produção e distribuição do petróleo. Com o intuito de asfixiar a economia, o locaute teve respaldo da imprensa, de empresários e da indústria petroleira. A paralisação se estendeu também a outros setores produtivos. Em reação, Chávez alegava ser vítima de um plano de sabotagem externa, comandada por Washington (LACABANA, 2006; DAMASCENO; COELHO, 2020).

Devido à escassez de produtos básicos e da queda brusca na produção industrial e do comércio, o apoio ao locaute entrou em declínio logo no começo de 2003. Sustentado pelo enfraquecimento do apoio à paralisação, Chávez rapidamente exonerou mais de 17 mil

funcionários que aderiram ao boicote e expulsou do Exército dezenas de oficiais que apoiaram o golpe de 2002. Essa movimentação pôs fim ao locaute. No total, a paralisação durou 63 dias, a maior até então. Já os efeitos negativos³ foram gigantescos. Na economia, desaceleração, inflação, fuga de capitais na casa dos bilhões e encolhimento do setor terciário (MARINGONI, 2009; WILHELM, 2011; ZERO, 2017; WEBER, 2020).

As ações voltadas às camadas mais pobres notoriamente foram cruciais para a expansão da base política e eleitoral chavista, contribuindo, por exemplo, na vitória do referendo revogatório de 15 de agosto de 2004, proposto pela oposição. O êxito do “sim” era imprescindível, pois representaria a deposição de Chávez pelo povo. Contudo, em razão de uma grande mobilização da classe trabalhadora e de movimentos sociais, os chavistas compareceram em massa às urnas, resultando na vitória acachapante do “não”, com 58%, legitimando novamente o mandato chavista pela democracia (VILLA, 2005).

Mais uma vez derrotada, a oposição deslocou o seu combate para o boicote das eleições legislativas de 2005. Alegando falta de transparência, partidos recorreram à mídia antichavista e acusaram o *Consejo Nacional Electoral* (CNE) de parcialidade (EL UNIVERSO, 2005; EMOL, 2005). Não obstante, após a Justiça indeferir os pedidos de suspensão do pleito, COPEI, AD e PRVZL retiraram um total de 558 candidaturas e apelaram para que a população não comparecesse às urnas. De imediato, Chávez acusou a oposição de plantar narrativas, com a intenção de desestabilizar a cena política para as eleições presidenciais de 2006 (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]c); LA REPÚBLICA, 2005).

Como resultado, as votações para a II Legislatura, em 4 de dezembro de 2005, ficaram restritas aos chavistas. Das 165 vagas da Assembleia, o GPP angariou 161 cadeiras (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]d). Assim, a oposição saiu brevemente fortalecida devido ao recorde de abstenção: quase 75% (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2010).

Com a Assembleia governista, Chávez obteve tranquilidade na aprovação de medidas, como a imposição estatal na aquisição majoritária dos rendimentos das empresas petrolíferas internacionais, além de uma maior coleta dos *royalties*. Maringoni (2009) expõe que como resultado, a arrecadação do Estado cresceu em mais de 30%. Enquanto a injeção massiva de petrodólares gerava uma expansão do investimento em setores como o de infraestrutura e no

³ Durante a paralisação, a produção diária de petróleo - de 3 milhões de barris para 150 mil - causou um efeito cascata, como o escalonamento dos preços dos combustíveis, gerando racionamento e filas quilométricas nos postos. Dentre outros efeitos, destacou-se o quase colapso do sistema de transportes e do abastecimento de bens essenciais e gêneros alimentícios; e a suspensão das atividades de centros comerciais, acadêmicos e serviços públicos (MARINGONI, 2009).

desenvolvimento social; ela estreitou ainda mais os laços entre estabilidade política, dependência e bem-estar socioeconômico e desempenho externo do preço do petróleo (PUENTE; RODRÍGUEZ, 2020).

Com as atenções voltadas para as eleições de dezembro, o ano de 2006 decorreu com várias alianças políticas. Fragmentada, a oposição se pulverizou com a candidatura de 13 nomes. Sem surpresas, Chávez obteve outra vitória esmagadora: mais de 7.161 milhões de votos, em um cenário de abstenção por volta dos 25%, o menor desde 1994 (MARINGONI, 2009; CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]e). No discurso da vitória, Chávez dedicou a sua vitória a Fidel Castro e Simón Bolívar, atacou o neocolonialismo estadunidense e prometeu a efetivação absoluta do seu projeto revolucionário e socialista (CHÁVEZ FRÍAS, 2006).

Com a oficialização de sua vitória, Chávez anunciou, em 14 de dezembro de 2006, a dissolução da MVR para fundar um novo partido: o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). Ellner (2008) considera que o PSUV era uma superação das próprias adversidades do MVR, em uma espécie de “revolução dentro da revolução”. O desejo pessoal de Chávez era estabelecer um movimento unissonante que abarcasse toda a esquerda nacional. Para isso, convocou todas as forças aliadas a se inserirem em sua nova organização partidária. No discurso de lançamento do PSUV, o presidente enfatizou que todos os que não desejassem se unir deveriam sair da sua base (CHÁVEZ FRÍAS, 2009).

Pressionados, centenas de pequenos partidos e movimentos sociais optaram por se dissolver e se fundiram ao PSUV. Contudo, partidos maiores e mais tradicionais, como o PCV, foram à contramão, reforçando a heterogeneidade típica da própria esquerda. O objetivo de Chávez em submeter toda a esquerda nacional em torno de sua figura preocupou Lander (2007), que destacou que essa movimentação era ambígua e irônica, pois ameaçava a pluralidade da soberania política e democrática tão defendida pelo chavismo.

Ademais, a rejeição desses partidos era uma reação à incompatibilidade de ideologias internas no governo. Hetland (2017) aponta que a base de apoio a Chávez englobava desde alas revolucionárias, moderados autointitulados de “centro” e até setores conservadores formados por militares e boliburgueses. Apesar das evidentes discrepâncias ideológicas, esses grupos convergiam em ideais como a soberania nacional, o controle estatal na economia, o afastamento da influência estadunidense, a rejeição ao livre mercado e o massivo investimento social como forma de desenvolvimento.

Em janeiro de 2007, em nome da utilidade e do interesse público e social, Chávez anunciou o fim da autonomia do Banco Nacional; a expansão das expropriações, em especial no setor alimentício, como combate ao desabastecimento (PEDROSO, 2018); a (re)estatização⁴ de diversas atividades econômicas, como parte do Plano Econômico e Social da Nação. Considerado um avanço do projeto revolucionário, Izquierdo (2023) o define como:

um programa de [...] ruptura do metabolismo do capital e o impulso de um novo sistema de atores e dinâmicas econômicas para a atenção das demandas sociais do sistema de missões e de proteção social do povo (IZQUIERDO, 2023, p. 309, tradução nossa).

Em geral, esse projeto político-institucional consiste em um conjunto de abordagens estruturais que possibilita o desenvolvimento, a emancipação nacional e a igualdade entre as classes sociais, em sete eixos: 1) ética socialista e bolivariana; 2) suprema felicidade social; 3) democracia protagônica e revolucionária; 4) modelo socialista de produção; 5) nova geopolítica nacional; 6) potência energética mundial; 7) nova geopolítica autônoma internacional (VENEZUELA, 2007).

Em simultâneo, os atritos e as trocas de acusações entre chavistas e os veículos de comunicação viraram diários. Autores como Toledo (2007), Maringoni (2009) e Méndez (2020) apontam que a mídia e a imprensa, ao disporem de uma retórica enviesada, que, muitas vezes, beirava ao golpismo, ou mesmo, o reacionarismo, foram as maiores responsáveis por fomentar o ódio antichavista e nutrir a polarização política.

Nenhuma outra investida enfureceu tanto a mídia hegemônica quanto ao fim da concessão da *Radio Caracas Televisión*, a primeira e a maior emissora de televisão aberta do país, que após 53 anos no ar, encerrou as suas atividades em 28 de maio de 2007, acusada de articular o golpe civil-militar de 2002 (TOLEDO, 2007; MÉNDEZ, 2020).

Munidos pela narrativa de “liberdade de expressão”, multidões tomaram por meses às ruas, em protestos liderados por universitários. García-Guadilla e Mallen (2010) ponderam que o retorno do movimento estudantil é resultado de uma nova geração engajada na política. O impacto desta mobilização catapultou futuras figuras da “nova oposição”, como Juan Guaidó.

⁴ Segundo uma reportagem publicada pelo jornal espanhol El Mundo, entre janeiro de 2007 e agosto de 2008, diferentes atividades foram atingidas pela “cruzada nacionalista” (sic), com a estatização de empresas nacionais ou transnacionais nos setores bancário, latifundiário, das telecomunicações e eletricidade; além da indústria cimenteira, de alimentos, siderúrgico e petroleiro. Mais detalhes em: <<https://www.elmundo.es/mundodinero/2008/08/01/economia/1217552484.html>>. Acesso em 13 out. 2023.

A grande adesão nas manifestações estimularam a rearticulação de antichavistas dispersos. Baseada em novas demandas, a oposição uniu-se ao movimento e foram cruciais para a derrocada do governo no plebiscito de 2007, cuja proposta principal era reestruturar as esferas institucionais da Venezuela em um estado plenamente socialista (SAPPER, 2009).

Reconhecendo a derrota por uma estreitíssima margem de 1%, Chávez culpabilizou a abstenção de 44% pelo seu fiasco. De fato, a afirmação não estava totalmente equivocada. Em comparação com 2006, 3 milhões de chavistas não foram às urnas (MARINGONI, 2009). Para Brewer-Carías (2007), o radicalismo foi a principal razão que afastou os eleitores mais moderados simpatizantes de Chávez. Já Seabra (2012) pondera que a enorme abstenção se deu pela falta de esclarecimento à população e pela exclusão de segmentos sociais na elaboração e discussão da reforma, afastando a identificação de segmentos chavistas.

O êxito chavista nas eleições regionais e locais de 2008 serviu como termômetro para mais um referendo em fevereiro de 2009, que abordava a concessão ou não para a reeleição ilimitada de cargos políticos. Apesar de fortes críticas (EL NACIONAL, 2008), o “sim” venceu com cerca de 55%. Para Seabra (2012), o recorrente uso de referendos durante a era Chávez se limitava ao governo manter-se informado de quem era a favor ou contra os seus planos, contrapondo-se, assim, à ideia inicial de protagonismo e soberania popular.

Por outro lado, o governo se sustentava pelos enormes avanços no social e na economia. O crescimento do PIB se acumulou em mais de 50% entre 2004-2008, estimulando o aumento dos salários e da *renda per capita*, esquentando o mercado interno. O massivo investimento no social atingiu 13,6% do PIB em 2006, possibilitando o incremento do poder aquisitivo dos segmentos mais pobres e na diminuição histórica do desemprego e da miséria (MARINGONI, 2009; LÓPEZ MAYA; LANDER, 2010; PEDROSO, 2018).

Porém, a crise iniciada pelo “estouro da bolha” do setor imobiliário estadunidense no fim de 2008, começou a atingir o mundo a partir de 2009. Discursos de necessidade de “apertar os cintos” dominavam o mercado global. Em questão de semanas, investimentos foram interrompidos ou cancelados; a cautela e o pessimismo tomaram conta. Os efeitos da crise⁵ refreou a demanda de petróleo, que estava em constante crescimento desde 2004, e derrubou os seus preços: em dezembro de 2008, o valor médio do barril desabou para US\$ 33,36, uma redução

⁵ Aqui, parte-se do pressuposto marxiano de que, para a renovação do capital, é necessária a ocorrência de crises cíclicas, ratificando a incoerência do próprio sistema. Cordovano Vieira (2023, p. 31) relata que as crises “[são] necessidades constitutivas do próprio movimento contraditório do capital; [e] também não [são] o resultado de choques desse mesmo movimento contra obstáculos que lhe fossem exteriores, posto que, em seu pleno desenvolvimento, o capital tendia a subordinar todas as esferas da vida e constituía-se como o limite de si próprio”.

de 76%, se comparado com julho (EXAME, 2015). Naturalmente, a Venezuela não ficou de fora deste cenário. Em julho de 2008, o barril nacional custava uma média de U\$ 129,54. No entanto, com a piora da crise, os preços entraram em espiral: U\$ 36,01 em fevereiro de 2009, bem aquém do estipulado de U\$ 60,00 (CRUZ, 2009).

Mesmo com a implementação de medidas mais cautelosas em 2009 e 2010, a Venezuela manteve a soma de aumento do seu PIB no positivo no triênio 2007-2010, puxado especialmente pelo crescimento anual de 2007 (8,8%) e 2008 (5,3%) (FMI, 2023):

Tabela 1 - Evolução do PIB venezuelano por triênio (2004-2022)

Triênio	Somatório do crescimento do PIB venezuelano por triênio
2004 - 2007	43,4%
2007 - 2010	10,9%
2010 - 2013	8,4%
2013 - 2016	-8,7%
2016 - 2019	-43,8%
2019 - 2022	-48,9%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2023. Elaboração própria.

Por conseguinte, em 2010, a dívida externa correspondia a 40% do PIB, chegando à marca de U\$ 100 milhões. Isso obrigou o governo a reduzir bruscamente os gastos no social, afetando na qualidade de diversos serviços públicos (ELLNER, 2010). Mesmo com esse cenário mais dificultoso, o governo buscou manter as transformações em prol do seu projeto revolucionário socialista, com a continuação das estatizações e expropriações em série.

López Maya e Lander (2010) inferem que, ao radicalizar, Chávez ampliou o seu poder e concentrou as decisões do chavismo. Assim, ao intensificar o personalismo, o ex-militar acirrou os conflitos com uma oposição oportunista que inflamou uma parcela da população insatisfeita e afetada pela recessão e pelo colapso energético no fim de 2009.

A pior estiagem em um século afetou os níveis dos reservatórios e, conseqüentemente, as hidrelétricas, responsáveis por 70% da produção de energia nacional (BBC, 2010). Em efeito cascata, apagões acometeram o país. De imediato, a oposição acusou o governo de abandono e descaso, criticando a estatização do setor enérgico e a falta de investimentos necessários (EL UNIVERSO, 2009). Em resposta, o governo declarou que tais problemas foram pontuais, em

razão de atrasos burocráticos, e anunciou um investimento bilionário no sistema energético nacional (BBC, 2010). Porém, o problema está longe de ser solucionado. Novos apagões quase diários continuam atingindo o país, com desdobramentos nos anos subsequentes (SUTHERLAND, 2019).

No meio deste caos, eleições parlamentares para as 165 vagas da Assembleia Nacional foram marcadas para setembro de 2010. O PSUV e o PCV formaram uma coligação, enquanto a oposição se uniu em uma frente ampla, ainda em janeiro de 2008: a *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD), constituída por centenas de partidos antichavistas, como o COPEI, a AD e o PRVZL (TALAVERA, 2019). No dia das eleições, mais de 11 milhões de pessoas, ou 66% do eleitorado, compareceram às urnas, um crescimento de 41% em comparação com as eleições de 2005. Mais uma vez, os chavistas obtiveram a maioria absoluta, angariando 98 cadeiras (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]f).

O último biênio de Chávez destacou-se pela breve recuperação econômica, puxada pela melhora no PIB: 4,2% em 2011 e 5,6% em 2012 (THE WORLD BANK, 2023), pelo aumento nas exportações⁶ (BANCO CENTRAL DE VENEZUELA, 2018a) e pela revalorização do petróleo⁷ no mercado internacional (BERMÚDEZ, 2016). Foi nesse clima de otimismo, que Chávez anunciou a sua candidatura à reeleição no fim de 2011, mesmo em meio a um tratamento oncológico.

Apreensivos desde a derrota do referendo de 2007, os chavistas montaram um verdadeiro esquema de guerra: a militância foi às ruas conquistar o maior apoio eleitoral possível. Com 34.234 organizações inscritas no Polo Patriótico (PSUV, 2011), a coligação oficializou a candidatura de Chávez em junho de 2012. No entanto, devido às cirurgias e sessões de quimioterapias, o ex-militar ausentou-se na maioria das campanhas eleitorais (JARDIM, 2012). Já o MUD iniciou as suas movimentações em fevereiro de 2012, com o lançamento oficial da candidatura do ex-deputado Henrique Capriles do *Primero Justicia*.

Marcada por ataques pessoais e pela violência política, as eleições presidenciais de 7 de outubro apontaram para uma quarta vitória consecutiva de Hugo Chávez. Com 55% dos votos válidos, o bolivariano conquistou mais de 8.190 milhões de votos, 1,6 milhão a mais que o seu rival. Este excelente resultado é evidenciado em particular quando comparado com as eleições

⁶ Somado, os valores chegaram a US\$ 191.6 milhões, aumento de 50% em comparação com o biênio 2009-2011, período do ápice da recessão e o pior momento da crise energética nacional.

⁷ Após quedas acentuadas durante o final de 2008 e 2009, o petróleo venezuelano deu sinais de melhora em 2010. Já em estágio de estabilidade, o seu valor médio flutuou entre US\$ 84 e US\$ 103 entre 2011 e 2014.

de 2006, quando o bolivariano conquistou um pouco mais de 7,3 milhões de votos. Ainda, o sufrágio contou com a participação de cerca de 80% dos eleitores, o maior índice desde 1988 (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[?]?g; 20[?]?h; HETLAND, 2017).

Após passar por quatro complexas cirurgias para extirpar o tumor recorrente, dezenas de sessões de quimioterapias e demais tratamentos médicos, a saúde do presidente estava debilitada ao ponto de o impossibilitar em realizar as incumbências de seu ofício, ou mesmo, para a futura posse de seu novo mandato. Para isso, o seu então vice, Nicolás Maduro, assumiu interinamente o cargo de presidente. Ex-motorista de ônibus, ex-sindicalista, ex-deputado e chanceler, Nicolás Maduro era conselheiro e amigo íntimo de longa data de Hugo Chávez. A fidelidade ao líder bolivariano se converteu em confiança, ao ponto de o próprio Chávez indicar publicamente o seu desejo pessoal de passar o seu governo para o seu amigo de forma legítima até novas eleições (CHÁVEZ FRÍAS, 2012).

Dias depois, Chávez foi internado em estado crítico em Caracas em 18 de fevereiro de 2013, em decorrência de complicações pós-cirúrgicas, falecendo em 5 de março (G1, 2013). Com o anúncio de sua morte, uma multidão tomou as ruas da capital venezuelana. Entristecida, a Venezuela entrou em luto por sete dias (BBC, 2013).

Ellner (2013) reflete que o êxito de mais de uma década de Chávez ia muito além do investimento e valorização no social e no *boom* da economia. Diferente dos seus antecessores, o bolivariano rompeu com as estruturas tradicionais que apartaram os trabalhadores e os mais pobres das decisões políticas e econômicas. Com uma oratória simples e identificável, Chávez teve facilidade em penetrar no coração e na mente das massas, proporcionando-lhes pertencimento, autoestima e atuação ativa nos processos de transformação política e social.

Agora, a Venezuela se encontrava em uma encruzilhada: interrompia o protótipo revolucionário ou realizaria o pedido pessoal de Chávez e depositaria um voto de confiança em Maduro, mesmo que ele não despertasse confiança, identificação e mobilização mesmo entre os próprios integrantes do PSUV? (ARENAS, 2016).

1.4 O governo de Nicolás Maduro e o legado chavista posto em xeque

Segundo o artigo 233 da Constituição Bolivariana, quando um presidente eleito se encontrar ausente antes de sua posse, novas eleições deverão ser convocadas em até trinta dias desde a oficialização de sua ausência. Até lá, o vice-presidente assumirá esse cargo interinamente (VENEZUELA, 1999).

Mesmo com esse dispositivo legal explícito, a oposição alegou que a posse de Maduro era inconstitucional, à medida que especialistas e o próprio Supremo Tribunal de Justiça (STJ) venezuelano concluíram que uma vez reeleito, a posse não era necessariamente imprescindível para um novo mandato (MONTEIRO, 2013; BASTOS, OBREGÓN, 2018).

Com a morte de Chávez antes de sua posse, novas eleições foram estipuladas para o início de abril de 2013. Em uma campanha eleitoral marcada pela hostilidade e o apelo à memória e ao legado de Chávez por ambos os lados, o pleito evidenciou a profunda polarização sociopolítica. Em uma acirradíssima disputa, Maduro (50,62%) obteve 223.599 votos a mais que Capriles (49,12%) (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 20[??]i).

A estreita vitória de Maduro acabou dando margem para a oposição ingressar na Justiça. Alegando uma série de irregularidades, o MUD solicitou a anulação dos resultados e a recontagem dos votos. Em maio, o CNE deu o veredito de que nenhum tipo de fraude ou anormalidade foram encontradas na auditoria (O GLOBO, 2013). Mesmo assim, a oposição não se deu por vencida e realizou uma série de protestos de rua por vários dias.

A deterioração da rivalidade entre chavistas e opositores estimulou a escalada da violência política. Fernández (2019) ressalta que um clima de exceção pairou sobre a Venezuela. Atentados, agressões e homicídios de militantes chavistas viraram recorrentes, em decorrência dos “*guarimbas*”, grupos paramilitares e reacionários de extrema-direita. Mesmo sob um ambiente extremamente hostil, Nicolás Maduro foi empossado no dia 19 de abril de 2013. Como veremos, a sua postura mais intransigente será a principal narrativa da oposição nos futuros imbrólios que lentamente irão corroer as bases institucionais do país.

Ao longo de sua trajetória política, Maduro permaneceu à sombra de Hugo Chávez. Agora, presidente da Venezuela e dirigente do movimento chavista, o ex-sindicalista ficou exposto às críticas e à opinião do público. Com o duplo desafio de gerenciar o país e o heterogêneo movimento chavista, Maduro não dispunha de um elemento crucial para o sucesso de um bom líder: o fator carismático. A ausência dessa habilidade impossibilitou a sua melhor palatabilidade entre uma parcela considerável da população.

O fato de Hugo Chávez ter exitosamente cativado as massas e ter construído o seu legado, ao ponto de ter conseguido transferi-lo ao seu sucessor, devido à sua grande personalidade e dominação carismática em tempos de pluralidade de representatividade política, faz remeter ao conceito de rotinização do carisma (WEBER, GERTH; MILLS 1982). Deste modo, constata-se que a mesma situação acontece com o chavismo. Extremamente carismático, Chávez encabeçou e conduziu um intenso movimento de transformações em

diversas frentes, ao ponto de ter conseguido enraizá-las e normatizá-las entre as massas, mesmo após a sua morte, e transferi-las a uma nova liderança não carismática (ARENAS, 2016).

Em consequência, Maduro teve que enfrentar uma série de ataques, críticas e rejeições advindas de diversas frentes: dos veículos de comunicação, de uma crescente parcela da população insatisfeita com a piora generalizada na qualidade de vida, e até de alguns segmentos internos do PSUV e da militância chavista. Ao subir o tom dos seus discursos, como defesa natural, a oposição oportunamente o taxou de radical. Bastos e Obregón (2018) e Coelho, Rosa e Mendes (2021) apontam que a retórica incisiva de Maduro de não ceder às chantagens golpistas e às provocações de seus rivais desde o início de seu mandato, deu margem para a criação da narrativa de que o governo opta pelo diálogo não-pacífico.

Alinhada aos editoriais de influentes grupos de comunicação interna e internacional, a oposição disseminou que Maduro era um tirano em potencial e uma ameaça iminente à democracia. Em pouco tempo, o presidente passou a ser rotulado midiaticamente como “radical”, “extremista” e “autoritário” (BASTOS; OBREGÓN, 2018). Zero (2017) aponta que informações deturpadas emitidas por veículos de comunicação hegemônicos são administradas por órgãos de inteligência e propaganda estadunidenses. Submetidas aos interesses do capital liberal e conservador internacional, fatos e informações sobre Maduro são alterados e encaminhados para as agências de notícias internacionais que difundem conteúdos parciais, e muitas vezes, falaciosos sobre o seu governo revolucionário.

Santos e Vasconcelos (2016) evidenciam a necessidade de questionarmos e desconstruirmos o senso comum induzido pelos oligopólios midiáticos. Ao concentrar a maioria das informações, essas corporações confluem a opinião pública para tópicos tendenciosamente selecionados, em uma ótica unilateral que mais correspondem aos interesses dos editoriais, e que por conseguinte, silencia e invalida outras perspectivas que poderiam contribuir em uma precisão mais factual e imparcial de um evento específico.

O ano de 2014 foi um divisor de águas. Em janeiro, protestos estudantis contra a insegurança rampante chacoalharam o interior. O aumento da violência assustava a população. O número total de homicídios mais que dobraram: de 8.022 em 2000, para 19.930: uma média de 63 assassinatos por 1.000 habitantes. Tal índice fez da Venezuela um dos países mais violentos em todo o continente americano. Porém, ressalta-se que esse aumento não é algo exclusivo da Venezuela. Calderón e Castells (2021) narram que nas últimas décadas, no geral, a América Latina vem sofrendo um crescimento generalizado da violência. A expansão da

demanda interna e externa de entorpecentes, e por conseguinte, das organizações criminosas, acirram as disputas armadas pelo domínio territorial de produção e venda de drogas.

Em questão de dias, os protestos estudantis chegaram a Caracas, onde foram aderidos por outros grupos antichavistas. Ao se aproveitar do momento, a campanha “*La Salida*”, movimento que exigia a renúncia de Maduro foi lançada. A crescente adesão dos protestos incomodava o governo. Em reação, a militância chavista foi convocada a sair às ruas para mostrar apoio a Maduro. O resultado desse embate não poderia ter sido mais violento: 43 mortos, centenas de detidos, milhares de feridos e acusações de violações dos direitos humanos e da imprensa (FERREIRA GOMES, 2017; CORRALES, 2020; WEBER, 2020; DE MELLO, 2020a; ONER, 2021).

À medida que os embates não cessaram e a economia se agravava, o governo mudou a sua estratégia para uma rota perigosa, a partir de sua derrota nas eleições legislativas no fim do ano anterior. Para manter-se no poder, Maduro passou a barganhar o apoio das Forças Armadas. Para isso, aumentou em mais de 60% o salário dos generais, apesar da recessão econômica, e ampliou a presença de militares na máquina pública, ao designar oficiais no comando de diversos órgãos públicos (BASTOS; OBREGÓN, 2018; SALMERÓN, SALMERÓN, 2019).

Assim, os militares possuíam liberdade em transitar entre as instituições, ao ponto de a sua esfera de influência predominar em quatro áreas: 1) na política, com a candidatura de oficiais nas disputas eleitorais; 2) na administração pública, com a designação no comando de estatais importantes, como a PDVSA; 3) no setor empresarial, com a fundação e gerência de empresas privadas, com deferência do governo; 4) criminalidade, com o envolvimento em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, contrabando e minério ilegal (CORRALES, 2020).

Ainda nessa rota duvidosa, Maduro se alinhou a um poderoso aliado: o Poder Judiciário. A partir de manobras tidas como controversas, o governo meticulosamente submeteu o STJ às suas ordens. Para Pereira da Silva (2021), desta nova relação surgiram excêntricas brechas normativas e interpretações deturpadas da Constituição, mediante inúmeros e pequenos “golpes” institucionais.

A nomeação de magistrados chavistas para a Alta Corte; cassações, detenções e mandados de busca e apreensão de políticos opositores; anulações judiciais de leis aprovadas e a gradativa redução da independência e autonomia da Assembleia Nacional majoritariamente oposicionista; e o fim da imunidade parlamentar de deputados da oposição, foram apenas alguma das medidas polêmicas que escancararam a afinidade entre os Poderes Executivo e Judiciário (CORRALES, 2020; WEBER, 2020; LÓPEZ MAYA, 2021; ONER, 2021).

O turbulento ambiente político-institucional contribuiu para o isolamento venezuelano na América do Sul. A queda do preço do petróleo, atrelada ao avanço dos novos governos de direita da Argentina e Brasil, maiores parceiros comerciais regionais da Venezuela, fizeram com que o seu estoque de apoio e influência entrasse em rápida retração (WEBER, 2020).

Em 2017, um novo capítulo da deterioração da conjuntura política venezuelana. A promulgação das sentenças 155 e 156 autorizaram que as funções do Legislativo fossem assumidas pelo STJ, em consequência dos “constantemente desacatos e desrespeitos” da Assembleia Nacional frente aos descumprimentos das ordens da Justiça (CAMARILLO, 2018).

Como resposta, o presidente da Assembleia Nacional, categoricamente, afirmou que “um golpe estava em curso” (sic) (OCANDO, 2017); enquanto Nicolás Maduro negou o autogolpe, ao afirmar que a Constituição estava em “vigência absoluta” (CLARÍN, 2017). Já no cenário internacional, termos alarmantes como “ameaça de ruptura da democracia” e “deterioramento da ordem democrática” eram repetidos à exaustão pela imprensa conforme os liberais-conservadores ocidentais publicavam as suas “preocupações” com o regime de esquerda de Nicolás Maduro (INFOBAE, 2017).

Embora revogado três dias depois, o MUD e diversos grupos antichavistas foram diariamente protestar contra Maduro em todo o país. Em meio à tensão e pressão rampante, o governo decidiu suspender a Constituição temporariamente, e recorreu à sua militância para a tomarem às ruas. Mais uma vez, o caos e a violência generalizada imperaram ao longo de 2017, com acusações de censura e violações de direitos humanos.

Mesmo sob críticas, Maduro convocou novas eleições para compor uma Assembleia Constituinte, no fim de julho de 2017. Ao alegar falta de transparência, o MUD e demais partidos de oposição optaram por não participar e convocaram boicote. Com a não adesão da oposição, o GPP obteve todas as 537 cadeiras da Constituinte (LÓPEZ MAYA, 2021).

A polêmica manobra causou diferentes entendimentos. Se para Oner (2021), o ato era uma forma de Maduro expandir o seu domínio no Legislativo de forma inconstitucional, para Zero (2017) a ação estava dentro da lei. Para isso, o autor elencou cinco motivos nos quais a Constituinte, ao seu ver, era algo legítimo: 1) estava prevista pelo artigo 348⁸ da Constituição de 1999; 2) diferentemente do que a oposição alegava, a Assembleia permaneceria a mesma; 3) as convocatórias de Constituinte são algo frequentes nas democracias tidas como “modelos”; 4) expressiva participação popular, que seria maior, se muitos eleitores não fossem impedidos

⁸ “A iniciativa de convocação da Assembleia Nacional Constituinte pode ser tomada pelo Presidente da República [...]” (VENEZUELA, 1999; tradução nossa).

propositalmente de votar; 5) finalidade de expandir alternativas econômicas e o desenvolvimento social.

Tendo em vista o agravamento do isolamento que começava a prejudicar as relações comerciais venezuelanas com o exterior, Peru, Canadá, Espanha e Brasil altercaram ou romperam diplomaticamente com a Venezuela entre 2016 e 2017. Já o então recém-criado Grupo de Lima denunciou Maduro ao Tribunal Penal Internacional por supostos crimes contra a humanidade; e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) suspendeu a adesão do país no bloco (GONZÁLEZ, 2016; HERMIDA, 2017; SÁNCHEZ, 2017; PERU, 2017; WEBER, 2020).

No hemisfério norte, a suspensão de repasses emitidos pela PDVSA deterioraram a já agitada relação entre Caracas e Washington, em particular, com a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos (CORRALES, 2020). Esta ofensiva iniciou a chamada “guerra econômica” (ELLNER, 2019), onde os estadunidenses, e em extensão, o bloco europeu, instauraram uma série de embargos econômicos e comerciais à Venezuela, como represália ao maior alinhamento entre Nicolás Maduro e o russo, Vladimir Putin.

A boa relação entre venezuelanos e russos vai desde a troca de técnicas e estratégias de inteligência militar, a aquisição de armamentos e demais apetrechos de guerra, e até mesmo a exportação ilegal de ouro e drogas. Além de Moscou, a Venezuela estreitou os seus laços com os periféricos Turquia, Síria e Irã (CORRALES, 2020; WEBER, 2020; ONER, 2021).

As eleições presidenciais de 2018 tiveram mais um boicote do MUD. Maduro venceu com quase 68% dos votos válidos contra dois candidatos praticamente desconhecidos. Contudo, ao mesmo tempo, o bolivariano viu a sua base eleitoral esvaír consideravelmente: 1,5 milhão de votos a menos do que em 2013, em uma abstenção de 54%, a maior em seis décadas (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2018; LÓPEZ MAYA, 2021).

Para Pereira da Silva (2021), isto está relacionado à atual falta de capacidade de Maduro em mobilizar as massas. Ao se transformar em um movimento cuja identificação corresponde a uma pequena parcela da população, agora, o chavismo se sustenta via meios suspeitos que levantam questionamentos sobre a sua legitimidade.

Sem a participação *de facto* da oposição, a recusa na atuação de entidades e órgãos intergovernamentais na observação e acompanhamento das eleições por parte do governo, além de denúncias de compras de voto e fraudes, fizeram com que suspeitas fossem levantadas a respeito do processo eleitoral (BUITRAGO, 2018; CHARNER; NEWTON; GALLÓN, 2018). Em contrapartida, Nascimento (2020) atribuiu a vitória eleitoral de Maduro à implementação

de medidas consideradas clientelistas há poucos meses antes das eleições, impactando, em especial, as camadas e os segmentos mais fiéis ao chavismo no dia da votação:

[Maduro] utilizou a máquina eleitoral [...] para distribuir produtos básicos a eleitores de redutos que tradicionalmente apoiam o chavismo; [...] e manteve os subsídios de 99,99% ao preço da gasolina, transporte, água, dentre outros bens e serviços, cujo acesso era quase gratuito naquele momento (NASCIMENTO, 2020, p. 128).

Em efeito cascata, as reações e críticas da oposição tomaram conta da mídia. Partidos, dissidentes chavistas, juristas, organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, universitários, intelectuais, empresários e religiosas divulgaram, em conjunto, um manifesto em que declararam não reconhecer a legitimidade dos resultados e a vitória de Maduro (EL MERCÚRIO WEB, 2018). A posição de protesto foi compartilhada pela maioria dos governos latino-americanos, que, ao acompanharem a opinião do Norte Global, “fortemente recomendaram” que Maduro transferisse o seu mandato ao presidente da Assembleia Nacional, até a realização de novas eleições. Em direção contrária, países como Cuba, Bolívia e Nicarágua legitimaram os resultados, ao parabenizar Maduro pela sua vitória (ARELLANO, 2018).

Do outro lado, Maduro insistia ser vítima de um complô entre as forças reacionárias estadunidenses e a direita venezuelana, que visava deslegitimá-lo com falácias, e por conseguinte, atacar a esquerda latino-americana, a partir de narrativas que colocavam a opinião pública contrária ao espectro político (ONER, 2021).

Foi nesse cenário caótico que Maduro foi empossado em 10 de janeiro de 2019. No seu discurso de posse⁹, Maduro alegou que a Venezuela era o epicentro de uma “guerra mundial” liderada pelos Estados Unidos e apoiada pelos seus satélites imperialistas regionais. Além disso, comparou a sua oposição com Jair Bolsonaro, classificado por ele, como “fascista e racista”. Por fim, o bolivariano admitiu que a corrupção generalizada manchou o seu primeiro mandato e que, o seu segundo, seria uma espécie de revolução moral (PHILLIPS; ZUÑIGA, 2019).

Ao longo das décadas, a corrupção vem afetando toda a capacidade e o rendimento da máquina estatal. O próprio Hugo Chávez a referia como um “mal que destruía a nação”. Apesar do seu objetivo de erradicá-la, o chavismo ficou marcado por dezenas de escândalos de suborno, nepotismo, fraudes e desvios de recursos públicos, envolvendo membros do seu mais alto

⁹ Fragmentos do discurso da posse de Nicolás Maduro disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BfRAOrD_A9A>. Acesso em 31 out. 2023.

escalão. Isto fez com que a maioria da população descreditasse nas promessas do governo de combate à corrupção (ELLIS, 2018; LÓPEZ MAYA, 2021), conforme mostra a tabela 2:

Tabela 2 - Percepção do aumento da corrupção em relação ao ano anterior na Venezuela

Ano	Percepção
2016	87,7%
2018	86,7%
2020	75,4%

Fonte: Latinobarómetro¹⁰, 2023. Elaboração própria.

A “ousadia” de Maduro em assumir provocou novas sanções dos Estados Unidos e da União Europeia. Nesse ínterim, a Assembleia Nacional “invalidou” o seu mandato, transferindo as funções do Executivo ao seu presidente, o deputado Juan Guaidó, com bases nos artigos 233 e 350¹¹ da Constituição Bolivariana. À medida que o STJ invalidou prontamente a medida, a Casa Branca, em provocação, reconheceu Guaidó como presidente interino. Em reação, Maduro anunciou o rompimento diplomático da Venezuela com os Estados Unidos, que resultou no bloqueio do restante dos ativos das multinacionais estadunidenses na PDVSA, além da transferência dos rendimentos e *royalties* da importação de hidrocarbonetos para a gestão paralela (ELLNER, 2019; G1, 2019a).

Se a intenção era de estrangular a economia e forçar a saída de Maduro, tal propósito não ocorreu. Pennaforte e Oliveira (2019) aludem que este fracasso é decorrência do novo ordenamento econômico, político, militar e geopolítico global, com a ascensão e expansão da influência de novos atores anti-hegemônicos. Nesse cenário, o tradicional método imperialista não detém os efeitos arrebatadores de outrora. No caso da América do Sul, a sua aproximação gradual com a Índia, Rússia e especialmente com a China servem como contrapeso às sanções e à intervenção dos Estados Unidos (DA CUNHA FACCIOLLI *et al.*, 2019).

Embora esse rearranjo venha se consolidando a passos largos, o poder da influência estadunidense ainda é muito relevante e impactante. Conforme aponta López Maya (2021), mais de cinquenta países, inclusive muitos latino-americanos, seguiram os Estados Unidos, e

¹⁰ Para maiores informações, acessar: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>.

¹¹ “O povo da Venezuela, fiel à sua tradição republicana, à sua luta por independência, paz e liberdade, desconhece qualquer regime, legislação ou autoridade que contrarie os valores, princípios e garantias democráticas ou menosprezo dos direitos humanos” (VENEZUELA, 1999; tradução nossa).

oficialmente reconheceram Juan Guaidó como o novo “presidente” interino da Venezuela. Em razão do acúmulo de apoio externo e interno, Guaidó concentrou em si o movimento anti-Maduro, irrompendo com a crise de representatividade e liderança que restringia o impacto das ofensivas da oposição desde 2014 (SALMERÓN; SALMERÓN, 2019).

Estimulados pelo blecaute de enormes proporções que deixou 90% do país às escuras no mês de março (Sutherland, 2019) e o descontentamento crescente da população diante ao agravamento da pobreza, desemprego, desabastecimento e violência, grupos antichavistas e pró-Guaidó convocaram centenas de protestos diários em todo o país ao longo de 2019. Segundo o *Observatorio Venezolano de Conflictividad Social* (OVCS), um recorde de 16.739 de manifestações de rua antigoverno foram registradas apenas neste ano (OVCS, 2020).

O primeiro semestre de 2020 ficou marcado pela intensificação dos litígios. Em janeiro, Guaidó foi “eleito” por um tipo de Assembleia paralela e informal, constituída apenas por parlamentares antigovernistas. Reforçado pelo suporte diplomático e financeiro estadunidense, o ex-deputado buscava a todo custo destituir Maduro do poder. Já a segunda metade do ano foi marcada pela dificuldade de Guaidó em angariar mais apoio interno, especialmente entre a alta cúpula militar (ONER, 2021). Até então, o seu apoio era restrito a alguns grupos majoritariamente formados por oficiais de baixa patente, ou mesmo por militares expulsos, ou desertores, como os que atuaram na *Operación Gedeón*, incursão golpista fracassada composta por milicianos e mercenários norte-americanos, em maio de 2020. O malogro das tentativas de destituir Maduro fez com que o prestígio depositado em Guaidó se esvaísse gradualmente. O parlamentar não conseguia cumprir a missão na qual lhe foi confiada, apesar de amplo apoio logístico e financeiro (DE MELLO, 2020b; G1, 2020; BRICEÑO-RUIZ; LEHMANN, 2021).

Em junho de 2020, a convocação para as eleições parlamentares em dezembro causou desconfiança por parte da oposição, que anunciou o boicote à sua participação. No período pré-eleitoral, a ampliação dos assentos da Assembleia: de 165 para 277 e a proibição de observatórios internacionais acarretaram retóricas de possíveis fraudes eleitorais. No dia do pleito, locais de votação vazios. Mais uma vez, a abstenção foi altíssima: cerca de 65%. Sem oposição, o GPP conquistou 253 cadeiras no total. Agora, o governo havia retornado ao controle da Casa até 2026 (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2020; ONER, 2021).

Naturalmente, a oposição não reconheceu os resultados e manteve a sua “Assembleia paralela”, reconduzindo Guaidó como seu “presidente” por mais dois anos. Contudo, a sua permanência como líder da oposição passou a ser vista com desânimo por outros opositores, que consideraram a sua tática falida. Ao não angariar mais resultados concretos, a gestão

paralela viu o seu apoio interno e externo se dissipar. Em 2022, a União Europeia o rebaixou a um simples “interlocutor privilegiado”. No fim de 2022, alegando necessidade de novos meios de fazer política de oposição, a maioria da Assembleia paralela votou pelo fim do “governo” de Guaidó. Derrotado, o agora ex-parlamentar renunciou à sua candidatura para as eleições presidenciais de 2024 e partiu junto a sua família rumo aos Estados Unidos (REUTERS, 2021; CANO, 2022; G1, 2022; O GLOBO, 2022; ESTANISLAU, 2023a; CNN BRASIL, 2023).

Em entrevista à Reuters, o analista político Pedro Benítez considera que a desmobilização da base de apoio e a convicção de que apenas a pressão internacional seria suficiente para derrubar Maduro foram fatais para Guaidó. Já em entrevista à BBC, a historiadora Margarita López Maya e o sociólogo Juan Manuel Trak, ponderam que a falta de resultados relevantes e a falta de transparência nas finanças e doações levantaram suspeitas e um crescente descrédito por parte de segmentos empresariais e políticos que apoiavam o ex-deputado (BBC NEWS, 2022; RODRÍGUEZ MONTILLA; SUÁREZ, 2022).

Do outro lado, investigações do Ministério Público da Venezuela apontaram que nomes de confiança da “gestão” de Guaidó desviaram cerca de U\$ 40 bilhões, em um grande esquema de corrupção, que inclui peculato, fraude financeira, má administração e apropriação ilícita das reservas internacionais para benefícios particulares (G1, 2019b; BASPINEIRO, 2021; DE MELLO, 2021). Sem Guaidó, a fragmentada oposição vem começando a se convergir a um novo nome que vem se destacando, graças ao impulso da grande mídia: a ex-deputada Maria Corina Machado. A rápida ascensão de Machado abre um novo capítulo no caótico livro sobre a política venezuelana contemporânea (PRADO, 2024).

Por mais de uma década, Nicolás Maduro conseguiu resistir à fase mais crítica da economia e da instituição venezuelana nos tempos contemporâneos. Segundo Corrales (2020), a recessão no país foi a mais intensa em toda a América Latina desde 1945, chegando a se assemelhar às condições de tempos de guerra.

Além da política, um conjunto de eventos deteriora o quadro econômico e financeiro da Venezuela, em particular, pelas inconstâncias do preço do petróleo no mercado internacional. Isto reforça a análise de que todo o bem-estar e o crescimento econômico do país são irrestritamente dependentes das flutuações do produto no exterior (ONER, 2021). Por exemplo, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo¹² (OPEP), em 2015, o produto obteve a pior média desde o ápice da crise de 2008, assim como revela a tabela 3:

¹² Para verificar o histórico com mais detalhes, verificar:

<https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Tabela 3 - Preço médio internacional do barril do petróleo

Ano	Preço médio em dólar (U\$)
2013	U\$ 96,29
2015	U\$ 40,76
2017	U\$ 69,78
2019	U\$ 41,47

Fonte: OPEP, 2023. Elaboração própria

Alguns outros aspectos relacionados a políticas julgadas como desastrosas acometeram a crise econômica. Para Bastos e Obregón (2018), o pontapé se deu pela excessiva intervenção estatal em setores, como o imobiliário. Em uma abordagem mais aprofundada, Ellis (2018) aponta que a derrocada foi causada por cinco motivos: 1) o acúmulo gradual de políticas que desconsideraram a realidade do sistema econômico e produtivo nacional; 2) expropriações demasiadas e controles de preços desmedidos; 3) corrupção generalizada e má gestão administrativa e financeira das estatais; 4) queda do preço do petróleo no exterior; 5) pagamentos obrigatórios da crescente dívida externa.

Em contraste, Zero (2017) relativa à responsabilidade do governo, ao atribuir a culpa na chamada “guerra econômica” e a aliança entre a oposição e agentes internacionais, que juntos, pressionam pela recessão artificial da economia venezuelana, por meio de quatro grandes frentes: 1) hiperinflação instigada; 2) boicote às exportações; 3) embargo e bloqueio financeiro dissimulado, e finalmente, 4) desabastecimento programado, via contrabando e traficância de mantimentos, medicamentos e gasolina nacional para fora do país.

A insuficiência na produção de bens essenciais, além de insumos, instrumentos, matérias-primas e maquinários, tornou o país extremamente dependente de importações. Estima-se que, entre 1999 e 2012, as importações deram um salto: de U\$ 16,7 bilhões para U\$ 59,3 bilhões (ELLNER, 2015; BRICEÑO-RUIZ; LEHMANN, 2021).

Com a restrição de suas contas, o boicote e o declínio das arrecadações, a Venezuela vem enfrentando uma enorme escassez de medicamentos, mantimentos e outros itens para o dia a dia, como higiene pessoal e limpeza. Em uma óptica econômica, esse desabastecimento generalizado afeta as atividades de empreendimentos voltados às negociações destes produtos. Já do lado social, agravam a insuficiência alimentar e multiplicam os riscos de ondas de fome e miséria, especialmente entre os mais vulneráveis (ELLIS, 2018).

A partir do panorama apresentado, é possível destrinchar as principais causas que levaram tanto PIB quanto a capacidade produtiva da Venezuela decair de forma tão brusca na última década. Por exemplo, apenas entre 2018 e 2010, metade da produção total de bens e serviços havia simplesmente desaparecido (PUENTE; RODRÍGUEZ, 2020).

A informação pode ser evidenciada em números. Entre 2014 e 2020, a variação acumulada do PIB chegou à impressionante cifra de -120,3%, conforme aponta a tabela 4:

Tabela 4 - Evolução do PIB real venezuelano (2014-2020)

Ano	Valor em Bolívares (em milhão)	Variação com o ano anterior em porcentagem
2014	598.103	-4,0%
2015	560.892	-6,2%
2016	465.314	-17,0%
2017	392.393	-15,7%
2018	315.092 *	-19,7%
2019	227.811 *	-27,7%
2020	159.470 *	-30,0%

*Estimativas baseadas nas variações das porcentagens anuais divulgadas

Fonte: Banco Central de Venezuela, 2018b; FMI, 2023. Elaboração própria

A derrocada na economia disparou a inflação, a maior do mundo em 2017 e 2018: 862,60% e 130,060% respectivamente, as más políticas fiscais e monetárias, a debilidade no controle de preços e a queda geral de produção foram alguns dos motivos que pressionaram essa escalada sem precedentes. Em paralelo, o totalmente desvalorizado bolívar deixou praticamente de ser a moeda mais circulada no país. O dólar americano se “oficializou” em transações comerciais e compras cotidianas, como alimentos e roupas (PUENTE; RODRÍGUEZ, 2020; CAPPA, 2022; ESTANISLAU, 2022).

No geral, quando a economia enfrenta dificuldades, o povo experimenta uma piora nas condições e na qualidade de vida. No caso venezuelano, não foi diferente. Após anos de avanços significativos, a conjuntura socioeconômica do país entrou em revés. Os crescimentos astronômicos do desemprego e da pobreza multidimensional escancaram o difícil cenário vivido pela população do país mais desigual das Américas (ENCOVI, 2022). A tabela 5 mostra bem o quadro dificultoso:

Tabela 5 - Índices de desemprego e pobreza na Venezuela (2015-2022):

Ano	Desemprego	Variação com o ano anterior	Pobreza Multidimensional	Variação com o ano anterior
2015	7,4%	0,7%	41,3%	2,0%
2016	20,9%	13,5%	46,1%	4,8%
2017	27,9%	7,0%	48,2%	2,8%
2018	35,6%	7,7%	51,0%	13,8%
2019-2020	44,0%	8,4%	64,8%	0,4%
2021	52,0%	8,0%	65,2%	0,4%
2022	*	*	50,5%	-14,7%

***Dados indisponíveis**

Fonte: Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI), 2022; FMI, 2023. Elaboração própria.

Em um quadro similar, qualquer outro presidente seria destituído de imediato. Mas, o mesmo não ocorreu com Maduro. Por quê? Como ele ainda consegue permanecer no cargo? Corrales (2020) e Mijares (2020) são categóricos: Nicolás Maduro sobrevive, porque se transformou em um déspota. Para os autores, o bolivariano aproveita-se dos plenos poderes de seu cargo para utilizar a máquina pública e as instituições ao seu favor, além de recorrer a instrumentos corruptivos de compras de apoio, designação de cargos estratégicos e trocas de favores para continuar no cargo, sem nenhum tipo de impedimento jurídico ou político.

Por outro lado, Nascimento (2020) acredita que a permanência é resultado de três elementos: 1) discordâncias de objetivos e desunião da oposição; 2) às próprias manobras de Maduro, como o seu alinhamento ao Poder Judiciário; 3) implementação e continuação de políticas clientelistas e assistencialistas, como as que o ajudaram a se reeleger em 2018.

O incessante conflito institucional entre governistas e opositores saiu das quatro linhas do campo político e permeou até as esferas que ajudam a constituir a sociedade venezuelana num todo. O aumento da polarização e da violência política entre essas duas forças antagônicas resultou em profundas instabilidades generalizadas em diversas frentes, como a própria economia e o bem-estar socioeconômico da população.

Com as próximas eleições presidenciais estipuladas para o segundo semestre de 2024, os embates hostis se renovam e se acirram. O clima de discórdia e rivalidade ganha um novo fôlego para perdurar por mais tempo. Independentemente do vencedor do futuro pleito, o novo

presidente precisará enfrentar inúmeros e complexos problemas concernentes à qualidade de vida do seu povo, incluindo aqueles que estão vivendo e se movimentando ao redor do mundo.

1.5 A Venezuela no exterior: Petróleo, (re)aproximações e (re)afastamentos

Para os venezuelanos, o petróleo é o maior responsável por inúmeras transformações. Até a década de 1930, o país ainda reproduzia características coloniais: agrário e rural, despovoado, escasso em tecnologias e infraestruturas, e com uma população majoritariamente analfabeta e miserável. Com uma economia incipiente, a Venezuela era um mero exportador de cacau e café (MARINGONI, 2009; DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010).

A descoberta dos primeiros campos petrolíferos durante o Gomecismo condicionou uma série de mudanças. Em alguns anos, o país passou a ser urbano, graças ao grande êxodo rural e ao protótipo de industrialização. Contudo, essa exploração se concentrava entre multinacionais e companhias estrangeiras (McBETH, 1982; DELGADO, 2017). Esta exclusiva concessão acabou afastando a participação nacional e solapou as chances de um empreendimento tipicamente venezuelano até a fundação da PDVSA quatro décadas depois.

O contínuo incremento do ingresso de remunerações fiscais e *royalties* abarrotou a Venezuela de dinheiro. A fácil e instantânea quantia abundante disseminou a mentalidade rentista entre as classes dominantes. Não obstante, o comodismo burguês resultou no desestímulo à geração de alternativas produtivas (MONEDERO, 2009; AGUILAR, 2011). Como resultado, a gradual dependência econômica ao petróleo chegou a corresponder a mais de 90% das exportações ainda nos anos 1940:

Tabela 6 - Participação do petróleo nas exportações venezuelanas totais (1925 - 1965)

Ano	Participação em porcentagem
1925	46,6%
1945	90,1%
1965	93,0%

Fonte: Domínguez e Franceschi, 2010. Elaboração própria.

Neste panorama, outros setores econômicos, não ligados ao combustível, se estagnaram ou retrocederam, acelerando a desindustrialização nacional (DELGADO, 2017; PEDROSO, 2018). Seabra (2012) contempla que esse processo, intensificado no fim da década de 1980 e

estendido no próximo decênio, foi resultado da aplicação da agenda reformista neoliberal que estimulou a reprimarização do sistema de produção e da abertura econômica.

Ao camuflar-se como uma saída para a crise que assolava toda a América Latina, o projeto neoliberal serviu para agravar a instabilidade econômica e fiscal e ao acentuar a dependência regional ao capital financeiro do eixo hegemônico, a partir da redução das exportações e do aumento coagido das importações. Assim, a América Latina converteu-se em um ensaio dos interesses imperialistas dos Estados Unidos, tornando-se refém da prescrição de diretrizes que buscava formas e meios de fortalecer e estabilizar o dólar por meio de uma política monetária mais agressiva e coerciva (CARCANHOLO, 2008; WILHELM, 2011).

O aumento abusivo das taxas de juros no pagamento das dívidas externas obrigatórias exigiu o reordenamento financeiro dos países latino-americanos, afetando diversos setores do Estado, como a administração pública, o desempenho de serviços públicos e a redução da proteção e assistência social. Em consequência, os juros excessivos influíram na bancarrota de muitas economias, piorando a recessão que assolava a região no período.

Logo, como “única alternativa” diante do colapso iminente, órgãos intergovernamentais representantes dos interesses estadunidenses, como o Banco Mundial e o FMI, impuseram chantagens a esses países mediante medidas econômicas-institucionais. Em troca, pela suavização dos juros e de novos empréstimos, as economias endividadadas teriam que submeter-se às austeras reformas fiscais e financeiras que implicaram na supressão de direitos trabalhistas e sociais e no avanço da economia de livre mercado (MARINI, 1992; 2011).

Marini (2017) ainda alude que a economia latino-americana é submetida às ordens advindas dos centros detentores da produção. Tal dependência corresponde à conversão da mão-de-obra regional como especialista na produção de bens primários, com o intuito de guarnecer as nações industrializadas; e na coerção de uma estrutura sistemática de superexploração e precarização do trabalho, em congruência com as classes burguesas locais.

A subordinação venezuelana a essa conjuntura se acentuou a partir do frenesi neoliberal no fim dos anos 1970. Em entremeios, o petróleo não escapou desse alvoroço. Com o fim do protecionismo, a PDVSA passou a ser regulamentada majoritariamente pelo mercado externo, com a reautorização de aquisição e exploração de refinarias por multinacionais. Ademais, a prevalência ideológica de mercado que incentivava à redução máxima do Estado na época, fez com que a estatal angariasse uma ampla autonomia e correspondesse quase que exclusivamente aos interesses internacionais e da irrisória burguesia petroleira nacional, se afastando da difícil realidade socioeconômica do país até o fim do milênio (WEBER, 2020).

Todavia, a chegada de Hugo Chávez redefiniu tais paradigmas. A Venezuela havia finalmente deixado a sua posição histórica de passividade para trás e passou a se impor contra o imperialismo ianque. Essa nova postura viabilizou a otimização econômica e a maior atuação do Estado no bem-estar. Em um contexto atual marcado pela inerência das discrepâncias e pelo incessante conflito antagônico entre dominantes e dominados, qualquer fenômeno ou evento que visa mudar com essa conjuntura pode ser considerado como um ato revolucionário.

Na interpretação marxiana, a revolução é a completude da ruptura radical do sistema social capitalista em um processo liderado pelo proletariado. Com o intuito de superar as conjunturas sócio-históricas vigentes, e então, transformá-las em inéditas relações de vida e modos de produzir e conviver; a revolução no entendimento socialista, aspira à eliminação do domínio e da exploração sob a classe trabalhadora, para assim, condicionar uma nova sociedade totalmente diferente da capitalista: igualitária, justa e proletária (MARX; ENGELS, 1997).

Nesse pressuposto, considera-se que a Venezuela está em um processo revolucionário liderado pelo chavismo. Embasado pelo personalismo, o chavismo se convergiu em uma grande força mobilizadora de massas historicamente oprimidas e excluídas. Hugo Chávez defendia a conscientização social e política dos trabalhadores, como meio de defesa da soberania nacional diante das ambições dos “inimigos da pátria” (BUZETTO, 2008; PEDROSO, 2018).

Ao apropriar-se dos princípios anticoloniais de Simón Bolívar, o chavismo defende a inclusão, a justiça e a igualdade social, o combate contra as elites e a independência emancipatória do povo frente à oligarquia e ao imperialismo (GRANADOS JIMÉNEZ, 2003; SEABRA, 2012). Ferreira Gomes (2017) constata que a base estrutural do chavismo é propor a superação das relações desiguais entre centro e periferia, em um movimento antiimperialista, nacionalista e pró-América Latina.

A partir desse amálgama, é formado o “socialismo bolivariano” (MOLINA; ROLOFF; MADRID, 2018), alternativa não eurocêntrica do socialismo do século XXI: uma esquerda renovada que abarca a discussão e o combate de problemas histórico-sociais atribuídos à colonização, que combate os efeitos nefastos da globalização exploratória e do capitalismo neoliberal e imperialista sobre as periferias (ARAÚJO, 2010; FERNÁNDEZ, 2019).

Heterogênea e majoritariamente não radical, a nova esquerda latino-americana passou a disputar por igual o capital político e eleitoral com a direita, irrompendo com o tradicional domínio de regimes conservadores, liberais e oligárquicos. Tal equidade provocou o encadeamento de governos progressistas no início do século XX, em um fenômeno político

popularmente conhecido como “Onda Rosa¹³”, como reação espontânea ao fracasso do neoliberalismo na década anterior (DOS SANTOS, 2014).

No geral, a Onda Rosa defende a rearticulação entre o Estado e o mercado mediante o neodesenvolvimentismo, plano macroeconômico que une a participação estatal em infraestruturas e alternativas de produção e o incremento do social, mediante políticas públicas redistributivas, de renda e inclusão. A preocupação pelo social é uma das agendas que uniam os progressistas, que embora internamente distinguidos entre “moderados” e “ortodoxos”, compartilhavam entre si a defesa de pautas, como justiça social; às reivindicações de equidade de gênero; a promoção dos direitos das minorias e a democracia participativa (EMERSON, 2018; BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2019; CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

No campo externo, a Onda Rosa buscou por uma maior integração, autonomia e protagonismo na dinâmica do cenário internacional mediante as ordens do Norte global (PEDROSO, 2018). Esse posicionamento mais incisivo proporcionou uma maior inserção latino-americana nas articulações e regulações econômicas globais induzidas pelos novos dinamismos e exigências do sistema capitalista mundial contemporâneo.

No caso da política externa venezuelana, considera-se que ela pode ser dividida entre pré e pós-Chávez. Desde o Gomecismo, as relações internacionais eram basicamente de alinhamento e submissão irrestrita às exigências dos Estados Unidos. Entre 1969 e 1979, já com o *puntofujismo*, esse relacionamento destacou-se pelo distanciamento. Para Ferreira (2016), esse decênio de maior afastamento está relacionado à melhor fase econômica venezuelana, ao pluralismo ideológico de Rafael Caldera e à diplomacia petroleira de Andrés Pérez.

Em razão do agravamento da crise fiscal ¹⁴ das décadas de 1980 e 1990, esta situação mudou. Sem saídas, a Venezuela foi praticamente compelida a se reaproximar dos estadunidenses, como permuta de aquisição de mais empréstimos. No entanto, esse quadro de submissão passou a ser alterado com a chegada de Hugo Chávez.

Ao se contrapor aos interesses expansionistas e à cobiça estadunidense sob o petróleo, a Venezuela chavista pretendeu consolidar uma geopolítica antissistêmica, ao se contrapor aos

¹³ Inaugurado por Chávez em 1998, o fenômeno se estendeu ao Brasil e à Argentina em 2003, com as vitórias de Lula e Néstor Kirchner. Com o seu ápice entre 2006 e 2014, a “Onda Rosa” predominou até a sua decadência em 2015, com a ascensão da “onda neoconservadora”. Como bem observa Nolte (2022), atualmente há um ressurgimento denominado de “nova onda rosa” ou “onda rosa 2.0” como resposta ao posicionamento, muitas vezes negacionistas, dos conservadores diante da pandemia de COVID-19.

¹⁴ Nesse período, a Venezuela ainda sofria com os impactos da Crise do Petróleo de 1979 e o desenrolar da Guerra entre Irã-Iraque, que se estendeu ao longo da década de 1980. Gately e Adelman (1986) mostram que, entre 1981 e 1985, os valores médios do petróleo no mercado mundial diminuíram quase 40%, e logo após, no primeiro semestre de 1986, o produto entrou em colapso, com os seus preços despencando mais de 50%.

tradicionais arranjos impostos pelo Norte global (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989; MORENO; DE PAIVA, 2016). Associando essa teoria *wallersteiniana*, Carvalho (2008, p. 216) considera o pensamento chavista como uma “luta incessante contra o capital e o modelo neoliberal, visando à busca de alternativas para a construção de uma nova estrutura social e uma redefinição na arena econômica e política”. Já Coutinho (2012) pondera que essa atitude mais crítica e questionadora aos preceitos impostos às periferias do sistema mundo, faz da Venezuela um contrapeso regional às investidas e ações do eixo industrializado.

Em simultâneo, a valorização do petróleo contribuiu para o fortalecimento e expansão da diplomacia petroleira, em especial, na zona periférica global. Da mesma forma, o chavismo destacou-se por rearticular a volta da OPEP à frente das negociações das cotas de preços do petróleo mundial, otimizando os níveis de reputação, confiança e visibilidade da Venezuela no sistema econômico e geopolítico internacional (MARINGONI, 2009).

O uso do petróleo como recurso de diplomacia tangeu a difusão da divulgação da agenda política externa venezuelana, a busca por diversificação e alternativas econômicas e materializar a estratégia de integração regional tão almejada por Chávez, a partir da criação de associações comerciais, políticos e geopolíticos entre os países do Caribe e da América do Sul (BARROS, 2006; MARINGONI, 2009; ELLNER, 2009; FERREIRA, 2016). Portanto, graças a essa melhor visibilidade diplomática, a Venezuela rompeu com a sua histórica tendência de isolamento e irrelevância regional. Este desempenho mais enfático possibilitou a sua adesão em blocos recém-criados ou em absoluto estágio de expansão, contribuindo para o acúmulo de apoio externo a Chávez, consolidando a sua legitimidade frente às investidas internas e externas de atores antagônicos (MARTÍNEZ MEUCCI, 2012).

Chávez defendia alternativas focadas no integralismo e unificação das nações latino-americanas, como meio de proteção às ações das potências industrializadas, em especial, os Estados Unidos. Para isto, encabeçou para a criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, cujos objetivos principais são: promover a valorização, a soberania e à autodeterminação da economia, do comércio e do povo latino-americano; o reconhecimento da identidade hispano caribenha e reafirmar um posicionamento crítico à globalização neoliberal e ao imperialismo estadunidense (SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014).

Outro momento importante na política externa venezuelana foi a sua adesão ao Mercosul em 2004, especialmente graças à campanha do corpo diplomático brasileiro. Tal apoio estabeleceu uma nova fase nas relações entre os dois países vizinhos. Mesmo compartilhando mais de 2.190 km de extensão, Brasil e Venezuela mantinham um tipo de

“vizinhança distante”, onde as suas relações se mantiveram praticamente escassas ou inexistentes por muitos anos (GONZÁLEZ URRUTIA, 2011). Da Silva e Baeninger (2021) refletem que tal condição se deu em razão de sua área de fronteira ser majoritariamente composta por enormes áreas de densa floresta e reservas indígenas ou biológicas e sem nenhuma estrutura de contato.

Em meados do século XX, o avanço da comercialização do petróleo fez com que as relações entre brasileiros e venezuelanos se desenvolvessem, porém, ainda de modo incipiente (GEHRE, 2010). Nos anos 1960, as diferenças entre regimes fizeram com que as relações bilaterais retornassem à estagnação, e posteriormente, ao breve rompimento com a doutrina Betancourt (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2022).

Com o término da doutrina, ambos países retornaram à formalidade diplomática, a partir da iniciativa tomada por Rafael Caldera, com o intuito de expandir o protagonismo venezuelano na América do Sul. A inauguração da BR-174 nos anos 1970 pelos militares otimizou como nunca a expansão das relações, além de ter proporcionado um melhor câmbio social e cultural entre brasileiros e venezuelanos (GONZÁLEZ URRUTIA, 2011). Ao passo que o mundo se transformava entremeios da década de 1980 e 1990, a América do Sul passava por seu pior momento econômico no século XX: era o auge da “década perdida”. Este cenário dificultoso provocou uma cooperação mais pontual e restrita entre Brasil e Venezuela, sempre sob os olhos estadunidenses (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2022).

A era chavista proporcionou mudanças no que concerne às relações venezuelanas com o seu maior vizinho. Motivada ideologicamente por um pensamento de maior independência e protagonismo, a nova diplomacia venezuelana alinhou-se, quase que de imediato, com as novas diretrizes petistas da diplomacia brasileira, que, até certo grau, dispunha de valores similares. Mesmo após a morte de Hugo Chávez e a saída de Lula do poder, o bom relacionamento diplomático entre ambos os países continuou. O diálogo e interação entre Venezuela e Brasil atingiram um novo patamar. A ratificação de dezenas de acordos multissetoriais estratégicos e rentáveis ajudou a viabilizar a proposta inicial chavista de estreitar e expandir a autonomia sul-americana (ZURITA, 2006; GEHRE, 2010).

Porém, esta relação amistosa entrou em rápida deterioração a partir do golpe que destituiu Dilma Rousseff em 2016. No ano seguinte, com a eclosão da imigração venezuelana para o Brasil, Michel Temer culpabilizou somente Nicolás Maduro pela crise no país vizinho. Do outro lado da fronteira, o bolivariano alegava não reconhecer Temer como presidente, o chamando de “usurpador” (EXAME, 2016; ACTIS, 2017; GAMBA, 2018).

A onda neoconservadora que ganhava força entre as décadas de 2010 e 2020, incitou o distanciamento entre Brasil e Venezuela. A revisionista e hostil política externa bolsonarista, ao distorcer narrativas e difundir mentiras, apropriou-se sobre a situação real da Venezuela e a transformou em arma política e ideológica contra Nicolás Maduro e a esquerda. Para agravar, o reconhecimento brasileiro ao “governo” Juan Guaidó fez com que a Venezuela rompesse as suas relações com o seu vizinho até 2023, com a volta de Lula (LONGUINHO, 2023).

Ao seguir a linha do tempo da diplomacia brasileira a partir dos anos 2000, constata-se que houve um redirecionamento mais incisivo voltado para a América do Sul, como parte de sua agenda geopolítica e econômica externa. Nesse quesito, houve a expansão da presença brasileira na região mediante três frentes: internacionalização de empresas, atuação de agentes ligados econômicos estratégicos e incremento do capital brasileiro (DOMINGUES, 2008).

Porém, essa conduta expansionista resultou no aumento de conflitos envolvendo brasileiros e atores político-sociais sul-americanos, como elenca Bueno e Seabra (2009):

[...] a exemplo dos embates do movimento campesino com empresários [brasileiros] do agronegócio [...] que cultivam soja em terras paraguaias e bolivianas; a nacionalização da exploração de petróleo e gás natural na Bolívia, envolvendo a Petrobrás; e a recente expulsão da Construtora [brasileira] Odebrecht do Equador. (BUENO; SEABRA, 2009, p. 10).

No caso venezuelano, vale a pena destacar a atuação do Brasil como intermediadora durante o locaute de 2003, em parceria com a Espanha e os Estados Unidos. Para Lucer (2007a), essa união evidenciou a ambiguidade da diplomacia petista, uma vez que Madri e Washington eram os maiores antagonistas do chavismo, e pela sua atuação vexatória de linha auxiliar do interesse estadunidense em recuperar a sua imagem, regionalmente afetada após de ter apoiado a tentativa golpista da oposição chavista.

A partir desse contexto, é possível corroborar com o posicionamento de Coutinho (2012) que pondera que o Brasil constantemente efetuava um tipo de jogo duplo: se aproveitava de sua diplomacia amistosa e de sua influência econômica na região, ao mesmo tempo, que agia conforme alguns interesses estadunidenses, em troca de obter maiores possibilidades de conquistar a tão almejada cadeira fixa no Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU) (LUCER, 2007a). Deste modo, acredita-se que a política externa brasileira recorre ao seu importante e estratégico poder diplomático quando lhe convém tanto para defender, ampliar e intensificar a sua esfera de influência sob os seus vizinhos, ao passo, que

esses movimentos correspondem às demandas do capital hegemônico, em um tipo de subimperialismo (BUENO; SEABRA, 2009).

Sinteticamente, esse jogo mútuo é resultado dos rearranjos espaciais do capital e do trabalho. De modo casual, tais reorganizações acabaram gerando o acúmulo de capital e tecnologia em determinados locais fora do eixo industrializado. Assim, esses lugares reproduzem, de maneira mais intensa, os reordenamentos do capital, como a financeirização do mercado, abertura, expansão e monopolismo. No entanto, apesar desse cenário, esses territórios ainda não dispõem de autonomia econômica e tecnológica e continuam se submetendo às ordens do capital hegemônico (LUCER, 2007a; COUTINHO, 2012; MARINI, 2013).

O subimperialismo brasileiro surge ainda na década de 1960, com a expansão da “exportação de capital e manufaturas, bem como no controle de matérias-primas e fontes de energia” (LUCER, 2007b, p. 12). Nesse sentido, Marini (2013) pondera que a superioridade política externa brasileira diante dos seus vizinhos é fruto de uma maior diversificação de mercados, nas variedades das exportações e na estipulação de novos parceiros econômicos.

Isso permite que o país usufrua de maiores instrumentos de expansão e desenvolvimento da sua potencialidade de se consolidar como um protagonista regional. Além disso, o Brasil detém uma enorme vantagem territorial e potencial frente a seus vizinhos, que dentro de suas óbvias proporções, remetem a uma dinâmica similar utilizada pelo imperialismo de certas nações hegemônicas, como os Estados Unidos (LUCER, 2007b).

2. A INFLUÊNCIA DOS ATORES RELIGIOSOS CRISTÃOS NO TRABALHO ASSISTENCIAL DE MIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

O segundo capítulo aborda a atuação das instituições cristãs na assistência a indivíduos e grupos considerados socialmente marginalizados e negligenciados pelo Estado. No caso do Brasil, constata-se uma forte liderança de diversas entidades e associações cristãs em inúmeras campanhas e ações de acolhimento e inserção social de migrantes e refugiados.

Tamanho prestígio, inclusive, possibilita o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições públicas responsáveis em garantir a defesa dos direitos desses grupos. Neste sentido, essa parte da pesquisa busca apurar e revelar a influência do proselitismo cristão na organização e implementação de medidas de assistência. O protagonismo de ONGs, associações e outros movimentos religiosos em exitosas medidas de acolhimento e assistencialismo evidencia o desinteresse e o descaso do Estado brasileiro, que “terceiriza” as suas obrigações a essas entidades. Tal constatação, como será vista, foi particularmente constatada com os venezuelanos interiorizados.

Desta forma, pode-se observar que o destaque dado à religiosidade no âmbito social e assistencial são permeados e passam a conviver e agir dentro da sociedade civil. Porém, este compromisso social é inevitavelmente motivado pelos próprios dogmas, ideologias, preceitos e visões de mundo da fé ou da religião em questão. Por exemplo, a assistência liderada pelas entidades cristãs de confissão evangélica implica em evangelização, e por conseguinte, a finalidade de conversão religiosa (MENDES, 2012).

Aproximar-se e criar vínculos afetivos com os não convertidos, seja por missões ou ações comunitárias, é algo instituído na maioria das congregações evangélicas, como um dos pilares da “salvação da alma”. Constantemente introjetado pelo pastor e pelos demais encarregados superiores, a ideia de “conversão” é difundida e retroalimentada internamente entre os fiéis de uma determinada denominação. A concepção de “salvar uma alma” passa a ser algo almejado e estabelecido como compromisso principal e a maior responsabilidade que um crente deve ter, tanto para Deus quanto para a sua congregação.

Aplicando essa conjuntura com o caso do migrante, a evangelização e a conversão religiosa ganham uma função particular e ambivalente: a criação de novas redes de solidariedade. Por exemplo, Shoji (2008) ao analisar o avanço do protestantismo entre a comunidade brasileira no Japão, observa que muitos imigrantes são convertidos pela palavra de Deus e cativados por uma determinada congregação evangélica, a partir do momento que ele

passa a considerar os irmãos da igreja como uma extensão da sua família; uma espécie de porto seguro às eventuais dificuldades encontradas em uma sociedade e cultura distinta da sua.

Desta forma, é possível asseverar que, antes de tudo, o crente trata um migrante como um “irmão em potencial”, ou seja, uma pessoa mais maleável e suscetível a uma maior abordagem fundada em sentimentos de conforto, dívida de gratidão, hospitalidade e acolhimento. Ao aproveitar-se da vulnerabilidade do migrante, o crente infere logo estratégias que implicam a “aceitação da palavra e de Deus” e a “salvação da alma” como únicas soluções aos problemas terrenos (VASCONCELOS, 2022).

2.1 O predomínio religioso na ação social brasileira: Uma breve trajetória

A confusão no senso comum popular entre assistência institucional e as efêmeras ações sociais de caráter caritativo, filantrópico e assistencialista não são de admirar se considerar a trajetória e as variadas faces do trabalho assistencial no Brasil, como o primeiro-damismo, o clientelismo, a subalternização social e econômica e, principalmente, a influência de instituições e entidades religiosas (CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017).

Sem dúvidas, a maioria das medidas assistenciais direcionadas a indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade¹⁵ social são tradicionalmente coordenadas e ofertadas por igrejas, instituições, entidades, agências, associações, ONGs e outros movimentos associados. Segundo De Souza (2013), o prestígio religioso no trabalho social no Brasil ainda é bastante expressivo. Líderes cristãos católicos e evangélicos continuam a marcar presença não apenas na elaboração de políticas públicas sociais, mas também na sociedade civil organizada, com projetos, atividades e outras ações sociais relevantes.

A relevância de igrejas, associações, missões humanitárias e demais tipos de sociedades religiosas no amparo, inclusão e outras diligências de cuidado social podem ser representadas a partir das suas iniciativas, que muitas vezes, são custeadas de forma interina e autônoma, por meio de dízimos, doações e campanhas de levantamentos de recursos materiais e financeiros

¹⁵ Ao referir esse termo, consente-se com Cançado; De Souza e Cardoso (2014) que indicam que, para a sua compreensão, é preciso considerar todas as estruturas e dinâmicas que perpassam as ofertas de oportunidades. Assim, a vulnerabilidade abrange um conjunto de elementos e condições, sobrepostas em sortidas formas e diversas dimensões, que susceptibilizam o indivíduo, grupo ou comunidade às eventualidades de marginalização, desigualdade ou escassez. Por fim, o termo também abrange diversas situações e eventos intermediárias de riscos, ameaças e exclusões, como o desemprego estrutural, a precariedade do trabalho, educação e saúde, à pobreza, à falta e fragilidade de vínculo, proteção e assistência social, a violação dos direitos humanos e sociais e a segregação racial, territorial e espacial.

entre os seus membros e comunidades de fiéis, ou mesmo, por parcerias subsidiadas com empresas privadas, agências humanitárias intergovernamentais, ou mesmo, o poder público.

Compreendendo organizações privadas sem fins lucrativos e prestadoras de serviço público, essas instituições fazem parte do “terceiro setor”, esfera intermediária entre o poder público e o mercado. Originário dos Estados Unidos, cujas fundações políticas e cívicas se originam no individualismo liberal, esse setor é identificado pelo seu caráter filantrópico e caritativo e pela combinação de atividades profissionais remuneradas, associativismo e voluntariado (DE SOUZA, 2013; RIBEIRO, 2015).

Por outro ângulo, a atuação social dos institutos religiosos cristãos são irrestritamente imbricadas a pressupostos teológicos que se fundamentam nos ensinamentos de Jesus Cristo, líder religioso que pregava e incentivava a prática da caridade como uma das maiores virtudes inerentes à natureza humana.

Neves da Silva (2006) reflete que ao ter a fraternidade como sua premissa básica, e ao ser preconizada como uma obrigação e oportunidade do cristão de comprovar a benevolência e nobreza do seu caráter e espírito perante a sociedade e Deus, a caridade é apreciada como a essência que guia os humanos a cultivarem e transmitirem sentimentos e virtudes, como humildade, respeito mútuo, humanidade, solidariedade e a capacidade de perdoar e acolher o próximo, especialmente, o mais necessitado.

Baseando-se no repetitivo discurso moral de que é dever cristão servir aos mais carentes e desfavorecidos, e em um dos principais lemas do Evangelho - fazer o bem ao próximo sem esperar nenhuma recompensa material, vantagem ou interesse pessoal, ou dívidas de gratidão - , as instituições religiosas cristãs se evidenciam historicamente pela sua assistência às pessoas e grupos em situação de miséria e exclusão social (NEVES DA SILVA, 2006).

Desde o início da linha do tempo do trabalho assistencial brasileiro, constata-se a preponderante influência e o pioneirismo da Igreja Católica Apostólica Romana na implementação, financiamento e gerenciamento de inúmeras obras, projetos e entidades filantrópicas por mais de três séculos. Desfrutando dos privilégios de ser a única instituição religiosa legalmente permitida a exercer as suas atividades na Colônia e de alicerce no processo de formação da sociedade colonial, a Igreja Católica possuía grande autonomia no âmbito social, enquanto a atuação e interferência da Coroa eram basicamente nulas.

Com isso, o prestígio dos atores católicos ultrapassava as diretrizes de fé e o controle social da ética e disciplina. Também couberam a eles, a coordenação e execução de um conjunto de atribuições relativas aos serviços públicos, que iam desde o registro de nascimentos, casamentos e óbitos, até a administração da ínfima saúde pública e a assistência e cuidado de pessoas vistas como “indesejadas” pela sociedade (AZEVEDO, 2004; MARCÍLIO, 2004).

Em um contexto histórico-social marcado pela gigantesca desigualdade social-racial e pelas profundas e generalizadas condições de miséria, insalubridade e demais dificuldades extremas vividas pela esmagadora maioria da população colonial, e a apatia típica da Coroa diante esse cenário, fizeram a Igreja e as suas associações a tomarem para si a responsabilidade social na realização de trabalhos de caridade e voluntário a grupos estigmatizados, segregados e desprotegidos, como criminosos e encarcerados doentes, degredados, idosos, profissionais do sexo, homossexuais, viúvas pobres, crianças e moças abandonadas ou órfãs e pessoas com deficiência física e/ou intelectual.

A tradição lusitana de fundar ordens religiosas católicas cruzou o oceano e impulsionou a extensão do domínio católico na ainda embrionária atuação social colonial. Dentre essas ordens, destacavam-se as Confrarias de Negros, que financiavam o sepultamento de escravos e a arrecadação de recursos para a compra de alforrias; e a Irmandade da Misericórdia, responsável pelas Santas Casas de Misericórdia ainda no século XVI. Referencial na oferta de assistência médica, hospital e sanitária pública às camadas pobres por mais de trezentos anos, as Santas Casas eram habilitadas e custeadas por meio de parcerias com a elite, como modo de amenizar os impactos da penúria extrema generalizada e das altíssimas taxas de mortalidade precoce da vassalagem nas faixas etárias consideradas como úteis para a economia e a superexploração da mão-de-obra (FRANCO, 2011; DE SOUZA, 2013).

Como indica Siqueira (2009), a Irmandade da Misericórdia desempenhava o caráter de associar o provimento de funções médico-hospitalares com as sociais e assistenciais. Em sua fase inicial, a sua atuação se concentrava na instituição da esmola e de outras ações caritativas, enquanto posteriormente, às ações de higiene, saúde, prevenção de doenças contagiosas e o bem-estar no geral dos pobres e trabalhadores, visto que as epidemias e a insalubridade dos núcleos urbanos e a rusticidade do meio rural acometiam especialmente essa camada social.

A “terceirização” no provimento de assistência e cuidado social permaneceu mesmo após as mudanças causadas pela Independência e a Proclamação da República. As reestruturações no arcabouço político-institucional-jurídico nacional fortaleceram a concepção

do Estado-nacional liberal moderno, que finalmente se separava da Igreja Católica. Com isso, a instituição religiosa passou a atuar na arena política, desta vez, com parcerias pontuais e garantias de manutenção do seu *status* privilegiado, chegando a ser inclusive ratificadas na nova Constituição de 1934, que promulgava a exclusividade de subsídios públicos aos projetos caritativos e entidades filantrópicas criadas e/ou tocadas pela Igreja Católica e os seus associados (AZEVEDO, 2004).

Em paralelo, a maior interferência estatal na área da proteção e assistência social durante a década de 1930 não fez com que as mediações e o protagonismo das entidades religiosas nesse campo fossem diminuídas ou interrompidas. A intenção do regime varguista de ter permanecido com o arcaico modelo assistencialista e caritativo ao longo do início do desenvolvimento das políticas sociais causou um gigantesco organismo burocrático que se alimentava por políticas populistas e clientelistas e de obsoletas técnicas repressivas e autoritárias sob as classes subalternizadas. Assim, as ações assistenciais públicas não eram uma forma do cidadão garantir o seu direito, mas sim, um “favor” do Estado (CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017).

Neste sentido, Cardoso; Teixeira; Carvalho (2017 apud SPOSATI et al., 2010) inferem que as origens do trabalho assistencial estatal estão irrestritamente edificadas sob a superexploração das classes mais subalternizadas e miseráveis que sempre viveram em péssimas condições sociais. Dessa forma, pode-se confirmar que as políticas públicas de assistência social servem unicamente para ofertar insuficientes investidas compensatórias às desigualdades sociais.

Assim, observa-se que as ações assistenciais públicas são desarticuladas, restritivas, seletivas, paliativas e descontínuas, em uma conjuntura muito longe dos seus reais objetivos: solucionar os problemas estruturais que impossibilita a efetivação integral da cidadania e dos direitos sociais das pessoas em situação de extrema pobreza, romper definitivamente com a tradição da cultura assistencialista, diminuir as desigualdades sociais, a submissão e a dependência das classes subalternizadas (CARDOSO; TEIXEIRA; CARVALHO, 2017).

No início da década de 1960, a Igreja Católica entrou em renovação interna, com uma série de reformas estruturais a partir do Concílio Vaticano II. Em tempos de pós-Guerra, a sociedade ocidental-cristã passava por mudanças. Perante esse novo contexto, a Santa Sé se viu obrigada a se atualizar e repensar a sua função social diante de um ambiente político, econômico, cultural de demandas e desafios inéditos. Desta maneira, a instituição passou a se debruçar e criticar as desigualdades intrínsecas à relação entre capital e trabalho. A justiça

social, a defesa dos direitos humanos e o amparo aos miseráveis e necessitados emergiram como as principais pautas do novo posicionamento institucional da Igreja Católica. Baseado, sobretudo, na doutrina do humanismo cristão¹⁶, muitas paróquias incentivaram os seus laicos a participarem de pastorais e fundarem sindicatos, associações trabalhistas, organizações paroquiais de base e partidos políticos católicos democratas-cristãos ao redor do mundo (NICOLAU, 2021).

Já no Brasil, apesar do entusiasmo e apoio de eclesiásticos conservadores da alta cúpula ao golpe militar de 1964, a ala mais progressista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob o comando do então secretário-geral, Dom Hélder Câmara adotou nesse mesmo ano, o Planejamento Pastoral como nova linha metodológica, com a intenção de se aproximar da difícil realidade social da maioria dos seus fiéis. Desta forma, a Igreja buscou se unir a movimentos sociais e civis e ratificou o seu compromisso público na luta pela redemocratização, em uma posição abertamente crítica e oposta ao modelo elitista econômico extremamente desigual e do regime político de exceção (AZEVEDO, 2004; NATUSCH, 2021).

Com isso, a Igreja agia como intermediária nas articulações de negociações e no apaziguamento de tensões entre os militares e os atores de resistência. Valendo-se do seu prestígio, a instituição atuava como uma imponente figura oposta à austeridade e opressão da ditadura, ao atuar e engajar com a sociedade civil organizada em prol da defesa dos direitos políticos, sociais e humanos, dos trabalhadores, da liberdade política, da reforma agrária, da redemocratização e da assistência e dos direitos dos mais pobres (AZEVEDO, 2004).

Porém, é importante ressaltar que a influência do caritativismo religioso no serviço social estatal virou alvo de questionamentos e reações em uma época anterior ao golpe militar. Depois, já no regime de exceção, o assistencialismo e a filantropia de origem cristã passaram a disputar com a assistência social mais técnica, laica e moderna, elaboradas e instituídas como um importante instrumento de controle social burguês-militar (NICOLAU, 2021).

A criação do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974 foi o marco legal que iniciou a tentativa estatal de solucionar às crescentes pressões e demandas das classes sociais populares e operárias, consequências da explosão demográfica das metrópoles e do

¹⁶ Segundo Junior; Mendonça e Abrantes (2021), esta linha filosófica propõe a superação da barbárie e da tirania a partir da fundação e do estabelecimento de uma nova sociedade, onde os ensinamentos de Jesus Cristo, como caridade fraterna, igualdade, verdade, respeito e defesa aos direitos do Homem se sobrepõem na resolução de conflitos e problemas; à medida que a dignidade humana, independente de crenças, condutas e perspectivas são resguardadas por uma ciência jurídica centrada no próprio Homem, figura semelhante a Deus.

desenvolvimento urbano nesse período do século XX. Sem surpresas, as respostas estatais rapidamente se mostraram desiguais, pontuais e escassas; muito longe do propósito de emancipação cidadã e social efetiva (NICOLAU, 2021).

Em direção contrária, as políticas públicas sociais logo foram usadas para barganhar votos das massas leigas e carentes e formar alianças políticas e corporativas, em um jogo de conflitos, poder e privilégios. O populismo autoritário e repressivo e as técnicas de coação oriundas do varguismo continuaram a todo vapor. Os benefícios sociais ofertados pelo Estado eram meios de ceder privilégios e trocas de favores, com a sua distribuição seletiva e previamente combinada. O trabalho social e assistencial manteve com as suas características caritativas e emergências predominantes (DE FARIA, 2013; NICOLAU, 2021).

Mesmo assim, a “questão social” passou a permear vagarosamente as discussões na arena política e no campo da sociedade civil. Como modo de garantir a ordem e a repressão institucional das massas, a ditadura continuou a instituir e reformular secretarias e órgãos ligadas a pasta social, e estimulou a capacitação acadêmica e profissional dos trabalhadores do serviço social a modo de refrear as “subversivas” atividades de base paroquial da Igreja Católica com as camadas trabalhadoras e pobres (PASSOS, 2015; NICOLAU, 2021).

Às vésperas da redemocratização, o serviço social se encontrava no meio de uma rixa entre os apoiadores do assistencialismo de cunho religioso e os de uma assistência técnica e secularizada. Da mesma forma, havia a expectativa de ruptura dos outros modelos assistenciais “ilegais”, tocadas pelas recém-criadas frentes populares e trabalhistas que se vinculavam com as pastorais católicas. Essa relação fez com que a Igreja conservasse a sua enorme influência entre os movimentos e grupos de defesa dos direitos sociais e humanos, ao engajar e mobilizar ativamente pela inclusão de emendas populares a favor da institucionalização de políticas sociais à Constituição durante a época constituinte (AZEVEDO, 2004; NICOLAU, 2021).

Depois de mais vinte anos de repressão, a Constituição Federal de 1988 mudou paradigmas, com a valorização da cidadania e das concepções humanistas, universalistas e pluralistas. A garantia da dignidade humana passou finalmente a ser resguardada constitucionalmente com a redemocratização. Pela primeira vez, uma Carta Magna citava com precisão a responsabilidade do Estado em prover a defesa dos direitos humanos e sociais dos cidadãos brasileiros. Com isso, a seguridade e a proteção social foram ao rigor da lei pela Seção IV do Título VIII da Constituição que institucionalizara a assistência social em todo o território

brasileiro, financiada com recursos públicos e organizada por um modelo de gestão de forma participativa e descentralizada (BRASIL, 1988).

Nessa altura da discussão, é importante distinguir o que de fato é assistência e assistencialismo social. Bastos (2024) define o primeiro como um direito que auxilia os seus usufrutuários na superação das injustiças e desigualdades sociais, e visa a proteção e a inclusão social, considerando os direitos e as diversidades étnicas, sociais, religiosas e culturais. Política pública, as suas diretrizes são compartilhadas entre os três níveis de governo e por conselhos autorizados, que, embasados por regimentos e técnicas, discutem, analisam, elaboram e avaliam serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais de longo prazo.

Já o segundo se restringe às doações, boa vontade e caridade, troca de favores, recompensas financeiras ou materiais e/ou interesses específicos de uma determinada pessoa, grupo ou associação a terceiros. Em oposição à assistência, o assistencialismo não dispõe de nenhuma base normativa ou técnica, e muito menos, de algum plano nacional de duração a longo prazo, e sim, de medidas individualizadas, assistemáticas e paliativas (BASTOS, 2024).

Todavia, o assistencialismo ainda persiste na assistência social institucional. De Faria (2013) atribui essa situação à falta de investimentos públicos nas últimas décadas, e a transferência da responsabilidade social para empresas privadas e a sociedade civil; e ao aumento da acumulação do capital nas mãos da burguesia, ambos efeitos nocivos da agenda de orientação neoliberal que reduz paulatinamente as obrigações do Estado com o social e acentua à dependência e subalternização das camadas populares e trabalhadoras à classe dominante e as escassas e paliativas ações sociais ofertas pelo Estado. Ainda, o autor finaliza que diversas práticas filantrópicas e assistencialistas são inclusive perpetuadas por muitos profissionais do serviço social público que não contam com os recursos financeiros e materiais e o apoio técnico e administrativo necessário nas secretarias de assistência social onde trabalham.

Dada à conjuntura acima, é possível ponderar que, apesar de um certo avanço e aprimoramento das suas técnicas, profissionalização e institucionalização, a assistência social brasileira ainda apresenta inúmeras falhas e lacunas deixadas vazias. Apesar dessa evolução, a participação e proximidade do mundo religioso com o secular no que concerne à questão social nunca deixaram de existir. Bem longe disso. Na verdade, essa aproximação foi ainda mais estreitada com o estímulo dado à formação de parcerias do poder público com o terceiro setor.

As inúmeras desregulações e descentralizações ao longo da década de 1990 fizeram com que o Estado redefinisse todo o seu marco institucional. Com a justificativa de enxugar ao máximo a máquina pública e terceirizar a responsabilidade e a oferta de serviços públicos e programas sociais para a sociedade civil organizada, os governos neoliberais da época realizaram uma série de reformas estruturais, com privatizações e concessões de estatais em massa, acordos e licitações entre os setores público e privado e demais modificações nas esferas política-jurídica (BURITY, 2008; NICOLAU, 2021).

A promulgação da lei 9.637/1998, que definiu as “organizações sociais” e estabeleceu todos os seus trâmites legais de parcerias subsidiadas com o Estado (BRASIL, 1998), impulsionou a inserção do livre mercado e ampliou a autonomia das instituições religiosas. Na teoria, essas organizações sociais deveriam dispor de um caráter laico e neutro, já que as suas finalidades são de garantir os direitos humanos, cidadania e amparo social, sem distinções ou interferências ideológicas. No entanto, em muitos dos casos, tais intenções almejadas ficam apenas no papel.

Após realizar um levantamento sobre as organizações de assistência social que atuam com a população em situação de rua e com a saúde mental de pessoas em dependência química na capital paulista, Nicolau (2021) constatou que muitas delas são gerenciadas por associações católicas que possuem pessoas jurídicas próprias, custeadas por convênios públicos com a prefeitura de São Paulo ou por meio de parcerias com famílias tradicionais da elite paulistana e as suas empresas familiares.

Logo, consente-se com o autor quando ele indica que as organizações sociais estão se movimentando em duas frentes que se rearticulam entre si – a primeira é liderada por antigos sujeitos inclusos no processo de renovação do patrimonialismo; e a segunda é constituída por novos sujeitos, como as empresas e familiares que tratam o serviço público como um negócio privado e altamente lucrativo, os sindicatos e grupos partidários ligados a figuras políticas populares, movimentos sociais originários de favelas, e sobretudo, as redes evangélicas neopentecostais que são fortemente atuantes nas periferias urbanas (NICOLAU, 2021).

Apesar da referência acima, já é possível confirmar que a Igreja Católica não tem mais o mesmo predomínio sob o ativismo social como antes. O novo milênio trouxe com ele uma gama de mudanças no perfil da atuação religiosa, no assistencialismo, na caridade e na filantropia brasileira. Agora, novos atores, como os espíritas kardecistas, e, principalmente, os

crístãos evangélicos¹⁷, que vêm atuando de forma mais expressiva em diversas frentes estratégicas. No caso dos chamados “crentes”, o seu impressionante aumento no número de adeptos – um em cada três adultos já se identifica como evangélico (CAPOMACCIO, 2023) - é apenas um dos efeitos que levaram à ascendência política e midiática de figuras que professam tal religião.

Outrora minoria, os evangélicos agora disputam com os católicos a predominância da orientação e das diretrizes das pautas sociais. Porém, essa “competição” não começou hoje, a tomar como exemplos os emblemáticos casos do recém-fundado Ministério da Assistência e Promoção Social, então assumido pela membra da Igreja Presbiteriana e atual deputada federal petista Benedita da Silva em 2003; e no ano seguinte, com a administração inicial do também petista e militante católico, Patrus Ananias (DE SOUZA, 2013).

2.2 Mudanças no perfil religioso da população brasileira: O avanço dos evangélicos

Desde a primeira década dos anos 2000, os católicos vêm competindo com os evangélicos a influência e o comando das ações assistencialistas, à medida que eles expandem, de forma veloz, o alcance e o impacto dos seus trabalhos e ações sociais. À vista disso, é fácil observar, na atualidade, a grande e abrangente mobilização de templos, ONGs, missões e demais entidades evangélicas no comando de atividades de proteção e cuidado social. Diversificadas, essas atuações compreendem medidas emergenciais, campanhas e programas que vão desde a promoção à saúde e inclusão socioeconômica até a prevenção contra a violência, a reabilitação de dependentes químicos e a prevenção às tentações das atividades ilícitas (MENDES, 2012).

Logo, acredita-se que esse crescimento está essencialmente associado à maior habilidade dos evangélicos de formarem, diversificarem e propagarem rápidas, amplas, multidimensionais e multiterritoriais redes e dinâmicas sociais de contato e apoio (FAJARDO, 2013). Assim, julga que tais características são consequências da própria pluralidade interna da doutrina evangélica, devido à sua abundante cisões teológicas-doutrinárias independentes e

¹⁷ Apesar de ser conhecida pela sua diversidade doutrinária e teológica interna, o presente trabalho aplicará o termo “evangélico(s)” de forma generalizada para denominar os adeptos das mais variadas denominações dessa confissão cristã. Desta forma, serão contemplados os protestantes de origem histórica ou missionária, os pentecostais e os neopentecostais, assim como os que seguem a outra ou nenhuma classificação doutrinária e os pertencem a uma denominação indeterminada ou ignorada.

relativamente diferentes entre si, assim como, a sua flexibilidade, simbolizadas pela capilaridade das denominações dos seus templos, e a sua facilidade e rapidez de se organizarem, instalarem e se propagarem.

Baseando-se em Stroope (2011), considera que, não obstante a sua diversidade denominacional, o evangelicalismo na totalidade, se converge em um objetivo único: priorizar os próprios interesses e a expansão de suas congregações por meio de atividades, sejam elas religiosas ou não, internas ou externas. Essa primazia é resultante do estímulo constante de enraizamento da identidade social do cristão evangélico e a sua relação com a sua comunidade de fé a partir da manipulação de sentimentos e emoções, como pertencimento e inclusão.

Partindo dessa abordagem e de um conjunto de outros objetivos, opta-se em selecionar esse propósito para condicioná-lo como o fio condutor que auxiliará no esclarecimento de um fenômeno regulamente analisado pelos cientistas políticos, sociais e das religiões nos últimos anos: o vertiginoso aumento do evangelicalismo no Brasil.

Segundo uma pesquisa da DataFolha, 31% dos brasileiros já se declaravam evangélicos em 2020 (BALLOUSSIER, 2020). Este percentual reflete bem a tendência de forte e sucessivo crescimento desse segmento religioso no país nas últimas quatro décadas. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a porcentagem de evangélicos passou de 6,6% em 1980 para 22,2% em 2010 (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2012).

A maior incidência de igrejas evangélicas no país é a representação material dessa expansão. Segundo o Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid) da Universidade de São Paulo (USP), as duas primeiras décadas do século XXI foram o período em que houve um maior crescimento de templos evangélicos no Brasil. Se em 2010 havia um pouco mais de 62,8 mil unidades, em 2019, o número deu um salto para 109,5 mil, uma impressionante média de 5.188 novos templos por ano (AGÊNCIA FAPESP, 2023; CARVALHO, 2023).

Se, por um lado, o número de evangélicos se encontra em ampliação, do outro, os católicos vêm reduzindo de forma gradual e contínua. Embora a população brasileira ainda preserve a sua religiosidade histórica de maioria católica, o índice de pessoas que declaravam o catolicismo como fé se encontra em declive acentuado. Mais uma vez, o Censo do IBGE de 2010 revelou que cerca de 65% dos brasileiros¹⁸ eram católicos no ano referido, uma variação

¹⁸ Já segundo dados extra-oficiais mais recentes e compilados pelo Latinobarómetro apontam que o catolicismo no país permanece em queda: cerca 53% dos brasileiros declararam-se como católicos em 2023, redução de

de 9% em relação a 2000. Se comparado com 1970, a redução é ainda mais acentuada: queda de 27% (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2012).

No entanto, este cenário não é exclusivo do Brasil. Localizado em uma região onde o catolicismo é ainda predominante e manifestado de modo mais intenso, consequências do histórico processo de formação sociocultural de base eurocêntrica e colonial, a América Latina atual vive uma revolução cultural intitulada por Sotelo e Arocena (2021) de “evangelismo”.

A modo de corroborar essa alegação, busca-se um compilado de dados organizados por Calderón e Castells (2021) que asseveram a concepção de que a região está no meio de uma fase de transição do perfil religioso. No levantamento em questão, foi revelado que 19% dos latino-americanos se identificavam como evangélicos em 2017, um aumento de 5% em comparação com 2013. Em contrapartida, o percentual dos que se declaravam católicos reduziu 7% no mesmo período.

Para os autores, os motivos do declínio do catolicismo na região são variados. Um deles é o abalo na credibilidade e legitimidade da Santa Sé devido à incompatibilidade de vida de muitos clérigos com a realidade da maioria dos latino-americanos. Reclusos em luxuosos santuários e usufruindo de farta opulência e outras riquezas materiais, muitos padres e sacerdotes se apartam dos bairros populares, palcos vivos de lutas de grupos sociais historicamente excluídos e marginalizados. Enquanto os representantes católicos restringem as suas atividades sociais nas pastorais, os evangélicos crescem nesses locais ao estabelecer redes de apoio e contato com as camadas mais pobres da população com medidas assistencialistas regadas a proselitismo religioso e barganhas políticas (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Outro fator crucial se dá pelo crescimento da rejeição, da desconfiança popular e da opinião pública com a Igreja Católica, a partir dos altamente midiaticizados escândalos de corrupção, encobrimento e proteção sistemática da instituição contra centenas de denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes cometidos por eclesiásticos em diversos países da região. E finalmente, os autores ponderam que a desatualização da Igreja diante à cultura do terceiro milênio, particularmente causadas pelas novas formas e expressões de sexualidade e diversidade sexual dos jovens, além das demandas das mulheres, fizeram com que a instituição perdesse um apoio de porções estratégicas da sociedade (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

1,4% em comparação com 2020. Mais informações em: < <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em 13 mai. 2024.

Diante dessa tendência de rearranjos e mudanças no perfil religioso e espiritual regional e nacional, já é possível constatar um maior interesse da mídia hegemônica e da imprensa corporativa hegemônica em aprender mais sobre esse assunto. Logo, especialistas são regularmente procurados para explicarem empiricamente este fenômeno. Nesse sentido, o presente trabalho optou por majoritariamente reproduzir as explicações de renomados pesquisadores nas áreas das ciências sociais, políticas e da religião em portais e jornais *online* de amplo e fácil acesso e alcance popular, justamente com o objetivo de demonstrar o crescimento no interesse sobre a temática.

Intricada, a expansão evangélica acarreta um conjunto de grandes mudanças no jogo político e eleitoral nacional¹⁹, assim como, na esfera pública²⁰, nos alarmantes posicionamentos e nas reivindicações ideológicas e comportamentais de índole ultraconservadora e fundamentalista de uma significativa e preocupante crescente parcela da população que detém uma concepção muito peculiar de direitos humanos, gênero, justiça, segurança pública, liberdade, sexualidade, família, religião, cidadania e direitos sociais.

Ao serem bombardeados por fatos distorcidos ou mentiras financiadas por uma inescrupulosa e oportunista direita populista reacionária, apoiados por influentes e fundamentalistas pastores mercadores da fé, uma porção considerável do público evangélico mais conservador são instigados a fomentar e participar de acalorados e intensos debates sobre assuntos tidos como polêmicos e sensíveis, como a “pauta de costumes”, sempre com muitas críticas ao suposto “progressismo cultural” e os seus atributos, como a educação sexual, a sexualidade e a sua diversidade, os direitos homoafetivos e reprodutivos das mulheres, o feminismo, a legalização e a descriminalização das drogas.

Para o jornalista Fábio Marton (2023), a doutrinação fundamentalista arraigada na maioria das igrejas evangélicas brasileiras na atualidade contribuem para a popularização de uma doutrinação distorcida que considera a cidadania, os direitos humanos, a proteção e a

¹⁹ Neste quesito, destaca-se o crescimento de candidaturas e eleições de pastores, artistas *gospel* ou outros nomes apoiados por figuras conhecidas no meio evangélico, quase sempre com votações expressivas, e a evolução da popularmente chamada “Bancada Evangélica”. Fundada em 2003, essa frente parlamentar contava oficialmente com um pouco mais de 30 deputados federais nesse ano. Dezesesseis anos depois, esse número mais que quadruplicou, contabilizando um total de 187 deputados federais (BRASIL, 2024).

²⁰ A proeminente expansão do evangelicalismo no Brasil já pode ser reparado em outras esferas da sociedade, como a realização de eventos culturais destinados exclusivamente à população evangélica com o apoio e o financiamento público, assim como, a outorga do dia 31 de outubro, data essa celebrada especialmente pelos luteranos como o dia da Reforma Protestante promulgada por Martinho Lutero no século XVI, como feriado em diversos municípios brasileiros.

assistência social resguardadas na Constituição Federal de 1988 como empecilhos à obra e à vontade de Deus. Para ela, tais atributos induzem os seres humanos a continuarem no caminho da “perdição”, sob a influência do Diabo e dos pecados capitais, como a “preguiça”. Assim, para os doutrinados evangélicos mais radicalizados, os direitos garantidos constitucionalmente são ideologicamente enviesados e obstruem os “reais” direitos humanos, que são nascer e crescer em um ambiente moral e virtuoso, além de servir e obedecer somente a Jesus Cristo.

Mas, além da facilidade na constituição de redes e na perda de legitimidade e confiança da Igreja Católica, o que mais explica o crescimento do evangelicalismo? Em entrevista à BBC, Victor Silva, autor do estudo que investiga a trajetória e a expansão das igrejas evangélicas no Brasil, apontou dois fatores importantes que explicam o seu crescimento exponencial. O primeiro foi a promulgação da Lei n.º 10.825/2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que facilitou a abertura de templos de qualquer credo. Ao serem qualificadas como pessoas jurídicas e com direitos privados exclusivos, essas organizações podem ser fundadas sem que o Estado negue os seus registros e estão facultadas a cumprirem um conjunto de responsabilidades estatutárias (BRASIL, 2003). O outro motivo, segundo o pesquisador, são os ciclos de crescimento da economia nacional:

Paradoxalmente, em contextos de bonança econômica, os incentivos para a abertura de novos templos aumentam, uma vez que as famílias, sobretudo aquelas de renda média e baixa, possuem mais renda excedente para transferir para as igrejas na forma de dízimos e ofertas. (CARVALHO, 2023, para: 48).

Já para a revista *Veja*, o cientista político Victor Araújo aponta outros três motivos que contribuem para o *boom* do evangelicalismo no país. A primeira é a maior autonomia dada aos evangélicos de organizarem a estrutura das suas congregações, baseadas exclusivamente nas suas próprias limitações, realidades e necessidades internas. Insere nessa autonomia, está a flexibilidade e facilidade na formação e licença teológica de líderes religiosos, inclusive entre os próprios fiéis dos templos (CANIATO, 2023). Neste quesito, o professor e demógrafo do IBGE José Eustáquio Diniz Alves fez a seguinte comparação:

Um padre precisa ficar no seminário meses até poder celebrar a primeira missa. Na igreja evangélica, muitas vezes, a formação dura menos de seis meses. Conseqüentemente, com mais pastores, fica mais fácil abrir igrejas. (CARVALHO, 2023, para: 60).

Outra autonomia relevante encontrada na maioria das denominações evangélicas é o maior dinamismo de incorporação de elementos populares, com o objetivo de atrair os jovens às igrejas e à conversão. Para Araújo, diferentemente das morosas e demoradas tradicionais missas católicas, muitas igrejas evangélicas vêm buscando utilizar gêneros musicais “mundanos”, como *rap*, *funk*, *pop* e *rock*, nos repertórios dos louvores pregados nos templos (CANIATO, 2023).

O supercrescimento e inchaço das regiões periféricas dos maiores núcleos urbanos, decorrência dos intensos êxodos rurais nas últimas décadas, é pano de fundo do último motivo apontado por Victor Araújo. Territórios notoriamente marcados pela escassez da presença oficial católica, as periferias urbanas demonstram insuficiência quantitativa de paróquias e outros recintos religiosos católicos. Ao disporem de uma ampla vantagem na abertura de igrejas, em razão da sua descentralização institucional e enorme variedade de doutrinas e denominações, os templos evangélicos se proliferam e chegam em lugares aonde o catolicismo não chega. Desta forma, sem acesso fácil e adjacente às igrejas católicas, muitos migrantes se convertem ao evangelicalismo durante a sua busca por um espaço cristão próximo às suas residências (CANIATO, 2023).

Tal cenário similar foi constatado por Fajardo (2013). Em sua pesquisa de campo realizada em Perus, periferia da cidade de São Paulo, o autor inferiu que dentre os pentecostais migrantes entrevistados residentes, a maioria teve a sua última experiência católica após se mudar para esse bairro: 57,14%. A conversão de católico para evangélico é bem mais comum do que se imagina. Segundo outro levantamento organizado pela DataFolha em 2016, 44% dos evangélicos declararam que já professaram o catolicismo em algum momento anterior de suas vidas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Victor Silva indica que o avanço dos evangélicos nas periferias urbanas se deve primeiramente a grande popularidade das igrejas pentecostais²¹ nas camadas mais humildes, em decorrência do seu êxito de penetração nessas regiões, a partir da sua facilidade de adequação à realidade social desses locais, como o uso de uma linguagem mais popular e de simples interpretação nos seus cultos. Além disso, as denominações pentecostais, como a

²¹ De acordo com o CEM/Cepid, o Brasil registrava mais de 48 mil templos evangélicos pentecostais em 2019. Em seguida, os neopentecostais e os missionários contavam com um pouco menos de 13 mil e 23 mil igrejas espalhadas pelo país, respectivamente, e por fim, as congregações evangélicas de denominação religiosa não determinada possuíam cerca de 25 mil unidades. Disponível em: < <https://agencia.fapesp.br/igrejas-evangelicas-abriram-em-media-17-novos-templos-por-dia-no-brasil-em-2019/41779>>. Acesso em 16 mai. 2024.

Assembleia de Deus – a maior congregação evangélica do país - propiciam uma rápida ascensão e inclusão dos seus fiéis na organização interna dos seus templos, viabilizando que as suas relações interinas sejam menos elitistas e hierarquizadas (CARVALHO, 2023).

Em sua pesquisa, Da Cunha (2008) pondera que o “fenômeno evangélico” nas periferias pode ser explicado por outros fatores complementares. O primeiro deles é a empatia e o reconhecimento que muitos moradores têm com as suas lideranças evangélicas locais. A maioria desses pastores compartilha a mesma realidade socioeconômica dos seus fiéis, já que, geralmente, crescem, residem, se casam e constituem famílias no mesmo bairro ou favela que o seu “rebanho”. Outro motivo importante constatado pela autora é a maior disponibilidade de visita às igrejas, com a realização de cultos em vários horários do dia. Além disso, há a enorme influência de parentes, especialmente mulheres, na conversão de seus entes queridos; e por fim, a promoção meticulosa de sentimentos, como ajuda, solidariedade, conforto, proteção e acolhimento pelos templos e suas redes para aqueles que as passam por alguma dificuldade.

Desta forma, presume-se que há uma presença mais acentuada de fiéis evangélicos em áreas onde a presença e atuação do Estado são limitadas, ou mesmo inexistentes, e os seus indicadores socioeconômicos são considerados mais baixos. Ao usar a Baixada Fluminense, região essa historicamente “marcada por uma representação hegemônica de violência, miséria e descaso político-social” (ROCHA, 2013, s/p), como exemplo dessa conjectura, constata-se que os evangélicos já ultrapassaram numericamente a quantidade de católicos.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, mais de 1,347 milhão dos residentes da Baixada Fluminense se classificavam como evangélicos, número equivalente a 37% da sua população total - em contrapartida, os católicos correspondiam a 34%. Das populações dos treze municípios da região, nove deles eram majoritariamente evangélicos, com Seropédica e Queimados²² liderando, com 44% e 43%, respectivamente (IBGE, 2012).

Já na cidade de São Paulo, a expansão evangélica é igualmente mais acentuada nas regiões mais pobres e populosas. De acordo com uma reportagem da jornalista Fernanda Nunes para a Piauí, a megalópole registrou a abertura de mais de 550 igrejas evangélicas entre 2011 e

²² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontou que mais de um terço dos habitantes desses dois municípios eram considerados extremamente pobres em 2021. Mais detalhes em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/>>. Acesso em 14 mai. 2024.

2020, uma a cada seis dias, com as zonas Leste e Sul²³ concentrando a maior quantidade de templos evangélicos recém-criados na capital paulista (NUNES, 2021).

Baseada nas conjunturas apresentadas, entende-se que as igrejas evangélicas são mais inclinadas a convenientemente levar para dentro das suas congregações, a realidade social e econômica da maioria dos seus adeptos. Conforme uma série de entrevistas da DataFolha realizadas entre 2016 e 2019, a porção de entrevistados evangélicos que possuía uma renda familiar mensal de até 2 salários mínimos correspondia a 53% do total, quatro pontos acima da parcela dos brasileiros em 2016 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Já as mulheres equivaliam a 58% do total de fiéis desse naco religioso em 2019. Entre as denominações neopentecostais, a sua participação era maior: 69%. O predomínio das mulheres no evangelicalismo fica mais evidente se comparado com o percentual das católicas: 51%. A mesma pesquisa também apontou que a maioria dos evangélicos entrevistados se identificava como pretos ou pardos, que somados chegavam a 59%. Índices maiores ainda foram os de mulheres evangélicas pardas e pretas, 43% e 16% respectivamente (BALLOUSSIER, 2020; CARTACAPITAL, 2020).

Ao delinear o perfil étnico-social e socioeconômico dos evangélicos brasileiros, constata-se que os mesmos grupos predominantes são justamente os que mais estão suscetíveis às mais variadas desigualdades e exclusões raciais, sociais, de renda, educação, mercado de trabalho e segurança, resultados do histórico racismo estrutural e do patriarcalismo da sociedade brasileira. Apesar de que cerca de 32% das brasileiras viviam abaixo da linha de pobreza²⁴, o mesmo indicador entre as mulheres pretas e pardas era mais de 40%, contra 21% das brancas em 2021. Já no ano seguinte, duas em cada cinco mulheres pretas ou pardas eram pobres, ou extremamente pobres, índice maior que qualquer outro grupo de gênero e étnico (BELLO; BRITTO, 2024; CABRAL, 2024).

O IBGE também revelou que mulheres pretas e pardas estão em maior desvantagem em relação à educação e ao mercado de trabalho. Enquanto 29% das mulheres brancas com 25 anos

²³ Ainda segundo a matéria, Itaim Paulista (zona Leste), Jardim Ângela, Grajaú e Cidade Ademar (zona Sul) foram os distritos que tiveram um maior crescimento de novos estabelecimentos evangélicos nesse mesmo período. Segundo o Mapa da Desigualdade elaborado pela Rede Nossa São Paulo, essas duas zonas administrativas são as que concentram a maior quantidade de favelas, além de apresentarem os maiores índices de desemprego, homicídios e informalidade em toda a cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf>. Acesso em 14 mai. 2024.

²⁴ Renda domiciliar *per capita* diária de US\$ 6,85, segundo parâmetros estipulados pelo Banco Mundial em 2021.

ou mais possuíam o nível superior completo, esse índice era de apenas 14,7% entre as pretas e pardas em 2022. Igualmente, eram elas que passavam mais tempo se dedicando ao cuidado de pessoas ou nos afazeres domésticos não remunerados. Ao passo que uma mulher branca dedicava uma média de 20,4 horas semanais nessas tarefas, uma mulher preta ou parda gastava quase 2 horas semanais a mais. Da mesma forma, mulheres pretas e pardas são as menos ativas no mercado de trabalho e estão mais presentes na informalidade, correspondendo a 45,4% de todas as trabalhadoras brasileiras informais (BELLO; BRITTO, 2024).

Quando o assunto é segurança, são as mulheres pretas e pardas que possuem o maior risco de sofrerem alguma forma de violência. De acordo com a segunda edição do informativo sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil do IBGE, 41,5% dessas mulheres, com 18 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência física, sexual ou psicológica em 2019. Esse triste percentual é bem maior do que os registrados entre as mulheres brancas (18%) e homens pretos e pardos (38,1%) (IBGE, 2022).

Perante este cenário marcado pela desvalorização do trabalho e renda, miséria, violência e a insuficiência de políticas públicas sociais e melhores oportunidades na maioria das localidades onde residem, muitas dessas mulheres recorrem aos templos evangélicos e as suas forjadas redes de solidariedade extensivamente propagadas e inculcadas nas imediações dos seus convívios sociais, como única forma acessível de buscar consolação espiritual, reconhecimento pessoal, apoio e proteção.

Para muitas delas, essas congregações são mais que meros espaços de ritos religiosos. São lugares de buscar e conseguir conforto e reconciliação às turbulências familiares, pessoais, econômicas e sociais; recintos que oferecem proteção e prevenção dos seus filhos à violência, criminalidade e aos vícios; ambientes de empoderamento, respeito e trocas de relações sociais e de construção de vínculos afetivos, como amizade, acolhimento e pertencimento com os outros membros e a sua comunidade de fé (BALLOUSSIER; LUIZ, 2022).

Fundado em um proselitismo religioso que promete resolver as dificuldades terrenas através da (re)aproximação com Deus, essas igrejas propagam a “salvação da alma” e a “renovação de vida” do indivíduo que se converte e obedece irrestritamente aos mandamentos de Deus, as regras dos templos e os conselhos do pastor. Em entrevista à BBC, a especialista em estudos da religião, Nina Rosas, explica que a proposta de “mudança de vida” tendenciosamente promovida, atrai mais a assiduidade de pessoas com históricos de dificuldades pessoais:

É comum o relato de pessoas que abandonaram a bebida, outros vícios, se voltaram ao cuidado do casamento e da família, se tornaram mais diligentes no trabalho e até conseguiram fazer economias ao ingressarem em uma igreja evangélica. (CARVALHO, 2023, para: 66)

Em paralelo, congregações missionárias e pentecostais são as que mais se apropriam de axiomas estimados pelo Cristianismo, como compaixão e amor ao próximo, para estabelecerem e realimentarem as suas redes e seus coletivos com projetos, obras e atividades²⁵ sociais e assistenciais direcionadas aos cristãos que estão passando por alguma dificuldade pessoal, familiar, financeira ou social. Contudo, para conseguir essa “ajuda”, algo precisa ser dado em troca: a permanência e a participação ativa na igreja. Ou seja, quem vai aos cultos e se envolve com as atividades do seu templo, tem o “direito” de continuar recebendo alguma assistência.

De forma similar, tais atividades também visam os não evangélicos. Para eles, os projetos sociais e de assistência têm um propósito extra não oculto: a conversão religiosa, com a utilização de “conselhos” à luz de passagens bíblicas empregadas propositalmente como analogia às situações de adversidades vividas por esses sujeitos. É nesse momento que a igreja e os seus membros iniciam a sua doutrinação dos “atendidos” por meio dessas ações sociais, ao afirmar que irão ajudá-los na “salvação das suas almas” e na “mudança de suas vidas”, assim que eles se livrem das garras do “males do mundo”.

Contudo, é necessário esclarecer que os projetos sociais e assistencialistas das igrejas evangélicas vão bem além da simples oferta de ajuda financeira e material, ou a doação de móveis e cestas básicas. A antropóloga Lívia Reis, em entrevista à Folha de São Paulo, explica que o assistencialismo evangélico é um atrativo multifacetado que oferece e promove variadas e estratégicas atividades, como as escolas bíblicas dominicais e as aulas de canto e de instrumentos musicais, que atraem muitos jovens das periferias a entrar e permanecer nas igrejas por muitos anos de suas vidas. Por fim, a especialista conclui que os templos evangélicos são capazes de monopolizarem as vidas e a maioria das relações sociais dos seus fiéis, ao transmutarem em um espaço imaginário a fé, sensações de pertencimento, autoestima, inclusão,

²⁵ Dentre essas “ações” das igrejas evangélicas destaca-se o funcionamento de clínicas financiadas por essas instituições religiosas. Alegando tratar dependentes químicos, muitos desses locais ocultamente ofertam terapias de “cura” de homossexuais, em procedimentos coordenados por pastores e psicólogos evangélicos. Ressalta-se que o “tratamento” à homossexualidade é irrestritamente proibido e condenado pela Organização Mundial de Saúde, assim como o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Federal de Psicologia. Mais informações em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/clinicas-prometem-tratamento-de-cura-gay-9113264>>. Acesso em 30 mai. 2024.

valorização e utilidade social do crente em um senso comunitário próprio diante às dificuldades da sociedade em torno (BALLOUSSIER; LUIZ, 2022).

Para Victor Araújo, na maioria das periferias, as igrejas evangélicas acabam por preencher os espaços vazios deixados pelo Estado. Ao proverem recreação, lazer, educação, assistência médica e psicológica e projetos de alfabetização, tratamento de vícios, acolhimento de crianças negligenciadas e aconselhamento familiar às populações mais carentes, esses templos se tornam as principais referências na oferta de diversos serviços públicos e na promoção de direitos sociais para os moradores dessas comunidades (CANIATO, 2023).

Logo, em uma análise generalista, os templos evangélicos se tornam os únicos referenciais disponíveis de acolhimento e apoio espiritual e social para muitos fiéis e residentes das periferias urbanas, locais esses historicamente negligenciados pelo poder público. Portanto, não é surpreendente constatar que o expressivo aumento do assistencialismo evangélico ocorre nas favelas e nos bairros mais pobres (RIBEIRO, 2015), áreas estas estigmatizadas pelos seus índices de analfabetismo, pobreza, violência e desemprego mais elevados; pela gritante desigualdade, segregação e exclusão espacial e racial; pela ausência do Estado, com a insuficiência de cobertura e baixa qualidade dos serviços públicos disponíveis e do domínio territorial e armado do poder paralelo.

Dada ao infortúnio contexto apresentado na maioria das periferias brasileiras, Fajardo (2013, p. 13) reflete que “o morador da periferia encontra nos templos evangélicos um caminho para a atenuação das carências oriundas da vulnerabilidade social a que está submetido.” Contudo, isso cria um terreno pantanoso e perigoso. Os discursos de “salvação” e “renovação” de vida combinado com o provimento de assistência e ajuda às pessoas mais desfavorecidas que geralmente residem em locais onde o Estado não atua como o desejado, fazem com que as igrejas evangélicas fundamentalistas e a direita conservadora-reacionária se unam novamente como aponta Marton (2023, para: 20): “É parte do pensamento conservador antiestatal que considera obras sociais privadas religiosas um bem em si mesmas. Um bem tão grande que poderiam substituir totalmente qualquer serviço social estatal.”

No entanto, o destaque evangélico na atuação social contém algumas implicações que devem ser consideradas. A primeira é a privatização mercadológica da fé, uma vertente doutrinária dominante nas igrejas neopentecostais, que induz muitas congregações a combinarem e firmarem negócios e acordos financeiros, com a justificativa de manter ou estender as suas atividades sociais em benefício dos necessitados. Outrossim, à medida que a

cobertura e quantidade desses projetos sociais evangélicos acompanham a tendência de crescimento de professantes, do mesmo modo, constata-se a maior politização e ativismo político de diversas denominações, líderes e de pessoas influentes e conhecidas pelos seguidores dessa vertente cristã. Como resultado, observa-se um aumento nos vínculos de figuras evangélicas com políticos e grupos partidários de extrema-direita, que em troca de votos, alianças estratégicas e empreendimentos, se comprometem defender os interesses desses líderes e de suas congregações, em nome de assuntos que oficialmente concernem os interesses da comunidade evangélica (CORREIA, 2011; MARIANO; GERARDI, 2019; ABREU, 2021; DO NASCIMENTO, 2021).

Em contrapartida, essas mesmas inferências também desfrutam de um caráter bem mais problemático: a ligação entre os religiosos e o crime organizado. O vínculo e proximidade de narcotraficantes neopentecostais recém-convertidos com as redes religiosas indicam mudanças nas estratégias nos meios de atuação das lideranças evangélicas em favelas e periferias. Nessa relação questionável, os criminosos se aproveitam da importância e popularidade das congregações evangélicas e dos seus trabalhos sociais, e com a conveniência de alguns pastores, utilizam os preceitos teológicos para formularem táticas de ressignificação, reforço e ampliação do seu domínio.

Já as lideranças religiosas evangélicas interdenominacionais que permitem se associar com o crime organizado usufruem dessa proximidade para expandirem a sua presença e influência nos territórios dominados pela criminalidade, seja por meio da propagação do Evangelho forçadamente perpetuada e difundida pelos criminosos convertidos, ou, pela conversão religiosa generalizada em potencial, a partir da multiplicação de abertura de novos templos, causadas pela destruição de terreiros e expulsões de sacerdotes e adeptos das afrorreligiões e pelo expressivo aumento na quantidade de dízimos e de investimentos direcionadas às melhorias e revitalizações das igrejas, muitas vezes, com o dinheiro oriundo de crimes, como a venda de drogas e armas, extorsão, roubos e sequestros.

A existência de traficantes evangélicos expõe o quanto o neopentecostalismo vem influenciando a existência de um novo perfil de criminosos que combinam as suas práticas ilícitas com essa vertente de fé cristã. Para explicar esse fenômeno recente, o termo “narcopentecostalismo²⁶” é utilizado por pesquisadores da área e amplamente reproduzido pela

²⁶ Embora preponderante, o termo em questão não é unanimidade. Na mesma reportagem, a pastora e autora da obra “Traficantes Evangélicos”, Viviane Costa, justifica que “narcopentecostalismo” dá a ideia de que a religião

mídia corporativa. Em entrevista à BBC e reproduzida pelo G1, a cientista política Kristina Hinz explica: “são traficantes que, ao mesmo tempo, participam da ‘vida do crime’ e da vida religiosa evangélica, indo a cultos, pagando o dízimo e até mesmo pagando por apresentações de artistas *gospel* na comunidade” (G1, 2023).

O uso de símbolos e de referências bíblicas como formas de reforçar o poder territorial dos traficantes e de demarcar o seu controle em um determinado local é uma das formas nas quais o narcopentecostalismo atua. O seu caso mais emblemático vem acontecendo no chamado “Complexo de Israel”, populoso conjunto de favelas situado às margens da Avenida Brasil, no subúrbio carioca, e cujas “fronteiras” são delimitadas por bandeiras de Israel erguidas nas suas entradas e com estampas da estrela de Davi, símbolo do Judaísmo em vielas, muros, paredes e até no ponto mais alto do complexo (ALESSI, 2021).

O nome do país é uma clara referência bíblica à “terra prometida para o povo de Deus”. Comandado por criminosos neopentecostais e autodenominados como “Tropa de Aarão”, alusão à figura cristã do mesmo nome, profeta e irmão mais velho de Moisés, o bando é chefiado por um traficante conhecido por professar a fé cristã, e inclusive, por estar autorizado em pregar o Evangelho, sempre com as orientações e avais dos seus amigos pastores (ALESSI, 2021).

Para Hinz, o vínculo entre criminalidade e religião que mesclam elementos de disputa armada pelo controle dos pontos de venda de drogas e adequação da linguagem religiosa e de símbolos cristãos para a realidade dos moradores das favelas, são cruciais para a conservação do comando e do poder do crime organizado nesses locais, pois viabilizam a narrativa de legitimidade religiosa do tráfico em expandir o seu território, em que os traficantes exprimem de que os confrontos violentos são uma espécie de “guerra espiritual e santa” contra as forças do mal e inimigos da fé, representados pelos seus rivais e a polícia (G1, 2023).

De modo igual, a legitimação e a demonstração de poder e força dos traficantes neopentecostais detém outro ângulo: o reforço e a perpetuação da intolerância e do racismo religioso contra as religiões de matriz africana, com o emprego da “gramática neopentecostal” como instrumento de dominação repressiva e violenta. Como indica De Almeida (2021 apud SILVA, 2007), as concepções intolerantes, estigmatizantes, racistas e preconceituosas

só passou a ser importante nas dinâmicas de domínio e poder do tráfico com o surgimento dos traficantes evangélicos. Em vista disso, a pesquisadora prefere o termo “narcorrelição”, ao afirmar que a religião sempre esteve presente nas atividades e operações do tráfico de drogas desde o seu começo, ao lembrar que muitos narcotraficantes eram abertamente associados às religiões afro-brasileiras nas décadas de 1980 e 1990.

hegemônicas que tradicionalmente depreciam as religiões afro-brasileiras, aos tratarem como “crendice”, “folclore”, “ignorância” ou “atraso” e de considerarem suas divindades como espíritos demoníacos e malignos que ameaçam o “bem”, são sustentadas pela cosmovisão predominante das igrejas (neo)pentecostais que regularmente associam o Mal às entidades da umbanda e do candomblé e os seus terreiros a espaços de práticas demoníacas e maléficas, fortalecendo a segregação e a desaprovação dos costumes e ritos afroreligiosos na sociedade.

Desta forma, cabe aos criminosos convertidos ao (neo)pentecostalismo a “missão” de acabar com esses espaços maléficos, “em nome de Deus” e do “bem” da comunidade, assim que assumem o controle desses territórios, muitas vezes, com o aval e incentivo de pastores e outros líderes religiosos evangélicos locais. Assim, verifica-se um crescimento exponencial nas denúncias em várias favelas e bairros periféricos fluminenses dominados por traficantes e/ou milicianos, como fechamentos, proibições de funcionamento ou destruições terreiros, objetos e símbolos sacros afro-brasileiros, impedimento da circulação de pessoas vestindo roupas brancas e guias religiosas, além de intimidação, ameaças, expulsões, desaparecimentos forçados e homicídios de líderes afroreligiosos, muitas vezes, com o conhecimento e anuência de policiais igualmente evangélicos (DA CUNHA, 2016; ALESSI, 2021; G1, 2023).

Contudo, esse quadro contraditório e complexo já é realidade em outras favelas cariocas há pelo menos quarenta anos. De Almeida (2021) revela que o surgimento dos primeiros traficantes evangélicos, nos anos 1980, é resultado da difusão da “Teologia do Domínio”, doutrina prevalente nas denominações pentecostais, cujos apelos de beligerância e poder, convocam a ideia de “batalha espiritual” e “guerra contra o mal”.

Tomando como exemplo outro complexo de favelas, o de Acari, Da Cunha (2008, 2014), discorre que o sumiço ou/e a substituição gradual de iconografias e objetos que evidenciavam a representação popular da fé católica e de religiões de matrizes africanas pela proliferação de igrejas evangélicas²⁷ e o predomínio da “gramática pentecostal” dos traficantes, com *outdoors*,

²⁷ A mudança na visibilidade e na aparição predominante de símbolos e significações de fé evangélica em um dos complexos mais populosos, carentes e violentos da zona Norte da capital fluminense é decorrência da chamada “ocupação evangélica”. Este novo perfil religioso em Acari está relacionado ao intenso e estratégico investimento dos pentecostais de aproximação com o mundo do crime e outros segmentos estigmatizados da sociedade para o exercício de proselitismo religioso e com o propósito final de pregação da fé e evangelização em massa, em particular, entre as décadas de 1980 e 1990. Assim, além dos traficantes e de criminosos nos espaços prisionais, a autora destaca que também foram numerosas a conversão de outros grupos sociais marginalizados, como profissionais do sexo, travestis, homossexuais, dependentes químicos e de álcool e pessoas em situação de rua. Após a conversão, eles se encarregavam de difundir os seus testemunhos de “salvação” e o Evangelho nas favelas e periferias urbanas, em novas redes evangélicas reestruturadas e renovadas (DA CUNHA, 2014).

faixas e placas com dizeres bíblicos e expressões evangélicas pelas principais ruas das comunidades não são apenas manifestações de um novo perfil religioso predominante. Elas também servem para agradar e receber apoio velado da crescente população evangélica local; obter uma suposta proteção divina, a partir de contribuições financeiras para a difusão da “palavra e obra de Deus”; e sobretudo, simbolizar as demarcações territoriais de poder e domínio do tráfico, ao funcionar como um “efeito de marcação do lugar, já que traficantes de outras favelas, policiais e moradores de outras localidades sabem que a concepção e financiamento dessas pinturas, pichações e *outdoors* é do tráfico local” (*ibid.*, 2008, p. 34).

Mais uma vez, Da Cunha (2008) observa que além de terem modificado várias dinâmicas internas sociais dessa favela em questão, a conversão ao cristianismo evangélico também reconfigurou as estratégias de administração dos territórios dominados pelos traficantes e a sua condução na venda de drogas e outros negócios do crime a partir dos anos 2000. Do mesmo modo, a incorporação das normas religiosas pela criminalidade ressignificou as ideias de que, para se livrar das forças malignas (materializados pelos rivais), os homicídios deveriam ser cessados ao máximo.

2.3 “Multiplicar discípulos e alcançar todos com o Evangelho”: Missões religiosas evangélicas como instrumentos de expansão, domínio e coerção

Ao traçar o trajeto da ação social evangélica, constata-se que a sua gênese está originalmente intrincada com as chamadas “missões”, a partir dos primeiros fluxos de migrantes europeus não-lusitanos e estadunidenses protestantes históricos que começaram a chegar no Brasil entre os séculos XIX e primeira metade do século XX. Além dos civis, essas ondas migratórias também trouxeram pastores e missionários de diversas denominações protestantes. Eram luteranos, batistas, metodistas, congregacionais e presbiterianos que, ao se mudarem para um vasto, extenso e populoso território, viram a oportunidade única de impor o Evangelho nas massas não protestantes através da doutrinação religiosa camuflada de ajuda social (DE SOUZA, 2013).

Partindo da abordagem de Otávio Velho (2006) de inculturação provocada pelo missionamento, considera-se que tal premissa proveniente das missões cristãs protestantes no território brasileiro é uma continuidade e uma variante mais modernizada do domínio colonialista, expansionista e eurocêntrico sob os povos, sociedades e culturas tidas como

“atrasadas”, “pecadoras” e “pagãs”, processo este iniciado ainda no século XVI, com a colonização portuguesa e as suas missões de dominação e conversão religiosa forçada dos povos originários ao catolicismo. Carregando o racismo e outros preconceitos culturais e sociais, tais missões usurpam dos elementos relacionais e socioculturais das comunidades impactadas pelas suas investidas para gradualmente introjetarem coercitivamente a moralidade, a ética, a cultura e a cosmovisão cristã até a sua assimilação dominante sob os preceitos de visões de mundo e elementos culturais originários desses grupos recém-evangelizados.

Até hoje, as ocorrências mais emblemáticas dessa ideologia religiosa ainda ocorrem com uma maior frequência com os povos originários amazônicos. Para Felipe Milanez, ex-editor da revista Brasil Indígena, a estratégia de "plantar igrejas" nada mais é uma forma de extensão do domínio imperialista estadunidense sobre a Amazônia e os seus povos tradicionais. Ainda para o jornalista, as agências missionárias compartilham os mesmos interesses capitalistas de ruralistas, garimpeiros, grileiros, madeireiros e políticos locais de explorarem os territórios e os corpos dos grupos originários e de mercantilizarem as suas almas:

Há um espírito do capitalismo nessas missões, o qual está associado a interesses colonialistas e de submissão do outro a uma forma de ver o mundo. (...) Como o projeto missionário é um projeto colonialista, racista, que vê o outro como um bárbaro que precisa ser civilizado, ele se associa muito bem a outros projetos capitalistas que também veem o outro como um inferior a ser explorado. (FACHIN, 2021, para: 3).

Igualmente, destaca-se que muitas dessas agências missionárias têm uma maior preferência pelos povos indígenas isolados que vivem nos rincões mais afastados da Floresta Amazônica e que possuem pouco ou nenhum contato com a civilização dominante. Caldas e Brito (2013) explicam que esses grupos são mais interessantes para o missionamento evangélico de caráter fundamentalista, pois as suas reservas estão majoritariamente situadas em áreas cobiçadas para a extração de minérios, madeira e outros recursos naturais, e eles são mais fáceis de serem atraídos e compelidos com a entrega de peças de vestuário, calçados e demais supérfluos como espelhos, penduricalhos e utensílios como cordas e facas.

Mais atuante entre as linhas protestantes clássicas e pentecostais, o fundamentalismo evangélico acredita na redenção do ser humano somente pela conversão religiosa e mudança do seu comportamento à luz dos mandamentos de Deus. Almeida (2002, p. 19) explica que ao basear-se sobretudo pela imutabilidade da Bíblia, a sua “exegese [...] literal, o salvacionismo

articulado a uma forma de conversão e a expectativa escatológica de uma redenção final”, o fundamentalismo evangélico entende que o Homem é um ser decaído e vulnerável “às tentações e maldades do mundo”, e imputa uma certa ambiguidade ao pregar tanto o salvacionismo coagido em relação da pecaminosidade, quanto o amor e o perdão de Deus.

Nesse sentido, a missão evangélica fundamentalista se caracteriza ao centralizar os seus objetivos de evangelização através dos mitos, comportamentos e rituais, ao prescrever àquele que é evangelizado os tipos pelos quais ele compreende o mundo (ALMEIDA, 2002). Prado (2018) revela que o fundamentalismo evangélico tido como “ingênuo” justifica a sua ação religiosa à finalidade de domínio e supremacia de um determinado grupo sobre outros, a partir da renúncia da ética e humanidade. Ao fundar-se no capitalismo liberal, a doutrina fundamentalista ingênua dedica-se à exploração econômica e dos mais frágeis e vulnerabilizados.

Já com muitas populações originárias amazônicas outrora assimiladas e aculturadas, os missionários evangélicos se aproveitam das péssimas condições sociais e econômicas, como altos índices de alcoolismo e prostituição, resultados de históricas estigmatizações, preconceitos e o descaso do Estado: pífia estrutura, péssima qualidade dos serviços públicos e pouca disponibilidade e oferta de oportunidades e dinâmicas de inclusão socioeconômica, além da escassa cobertura de fiscalização e proteção dos órgãos competentes nas reservas indígenas. Desta forma, esses religiosos justificam a sua inserção, ocupação e expansão nessas terras alegando obras e projetos sociais (RODRIGUES; MORAES JÚNIOR, 2018).

Mais uma vez, Milanez explica que, ao formarem alianças com influentes e poderosos setores econômicos e políticos locais, muitas dessas agências missionárias evangélicas fundamentalistas justificam, quando as convém, levar a ação social cristã e o trabalho humanitário aos territórios indígenas. Destarte, ao prover ações educacionais voltadas às crianças, além de assistência médica e odontológica comunitárias, essas missões utilizam desses trabalhos com o real intuito de conversão religiosa de aldeias inteiras (FACHIN, 2021).

Após conseguirem estabelecer vínculos de afeto e de se fixarem nesses espaços, as missões religiosas protestantes fundamentalistas começam um intenso processo de transculturação. Esse preceito doutrinário tem o objetivo de inculcar a ideia de “salvacionismo” para os “pecadores” que “não têm Deus no coração.” Desta forma, cabe a essas missões alterar os sistemas religioso-culturais milenares indígenas. Assim, mitologias, símbolos e códigos sacros, rituais, comportamentos, ideais e virtudes, e tudo mais que remeta o universo

espiritual e sagrado indígena é demonizado, desestruturado e substituído pela cosmologia cristã evangélica, começando com a tradução da Bíblia para idiomas e dialetos originários que servirão como difusão introdutória dos estudos bíblicos voltadas especialmente pelas crianças e jovens das comunidades, além da instrução e formação de futuras lideranças evangélicas indígenas que empregarão uma interpretação exegética e literalista do Livro sagrado cristão, com o propósito de garantir a conversão e evangelizar mais membros da sua comunidade (DE ALMEIDA, 2002; MORAES, 2014; RODRIGUES E MORAES JÚNIOR, 2018).

Ao implicar o discurso proselitista de que somente “Deus salva”, incute-se entre os povos originários o sentimento de temor ao Mal, simbolizado pela figura cristã do Diabo. Para isso, missionários e pastores protestantes fundamentalistas os convencem que os seus rituais sagrados milenares, artefatos xamânicos nativos, assim como, as suas manifestações culturais tradicionais, como danças e festas, são representações das forças malignas que trazem guerras, doenças e outros sofrimentos às suas comunidades (CALDAS; BRITO, 2013).

Portanto, pode-se considerar que a atuação das atividades missionárias fundamentalistas que utilizam de uma ação social constituída pela transculturação indígena, que enraíza compulsoriamente e opressivamente as regras conceituadas na cosmovisão cristã por meio da doutrinação, são extremamente nocivas às particularidades culturais, sociais e relacionais de diversos grupos originários que historicamente são suscetíveis as mais variadas formas de fragilidades e repressões. Na verdade, elas são mais que nocivas. Elas são destrutivas, pois são fundamentais para a efetivação do total etnocídio desses povos.

Apesar de a sua abordagem ser relativamente recente nas ciências sociais, as análises do genocídio cultural, conhecido também como etnocídio, já possuem algumas definições bem pertinentes. Para o seu elaborador, o etnólogo Robert Jaulin em sua investigação sobre o extermínio do grupo ameríndio Baris, o etnocídio é a aniquilação sistemática de uma civilização, com a eliminação do seu povo e a sua existência coletiva, como as suas técnicas de aprendizagem e subsistência e modo de produção, línguas, costumes, tradições, conhecimentos, culturas, religiões, crenças e organizações políticas, sociais e relacionais (JAULIN, 1973).

Por outro ângulo, o genocídio cultural está intimamente relacionado às concepções de poder e domínio. Caldas e Brito (2013 apud PERÍN, 1979) o referem como a imposição coativa de assimilação de uma determinada cultura ou civilidade por outra, levando a destruição das crenças e sistemas sociais da sociedade dominada, por meio de mecanismos e instrumentos de poder, podendo ele ser bélicos, materiais, financeiros políticos ou religiosos.

Já Chaves, K. (2018), associa o etnocídio com o predomínio das ideologias racistas e etnocêntricas. Ao rebuscar a teoria de colonialidade de poder de Quijano (2005), a autora reflete que esse mecanismo estruturante e típico do capitalismo moderno, seleciona os “dominadores” e os “dominados/eliminados”, mediante uma classificação de grupos sociais categorizados por gênero, classe, origem geográfica, raça e etnia, a partir de uma perspectiva dos padrões eurocêntricos. Aqueles que mais assemelham aos fenótipos estimados pela colonialidade estrutural são selecionados e “poupados” das investidas de dominação.

Como visto, as missões evangélicas que utilizam de convicções altruístas como pretextos detêm finalidades nada humanitárias: a monopolização do mercado da fé, a expansão do alcance dos domínios ideológicos e o incremento dos seus rendimentos – à custa de apoios e parcerias nada heterodoxas com políticos inescrupulosos, empresários, malfeitores, empresários e organizações intergovernamentais e civis-, e principalmente, a doutrinação e a conversão religiosa em massa de povos e grupos socialmente vulnerabilizados.

O protestantismo clássico, também alcunhado como “protestantismo de missão”, “histórico” ou “de conversão”, se caracteriza especialmente pelas suas táticas de imposição e difusão da fé cristã protestante e do seu proselitismo, mediante a pregação do Evangelho, a introdução à educação cristã e aos estudos bíblicos e a conversão em massa de não-cristãos ou cristãos de outras confissões não protestantes. Pautadas na disciplina moral e na ética do trabalho, muitas das primeiras missões no Brasil foram primeiramente financiadas por congregações estadunidenses que enviavam os seus missionários mais experientes para o exterior, a maioria deles ex-colônias. A esses religiosos cabia a responsabilidade de coordenar uma evangelização que desestruturasse todos os sistemas culturais, sociais e relacionais das sociedades a serem convertidas, preferencialmente, as localizadas em áreas remotas e com grupos geograficamente isolados e/ou sociais minoritários, devido à sua maior facilidade de manipulação (DE SOUZA, 2013; VIANNA, 2016; DO NASCIMENTO, 2021).

Nos dias de hoje, observa-se que muitas missões religiosas utilizam o pretexto de “compromisso social” como forma de estabelecer contatos iniciais e vínculos de proximidade. Assim, projetos e obras sociais são dissimuladamente apresentadas como soluções ou amenizações das dificuldades socioeconômicas individuais e/ou coletivas nas quais o Estado não oferece, assim como, os seus atos de pura “benevolência” baseados em capacidades subjetivas comumente honrosas e estimadas, como solidariedade, empatia e fraternidade.

Logo, não é de se surpreender que a “ação social cristã” (LESSA, 1966) é majoritariamente compreendida e tratada como um dos alicerces e propósitos mais importantes das denominações protestantes. A frequência com que a “questão social” e as suas vertentes são enfatizadas nas diretrizes das principais congregações evangélicas induzem às justificativas de elaboração, expansão e manutenção das suas missões, que nada mais são que instrumentos de difusão da ideologia e do proselitismo cristão e de asseguramento de conversão de grupos com os mais variados tipos de vulnerabilidade.

Mesmo com as suas diferenças doutrinárias internas, o posicionamento referente ao social é praticamente unânime: cabe às congregações a assumirem a responsabilidade de criar, administrar e propagar atividades que publicamente proporcionem a “transformação social”, ao estimular os seus fiéis a participarem de obras e ações em prol dos “mais necessitados e dos socialmente injustiçados”, sempre e unicamente a rigor das suas diretrizes institucionais.

Como bem indica Stroope (2011), as denominações evangélicas são mais propensas a incentivarem os seus adeptos a ter um maior compromisso exclusivo com as atividades congregacionais, ao passo que, as outras atividades tidas como “mundanas”, ou seja, as que não correspondem aos interesses ou objetivos da igreja, são publicamente e conjuntamente criticadas e repreendidas pelos líderes e membros das suas redes religiosas.

Sem embargo, é imprescindível analisar de uma forma crítica as reais intenções das igrejas evangélicas e de suas organizações com o social. Ao majoritariamente visar corresponder os seus próprios interesses empreendedores e financeiros, seja pelo aumento na quantidade de dízimos e de doações - efeitos diretos do crescimento de recém-convertidos (muitos deles inclusive contemplados pelos projetos sociais), pela abertura de novos templos -, ou mesmo, pela formação de acordos e parcerias subsidiadas e apoio político-institucional, essas instituições religiosas manipulam a ação social como subterfúgio para expandir os seus empreendimentos dentro e fora das igrejas e beneficiar a si próprias.

Em vista dessa finalidade de lucro com o social, observa-se que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, por exemplo, considera a formação de redes de cooperação com outras igrejas evangélicas, além de demais membros do terceiro setor, ONGs, empresas privadas, sociedade civil e até mesmo, o poder público para custear obras e missões que supostamente promovam a justiça e a inclusão social (PORTAL LUTERANOS, 20[??]).

A dedicação à ordem missionária-social também é uma das principais bases da doutrina batista. Segundo a sua declaração doutrinária oficial, há a expectativa de que os seus

professantes, aqui respaldados pelos modelos institucionais colaborativos entre as suas igrejas, atuem de forma voluntária nas obras de ação social e de beneficência através das suas missões de evangelização e educação teológica (CONVENÇÃO BRASILEIRA BATISTA, 2017a).

Pioneiros, os batistas encabeçaram os primeiros missionamentos protestantes no Brasil, com a chegada e fixação de pastores estadunidenses em Santa Bárbara d'Oeste, interior paulista, a partir da década de 1870. A esses, couberam a iniciar atividades missionárias pelo território nacional, concentrando-se especialmente nas periferias dos maiores núcleos urbanos do Sudeste e nos longínquos e isolados povoados dos rincões do interior nordestino, regiões essas onde hoje em dia há uma maior representatividade batista entre os seguidores que seguem as igrejas protestantes históricas: 55% e 63%, respectivamente (CONVENÇÃO BRASILEIRA BATISTA, 2017a, 2017b; PEREIRA; DE SÁ, 2018).

Ao corresponderem a mais de 60% dos protestantes históricos brasileiros e ser a única denominação dessa vertente evangélica em crescimento, os batistas possuem um longo histórico de plena expansão. Se em 1906 a sua comunidade chegou a aproximadamente 4.200 membros distribuídos em 80 igrejas, em 2017, o Brasil já era a maior convenção batista da América Latina, com mais de 1,7 milhão de fiéis e 8.700 igrejas (CONVENÇÃO BRASILEIRA BATISTA, 2017b; PEREIRA; DE SÁ, 2018).

Mendonça (2002) e Pereira e De Sá (2018) indicam alguns fatores que explicam o êxito da doutrina batista, e por conseguinte, a sua expansão denominacional imperante. Dentre eles, destacam a sua distinção com as missões de outros protestantes históricos. Os batistas se dedicavam a uma evangelização mais direta com as camadas mais populares, principalmente em uma época em que o acesso à educação e à alfabetização eram mais restritos. Outro fator imprescindível para esse rápido crescimento tem a ver com a sua eclesiologia mais flexível, na qual o recém-convertido é logo enquadrado no contexto e na participação ativa da sua igreja.

O foco evangelístico dado às missões voltadas às camadas sociais mais fragilizadas pelos batistas é tão intensa, que a sua instituição internacional mantém organizações próprias e específicas em diversos países que se voltam à formação e o treinamento eclesiástico e ao envio e o sustento de missionários no exterior e/ou interinamente (PEREIRA; DE SÁ, 2018).

No caso brasileiro, destaca-se a Junta de Missões Nacionais (JMN), agência missionária fundamentalista que percorre a nação e detém objetivos nada sutis: “multiplicar discípulos e alcançar a todos com o Evangelho” (MISSÕES NACIONAIS, 2021, s/p), à medida que financia

e oferece programas e projetos sociais. Alegando basear-se em competências humanitárias e afetivas, como “compaixão e graça” (sic) e de não medir esforços para “transformar a vida dos mais necessitados e excluídos”, as Missões Nacionais contam com projetos sociais de diversas frentes em todas as unidades federativas²⁸ (*ibid.*, 2021).

Contudo, as multifacetadas atividades de “ação social” da JMN detém particularidades, como a curiosa ênfase dada à “plantação de igrejas”, que é o envio de representantes para a conversão e a formação de agentes que atuarão como missionários propagadores do Evangelho nas suas comunidades, intitulados de “campos pioneiros”, a partir de uma visão ideológica colonialista da Bíblia que embasa introdução, expansão, domínio e coação religiosa em espaços “menos evangelizados”, ao englobar grupos e segmentos propícios a estigmatizações, marginalizações e demais vulnerabilidades socioeconômicas, como os sistemas prisionais, pequenos vilarejos amazônicos e povoados sertanejos nordestinos, comunidades ribeirinhas e quilombolas, lugares com grandes concentrações de migrantes e refugiados não-cristãos evangélicos, acampamentos ciganos e territórios indígenas (MORAES, 2014; STORCK; DÜCH, 2020; FACHIN, 2021; MISSÕES NACIONAIS, 2021).

Utilizando o caso da JMN como exemplo, observa-se que as agências missionárias fundamentalistas de base corporativa estadunidense e as suas intenções de impor e propagar o proselitismo cristão que, muitas vezes, menosprezam e ignoram as cosmovisões, as expressões linguísticas, gestuais e éticas, os costumes, as moralidades, as práticas relativas e socioculturais, as crenças, espiritualidades e os ritos singulares de grupos e povos tradicionais e/ou minoritários, ameaçam a preservação e a manutenção dos seus elementos relacionais, étnico-sociais e culturais.

Com os ciganos, os efeitos já são gigantescos. Os riquíssimos relatos de Murata (2010), De Aquino (2018) e De Souza (2022), baseados em uma abordagem antropológica e etnográfica, após extensivas visitas em acampamentos ciganos e entrevistas com seus membros em diversas regiões brasileiras, indicam alguns pontos consoantes que merecem destaque. A

²⁸ Aqui, destacam-se os diversos projetos e programas de assistência, profissionalização, ressocialização e reinclusão socioeconômica direcionados a grupos suscetíveis, como dependentes químicos, refugiados, encarcerados, crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e moradores em situação de rua nas cinco regiões brasileiras. As Missões, ao propagarem o Evangelho, realizam caravanas e campanhas de promoção à saúde odontológica e fisioterapêutica, consultas médicas, psicológicas, distribuição de refeições, medicamentos e *kits* de higiene pessoal, assim como, cursos de música, reforço escolar, preparação para o ensino superior e outras atividades educacionais e recreativas. Disponível em: <<https://missoesnacionais.org.br/compaixao-e-graca/>>. Acesso em 30 mai. 2024.

começar pela assimilação religiosa evangélica, a dualidade do pertencimento étnico-social e o inevitável questionamento do *ethos* cigano. Neste sentido, atos e práticas de crenças que eram orgulhosamente passadas de geração em geração, como a quiromancia e o uso de apetrechos que simbolizam as crenças e a fé popular como figas da sorte, fitas, guias e crucifixos, assim como, a ingestão de bebidas alcoólicas - visto como meio de socialização da comunidade cigana - são abolidas. Além disso, a ida e a realização de danças, festas de comemorações e promessas dedicadas a santos católicos e outras entidades espirituais ciganas são trocadas pela assiduidade nos cultos e atividades coordenadas pelas igrejas evangélicas fundadas nos acampamentos²⁹.

2.4 O trabalho assistencialista evangélico aos migrantes e refugiados no Brasil

A expansão territorial de templos evangélicos e a conversão ao cristianismo evangélico, dissimuladas de compromisso e ação social transformadora, que combinam práticas assistencialistas e religiosas, não são novidades na trajetória do evangelicalismo brasileiro. Mesmo com suas diferenças e discordâncias, protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais se convergem na implementação e coordenação de ONGs, associações, institutos, projetos e obras sociais com diretrizes baseadas em redes multiescalares de apoio e de proximidade dos mais vulnerabilizados socialmente (RIBEIRO, 2015).

Assim como os indígenas, os migrantes e os refugiados despertam a atenção da atuação de projetos, obras e trabalhos sociais e missionários de organizações, entidades e agências ligadas a igrejas evangélicas. Diferente do primeiro, a característica desse grupo social dispõe de significados que remetem diretamente à situação vivida pelos hebreus que emigraram ao Egito e acabaram sendo escravizados pelo Faraó. Logo, a passagem encontrada no quinto livro do Antigo Testamento da Bíblia³⁰ manifesta que o bom cristão precisa amar e acolher os que vêm do exterior para que não se assemelhem àqueles que escravizaram os seus antepassados: “Por isso amareis o estrangeiro, pois fostes estrangeiros na terra do Egito.” (BÍBLIA [...], 20[??], Deuteronômio 10, 19, s/p).

²⁹ No caso do acampamento de cigano de Quissamã-RJ pesquisado por Bianca Brito (2021), foi elucidado que a fundação do seu templo evangélico, intitulado de Igreja Evangélica Cigana, é resultado de uma união de diversas denominações históricas e pentecostais após anos de atividades missionárias lideradas sobretudo pela Convenção Batista e a Assembleia de Deus. Também, a autora conclui que a presença evangélica nessa comunidade começou com a difusão de programas de televisão e rádio de congregações neopentecostais populares.

³⁰ Disponível em: < <https://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Desta forma, constata-se que a ação social evangélica para refugiados e migrantes está intimamente associada às práticas e aos preceitos religiosos provenientes dos ensinamentos de Jesus Cristo no Evangelho. Mota (2021) mostra que os reais propósitos do evangelho vão além de simplesmente difundir a palavra do Salvador. O evangelho também busca comprovar para o Homem a sua importância para Deus e o guia a encontrar os meios que respondam às suas angústias e necessidades materiais e espirituais.

Partindo desse princípio, Mota (2021) reflete que a influência da corrente marxista entre os cristãos latino-americanos na década de 1970 condicionaram a revisão do papel social das igrejas evangélicas. Esta reavaliação, conhecida como Teologia da Missão Integral³¹ ressignifica o sentido do Evangelho que desperta no cristão a olhar para o seu irmão mais necessitado, sendo assim, adotada por praticamente todas as vertentes evangélicas. Para isso, o autor observa que essa teologia serve como fundamento, por exemplo, da atuação social da Convenção Batista, cuja perspectiva missionária, imbricada com os aspectos teológicos sobre a imigração, possui um certo destaque alinhado ao modelo teológico da hospitalidade.

Da mesma forma, esse modelo teológico é a essência da doutrina wesleyana e da missão metodista de assistência aos desamparados e aos injustiçados. Como aponta Mota (2021), os projetos e as obras sociais de acolhimento tem uma forte ênfase na hospitalidade, que por sua vez, se fundamenta no versículo 13:2 do livro de Hebreus³², sendo inclusive, lema oficial do “Metodistas Acolhem e Cuidam” (DE PAULA, 2019), projeto este que será debatido mais adiante.

Já em uma óptica mais material, migrantes e refugiados possuem outro fator atraente para as igrejas evangélicas, institucionalmente falando: o seu expressivo e contínuo crescimento número de entradas de não-nacionais nos últimos anos. À medida que esses números aumentam, mais interessante fica para esses institutos religiosos procurá-los para estabelecer contatos iniciais, e em seguida, vínculos sociais, afetivos e relacionais.

³¹ Germano (2023) explica que os fundamentos da TMI são comumente relacionados aos da Teologia da Libertação, já que ambos surgiram na mesma época e compartilham críticas em contextos político-sociais e ecumênicos similares. Ao buscar uma maior autonomia das amarras teológicas das denominações estadunidenses, a TMI inclina-se a uma postura anticapitalista e ao pensamento marxista que enfatiza a ação e o compromisso social da Igreja à luz da justiça social, com a defesa dos mais pobres e excluídos e, na prática do evangelismo cristão protestante. Disponível em: < <https://altairgermano.com.br/a-teologia-da-missao-integral/>>. Acesso em 05 jun. 2024.

³² “Não vos esqueçais de praticar a hospitalidade; pois agindo assim, mesmo sem perceber, alguns acolheram anjos.” (BÍBLIA [...], 20[??], Hebreus, 13,2, s/p).

Migrar ou fugir de um país para outro é altamente custoso em diversos sentidos, sejam eles relacionais e sociais, econômicos e psicológicos (ALVES, 2020). Por muitas vezes, migrantes e refugiados recém-chegados não possuem redes sociais de segurança, contato e apoio consolidadas na sociedade-destino, estando, assim, fragilizados, isolados e mais suscetíveis e propensos a riscos, obstáculos, hostilidades e discriminações no novo ambiente. São nesses momentos que as instituições evangélicas se aproveitam dessas vulnerabilidades para aproximá-los e, com a construção de vínculos, despertar neles sentimentos de pertencimento, gratidão, proteção e acolhimento. Esse apelo emocional facilita a inclusão dos não-nacionais nas redes religiosas, e por conseguinte, a potencial conversão religiosa.

Porém, tal inclusão pode ser aproveitada pelo não-nacional como uma estratégia para o seu benefício próprio. Na sua pesquisa relativa à atuação de religiosos com venezuelanos no Norte do país, Iana Vasconcelos (2022) aponta que os migrantes/refugiados vinculados a instituições religiosas que professam a crença e reivindicam os mesmos valores predominantes na sociedade receptiva conseguem maior apoio e aceitação social. Além disso, a fidelização a uma determinada igreja potencializa a sua inserção em redes de solidariedade, contato e assistência que oferecem desde doações de medicamentos, cestas básicas, vagas de trabalho, orientação jurídica e uma maior facilidade de acesso aos serviços públicos.

Já na perspectiva religiosa, as redes possuem significados mais subjetivos. De forma geral, elas se apresentam como uma espécie de “família escolhida” ao promoverem e manipularem sentimentos de aceitação, acolhimento e pertencimento de um indivíduo, grupo ou comunidade que estão passando por algum tipo de dificuldade ou vulnerabilidade, fazendo com que sensações negativas, como insegurança e rejeição sejam minimizadas.

Mais uma vez, Vasconcelos (2022) reflete que as religiosidades se revigoram nos cenários em que indivíduos e famílias estão mais suscetíveis a situações de abusos, explorações e violências, doenças, fome, desemprego, falta de habitação e carência de outros recursos essenciais para a subsistência. Em um contexto marcado pelo abandono e pela vulnerabilidade a ausência de uma instituição secular para recorrer, muitos rogam diariamente por proteção divina, única entidade alcançável a qualquer um que tenha fé e que atende a todos sem distinguir as suas condições econômicas, classe social, além de origens geográficas, etnia e gênero.

No caso dos migrantes e refugiados, as redes religiosas geralmente se manifestam no início do processo de adaptação migratória, em particular, em uma fase em que tudo soa intimidativo e ameaçador, e o acesso a direitos e ao bem-estar social parecem ser algo distante

da realidade, seja por desconhecimento ou por políticas e discursos cada vez mais restritivos e agressivos. Nesse momento, igrejas e as suas associações tentam se mostrar receptivas, humanitárias e solidárias, indo em direção contrária da maioria dos agentes seculares, que ao usar convenientemente os seus “esforços” e “adequações”, como modo de conquistar o respeito e a admiração dos não-nacionais, como, por exemplo, adaptar os seus cultos religiosos com modulações de acentos das palavras para simular determinados sons do idioma nativo, mostrando assim, um modo de aproximação mais afável com os recém-chegados (BAHÍA; SANTOS, 2016; VASCONCELOS, 2022).

Para Alves (2020), as redes evangélicas vêm se destacando nas dinâmicas migratórias – seja para os refugiados/migrantes que já possuíam algum vínculo com o cristianismo evangélico no seu país de origem, ou para aqueles que passam a conhecer ou aderir à religião no Brasil, ao comparar a sua aproximação com a filosofia e lógica predominante na maioria das denominações evangélicas no país atualmente, inclusive, em muitas clássicas, a “Teologia da Prosperidade”. Para a autora:

[...] sedutora aos olhos de quem busca vencer em outro país, [ela] se encaixa convenientemente nessa dinâmica. As redes evangélicas compostas por igrejas, organizações e lideranças pastorais são agentes fundamentais no financiamento desse processo. (ALVES, 2020, p. 3).

Logo, a busca das congregações evangélicas em incluir não-nacionais nas suas redes religiosas é uma concorrência bastante acirrada. Shoji (2008) analisa que, como a migração resulta na dissolução e na reorganização de várias redes sociais, irrestritamente, há um aumento simultâneo nos reajustes na demanda e oferta religiosa. Nesses casos, o chamado “mercado religioso” é movido pelas escolhas pessoais do migrante ou refugiado que as classificam e selecionam conforme as suas necessidades mais urgentes.

Com isso, o “vencedor” dessa competição são aqueles que conseguem ofertar os melhores “produtos” pertinentemente mais ajustados às principais demandas do “comprador”, ao exprimir uma melhor estrutura e proposta de integração e difusão das suas redes reestruturadas e/ou reinterpretadas no novo contexto do sujeito migrante (SHOJI, 2008).

Tomando como base essa “concorrência” de caráter puramente mercadológico, é possível associá-la com o atual cenário de pluralidade de programas, campanhas, trabalhos, projetos e redes de acolhimento e apoio fundadas e administradas por várias organizações e institutos evangélicos. No caso dos migrantes e refugiados, constata-se que a ação social cristã

para esses públicos se permeia entre todas as denominações e linhas doutrinárias. Assim sendo, muitas igrejas e entidades protestantes históricas, pentecostais, neopentecostais e de outras vertentes evangélicas, oferecem atividades assistenciais e ações de inclusão socioeconômica de modo independente, ou em alguns casos, em forma de redes, com a junção de congregações e ministérios, como a Rede Evangélica de Apoio ao Migrante e Refugiado (Remir).

Mesmo com a falta de mais informações, atualizações e resultados disponíveis, o caso da Remir despertou interesse. Fundada em Londrina, Paraná em 2018, a partir de um encontro entre dez entidades evangélicas de diferentes denominações, a rede tem oficialmente o propósito de socorrer e prestar assistência aos refugiados e migrantes venezuelanos que exponencialmente se concentravam no estado de Roraima (DIAS, 2018).

Após fazer uma rápida pesquisa sobre essa associação no *Google*, o primeiro *link* condiciona ao *website* do *Linking Global Voices* (LGV)³³, que é uma organização cristã de missões evangélicas de natureza transnacional. De acordo com a LGV³⁴, a Remir é definida como um “braço brasileiro” da *Refugee Highway Partnership*, associação internacional de igrejas e ministérios evangélicos que utilizam a prestação de assistência, acolhimento e apoio jurídico, social e material aos refugiados, migrantes e demais pessoas deslocadas à força como pretextos para a conversão religiosa.

Por sua vez, essa associação é afiliada à *World Evangelical Alliance*. Verificando minuciosamente a sua página oficial³⁵, algo chamou a atenção: o cuidado e a discrição máxima em não citar quais são as igrejas e congregações integrantes deste projeto. Definido apenas como uma “organização missionária em rede global cristã de natureza evangélica”, a aliança é uma plataforma presente em mais 143 países e com um alcance de mais de 600 milhões de pessoas, e detém um objetivo nada sutil: fazer com que mais de 5,5 bilhões de não-cristãos passem a conhecer Jesus Cristo e os seus ensinamentos (sic).

³³ Curiosamente, a organização referida cita mais de cem programas e redes de atuação social evangélica em diferentes áreas e espalhadas pelos cinco continentes. Disponível em: < https://linkingglobalvoices.com/es/networks-listing/networks-view?tx_genmobile_sites%5Baction%5D=show&tx_genmobile_sites%5Bcontroller%5D=Site&tx_genmobile_sites%5Bsite%5D=812&cHash=7d35b9d6528c01a18571d06d13ef5822>. Acesso em 31 mai. 2024.

³⁴ Disponível em: < https://linkingglobalvoices.com/es/networks-listing/networks-view?tx_genmobile_sites%5Baction%5D=show&tx_genmobile_sites%5Bcontroller%5D=Site&tx_genmobile_sites%5Bsite%5D=812&cHash=7d35b9d6528c01a18571d06d13ef5822>. Acesso em 31 mai. 2024.

³⁵ Para mais informações, verificar em: < <https://worldea.org/>>. Acesso em 31 mai. 2024.

Tal comprometimento obstinado dessa organização não é de se surpreender se levar em conta as suas origens estadunidenses. A imposição do modelo religioso dos Estados Unidos vai muito além da introdução forçada de condicionantes amplamente debatidos a respeito do imperialismo ianque, como a demonstração da sua superioridade tecnológica e militar. A regra imperialista estadunidense, do mesmo modo, possui os objetivos de propagar os seus juízos morais, assim como os seus preceitos ideológicos, espirituais e religiosos, em particular, sob os países cujas populações são majoritariamente não-cristãs/evangélicas.

O uso da religião como expansionismo estadunidense se origina com o Destino Manifesto, doutrina que justificara a expansão territorial dos colonizadores ao oeste norte-americano como um “fardo” atribuído aos “escolhidos” por Deus, ou seja, aos homens brancos de origem europeia. Logo, argumentava-se que essa “superioridade” divinamente legitimada sob os seus “inimigos inferiores”, leiam-se aqui, os povos originários, ironicamente, detém a missão de disseminar convicções bem-aventuradas e virtuosas.

Sene e Anta (2021) refletem que essa retórica messiânica, historicamente gerida, influencia as articulações imperialistas dos Estados Unidos até hoje. Baseada na sua “vocaçãõ” de conduzir a “salvaçãõ” e os “bons valores” aos necessitados em todo o mundo, os estadunidenses ampliam e reforçam os seus instrumentos e mecanismos de coerçãõ ideolõgica e cultural sob nações e grupos inteiros, exclusivamente em favor dos seus prõprios interesses geopolíticos, político-institucionais e econõmicos. Para camuflar os seus reais motivos, a política externa estadunidense utiliza inescrupulosamente a proteçãõ de altruísmos “inegociáveis”, como a liberdade, os direitos humanos e a democracia, como subterfúgios.

Retornando à conjuntura brasileira, verifica-se que o desempenho interdenominacional de entidades e instituições evangélicas que desenvolvem ações socioassistenciais a refugiados e migrantes é algo presente em praticamente todo o território brasileiro. É o que revelou uma pesquisa coordenada pela Associação Casa, ONG cristã paulista que visa propiciar, a partir do seu comprometimento em promover o Reino de Deus e o Evangelho, a transformação integral e o bem-estar individual, familiar e comunitário daqueles em vulnerabilidade social, em parceria com outros grupos e agências cristãs humanitárias nacionais e internacionais, inclusive, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) (ASSOCIAÇÃO CASA, 2023).

Entre março e maio de 2023, foram catalogadas 112 organizações evangélicas que atendiam à população migrante e refugiada no Brasil. Das 105 unidades participantes do

mapeamento, a maioria eram igrejas (52); seguidas por entidades da sociedade civil (39); redes, coletivos e alianças (8); e outros tipos de associações (6). Com sedes em 18 das 27 unidades federativas, a maioria se concentrava principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Amazonas, que juntos correspondiam a 64% do total (ASSOCIAÇÃO CASA, 2023).

Sem surpreender, a maioria dessas igrejas e entidades revelou que oferecia aos migrantes e refugiados atendidos, “apoio e conforto espiritual” (84). A doação de itens de necessidades básicas (82); encaminhamento para serviços públicos (66); aulas de português (64); e a mobilização de grupos e/ou igrejas (61) completaram os principais serviços e assistências ofertados (ASSOCIAÇÃO CASA, 2023).

Em paralelo, a alta incidência de colaborações chamou a atenção. Das 105 unidades respondentes, 83 declararam que trabalhavam em forma de parceria, seja com outras instituições religiosas, entidades civis, empresas privadas, agências intergovernamentais e/ou o poder público, com a finalidade de oferecer uma melhor estrutura e cobertura nos serviços e assistências à população refugiada ou migrante acolhida (ASSOCIAÇÃO CASA, 2023).

Já os expressivos números registrados em 2022 refletiram o enorme impacto e alcance da ação social evangélica aos migrantes e refugiados: mais de 112 mil atendimentos diretos; com mais de 1,7 mil pessoas trabalhando diretamente, sendo que cerca de 1,3 mil eram voluntários. Do mesmo modo, foram registradas uma grande variedade nas origens nacionais dos não-nacionais atendidos por essas organizações e igrejas evangélicas: ao menos 40. Afeganistão, Síria, Haiti, e principalmente, a Venezuela, foram as nacionalidades mais assistidas no ano referido (ASSOCIAÇÃO CASA, 2023).

Dentre as organizações que acolhem refugiados e que trabalham de modo cooperativo, a Vila Pátria Minha (VPM) se sobressai. Integrante da JMN, esse projeto evidencia-se por prover o abrigo e a assistência de refugiados, para, posteriormente, encaminhá-los à interiorização. Para isso, a VPM conta com parcerias com o Ministério da Cidadania, a Força Aérea Brasileira, a Acnur, igrejas batistas e outras instituições sociais, empresariais e civis (MISSÕES NACIONAIS, 20[??]).

Fundada em abril de 2022, a VPM³⁶ vem ganhando notoriedade midiática nos últimos meses por receber famílias afegãs, principalmente muçulmanas, que chegam ao Brasil fugindo

³⁶ Segundo o último Relatório de Atuação Social das Missões Nacionais, até o fim de 2023, o projeto já atendeu mais de 750 famílias e interiorizou mais de 22 famílias através da “Igreja Acolhedora”: diretriz institucional que

das perseguições do Talibã e da crise humanitária que assola o seu país de origem. Para habilitá-los à interiorização, o projeto dedica-se primeiramente a ofertas de ações e medidas socioassistenciais, como orientação e suporte jurídico na expedição e regularização de documentos, aulas de língua portuguesa e noções de cidadania e direitos sociais, apoio para a capacitação e inserção profissional, dinâmicas de integração sociocultural, reunificação familiar, acompanhamento e direcionamento para órgãos e serviços públicos e atividades educacionais para crianças e adolescentes (MISSÕES NACIONAIS, 20[??], 2024).

No entanto, a dedicação da VPM em cuidar e interiorizar esses assistidos detém outro propósito: estender as redes religiosas batistas, a partir da inclusão dos não-nacionais mediante conversão e proselitismo religioso, como bem indica o próprio resumo do projeto no *website* das Missões Nacionais: “Aqueles que são interiorizados, continuam sendo acompanhados pelos missionários por meio de devocionais e estudos bíblicos. Desse modo, investe-se no relacionamento discipulador e na multiplicação de igrejas entre os refugiados.” (MISSÕES NACIONAIS, 20[??], para: 3).

Assim sendo, considera-se que a suposta pretensão de providência de condições necessárias que garantam uma integração efetiva e concreta dos afegãos acolhidos na sociedade brasileira não passa de uma tática de introduzi-los à doutrina cristã batista e inseri-los na sua comunidade de fé. Para assegurar o êxito desta inserção proselitista e das suas multiterritoriais redes religiosas, a VPM transfere estrategicamente a supervisão dos refugiados interiorizados para outros agentes batistas na localidade destinada, como uma espécie de “apoio”. Como bem testemunhou uma missionária integrante da Vila Minha Pátria:

Em agosto de 2023 celebramos a interiorização de uma família composta por 9 membros, que foram acolhidos pela Convenção Batista Mineira, com *apoio da Primeira Igreja Batista em BH e Igreja Batista da Família*. Após 5 meses em seu novo lar, dois jovens ingressaram no mercado de trabalho como auxiliar administrativo. A família tem desenvolvido um restaurante que oferece uma imersão cultural com a culinária afegã, pratos típicos servidos de forma típica pelos próprios membros familiares. *Os filhos em idade escolar estão matriculados no Colégio Batista Mineiro [...]* (MISSÕES NACIONAIS, 2024, p. 4, grifo nosso).

iniciativa e encoraja os templos batistas a se responsabilizarem por promover a dignidade, esperança, acolhimento e inclusão social refugiados, a partir das suas próprias realidades locais. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br/wp-content/uploads/2024/01/0000-JMN-Relatorio-de-Atuacao-Social-2023_compressed.pdf>. Acesso em 02 jun. 2024.

Tal qual a situação dos refugiados afegãos, migrantes e refugiados venezuelanos também vêm despertando o interesse da ação social evangélica, especialmente, devido ao seu crescimento exponencial nos últimos anos. Boa Vista se torna o palco principal das dinâmicas migratórias venezuelanas no território brasileiro. O emblemático cenário marcado pelo massivo e gradual aumento dos fluxos migratórios venezuelanos no extremo-norte do país gerou implicações reformuladas, ou mesmo, inéditas.

Conforme a concentração demográfica migrante e refugiada de origem venezuelana se intensificava, em paralelo, demandas, conflitos e reações inerentes à sua presença se acentuavam. À medida que as articulações políticas eram letárgicas, insuficientes ou inexistentes frente à urgência da realidade e os outrora precários e obsoletos serviços públicos davam sinais de colapso iminente, a sociedade civil organizada boa-vistense se despontou na linha de frente ao prover ações humanitárias e emergenciais de assistência, abrigo, inclusão social e coletas de doações. Liderada por igrejas e suas comunidades de fé, essa rede de solidariedade contou com a coordenação de organizações, institutos, associações e fundações com algum grau de associação a igrejas e demais movimentos religiosos (SENHORAS; MENDES; DA SILVA, 2022).

O protagonismo destas organizações e instituições religiosas cristãs fez com que o poder público desfrutasse das suas estruturas ao estabelecer parcerias, com a finalidade de otimizar as ações públicas de acolhimento. Vasconcelos (2022) reflete que esse vínculo serve para reforçar a desnaturalização de separação do Estado e a sociedade, ao asseverar de como as ações estatais podem estar facilmente relacionadas com a sociedade civil organizada, que dentro do contexto analisado, pode muito bem ser substituída pelo termo “sociedade religiosa organizada”.

A ação social de templos e grupos cristãos em Boa Vista advém antes mesmo das primeiras iniciativas mais efetivas do poder público e da Operação Acolhida. Pelo menos, desde 2015, igrejas, ONGs e missões de origens católicas e não católicas, coordenam e realizam projetos humanitários e outras atividades ligadas à recepção, acolhimento, apoio e integração de migrantes e refugiados venezuelanos que chegaram e continuam chegando na capital roraimense (SENHORAS; MENDES; DA SILVA, 2022; RUSEISHVILI; TEODORO, 2023).

De caráter plural, as redes de acolhimento e assistência cristãs em Boa Vista se configuram pela sua capilaridade religiosa, ao abranger católicos, evangélicos históricos/pentecostais/neopentecostais e cristãos restauracionistas, que conduzem obras e

projetos compostos por voluntários de diferentes credos e doutrinas (RUSEISHVILI; CARVALHO, NOGUEIRA, 2018; SENHORAS; MENDES; DA SILVA, 2022).

Todavia, há uma distinção na forma de como as instituições e as comunidades católicas e não católicas atuam. Enquanto as ações católicas se caracterizam por um desempenho mais institucionalizado, por meio de pastorais e ONGs que dependem e se submetem hierarquicamente as decisões da Diocese de Roraima, mórmons e evangélicos agem de forma mais horizontal, onde os membros das suas comunidades de fé possuem uma maior autonomia na elaboração e execução de resoluções (VASCONCELOS, 2022; RUSEISHVILI; TEODORO, 2023).

Após realizarem um minucioso e extenso levantamento nos principais jornais e portais *online* de notícias de Roraima entre 2018 e 2022, Senhoras; Mendes e Da Silva (2022) identificaram as igrejas e organizações religiosas que mais atuaram com os migrantes e refugiados venezuelanos no recorte temporal analisado. Além das entidades ligadas à Igreja Católica e à de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, os evangélicos também marcaram presença com as suas congregações e as suas organizações representantes.

Dentre essas denominações evangélicas³⁷, a atuação social da Igreja Metodista com os migrantes e refugiados venezuelanos se sobrepõe tanto pelo seu pioneirismo, quanto pelas suas ações multifacetadas. O projeto social de acolhimento e atendimento a venezuelanos liderada pelo pastor e pela sua comunidade de fé de Boa Vista foi iniciado em 2016, com a concessão de um espaço pela prefeitura que logo se transformou em um abrigo destinado a indivíduos e famílias venezuelanas que pediam esmolas pelas ruas e dormiam em barracas improvisadas nas praças e avenidas da cidade (MAGALHÃES, 2018).

Porém, conforme os movimentos migratórios rumo à cidade incrementavam, o número de pessoas que buscavam pelo abrigo aumentava exponencialmente: estima-se que, em uma determinada semana, o espaço abrigou mais de 600 pessoas, superando a capacidade máxima do local. Desta forma, a Igreja Metodista teve que deslocar as suas ações sociais para a sua sede. Devido à alta demanda, a instituição diversificou os seus serviços assistenciais e passou a realizar funções em várias frentes como doações de medicamentos, alimentos, *kits* de higiene;

³⁷ Além dos metodistas, as reportagens e as publicações jornalísticas averiguadas para a pesquisa igualmente registraram as ações humanitárias e sociais de outras denominações, como a Convenção Batista Brasileira, a Assembleia de Deus e a neopentecostal, Igreja Embaixada do Reino de Deus.

recreação e educação de caráter proselitista, com atividades lúdicas na escola dominical e de transcrição da Bíblia para o espanhol e o idioma *Warao* para adultos e crianças não-indígenas e indígenas abrigados; atendimento médico e psicológico; preparo e distribuição de refeições diárias; cursos profissionalizantes de artesanato, música, alfabetização e língua portuguesa; e palestras sobre saúde e prevenção à gravidez (MAGALHÃES, 2018).

Historicamente, o metodismo, se sobressai perante as outras denominações protestantes clássicas ao possuir orientações teológicas e doutrinárias definidas e que se norteiam a uma formação educacional missionária e religiosa que vinculam a consciência e a interação ativa do crente com a sua comunidade e ao interesse da Igreja de possibilitar o bem-estar social, acolher os mais necessitados e excluídos e o fim das desigualdades. Essa “preocupação” tem como fontes os Evangelhos e a herança das obras do fundador do movimento metodista, John Wesley (LESSA, 1966; IGREJA METODISTA, 2006).

Tal conscientização da responsabilidade social institucional advém do chamado “Credo Social”, documento que ratifica o comprometimento, as ações e o posicionamento oficial da Igreja Metodista e a sua doutrina em relação à árdua realidade da sociedade. Esse nome advém da corrente do evangelho social nas quais foram estabelecidos contatos e trocas de experiências entre algumas denominações protestantes históricas da América do Norte anglo-saxônica e os protestantes europeus ligados ao movimento socialista cristão (RENDERS, 2009).

A enorme repercussão local da iniciativa da sede metodista boa-vistense fez com que a Igreja Metodista do Brasil fundasse, em 2019, o “Metodistas Acolhem e Cuidam”, projeto institucional de abrangência nacional que se inspira na identidade, filosofia e tradição wesleyana de instrução à hospitalidade e o acolhimento de todas as pessoas, em especial, os mais necessitados. Desde então, a instituição mobiliza anualmente as suas redes a se conscientizarem, engajarem e apoiarem a causa, com campanhas de arrecadação de dinheiro, alimentos e itens básicos e envios de missionários e voluntários à Roraima (DE PAULA, 2022).

Com a proposta de criar um “banco de dados de comunidades metodistas que estejam dispostas a acolher famílias de pessoas em situação de deslocamento forçado” (*ibidem*, 2022), o projeto da Igreja incentiva os seus templos a atenderem os venezuelanos em vulnerabilidade social que precisa ser inserido em outras localidades brasileiras (DO NASCIMENTO, 2021). Em outras palavras, a Igreja Metodista encoraja os seus templos a acolherem os migrantes e refugiados interiorizados desde a sua incorporação à Operação Acolhida, ainda em 2018.

O exemplo da Igreja Metodista não é isolado, e muito menos, o único. A inclusão e o estabelecimento de parcerias entre organizações religiosas, Estado, agências e demais organismos internacionais na Operação Acolhida³⁸ reforçam o protagonismo desses atores no contexto da coordenação e no ofertamento de medidas assistenciais e de apoio estratégicos aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima. No entanto, desta vez, a atuação social desses institutos está submetida às diretrizes militares de desconfiança e controle sob a presença e mobilidade migrante regidas pelo Exército Brasileiro.

Da mesma forma, as instituições religiosas e as suas entidades associadas possuem participação ativa na estratégia de interiorização venezuelanos, ao criarem “pontes” para ações de acolhimento, recepção, integração cultural e inserção no mercado de trabalho em outras unidades federativas (SENHORAS; MENDES; DA SILVA, 2022).

As intenções da Igreja Metodista de conscientizar e mobilizar os seus templos e as suas comunidades de fé espalhadas pelo país, de recepcionarem e ampararem migrantes e refugiados interiorizados vêm se mostrando relativamente exitosas. A partir de relatos de missionários e pastores cedidos para a pesquisa de Do Nascimento (2021), foi apontado que as primeiras igrejas a recepcionarem famílias venezuelanas ocorreram em Cassilândia, Mato Grosso do Sul, e em Poços de Caldas, Minas Gerais, ainda nos primeiros meses da Operação Acolhida, onde cada paróquia recebeu uma média de duas famílias.

Um ano depois, o total de igrejas que mediarão a interiorização e acolheram venezuelanos reassentados passou de duas para sete. Além das duas unidades citadas acima, os cinco novos templos se localizavam nos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro (DE PAULA, 2019).

Apesar de não haver dados ou informações mais recentes e atualizadas disponíveis, constata-se que o significativo aumento no intervalo de um ano verificado ratifica a agilidade e o grande alcance das redes sociais evangélicas. Do Nascimento (2021) já havia observado como a instituição se sobressaía por firmarem redes de apoio com a sociedade e entidades públicas e/ou privadas locais.

³⁸ Segundo o seu primeiro relatório publicado em meados de 2018, a Operação Acolhida contava com a participação e atuação de igrejas, ONGs, movimentos, associações, agências missionárias e demais entidades religiosas vinculadas às confissões de fé católica, evangélica e restauradora. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xixcedn/situacao_atual_da_operacao_acolhida.pdf>. Acesso em 04 jun. 2024.

Diferente das redes católicas, marcadas pelas suas tradicionais hierarquias e burocracias eclesiais, a maioria das redes sociais evangélicas são mais unificadas, multiterritoriais, horizontais e dinâmicas, ao disporem de uma maior celeridade no estabelecimento de diversos nós e pontos de apoio, uma troca mais instantânea de solidariedade e contato, assim como, relações, experiências e solicitações de reforço, suporte e cooperação material, logística, financeira e de mão-de-obra voluntária ou profissional.

Partindo dessa premissa, a Igreja Metodista destaca-se pela sua conexionalidade. Como será visto no próximo capítulo, essa concepção de organização pode se apresentar como algo vantajoso diante das novas reestruturações, mudanças e imposições de um mundo cada vez mais conectado, ágil e imediato, de um lado, e do outro, mais excludente, desigual, hostil e seletivo.

No entanto, a tradição wesleyana de compromisso, responsabilidade e papel social cristão está em retrocesso. Assim como outras doutrinas e denominações clássicas, a doutrina metodista tradicional vem sendo gradualmente trocada um modelo mais capitalista e de cunho neoliberal, particularmente representada pela sua “versão” religiosa, a Teologia da Prosperidade (STINGUEL, 2020).

Se até o século passado, a Igreja Metodista se dedicava às obras caritativas e de conscientização social dos seus fiéis e atendidos, agora, ela abraça as novas concepções ideológicas e teológicas predominantes nas congregações neopentecostais, que se baseiam, acima de tudo, na privatização e na mercantilização da fé, por meio de parcerias escusas com empresários, com os objetivos de expandirem as suas esferas de influência, assim como, as suas rentabilidades financeiras e capital social (NASCIMENTO, 2021 apud RIBEIRO, 2015).

Ao analisar o caso da participação da Igreja Metodista na interiorização de venezuelanos na região Noroeste Fluminense, constatou-se que esse processo apresentou uma série de contradições e fatores que se opuseram aos valores historicamente pregados por John Wesley, que, em sua concepção, eram genuinamente cristãos. Como será visto no próximo capítulo, a Igreja, que oficialmente se responsabilizou por acolher e cuidar dos interiorizados em um local até então desconhecido, se portou com desinteresse e menosprezo diante das diversas infrações nas quais as venezuelanas sofreram no ambiente de trabalho, justamente, na confecção na qual a instituição intermediou para a contratação dessas mulheres.

3. A INTERIORIZAÇÃO VENEZUELANA NO NOROESTE FLUMINENSE – MACROCONJUNTURAS, ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS

O terceiro e último capítulo é dedicado exclusivamente ao caso da interiorização venezuelana no interior fluminense, singularizada pela decisiva atuação da Igreja Metodista do Brasil neste processo. Contudo, antes disso, é fundamental entender as principais conjunturas e arranjos macro que implicam as transformações e as reorganizações dos complexos e multifacetados movimentos migratórios contemporâneos, aqui instigados, em particular, pelas novas exigências, mudanças, exclusões e discrepâncias do capital globalizado e do mercado mundial de trabalho, puxados especialmente pela austeridade dos países do eixo central do sistema-mundo no que se refere à presença e a alteridade migrante e refugiada.

Insero nos novos dinamismos e sistemas globais de mobilidade humana, o Brasil vem se evidenciando nas últimas décadas como um importante polo migratório regional na América do Sul. No caso das migrações venezuelanas, o estado de Roraima se destaca como o epicentro demográfico desse êxodo, em razão da sua divisa seca com a Venezuela e pela sua posição geográfica estratégica. Todavia, conforme as entradas e a permanência de refugiados e migrantes venezuelanos se acentuavam, particularmente, entre o período mais acentuado dos fluxos migratórios, entre os anos de 2016 e 2018, o estado ficava marcado pela total desorganização de assistência e acolhimento por parte das autoridades e dos órgãos componentes, bem como, a insuficiência na oferta dos serviços públicos, velhos conhecidos da população local.

A implementação da Operação Acolhida como resolução tardia expôs a falta de inovação e preparo do governo federal perante a nova realidade. A partir da atuação conjunta de ONGs, agências intergovernamentais, como a ACNUR e a sociedade civil, como entidades e atores religiosos, a estratégia conta com a coordenação-geral das Forças Armadas.

O próprio uso do termo “operação” realça a militarização como resposta do Estado. Usando a assistência e proteção social como falácias, a Operação Acolhida nada mais serve como um mecanismo de securitização, desconfiança e controle à mobilidade migrante venezuelana dentro do território nacional. Ainda por cima, o projeto igualmente impõe à disciplina e à moralidade de perspectiva militar, à obediência, à seletividade dos não-nacionais através dos seus centros de acolhimento direcionados aos venezuelanos sem alojamento e nenhum tipo de assistência, bem como, na dispersão de migrantes e refugiados pelo país através

da estratégia de interiorização, como forma de mitigar potenciais tensões e “perigos” causados pela presença venezuelana.

3.1 Antigos paradoxos e novas dinâmicas nos desafios migratórios atuais

A mobilidade humana é um tópico que desperta interesse, discussões e dúvidas. Em um heterogêneo prisma interpretativo e objetivo, a sua discussão acentuou-se desde a sua expansão e complexificação, efeitos dos rearranjos do capitalismo financeiro contemporâneo e da globalização. Na sua compreensão ideológica, a globalização nada mais é que uma utopia de um mundo sem barreiras, sempre induzidos pelo livre mercado que conduzem à prosperidade, à paz e ao fortalecimento da democracia (CORAZZA, 1997).

Contudo, a prática é muito diferente da teoria. Rogério Haesbaert (2013) resume a globalização como um efeito da gradual ampliação do capitalismo, da sociedade de consumo, da mercantilização humana e da cultura fetichista mercantil, onde tudo é convertido como objeto de compra e venda. Em paralelo, este processo intensifica as desigualdades regionais, seja em virtude aos constantes reordenamentos espaciais, como meio de inserir e expandir tardiamente o capital em novos territórios; assim como, pelo maior protecionismo de blocos econômicos-políticos; pela ascensão dos oligopólios; pela concentração desproporcional da tecnologia e dos rendimentos advindos da especulação financeira no eixo Norte; e por fim, pela reorganização da divisão do trabalho (DA SILVA, 2004; ARGERICH, 2005; HAESBAERT, 2013).

Por outro lado, a globalização igualmente se destaca por propor uma maior capacidade na precisão e na instantaneidade nas comunicações e nos deslocamentos, através do aprimoramento das suas técnicas. Desta forma, as trocas de relações e as distâncias se encurtam em um espaço-tempo cada vez mais comprimido (HARVEY, 1992). Giddens (1991, s/p) define este fenômeno como “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” Já para o célebre geógrafo brasileiro Milton Santos (2006), a globalização fez o Homem redescobrir a sua corporeidade.

Assim, entende-se que o crescimento multifacetado dos deslocamentos humanos atuais, além de conquistar uma maior importância nos debates políticos globais, vem conquistando um espaço gradual na academia mundial, especialmente nas últimas cinco décadas (DE HAAS, 2010). Tal evolução no campo científico é deveras importante, ainda mais quando se considera

a atual tendência de constância no crescimento das migrações. Segundo o último relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2022, mais de 281 milhões de pessoas eram identificadas como migrantes internacionais, um número equivalente a 3,6% da população mundial (OIM, 2024).

Migrar é intrínseco ao *ethos* humano. Segundo Leka (2015), migrar-se se atrela ao sentido de movimento, de sentir-se e de estar vivo. Porém, este ato não é apenas uma questão de vitalidade. Migrar também gera questões autorreflexivas sobre a própria identidade social do sujeito migrante e a sua alteridade, já que ao desprender-se de sua terra natal, ele leva consigo a sua bagagem histórica e cultural para um novo local (SAYAD, 2010).

Desta forma, o migrante simultaneamente possui um caráter dual: ele é emigrante e imigrante. Enquanto ele é alguém “ausente” no seu país de origem, ele também é um “outro”, que ao precisar inserir-se em uma nova sociedade, em troca de sua sobrevivência, submete-se às suas leis, normas e costumes (ROCHA-TRINDADE, 1995). A partir deste paradoxo, buscase a síntese de Level; Da Silva e Magalhães (2020, p. 129) sobre a dupla ausência do migrante originalmente estipulado por Sayad (2000), em que “embora presentes fisicamente onde trabalham, [os imigrantes] são invisíveis como sujeito; e onde estão fisicamente ausentes, parte do produto de seus trabalhos estão presentes.”

Logo, na sua busca por adaptação a uma nova realidade, no geral, totalmente dissemelhantes do usual, o migrante põe a sua identidade em um limite. Para Da Rocha (2010, p. 242), “o migrante precisa ser interpretado como aquele que no confronto com o outro vive sempre na área fronteira, isto é, representa não só o desencontro de diferentes visões de mundo, como também, por conseguinte, a coexistência de diferentes espaço-temporalidades”.

Essa isócrona “dualidade” auxilia na compreensão da paradoxalidade do migrante. Para Sayad (1998), o migrante desfruta de um caráter intrinsecamente discordante diante da sua própria condição, em que, ao mesmo tempo, ele a contempla, a lastima. Assim, como nenhum outro indivíduo, o migrante reconhece as suas próprias dificuldades, tal como as de seu grupo, justamente pelo fato dele conseguir identificar as acusações impostas à sua condição social: alguém provisório, transeunte e externo. Da mesma forma, essa mesma ambiguidade impõe ao migrante questionar sobre a sua própria história e pertencimento (MEZZADRA, 2005).

Ao contextualizar estes dilemas mais subjetivos em um contexto atual de intensas transformações e reivindicações identitárias e culturais, induzidas pela expansão e pluralidade das redes transcontinentais de mobilidade, relação e comunicação, é possível constatar que há um aceleração desses questionamentos. Aqui, a nova fase da internacionalização do capital

e dos contínuos remodelamentos territoriais induzem às constantes de-re-composições e acúmulos locais dos fluxos de capital humano e social, ao ponto da mobilidade humana se tornar o maior símbolo deste processo munido de mudanças, exclusões, dispersões, desigualdades e reintegrações (MEZZADRA; 2003; HAESBAERT, 2004; SASSEN, 2007a; 2007b).

Isso posto, as reestruturações das hierarquias socioespaciais que visam satisfazer a maior difusão e a livre circulação do capital e das mercadorias firmam uma diversidade inédita entre o dinamismo econômico e a mobilidade internacional da mão-de-obra. Não obstante, em detrimento desta associação, muitas vezes desigual, constata-se um crescimento na dissonância no quadro de estoque de mão-de-obra no mercado de trabalho global, com as disparidades entre a escassez e as ofertas de emprego e na coexistência de uma demanda gradual e simultânea por profissionais altamente qualificados e por trabalhadores precarizados.

Assim sendo, esta reorganização desequilibrada estimula a abertura de novos circuitos globais de trabalho completamente díspares: à medida que homens advindos do Norte Global e com elevados níveis de escolaridade são a maioria dos concorrentes à requisitadas vagas de empregos altamente técnicas e com elevadas remunerações; mulheres da periferia global e com baixos níveis de escolaridade, correspondem a imensa maioria dos trabalhadores em atividades e ofícios considerados como “inferiores” e “indesejados” (SASSEN, 2007b).

Em um panorama regido pelas reconfigurações espaciais e das novas redes fomentadas pela globalização, é possível relacionar tal cenário com a criação e a inclusão de novas áreas nos corredores migratórios transcontinentais, como, por exemplo, as migrações sul-sul, ou seja, deslocamentos de pessoas vindas do Sul Global em direção a outros locais da periferia do Sistema-Mundo. Importante referência geográfica mundial, o Sul Global vem se destacando nos últimos anos pelas suas novas tendências e dinâmicas migratórias internacionais. Se em 2010 essa área do planeta concentrava 73 milhões de imigrantes, em 2015, esse estoque migratório cresceu cerca de 23%, um total de 90,2 milhões de pessoas, número correspondente a 37% do total das migrações internacionais (ONU, 2012; OIM, 2016).

À vista disso, é possível correlacionar os dois contextos apresentados com o descomedido e constante aumento das migrações consideradas tidas como forçadas. Para a OIM, este tipo de migração é um termo generalista que serve para “caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem” (OIM, 2009, p. 41).

É importante aclarar que as migrações tidas como forçadas também abarcam os refugiados, porém, com certos adendos. Neste sentido, Castles (2003) alude que a grande maioria das migrações forçadas ocorre de forma interna, ou seja, dentro do próprio país do migrante. Desta forma, não há um respaldo jurídico-institucional com validação transnacional específica que garanta a proteção da sua condição.

Já o refugiado é aquele que, por ter a sua vida e segurança em risco, é obrigado a sair do seu país para outro. Para a Acnur (2015), o refugiado tem a sua condição de refúgio reconhecida por Estados que se comprometem a respeitar um conjunto de diretrizes e de direitos legais, específicos e obrigatórios que possuem validade internacional, como o direito e a oferta à proteção e ao asilo.

Pressionados pela maior mobilidade do capital humano e pela precarização de diversas atividades majoritariamente ocupadas por migrantes nos países centrais, esse novo tipo de deslocamento ajuda a irromper a tradicional polarização migratória sul-norte. Altamente heterogênea, as migrações sul-sul englobam desde as com o intuito laboral até os grupos que apresentam os mais variados tipos de vulnerabilidade (SASSEN, 1988; BAENINGER, 2018; DOMENICONI, 2018; MAGALHÃES, BÓGUS, 2020; VERSIANI; CARVALHO NETO, 2021). T tamanha complexidade indica um destaque notório e gradual da periferia global nas novas dinâmicas migratórias transnacionais, resultando em um grande contingente migratório em pontos específicos do planeta, em particular, nas áreas fronteiriças.

Não obstante, o incremento desses deslocamentos na periferia global pode ser explicado pela intensificação dos destinos possíveis, a partir de um encadeamento de dificuldades, intransigências e consequências impostas aos migrantes. Sassen (2007) considera que a difusão das migrações sul-sul está vinculada à irrestrita busca e necessidade por sobrevivência, segurança e liberdade, em um conjunto econômico-político e social marcado pela explosão da miséria, do desemprego, da violência e do desmantelamento da proteção social.

Outro ponto crítico está relacionado ao endurecimento jurídico-militar e político dos tradicionais polos receptores migratórios. Domenech e Dias (2020) indicam que essa maior rigidez é efeito da austeridade do Atlântico Norte diante da presença do migrante periférico. Ao utilizar critérios seletivos e discriminatórios, como local de origem, cor de pele, etnicidade, língua materna, trejeitos, sotaque e religião, os países desenvolvidos assumem uma postura mais restritiva ao promulgar leis anti-imigração, além de recorrer a um poderoso aparato bélico, militar e tecnológico em suas fronteiras, a modo de intimidar e desencorajar novas entradas.

Um terceiro tópico concernente a este cenário são as cíclicas, mais intensas e frequentes recessões econômicas nos países industrializados. Tomando a crise financeira de 2008 como exemplo, Magalhães e Bógus (2020) pontuam que esse longo período de estagnação estimulou a outorga de leis mais protecionistas. Como consequência, o migrante ficou ainda mais vulnerável, em razão do achatamento dos seus salários e na flexibilização dos seus direitos sociais e trabalhistas. Em reação em cadeia, isto afetou o importe das remessas para os países de origem dos migrantes, obrigando-os a redefinir outras rotas migratórias.

Por fim, há o paulatino apoio às retóricas elitistas, classistas, preconceituosas, sexistas e racistas, em detrimento da alteridade do migrante periférico no eixo industrializado. Esta maior popularidade está correlacionada à ascensão eleitoral de políticos xenofóbicos, que se unem em coligações para elaborar e aprovar leis e regulamentos que estrangulam e restringem os migrantes, sendo, inclusive, apoiadas por alguns partidos progressistas (LISBOA, 2020). Cavalcanti (2021) associa este avanço com as crises dos modelos migratórios assimilacionista e pluralista que não sabem mais como responder às generalizações extraídas de casos pontuais de terrorismo e outros atritos de cunho religioso e cultural, muitas vezes, acentuadas pelos viesados e sensacionalistas veículos de comunicação que instigam o sentimento anti-imigração.

Como consequência desta maior intimidação e ameaça à sua integridade física, psicológica, financeira, cidadã e social, muitos migrantes e refugiados são compelidos a se migrarem de novo, que agora, atraídos por um cenário supostamente mais receptivo e menos austero, criam circuitos migratórios, apesar do rápido avanço do reacionarismo populista em alguns pontos periféricos. A criação de novas redes migratórias abaixo da linha do Equador, além de impulsionar a pluralidade dos movimentos transcontinentais, possibilita a conversão de novas regiões como maiores rotas migratórias internacionais, como as cidades globais periféricas³⁹.

Estudos referentes aos mais variados tipos de migrações contemporâneas na América Latina (DA SILVA, 2012; CANALES, 2018; LANZETTA; KLEIDERMACHER, 2018; ANGOA; GIORGULI, 2020), reforçam a notoriedade do aumento e da diversidade dos novos corredores migratórios intra e interregionais do Sul Global em direção às metrópoles globais

³⁹ A globalização produziu um novo sistema hierárquico e estratégico de pontos espaciais com diferentes graus de influência sobre aspectos regulares, como a produção industrial, comércio e cultura em todo o mundo. Dessa forma, a cidade global é a representação geográfica das interligações sociais, econômicas e políticas em rede entre cidades (SASSEN, 2001).

periféricas⁴⁰ do subcontinente e os seus entornos. Estas se destacam por reproduzir mais intensamente os reordenamentos estruturais impostos pelo Norte Global. São nesses espaços que os capitais humano, social, financeiro e produtivo circulam de modo mais dinâmico e enérgico, devido a uma maior cobertura das tecnologias e das redes de transporte, comunicação e trabalho.

Desta forma, ao centralizar uma maior oferta de postos de trabalho, as cidades globais recebem uma grande leva de migrantes, formada tanto por trabalhadores altamente qualificados quanto por profissionais com níveis acadêmicos mais baixos. Em consequência desta simultaneidade, esses espaços suscitam uma ambiguidade: a inclusão migrante no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que provoca a sua invisibilidade social (SASSEN, 2007).

No caso das cidades globais periféricas, observa-se uma “transferência” de um modelo organizacional exclusivamente pensado exclusivamente para a financeirização e o acúmulo de um capital subordinado às exigências hegemônicas. Tal subalternidade incita a já acentuada segregação socioespacial, compelindo os segmentos mais pobres e vulneráveis ao completo estado de miséria, desumanização e marginalização (CANETTIERI, 2021).

Ademais, a gradativa transferência das incumbências estatais ao livre mercado, além de minar a emancipação econômica e social destes grupos, promove o desmonte dos seus direitos, assim como, à precarização e à flexibilização da classe trabalhadora, expondo-os integralmente aos mais variados tipos de irregularidades e abusos. Desamparados, muitos recorrem à informalidade, aos subempregos degradantes e aos trabalhos análogos à escravidão, sem a garantia de nenhum tipo de direito e proteção.

Já para o não-nacional, essa situação é ainda mais complexa em razão de rotulações obsoletas. Como bem indica Sayad (1998), o imigrante é unicamente visto como uma simples “força de trabalho transitória e provisória” na sociedade de recepção. Partindo dessa perspectiva generalista, Scherer e Prestes (2019) apontam que, ao ser tratado como um “outro” temporário, o imigrante cai no pantanoso campo da inferiorização, inclusive no mercado de trabalho. Ademais, o uso de estereótipos reforça estigmatizações que o pressionam a ocupar determinados ofícios desvalorizados pelos “pátrios” (HOLAND; WENCZENOVICZ, 2022).

⁴⁰ Segundo o último levantamento da Globalization and World Cities Research Network, em 2020, mais de 300 cidades no mundo eram consideradas globais, sendo que mais da metade estava localizada no eixo sul. No caso da América Latina, a região registrou 28 cidades no total. São Paulo, Cidade do México, Santiago e Buenos Aires foram classificadas como Alfa, o maior nível hierárquico. Para mais observações: <<https://www.lboro.ac.uk/microsites/geography/gawc/world2020t.html>>. Acesso em 18 dez. 2023.

Atrelada a essa conjuntura desfavorável, há o defasado e errôneo senso comum de que o migrante “usurpa” os empregos dos nacionais. Tal pensamento é desconstruído por Greco (2023), ao analisar os exitosos casos da Alemanha e do Canadá, cujos altos índices de formalidade migrante se destacam. No seu estudo, o autor revela que, nesses países, migrantes são os maiores responsáveis por revigorar a economia de regiões que viviam em estagnação.

Do outro lado, a realidade vivida na periferia global é totalmente distinta. Em razão dos constantes desmontes do mercado formal de trabalho e da promulgação de uma nociva agenda política neoliberal, observa-se um aumento exponencial de migrantes, sobretudo advindos do Sul Global, na informalidade ou em empregos em situação de superexploração.

No caso brasileiro, verifica-se nos últimos anos, o predomínio de bolivianos, bem como, o aumento de presença de outros migrantes sul-americanos, como paraguaios e peruanos, tanto na informalidade de fábricas e oficinas de confecção e costura concentradas na zona central paulistana, quanto em outras atividades informais e de baixíssima remuneração, como comércio de rua, serviços domésticos e trabalho braçal. Conforme apontam as pesquisas de Freitas (2012), Silva (2012), Souchaud (2012) e Xavier (2012), a maioria dessa mão-de-obra é composta sobretudo por migrantes pobres, que ao fugirem da miséria crônica e do desemprego nas suas regiões de origem, são aliciados para trabalharem precarizados e indocumentados no Brasil, com a promessa de bons salários. Desta forma, com receio da deportação e de retornarem à pobreza estrutural, esses migrantes são coagidos a se submeterem à semiescravidão e a uma série de violações dos seus direitos trabalhistas e humanos.

3.2 (E)migrações e refúgio no Brasil – Um breve contexto histórico

Como visto, a inclusão tardia das periferias na globalização age nos reordenamentos socioespaciais e na inédita atribuição hierárquica em determinados pontos nos mais variados circuitos e redes transnacionais como forma de expandir incessantemente o acúmulo do capital. Baeninger (2015) revela que este processo de lógica produtiva estimula a reconfiguração da mobilidade humana mundial, que ao acompanhar a fluidez e as novas demandas do capital e do mercado de trabalho, diversificam as suas escalas, temporalidades, espacialidades, categorias, rotas e intensidades dos seus movimentos e fluxos (DA SILVA; BAENINGER, 2021).

Logo, assevera-se que a maior pluralidade nos rearranjos dos movimentos migratórios, além de contribuir para a integração de novos locais nas redes migratórias transcontinentais, reincluem espaços que historicamente eram polos expulsos de gente. Incluso nesses dois

cenários, o Brasil vem se destacando como importante referência regional, especialmente, no que se refere aos deslocamentos intrarregionais e transcontinentais sul-sul.

O fato é que o Brasil deve muito às imigrações. Cruciais para a sua diversidade cultural, étnica, social, religiosa e linguística, elas acompanharam as mudanças e as demandas econômicas, demográficas e sociais de um país ainda em construção. Ao longo da sua trajetória, o Brasil experimentou uma série de ondas migratórias, iniciadas aqui pelas ininterruptas levas de portugueses que invadiram o território indígena durante os séculos XVI e meados do XIX. Neste mesmo intervalo, mais de 4 milhões de africanos foram deslocados à força para o solo brasileiro sob a condição de mão-de-obra escravizada. Esse triste episódio fez com que a colônia brasileira “conquistasse” o execrável título de maior receptor mundial de escravos africanos em todo o ciclo do tráfico negreiro (CASTRO, 2013).

No geral, o século XIX trouxe mudanças migratórias com a abertura dos portos em 1808. O fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura entre 1830 e 1890 e o *boom* econômico causado pela expansão e a supervalorização do café no mercado mundial fizeram com que políticas subsidiassem a importação de mão-de-obra europeia branca, com os objetivos de suprir a demanda de mão-de-obra e converter o sistema escravista de produção pelos de parceria e de colonato (PATARRA; FERNANDES, 2011; DEZEMONE, 2018).

Todavia, tal apreço possuía a finalidade escusa de embranquecer a população. Europeus eram preferência do Estado, pois além de contribuírem para a “melhor civilização da sociedade”, resolveriam “o problema de um país ameaçador, majoritariamente não-branco” (BENTO, 2002, p. 7). Desta forma, a institucionalização do racismo migratório restringiu quantitativamente a entrada de outros grupos étnicos-culturais, como japoneses, africanos e árabes (PATARRA; FERNANDES, 2011).

Estima-se que, entre 1884 e 1933, o Brasil recebeu mais de 3,9 milhões de imigrantes (IBGE, 2023a). Rosoli (1992) aponta que das 11 milhões de pessoas que migraram para a América Latina entre 1800 e o fim da Primeira Guerra Mundial, o Brasil recebeu 33% desse total, um índice superado apenas pela Argentina, com 46%. Lanza e Lamounier (2015) apontam que a maior mobilidade do trabalho e da produção; a expansão do capital; a adoção de novas tecnologias de locomoção e comunicação; a estabilidade política regional e a aplicação de políticas migratórias subsidiadas atraíram cerca de 13 milhões de imigrantes para a América Latina entre 1870 e 1930.

No entanto, essa tendência foi radicalmente alterada em meados dos anos 1930, com a promulgação das cotas de restrições no contingente de entrada imigrante. Em nome da defesa

do trabalhador brasileiro que sofriam os efeitos do declínio da indústria cafeeira e da austera crise de 1929, o governo aboliu os incentivos às migrações internacionais ao constatar uma alta demanda interna e uma grande disponibilidade de mão-de-obra doméstica subutilizada (PATARRA, FERNANDES, 2011). Desta forma, a quantidade de entrada de imigrantes entrou em forte declive: se no decênio 1920-1930, o Brasil recebeu mais de 900 mil imigrantes, entre 1930-1950, o país registrou mais de 500 mil não-nacionais (IBGE, 2023b).

Apesar de um leve aumento na década de 1950, puxados pelos refugiados da Segunda Guerra Mundial (IBGE, 2023b); a agenda política permaneceu fundada na institucionalização da xenofobia racializada e das cotas migratórias, com a proibição irrestrita ou restrição quantitativa na entrada de determinadas nacionalidades e grupos étnicos-culturais. Os europeus continuavam sendo preferência, em nome da “civilidade” (COSTA; SOUZA; BARROS, 2019).

Com o golpe militar de 1964, o Estado intensificou o seu protecionismo. Em nome da segurança nacional, os militares isolaram o país dos circuitos migratórios internacionais. Ao enrijecer a entrada e a recepção de imigrantes em seu território, o regime ditatorial institucionalizou a securitização e a vigilância. Os não-nacionais que conseguiam autorização para ingressar no país eram constantemente policiados e sujeitos a expulsões arbitrárias. A promulgação da Lei n. 6.815/1980 ou o “Estatuto do Estrangeiro”, legitimou a desconfiança do Estado sob o imigrante com antipatia e o tratamento como uma potencial “ameaça” à segurança, à ordem e à força de trabalho nacional (FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2016).

Mesmo com a redemocratização, a ditadura deixou frutos ao condicionar um drástico e categórico revés no *status* histórico de receptor imigrante do Brasil. Entre as décadas de 1980 e 1990, o país passou a ser um importante polo emigratório sul-norte. Ao passo que a nação vivia um crítico momento econômico e financeiro, países como Japão e os Estados Unidos experimentavam uma ótima fase graças à expansão produtiva em um ambiente marcado pela euforia em razão da expectativa do retorno da pacificidade e da estabilidade política causados pelo fim das tensões da Guerra Fria. Outrora zona repulsiva, o continente europeu passou a atrair milhões de pessoas em busca de melhor qualidade de vida e bem-estar social.

Deste modo, o Brasil viu milhões de cidadãos saírem do país. Brzozowski (2012) e Patarra; Fernandes (2011) apontam que as emigrações equivaleram a uma perda líquida de 1,6% da população total residente no país em 1990. A emigração se manteve intensa e constante na próxima década. Entre 1991 e 2000, mais de 500 mil brasileiros emigraram, muitos de forma definitiva (BRZOZOWSKI, 2012).

Comparando com os não-nacionais que entraram com o intuito de fixar residência no mesmo período, o cenário é de um enorme saldo migratório negativo, ratificando a teoria de que o Brasil se converteu em um polo expulsor, como bem mostra a tabela 7:

Tabela 7 - Emigração e imigração no Brasil entre 1980 e 2000

Período	Emigração	Imigração com o intuito de residência	Saldo migratório
1980-1990	1.800.000	34.000	-1.766.000
1991-2000	550.000	51.000	-499.000
Total	2.350.000	85.000	-2.265.000

Fonte: Brzowski, 2012; Observatório das Migrações em São Paulo, 2023. Elaboração própria.

No novo milênio, o saldo permaneceu negativo. Dados da OIM (2022) e do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2023a) estimam que o número de brasileiros no exterior saiu de 1,2 milhão em 2005 para mais de 3,123 milhões em 2010. No mesmo período, o país registrou 297.864 de não-nacionais distribuídos em esporádicas entradas, formados majoritariamente por migrantes temporários (CAVALCANTI, 2021; OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO, 2023).

Já a década de 2010 destacou-se por uma nova intensificação na emigração. Dados da Polícia Federal (PF) calcularam que, apenas entre 2018 e 2019, mais de 735 mil brasileiros deixaram o Brasil permanentemente (OIM, 2022). Esse incremento é compartilhado pelo Itamaraty, ao estimar que a comunidade brasileira no exterior deu um salto de 122% entre 2012 e 2020, chegando a quase 4,216 milhões de pessoas (BRASIL, 2023a).

Ayer (2019) e Veiga (2021) elencam que o descontrole da violência urbana e da insegurança; o descrédito na classe política; o desejo de oferecer melhores condições de vida para os filhos; as dificuldades e as incertezas causadas pela crise econômica de 2014-2017; a instabilidade política-institucional iniciada com o golpe contra Dilma Rousseff e o acirramento da polarização com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 estão dentre os principais motivos que levaram muitos brasileiros a deixarem o país nesse período.

Por outro lado, a década de 2010 igualmente se destacou pelo aumento das imigrações. Oliveira (2023), baseado em dados cedidos pela PF, revela que as solicitações de residência deram um salto: de 105.094, em 2013, para 1,2 milhão em 2023. Já Velasco e Mantovani (2016) revelam que, apenas em 2015, foram computadas a entrada de mais de 117 mil não-nacionais,

um aumento de 160% em dez anos. Este fenômeno foi também apontado pelo Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra): entre 2010 e 2020, o Brasil aferiu um total de 2,1 milhões de registros e entradas de não-nacionais, um aumento considerável em comparação entre 2001 e 2010, onde foi apurado um pouco menos de 700 mil registros (ObMIGRA, 2023).

Essa tendência de crescimento permaneceu na próxima década. Enquanto 1,3 milhão de migrantes residiam no Brasil em 2020; em 2023, esse número chegou a 1,5 milhão, representando um aumento de 15,3% em apenas três anos, mesmo com as restrições transnacionais de mobilidade impostas pelo coronavírus nesse mesmo triênio (DE OLIVEIRA, 2021; CAVALCANTI; OLIVEIRA; LEMOS SILVA, 2023; CANUTO, 2023).

De caráter mais plural, as imigrações contemporâneas para o Brasil são a extensão de uma nova realidade regida por uma gama de fatores, dentre elas, os rearranjos geográficos impostos pela globalização; as frequentes e intensas recessões econômicas; e a crise ética e moral do Norte Global que vem escalando a sua austeridade desumana à medida que caravanas cruzam quilômetros a fio na escaldante e perigosa selva tropical centro-americana e os barcos lotados de refugiados cruzam o Mar Mediterrâneo em circunstâncias cada vez mais desoladoras.

Se o Hemisfério Norte começava a enclausurar, em contrapartida, a América do Sul estimulava as migrações internas. A ratificação do Acordo e Residência do Mercosul, ainda no auge da Onda Rosa, garante desde 2009, o direito recíproco à residência, ao trabalho e à seguridade social aos pátrios de países-membros e associados do bloco (CAVALCANTI, 2021). Neste sentido, acredita-se que o Acordo vem contribuindo para o crescimento e a estabilidade dos registros de não-nacionais sul-americanos no Brasil nos últimos anos, principalmente pela desburocratização das solicitações de registro e residência migratória, como aponta a tabela 8:

Tabela 8 - Maiores registros de não-nacionais provenientes de países-membros e associados do Mercosul no Brasil entre 2011 e 2022, por triênio:

País de origem	Triênio 2011 – 2013	Triênio 2014 – 2016	Triênio 2017 – 2019	Triênio 2020 - 2022
Argentina	9.735	13.301	14.102	13.656
Bolívia	22.845	15.728	23.076	20.855
Colômbia	7.854	17.010	26.416	16.855
Paraguai	7.127	9.755	8.549	9.961

Peru	6.644	9.127	8.981	6.034
Total:	54.205	64.921	81.124	67.361

Fonte: ObMigra, 2023; Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Elaboração própria.

Porém, é necessário reforçar que este crescimento nas migrações intrarregionais está associado à piora das condições sociais, econômicas e trabalhistas que impactam sobretudo a maioria da população de muitos países na região. Por exemplo, o predomínio da informalidade e os empregos com baixíssimas remunerações são os principais motivos que levam muitos colombianos e paraguaios a se migrarem em direção a países vizinhos desde as décadas de 1960 e 1970 (PNUD, 2009; MEJÍA OCHOA, 2012).

A busca por melhores empregos é igualmente observada entre os bolivianos, peruanos e argentinos, só que com adendos. No caso boliviano, a emigração é instigada especialmente pelo aumento do desemprego urbano, resultado direto do superinchaço das maiores cidades e do aumento contínuo do êxodo rural, causadas pela expansão descontrolada da mecanização do campo e pela piora nas condições de vida da população campesina (FREITAS, 2012). Já nos casos do Peru e da Argentina, a deterioração gradual das conjunturas políticas e econômicas, culminaram com a pandemia de COVID-19 e fizeram com que as condições de trabalho, renda, segurança pública e bem-estar da população se reduzissem acentuadamente, pressionando a saída de centenas de milhares de pessoas (BEL, 2023; MOREIRA; LOUZAU, 2023).

Em contrapartida, o Brasil vinha se destacando regionalmente por ter se aproveitado de alguns fatores internos, como o superaquecimento da economia e o forte investimento no social no primeiro sexênio da década de 2010, puxados pela expansão na exportação de *commodities*. Isso fez com que o Real valorizasse exponencialmente frente ao Dólar e a outras moedas latino-americanas. Além disso, o país angariou uma maior visibilidade mundial ao organizar e sediar eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (CAVALCANTI, 2021).

No lado jurídico, a promulgação da Lei n.º 13.445/2017, mais conhecida como a “Nova Lei da Imigração”, validou o país como um destino mais atraente para a imigração. Depois de quatro décadas, o hostil e defasado “Estatuto do Estrangeiro” foi finalmente revogado e substituído por um regulamento mais atento às transformações globais e à diversificação das mobilidades, à defesa dos direitos dos refugiados e migrantes. Objetivando não criminalizar o migrante e as suas condições, procedimentos e critérios adotados para a sua migração, as novas diretrizes se baseiam em um sentido mais humanitário de universalidade, igualdade e interdependência (GUERRA, 2017).

Por fim, as novas normas asseguram ao migrante à inviolabilidade das suas liberdades e dos seus direitos, bem como, os de defesa jurídica e trabalhista, reunificação familiar, de mobilidade e circulação dentro do território nacional, além da desburocratização de documentações e de processos relacionados à regularização, residência e vistos (AMARAL; COSTA, 2017; BRASIL, 2017; VARELLA *et al.*, 2017; DOMENICONI, 2021).

Apesar de algumas polêmicas⁴¹, a “Nova Lei da Imigração” instituiu um enorme avanço no direito migratório brasileiro por finalmente oferecer prerrogativas legais que garantam os direitos de grupos historicamente excluídos da ordem jurídica e da sociedade nacional, em especial, em um panorama atual onde os números de refugiados crescem anualmente.

Sem embargo, é importante traçar, mesmo que sucintamente, a trajetória brasileira no âmbito das resoluções e dos acordos intergovernamentais referentes ao refúgio, iniciadas ainda na década de 1960, com a ratificação na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados da ONU, cujas delimitadas cláusulas no âmbito espaço-temporal abordou sobre o acolhimento exclusivo ofertado a europeus antes de 1 de janeiro de 1951, decorrências da Segunda Guerra Mundial (BARRETO, 2010). Mesmo com a adesão do Protocolo de 1967 que redefiniu a temporalidade especialidade dos refugiados (BRASIL, 1972), o país continuou adotando a visão eurocêntrica da Convenção de 1951 e decidiu por não suspender a cláusula geográfica.

Já na década de 1980, a América Central foi marcada pela eclosão da quantidade de refugiados internos. Em razão da multiplicação das instabilidades políticas e dos conflitos internos gerados pelo enrijecimento dos regimes ditatoriais e desrespeito generalizado à liberdade e à proteção dos direitos humanos, mais de 2 milhões de centro-americanos foram obrigados a deixarem os seus países (JUBILUT, MADUREIRA, 2014). Em resposta a esse cenário caótico e crítico inédito, juristas, especialistas e governos latino-americanos se reuniram em Cartagena de Índias, Colômbia, em 1984, para debater acerca dos eventos ocorridos, em uma tentativa de adequar e expandir os dispositivos originários da Convenção de 1951.

Nascia assim a Declaração de Cartagena, documento que ampliaram as circunstâncias de definição de refugiado: alguém que foge do seu país de nacionalidade, em virtude de conflitos internos, ataques estrangeiros, grave instabilidade na ordem pública, violência

⁴¹ Como o controverso decreto regulamentador n.º 9.199/2017. Alvo de críticas de especialistas, o decreto com contrassensos e imprecisões pontuais nos dispositivos relativos à acolhida, regulamentação trabalhista, entrada, estadia, expulsão e deportação. Além disso, a utilização de termos estigmatizantes, como “clandestino”, contraria a própria lei n.º 13.445/2017, que justamente assegura a descriminalização da migração e os seus métodos utilizados (DA SILVA ALMEIDA; DE ALBUQUERQUE; DIAS, 2019; DOMENICONI, 2021; ZAPE, 2023).

generalizada e/ou por demais fatores que põem em risco à sua vida, segurança, liberdade, em um quadro de “violação maciça de direitos humanos” (BARRETO; LEÃO, 2010).

No mesmo período, a redemocratização marcou uma lenta e tímida recondução do Estado brasileiro no que concerne ao direito migratório e ao refúgio internacional. A fundação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em 1980; a autorização para o funcionamento de um escritório representante da Acnur em 1982; a adesão na Declaração de Cartagena em 1989; além da outorga de portarias, como a que sustaram a obsoleta reserva geográfica e permitiram a entrada de refugiados latino-americanos, asiáticos e africanos, simbolizaram uma nova fase do Brasil a respeito do debate global sobre o abrigo humanitário (BARRETO, 2010).

A Constituição Federal de 1988 deu base a um novo arcabouço jurídico-institucional e político que proporcionaram que a defesa dos direitos do refugiado, e em extensão, do migrante, evoluíssem demasiadamente, dentre elas a promulgação da Lei n.º 9.474/1997, que implementou de forma integral todos os instrumentos legais da Convenção de 1951 e instituiu o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão tripartite interministerial responsável por administrar e deliberar processos decisórios de requerimentos formais de solicitação de refúgio no território brasileiro (BRASIL, 1997; WALDELY, 2017).

No novo milênio, uma série de desafios inéditos, em razão da maior complexidade e heterogeneidade do mosaico global causado pelas transformações das tecnologias bélicas e do capital, provocam o acirramento de disputas e conflitos armados pelo poder político-militar em todo o mundo. Como resultado, profundas instabilidades socioeconômicas e o aumento no registro de generalizadas violações de dignidade, liberdade e demais direitos humanos. Desta forma, milhões de pessoas são obrigadas anualmente a saírem de suas casas, especialmente rumo a outros locais cujas cosmovisões, costumes e tradições são totalmente distintas das acostumadas. É nesta nova conjuntura crítica que o Brasil passa a observar um expoente crescimento nas entradas e nas solicitações de refúgio de nacionalidades advindas do Sul Global, como os sírios e os afegãos, ao passo que o Norte Global cercava as suas fronteiras.

Além dos conflitos armados, profundas crises econômicas e perseguições sistemáticas em razão de etnia, religião, opinião e ideológica política, sexualidade e identidade de gênero; bem como, os imensos impactos dos desastres ambientais causados pela ação humana e por tragédias naturais pressionaram ao crescimento do êxodo e ao refúgio no Brasil, como os venezuelanos, senegaleses, cubanos, congolenses e iranianos nas duas primeiras situações, e os haitianos, na última.

Sendo assim, em um cenário que exige um maior empenho e compromisso do Estado, houve algumas respostas normativas ao aumento expressivo das entradas e requerimentos de regularização migratória, refúgio e residência, após muita pressão da sociedade civil, como, por exemplo: “a emissão das Resoluções [...] 93/2010, que, [...] concedia [...] o Acordo de Residência do Mercosul; e a acolhida humanitária aos haitianos (Resolução [...] n.º 97/2012) e venezuelanos (Resolução [...] n.º 126/2017).” (CAVALCANTI, 2021, p. 11).

Além disso, a escolha de Brasília como sede da Conferência Cartagena +30 em 2014, a participação no evento organizado pelos Estados Unidos à prol de discutir a responsabilidade das nações em relação aos refugiados em 2016 e o anúncio de adesão ao Pacto Global⁴² instituída pela ONU no fim de 2018, reforçaram o comprometimento brasileiro de efetivar medidas de acolhida humanitária à luz e rigor das diretrizes internacionais (BRASIL, 2014; 2016; PEREGIL; MARTÍN, 2018).

Porém, essa inclinação entrou em revés com a chegada do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) no poder. Em apenas quatro dias de gestão, a adesão brasileira ao Pacto foi revogada. Essa saída também simbolizou um novo alinhamento da política externa brasileira à ideologia ultraconservadora e reacionária de Donald Trump. Essa foi apenas a primeira de uma extensa lista de discursos e medidas políticas retrógradas e tacanhas do Executivo sob os migrantes e refugiados.

Crítico antigo da Nova Lei de Imigração⁴³, apologista da ditadura militar e contra o “politicamente correto”, Bolsonaro recorre regularmente a generalizações e estereótipos, aporofobia, xingamentos, falácias e xenofobia racializada ao rotular refugiados e migrantes do Sul Global, inclusive os próprios brasileiros que residiam nos Estados Unidos (AZEVEDO, 2015; RESENDE, 2019).

Desta maneira, não é de se surpreender que a sua gestão reduziu o investimento em políticas de acolhimento humanitário e de assistência a apátridas e refugiados, exceto no caso venezuelano, que como será visto, foi utilizado convenientemente como instrumento político-

⁴² Com 23 metas, o Pacto Global por uma Migração Segura, Ordenada e Regular foi contemplado no sentido de abranger e incluir todas as novas dimensões e heterogeneidade da migração internacional contemporânea. O documento reforça o compromisso internacional e a cooperação multilateral em matéria de uma migração ordenada, segura e regular, além de enfatizar o direito de migrar e a defesa dos direitos dos imigrantes (BAENINGER, 2015; PEREGIL; MARTÍN, 2018; OIM, 20[??]).

⁴³ Segundo Bolsonaro, a lei autorizava a entrada “indiscriminada” de imigrantes, e defendeu barrar a entrada de “certo tipo de gente”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>>. Acesso em 10 jan. 2024.

eleitoral e ideológico. Assim, os quatro anos de Bolsonaro acompanharam a tendência dos principais países industrializados de enrijecimento e hostilidade à presença de não-nacionais, interrompendo a postura mais positiva vagarosamente construída desde a redemocratização.

A volta de Lula restabeleceu o diálogo do Estado com a sociedade civil e com organizações internacionais, retornando com o realinhamento da política externa brasileira com as diretrizes internacionais, como a volta da adesão ao Pacto Global das Migrações, em janeiro de 2023 (BRASIL, 2023b) e o decreto das portarias interministeriais n.º 36, 37, 38 e 42, entre março e setembro de 2023, que autorizaram o visto temporário e a concessão de residência humanitária a ucranianos, haitianos, afegãos e apátridas afetados pelas situações de risco de violações generalizadas dos direitos humanos nesses países (BRASIL, 2023c).

Contudo, mesmo com o reinteresse e o empenho do governo brasileiro atual, as falhas, irrisórias e paliativas, cobertura e efetividade dos trâmites adotados frente à magnitude e à complexidade que os casos de acolhida humanitária exigem ainda persistem. Tomando como exemplo o descomunal evento migratório venezuelano em Roraima, foi observada a subsequente sistematização de fatores e ocorrências inadequadas e ineficazes, como o despreparo e a letargia do poder público na assistência de migrantes e refugiados.

3.3 Panorama sobre a migração venezuelana no Brasil

Outrora considerado um importante polo sul-americano receptor de imigrantes transcontinentais e regionais no século XX⁴⁴, a Venezuela do novo milênio agora se caracteriza pelo seu caráter emigratório (PELLEGRINO, 2003; MARINGONI, 2009; SILVA; DE PAULA, 2022). Os embargos econômicos e a pressão político-institucional externa, adjunta ao boicote e as provocações da oposição, em parceria com a burguesia interna, estrangulam o funcionamento integral do sistema econômico e produtivo venezuelano resultando em diversos efeitos que obrigam a emigração de milhões de pessoas.

⁴⁴ Segundo dados do Censo Venezuelano e compilados por Flores e Chen (1992) e Chen (2000), a Venezuela recebeu mais de 970 mil imigrantes entre 1920 e 1988, número atrás apenas da Argentina, Brasil e Chile. A implementação de políticas subsidiadas de promoção a colonização e migração entre as décadas de 1940 e 1950, o *boom* do petróleo e a expansão da renda petrolífera nos anos 1960 e início dos anos 1970, atraíram grandes ondas migratórias internacionais ao país, especialmente, de europeus e sul-americanos. No entanto, este cenário começou a mudar ainda na década de 1990, em razão da profunda crise econômica e dos conflitos políticos-institucionais que assolavam o país nesse período. Espanhóis, colombianos, italianos e portugueses são as principais origens geográficas desses imigrantes.

As consequências da crise ensaiada são variadas: acentuação do desemprego; hiperinflação; aumento da miséria; colapso iminente de serviços públicos essenciais; desabastecimento trivializado de alimentos e outros bens essenciais; insegurança alimentar; fome crônica; acusações de censura e perseguição política; desvalorização do bolívar; esfacelamento do poder aquisitivo da população; achatamento do valor-real dos salários; destruição da capacidade produtiva; e a explosão da violência urbana, dos conflitos rurais e das invasões em espaços indígenas (ALEX, 2021).

À medida que a economia entrava em veloz espiral em direção ao colapso, com um encolhimento acumulado do PIB em 168,9% durante o quinquênio 2016-2020 (FMI, 2023), uma média de 2,4 mil de pessoas saíam diariamente do país nesse mesmo período (ENCOVI, 2022), em um extraordinário movimento que logo se configuraria em uma das “maiores migrações em massa da história da América Latina” (MILESI; COURY, 2018, p. 72). Segundo a Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V), até novembro de 2023, a comunidade venezuelana no exterior havia chegado a 7,720 milhões de pessoas, um aumento considerável em comparação com 2017, onde foi registrado 1,642 milhão de venezuelanos (ENCOVI, 2022; R4V, 2023).

A partir desta complexidade, torna-se um desafio definir com precisão as categorias migrantes venezuelanas devido à heterogeneização das emigrações que abrangem refugiados, solicitantes de refúgio, asilados políticos, indígenas e migrantes econômicos (ALVIM, 2018; RANINCHESKI; UEBEL, 2018). No entanto, pesquisas realizadas pelo Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano (2018) e por Da Frota Simões; Silva e Oliveira (2017) ajudam a aclarar que a crise econômica e a falta de emprego foram os principais motivos que levaram a maioria dos venezuelanos em Boa Vista a emigrarem do seu país de origem nos anos de 2017 e 2018: 67% e 63%, respectivamente.

Concentrando cerca de 85% do estoque total no exterior, a América Latina e o Caribe vêm se destacando nos últimos anos como destinos possíveis da maioria dos migrantes venezuelanos. Imprevisível, fluída e dinâmica, essa imigração rompe com os tradicionais itinerários de emigração venezuelana, como a Espanha e os Estados Unidos, à medida que esses países enrijecem as suas legislações e reforçam o patrulhamento das suas fronteiras (OTERO; TORELLY; RODRIGUES, 2016). Deste modo, os cinco países latino-americanos que mais registram a presença venezuelana estão justamente na América do Sul: 1) Colômbia, com 2,876 milhões; 2) Peru, com 1,542 milhão; 3) Brasil, com 500 mil; 4) Equador, com 475 mil; e 5) Chile, com 440 mil (R4V, 2023).

Até então, a imigração venezuelana no Brasil era pouco numerosa. Entre 2000 e 2016, o país havia registrado apenas 9.405 venezuelanos (OBSERVATÓRIO DE MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO, 2023). No entanto, o quadro mudou completamente a partir de 2017. Em entrevista, o general Hélder de Freitas, então coordenador-geral da Operação Acolhida, revelou que cerca de 950 mil venezuelanos entraram no Brasil entre 2017 e 2023, sendo que 72% destes entraram pela fronteira localizada no extremo-norte, em Pacaraima (NASCIMENTO, 2023).

A zona transfronteiriça brasileira e venezuelana se destaca por interligar as contíguas Pacaraima e Santa Elena de Uairén por meio da intensificação de diferentes relações transfronteiriças constituídas por: a) trocas de mercadorias legais ou não; b) circulação de capital e fontes de energia; c) fluxo de pessoas: imigrantes, transeuntes, andarilhos, mobilidade indígena, moradores fronteiriços, turistas e trabalhadores migrantes; d) conexões imateriais: modos informais de comunicação locais; e, por fim; e) simbólicas, com bilinguismo,portunhol e cultura matizada (RODRIGUES, 2006; AIRES, 2018).

Se até então os movimentos internacionais em Pacaraima eram poucos e esparsos, com a eclosão da crise no país vizinho, este cenário de tranquilidade muda radicalmente. Apenas em 2017, cerca de 80 mil venezuelanos entraram no Brasil pelo município, uma média diária de 216 pessoas. Já no primeiro trimestre de 2023, essa média aumentou para 437, totalizando 39.369 pessoas, um aumento considerável em relação ao período homólogo, onde 31.898 venezuelanos entraram pela fronteira (KAWAGUTI, 2019; MADEIRO, 2023).

Partindo desse pressuposto, corrobora-se com Da Silva e Baeninger (2021) que ponderam que de modo que as fronteiras internacionais brasileiras estão inseridas nas reconfigurações das novas mobilidades e dinâmicas sul-sul, elas passam a confluir e apresentar inéditos circuitos migratórios exclusivos à periferia global.

Esta região fronteira está situada na porção final da Troncal 10, via rodoviária que conecta a capital do estado venezuelano de Bolívar até Santa Elena de Uairén, no extremo-sul. Já no lado brasileiro, a BR-174 é a única conexão terrestre legal que liga a geograficamente apartada Roraima ao restante do país. Cruzando todo o estado de forma longitudinal, a rodovia é a principal rota onde centenas de pessoas arriscam as suas vidas ao percorrer mais de 240 km até a capital, Boa Vista, seja a pé ou em transportes coletivos precários.

Roraima vem se destacando nacionalmente por concentrar o contingente demográfico migratório venezuelano. As entradas e saídas internacionais no estado se destacam. Segundo o Sistema de Tráfego Internacional, o estado aferiu mais de 851.237 entradas *versus* 210.363 saídas venezuelanas entre 2016 e 2023 (ObMIGRA, 2023). Porém, é importante ressaltar que

nesta contagem, há, por exemplo, duplas contagens, pois tais números englobam as entradas e saídas por várias vezes, como nos deslocamentos temporários, fronteiriços e pendulares (MENDES, FERNANDES, 2021).

Embora seja difícil precisar o quantitativo específico de cada origem na adição dos contingentes populacionais, alguns levantamentos paralelos ajudam a apontar o impacto demográfico venezuelano. Segundo a prefeitura de Boa Vista, os venezuelanos correspondiam a 7,5% da população em 2018, ou cerca de 25 mil pessoas (DELFIM; WLADIMILA, 2018). Sondagens mais recentes revelam um aumento populacional migrante, porém, em um contexto preocupante. De acordo com a Cáritas Brasileiras, mais de 5,8 mil venezuelanos viviam pelas ruas da capital em 2022 (G1 RR, 2022), número quase quatro vezes maior do estipulado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em 2019 (UNICEF, 2019). Já em Pacaraima, enquanto 1.470 pessoas residiam em locais improvisados em janeiro de 2023, dez meses depois, o número subiu para 1.841, ou quase 10% da população total de todo o município (OIM, 2023a; 2023b).

Desta forma, não é difícil deduzir que, ao chegarem, milhares de venezuelanos enfrentam uma série de dificuldades referentes a um acolhimento digno. Assim que cruzam a fronteira, muitos se deparam com a realidade da maioria dos municípios brasileiros: a péssima gestão das finanças públicas; a inexistência de políticas públicas de assistência; a histórica deficiência estrutural dos serviços públicos e a falta de alternativas e inovações de atividades econômicas.

Em Pacaraima, o cenário é similar. A situação inicial encontrada era de desprovimento estrutural, despreparo e muito improvisado. Milesi e Coury (2018) apontam que trâmites simples, como a oficialização de requerimentos não poderiam ser realizadas devido às limitações logísticas e técnicas, como a falta de *internet* adequada, quedas contínuas da transmissão de energia elétrica e a indisponibilidade de acomodações suficientes nos postos de fronteira e da polícia. Como resultado, muitos recém-chegados não conseguem vagas nos escassos abrigos públicos. Sem recursos para a locação de imóveis e sem acolhimento do poder público, muitos são obrigados a improvisar formas precárias de moradia, muitas vezes, em locais insalubres ou inadequados, como edifícios abandonados ou inacabados e acampamentos em áreas públicas como calçadas, praças, terrenos baldios e rodoviárias.

Nesse tocante, a evidente ausência de sinergia do poder público dificulta um comando uníssono de resposta à iminente demanda emergencial de assistência e acolhimento. Como apontam Araújo (2018) e Da Frota Simões e Rocha (2018), esses desencontros revelaram o

despreparo do Estado perante as migrações venezuelanas em Roraima, sobretudo, pela exígua atuação federal no suporte logístico e financeiro, gerando inúmeras reações e críticas locais. Pressionados pela população, os prefeitos de Pacaraima e Boa Vista logo recorreram às retóricas populistas de aumento da violência, sobrecarga e ameaças de colapso dos já precários serviços públicos ao emitirem discursos de ojeriza à presença venezuelana nos seus territórios.

Em entrevista ao portal R7, o prefeito de Pacaraima declarou, em agosto de 2018, que os venezuelanos “destruíram” a cidade: “[...] a migração nos deixou numa situação muito difícil. A população se vê refém na sua própria casa, com furtos, assaltos, invasão de residência. É um verdadeiro caos.” (JUNQUEIRA, 2018: para. 22). No mesmo mês, a então prefeita de Boa Vista transferiu a responsabilidade ao governo federal: “A única forma de resolver, [...] é diluir esse número de pessoas para fora daqui. [...] Isso não é um problema municipal, é um problema federal, e ele tem que ser dividido com o resto do país.” (MORI, 2018: para. 27).

O descontentamento público também foi emitido pela governadora Suely Campos. Crítica da entrada descontrolada de venezuelanos, a política alegava que a capacidade estrutural do estado menos populoso do país estava seriamente comprometida:

Não temos mais como suportar o aumento abrupto da nossa população. [...] porque temos uma gestão que está tendo que lidar com uma demanda aumentada em relação aos serviços públicos, como saúde, educação, além da demanda por empregos. (PRAZERES, 2018: para. 13-14).

Para pressionar, Campos passou a judicializar por diversas vezes a questão migratória, à medida que não poupava as suas cobranças e críticas públicas ao governo federal, o acusando de subfinanciamento e morosidade no suporte humanitário e de ação na fronteira (MARQUES, 2018; PRAZERES, 2018; DA FROTA SIMÕES; ROCHA, 2018).

Em 2016, Roraima outorgou as primeiras medidas para aliviar os impactos da concentração migrante: os decretos n.º 21.871-E e n.º 22.199-E, que respectivamente, instituiu um gabinete de controle de fronteira e assistência e declarou estado de emergência na saúde pública estadual (RORAIMA, 2016a; 2016b). Pela primeira vez, ambos os decretos utilizaram o termo “crise migratória” para definir a migração venezuelana em Roraima (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018).

Apropriado pela mídia hegemônica, tal expressão é repetida à exaustão pelos veículos de comunicação ao abordarem o crescimento dos deslocamentos migratórios em diferentes partes do mundo. Gomasca (2017), Brignol e Curi (2020) e Moreira e Borba (2021) alertam que o uso da palavra “crise”, além de induzir a uma abordagem reducionista e generalista, de

implicar perspectivas de securitização e criminalização da mobilidade migrante, alude a um sentimento de periculosidade e impõe a abstração de potencial perturbação à ordem pública, ao acarretar o senso comum do migrante como um “problema” à sociedade de recepção.

No caso brasileiro, a predisposição da mídia hegemônica em tratar sobre a questão venezuelana sempre em tom alarmista é decorrente antes mesmo da eclosão do fenômeno. O tratamento tendencioso de culpabilizar somente os chavistas pela instabilidade no país vizinho expõe a imparcialidade e o alinhamento à agenda política-ideológica de cunho liberal, fazendo com que a informação precisa fique em segundo plano (SANTOS; VASCONCELOS, 2016).

A gradual pressão dos governantes e da mídia roraimense fez com que a gestão de Michel Temer reconhecesse finalmente o crescente contingente migratório venezuelano em junho de 2018 (BRASIL, 2018a). Para isso, uma complexa força tarefa de assistência humanitária e interiorização foi instituída, porém, a passos lentos e apáticos. À medida que as entradas venezuelanas não cessavam e o governo federal não se empenhava como deveria, Roraima promulgou a controversa Ação Civil Originária 3121, medida judicial que requisitava o fechamento temporário da sua fronteira internacional com a Venezuela. Alegando custear do próprio bolso todas as medidas, o governo estadual requereu do governo federal o ressarcimento de R\$ 184 milhões (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018; RAMALHO, 2018).

Essa atitude radical desfruta de dois simbolismos que merecem destaque. O primeiro é o descumprimento por parte de Roraima em garantir o direito à livre circulação dos venezuelanos; e o segundo é a desconstrução do mito da “cordialidade” brasileira, em que os imigrantes são recebidos sem obstrução ou preconceito (VIDAL MINA; LIMA, 2018).

Ao negar o pedido em agosto de 2018, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF) alegou que a decisão de fechar as fronteiras internacionais é um direito reservado exclusivamente ao presidente da República, e que para isso, seria necessário considerar todos os acordos firmados pelo Brasil no que se trata ao acolhimento humanitário. Ainda no mesmo mês, Roraima promulgou outra medida inconstitucional, o decreto que limitava o acesso de nacionais de países não-membros do Mercosul aos serviços públicos somente aos que possuíam passaporte válido (OLIVEIRA, 2018; STF, 2018).

As controversas medidas de Roraima em restringir a circulação e o acesso aos direitos básicos dos venezuelanos foi uma estratégia midiática do governo estadual em isentar a sua responsabilidade pelos antigos problemas estruturais encontrados nos serviços públicos estaduais e de transferir o ônus da falta de oferta, qualidade e cobertura do sistema público aos migrantes e refugiados (LEÃO, 2018; MILESI; COURRY; ROVERY, 2018).

Essa narrativa das autoridades públicas em culpabilizar exclusivamente os venezuelanos, contribuiu para a fomentação da xenofobia no estado, como aponta o especialista em migrações, João Carlos Jarochinski, em entrevista à CartaCapital:

Os equipamentos públicos são muito deficitários em todo o estado, e no interior, isso é pior, e a população começa a nutrir um sentimento de que o Estado está cuidando da fragilidade dos imigrantes, mas não cuida da sua própria população. A partir daí começa o jogo de empurra dos políticos entre eles e para os próprios refugiados, que estariam superlotando um sistema que já é muito ruim. É um discurso de ódio onde se transfere responsabilidade para o outro o tempo todo (SCORCE, 2018, para: 18).

Essa estigmatização foi acentuada especialmente durante um período pré-eleitoral profundamente marcado pelo avanço do populismo reacionário. Buscando visibilidade e popularidade digital instantânea, candidatos políticos oportunamente inflaram a opinião pública contra os migrantes. Acusações infundadas contra os venezuelanos tomaram conta dos debates políticos. Incitados por *fake news*, o sentimento anti-imigrante se enraizou. Xingamentos, comentários preconceituosos e pejorativos, incitações ao ódio, generalizações discriminatórias e pedidos de deportações eram frequentes nas redes sociais e nos comentários dos portais de notícia *online*.

Hebenbrock (2020) observa que essa posição de aversão mais agressiva é reflexo da aporofobia que permeia a sociedade e que igualmente abarca outros elementos estruturais de discriminação, como o racismo e a xenofobia seletiva. Para Prutsch (2021), a hostilidade faz parte de uma racionalidade da nova extrema-direita que a utiliza para desqualificar e incriminar os seus rivais políticos-ideológicos e as apropriam oportunamente como um efeito discursivo macropolítico de tentativa de recuperação da soberania nacional, onde tudo que é externo é uma ameaça à nação.

A xenofobia e a discriminação se banalizaram e saíram do mundo virtual. Atentados, expulsões, ataques, assédios, agressões, tentativas de homicídio e assassinatos de venezuelanos viraram rotina em Roraima (RAMALHO, 2019). Contudo, o incidente de 18 de agosto de 2018 foi o ápice do extremismo fascista contra os migrantes em situação de vulnerabilidade. Segundo relatos compilados pelo G1, o evento foi uma retaliação a um assalto e espancamento de um brasileiro em Pacaraima por quatro homens supostamente venezuelanos. Em represália, cerca de mil brasileiros se organizaram na *internet* e saíram pelas ruas, com o intuito de expulsar os venezuelanos da cidade (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018). Ao som do hino nacional, acampamentos improvisados foram destruídos e incendiados. Com a barbárie, centenas de

famílias tiveram todas as suas economias, objetos pessoais e documentos destruídos pelo fogo. Foi estimado que 1,2 mil venezuelanos tiveram que sair de Pacaraima (FÉLIX; COSTA, 2018).

Para Jarochinski, tamanho extremismo foi inflado por figuras políticas locais influentes: “Algumas figuras políticas têm poder de intervenção maior nesses municípios menores, e tem se apropriado oportunamente do discurso contra os venezuelanos” (SCORCE, 2018, para: 13). O reacionarismo em Pacaraima não é surpreendente se considerar a sua trajetória política e econômica. Fundada a partir de uma invasão na reserva indígena de São Marcos em 1995, a cidade é “comandada pela política da violência, pistolagem e xenofobia” (AIRES, 2018: para. 7), em que latifundiários, grileiros, invasores de terras indígenas e prefeitos com extensas fichas criminais dominam o controle e a influência da política local.

A sensação de “ameaça” diante da presença venezuelana foi manifestada até por membros das forças de segurança estadual, como a delegada-geral da polícia civil na época: “Pacaraima vem sofrendo. Queremos criar nossos filhos em segurança e ter liberdade de ir e vir. Não invadimos a terra de ninguém com violência”. (CARNEIRO, 2018: para. 19).

Tal posição foi consoante com a fala do então Comandante da Polícia Militar, que apelou para generalizações: “O sujeito passando necessidade, fome, morando na rua. Vem para cá com uma expectativa que não é a realidade que encontra em Roraima, principalmente quem não tem uma profissão definida. Essa pessoa acaba migrando para o mundo do crime”. (CARVALHO, 2018: para. 10).

Destarte, é possível correlacionar a conjuntura com a teoria dos *outsiders*. Segundo Becker (2008), os *outsiders* são indivíduos vistos como “externos” e/ou indesejados por não portarem atitudes e comportamentos estipulados como “adequados” por um determinado grupo. No caso de Roraima, a presença venezuelana passou a ser rejeitada à medida que alguns migrantes e refugiados, que não usufruíam de condições financeiras e materiais e nenhuma forma de acolhimento, foram viver nas ruas e buscaram meios não convencionais para a sua subsistência. Como consequência, os venezuelanos, em razão da sua própria condição de não-nacional e migrante, passaram a ser hostilizados e tratados como potenciais desviantes da ordem pública e infratores de uma suposta “normalidade” imposta pela sociedade roraimense.

Além disso, o ataque foi uma demonstração da insatisfação popular contra o descaso das autoridades com a infraestrutura pública. Segundo uma moradora, o estopim se deu pela falta de ambulâncias disponíveis para transportar o brasileiro agredido no assalto ao hospital. Por fim, a entrevistada alegou que o ato foi uma saída extrema da população de chamar a atenção do poder público depois que vários pedidos de ajuda foram ignorados (FÉLIX; COSTA,

2018). Apropriando-se desta retórica e com o intuito de conter os danos às vésperas das eleições, a governadora de Roraima e o prefeito de Pacaraima logo acusaram o governo federal de omissão e de que o ato “não foi por falta de aviso” (PONTES, 2018; MARCHAO, 2018).

Devido à alta exposição midiática nos principais veículos de comunicação nacionais e à pressão inescapável dos governantes do empresariado roraimense, o governo federal anunciou uma série de medidas tardias. Dentre elas, o decreto da Garantia da Lei e da Ordem no estado de Roraima, em agosto de 2018, no qual autorizara a atuação das Forças Armadas no patrulhamento das lindeiras e das rodovias federais (MAZUI 2018).

3.3.1 Operação Acolhida: Acolhimento ou controle?

O uso das Forças Armadas no restabelecimento da “ordem” em Roraima remete de imediato aos tempos de exceção, onde o controle, a vigília e a segurança diante da presença de agentes “externos” regiam a política de defesa do território nacional. Contudo, é preciso ressaltar que a atuação militar na conjuntura migratória no estado provém desde a implementação da Operação Acolhida, seis meses antes da Garantia da Lei e da Ordem.

Resolução do governo federal, a Operação Acolhida é uma resposta institucional aos contínuos e intensos movimentos migratórios de venezuelanos no estado de Roraima. Com os objetivos principais de monitorar a fronteira internacional situada em Pacaraima, documentar e regularizar os migrantes e refugiados, e por fim, realocá-los para outras localidades, o programa se caracteriza por uma complexa atuação e parceria conjunta entre Estado, agências intergovernamentais e sociedade civil (DA SILVA; ABRAHÃO, 2020; BRASIL, 2023d).

Representado pelas forças militares, ministérios e pastas de setores estratégicos, órgãos e instituições de Justiça, de controle e fiscalização sanitária e migratória e por departamentos de expedição de documentos, o Estado brasileiro se responsabiliza por garantir todo o suporte logístico, financeiro, administrativo, jurídico e institucional da Operação Acolhida e da estratégia de interiorização (BRASIL, 2023e).

As agências intergovernamentais contribuem como apoio técnico. A Acnur, por exemplo, auxilia o Exército na organização dos centros de acolhimento, assim como na coordenação de trâmites de recepção, registro, cadastro, regularização e encaminhamento de assistência. Já agentes como a OIM, a Unicef, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), a ONU Mulheres e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha atuam em ações direcionadas ao combate

à violência e à fome, à prevenção de doenças, além de outras medidas de bem-estar e proteção social direcionadas a mulheres, crianças e adolescentes, povos originários e a população LGBTQIA+ (EGAS, 2018; LOPES, 2018; MATTOS, 2018; OTERO; TORELLY; RODRIGUES, 2018; DA FROTA SIMÕES; ROCHA, 2018; BRASIL, 2023d).

A sociedade civil conta com a participação de voluntários, como universitários e missionários, que agem em funções mais cotidianas, como o preparo de alimentos, a distribuição de medicamentos e outros itens de primeira necessidade. Além disso, associações civis, empresários, igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades operam nas mais variadas linhas de frente, como nos trâmites de indicações de ofertas de trabalho; nas orientações em questões mais burocráticas, como na emissão de documentos, nas solicitações de regularização migratória e residência e em cadastros em programas do governo (ALVIM, 2018; LOPES, 2018; SENHORAS, MENDES, DA SILVA, 2022).

Outra diligência da Operação é abrigar emergencialmente os venezuelanos que não possuem um local digno e apropriado para se alojar. Para isso, barracas individuais e coletivas são disponibilizadas como abrigo temporário ou de maior permanência. Para atender às demandas dos migrantes e refugiados, foram fundadas instalações complexas subdivididas com áreas destinadas a refeições diárias, higiene pessoal, assistência médica básica, imunizações, controle e prevenção de zoonoses e doenças, além de espaços comuns, como os de convivência, ensino de língua portuguesa, recreação infantil e de acompanhamento da condição migratória (PEREIRA; CARVALHO; PARISE, 2018; DA SILVA; DA SILVA RODRIGUES, 2020).

Classificados por segmentos étnico-culturais, núcleos familiares, gênero e orientação sexual (VASCONCELOS; MACHADO, 2020), esses centros contavam com onze unidades em Boa Vista e duas em Pacaraima, que somados totalizavam mais de 6,6 mil vagas e 5,6 mil acolhidos até outubro de 2018. Porém, estimativas da época apontavam que um estoque extra de 2 mil venezuelanos ainda vivia pelas ruas de Roraima, expondo assim a insuficiência da cobertura do programa em relação à demanda emergencial de acolhimento (FÉLIX, 2018).

Ao mesmo tempo que propõe oficialmente oferecer ajuda humanitária, o projeto regula o monitoramento e a seletividade. A instalação de postos de triagem estrategicamente próximos às fronteiras e às zonas de maior circulação e acessibilidade deduzem o sentimento de desconfiança e securitização sob os deslocamentos migrantes. Além disso, o estabelecimento de protocolos coercitivos de levantamento de antecedentes criminais, o cadastro e a regularização migratória reforçam os mecanismos institucionais de identificação, filtragem,

registro e controle sob a mobilidade e os corpos migrantes (PAIVA; DE PAIVA GONÇALVES, 2021).

Gomasca (2017) observa que, na atualidade, as retóricas de uma política humanitária migratória estão geralmente coincidadas e associadas às reações de seguridade, de gerenciamento e de controle. Nesse sentido, é possível aludir à Operação Acolhida como a materialização que une os discursos humanitário e securitário. Valendo-se do acolhimento como intenção oficial, o Estado simultaneamente robustece a discriminação e o afastamento entre “nós e outros” a partir de instrumentos seletivos de contenção e exclusão (VASCONCELOS; MACHADO, 2020).

Apesar da parceria conjunta, a Operação Acolhida desfruta de uma intensa militarização em todas as suas etapas de funcionamento. Coube às Forças Armadas administrar diversas frentes, como infraestrutura, transporte, logística, saúde, dentre outros setores (CHAVES, J. 2018; BRASIL, 2023c). Ao buscar o significado da palavra “operação”, logo é possível deparar com o seu significado de cunho militarista. Segundo o léxico elaborado pelo Exército Brasileiro, o termo refere-se à ação militar de “execução de uma missão de natureza estratégica ou tática de combate, ou logística, em adestramento ou instrução” (EXÉRCITO, 2018, p. 254).

Logo, pressupõe-se que a Operação Acolhida seja a centralização de uma série de ações e táticas de força-tarefa a serem efetuadas a partir de uma responsabilidade imputada por um nível hierárquico superior, no caso, o Estado. Ou seja, aos militares foram atribuídos a cumprir o seu dever legal de garantir a ordem do território nacional mediante meios simulados de acolhimento humanitário.

Deste modo, não é errôneo observar a prescrição de uma série de regras e protocolos militarizados dentro dos centros de acolhimento, tal como nas vilas militares. Regras internas disciplinares de comportamento, moralidade e aparência de caráter militar eram exigidas. Por exemplo, os homens são proibidos de circular dentro das instalações sem camisa, enquanto as mulheres não podem vestir roupas consideradas como “inapropriadas”, como saias curtas e blusas com decotes profundos (SANTOS; VASCONCELOS, 2020).

Em sua pesquisa referente à migração feminina venezuelana na fronteira roraimense, a pesquisadora Mariana Castro (2020) narra a sua experiência após visitar um centro de acolhimento em Boa Vista. Ao descrevê-lo como um local de “muros altos e chão de pedra” (*ibid.*, p. 10), a autora suscita ao leitor a abstração de um espaço de confinamento e segregação dos acolhidos, à rotina e às demais convivências sociais e relacionais da cidade. Neste sentido, a Operação Acolhida angaria um caráter velado: a exclusão e a higienização social. Paiva e

Paiva Gonçalves (2021) asseveram que o acolhimento não foi necessariamente o critério de alojar os venezuelanos, e sim, a crescente pressão da elite local sobre o Estado diante do demasiado, gradual e disperso contingente de migrantes e refugiados em situação de rua.

Disfarçado como uma premissa para um melhor funcionamento interno, a higienização social transpassa para uma maior rigidez no controle e regulamentação do uso dos espaços internos. Castro (2020) relata que no centro de acolhimento visitado, o consumo de refeições fora do refeitório era irrestritamente proibido, justamente com o intuito de impedir que os acolhidos repassassem alimentos aos familiares e amigos localizados fora dos abrigos, para assim evitar a aglomeração de pessoas em situação de rua ou demais vulnerabilidades ao seu redor. Essa medida de higienização instituída pelos militares atendia uma das exigências da vizinhança do espaço: o impedimento de concentração de “indesejados” nas suas imediações.

A administração militar em espaços delimitados por muros altos e outras formas de cercamento (RIGGIROZZI *et al.*, 2023) evidencia a securitização e o patrulhamento sob os corpos venezuelanos e a sua mobilidade, além de nutrir o sentimento de encarceramento dos acolhidos. Os venezuelanos acolhidos possuem os seus horários de entrada, saída e refeições controlados. Além disso, há o monitoramento ininterrupto com câmeras de vigilância em todos os espaços de uso comum; a disposição de filas para a distribuição de refeições e demais itens; a inspeção constante nas dependências e em torno do perímetro, além de identificação nas entradas dos centros de acolhimento (CASTRO, 2020; SANTOS; VASCONCELOS, 2020).

Partindo do pressuposto de táticas de disciplina, vigilância e controle velado de ajuda humanitária, é concebível associar esse cenário com as abordagens foucaultianas referentes à sociedade disciplinar moderna e à sociedade de controle contemporânea. Segundo Foucault (1999), o primeiro modelo dá-se pela criação de espaços cercados, institucionalmente hierárquicos e compostos por indivíduos distribuídos internamente. A estes, são aplicadas ações de ordenamento disciplinar, mediante recursos de punição normalizadora e correções de ruídos, dissonâncias e comportamentos tidos como desviantes por meio de vigilância hierárquica e interna. Neste sentido, Candiotta (2012, p. 20) evidencia que o poder disciplinar “se vale de espaços arquiteturais organizados de modo a incrementar e facilitar a sensação de vigilância múltipla, detalhada e minuciosa de cada indivíduo que compõe seus interiores.”

Desta forma, a (auto)disciplina e a (auto)vigilância social geram instrumentos de controle e adequação congruentes às regras estabelecidas por sistemas superiores, em uma relação de poder hierarquizado. Assim, institucionalizar a disciplina possui como objetivo “docilizar” o indivíduo “desviante”, desde a sua mentalidade até o seu próprio corpo. Aqui,

entende-se como “corpo dócil” aquele que é facilmente manipulado, transformado, aperfeiçoado e usado para corresponder a finalidades institucionais e político-sociais específicas (FOUCAULT, 1999).

A transição da modernidade para os tempos contemporâneos fomentou muitas mudanças. Para acompanhar esse universo de transformações, o poder também foi obrigado a se transformar. Agora, a própria biologia humana induz a recombinação de técnicas disciplinares com as de segurança. A vida e a luta pela sobrevivência e a inescapável mortalidade agora fazem parte do jogo político e da disputa pelo poder. Nesta verdadeira biopolítica, autorizar e manipular a própria (in)existência humana passam a ser estratégias de domínio e poder (FOUCAULT, 2005; 2008). Ao passo que a tecnologia do poder moderno se voltava para docilizar por meio de espaços exclusivos e unifuncionais, a da contemporaneidade inclina-se para o coletivo, ou seja, docilizar e controlar as massas por meio de métodos de disciplina coletiva, em ambientes multifacetados e multiespaciais (HAESBAERT, 2008).

Portanto, o biopoder, com o intuito de afastar possíveis ameaças, empenha-se majoritariamente pelo gerenciamento e adestramento coletivo dos corpos através do controle das próprias vidas e da restrição de potenciais pluralidades mediante dispositivos generalistas. Com o objetivo final de ser um recurso institucional de prestação de força produtiva, tais corpos são moldados em simples protótipos disciplinados e agenciados à medida que os seus direitos individuais e subjetividades são suprimidos (FOUCAULT, 2008).

Em um contexto global atual singularizado pela multiplicidade das mobilidades, o biopoder se depara com grupos que se deslocam de forma incontida. Assim sendo, com a intenção de evitar ou reduzir os riscos de insegurança inspiradores, o biopoder maximiza a sua vigilância e domínio sob as mais variadas formas de circulação, em particular, os mais indefesos, à margem da vulnerabilidade social e econômica (HAESBAERT, 2008).

Em uma sociedade onde “todos querem [cada vez] ‘mais segurança’ [e] estão envolvidos pelo temor da insegurança” (HAESBAERT, 2008, p. 30), discursos que clamam por mais proteção se difundem. O aprimoramento, a diversificação e a popularidade de tecnologias de vigilância e monitoramento provocam o sentimento de estar sendo observado o tempo todo, até mesmo, nos lugares mais imagináveis e improváveis.

No caso dos migrantes e refugiados, a biopolítica possui novos significados: o afastamento e o controle disciplinar de possíveis ameaças advindas do “estrangeiro”, a partir da atuação ostensiva de poderosos equipamentos bélicos nas zonas de fronteira, do monitoramento dos deslocamentos, do cercamento físico vigiado e de outras formas de agenciamento e

subjugação hierárquica sob os seus corpos. Com o pretexto de garantir a segurança da população, Estados e instituições parceiras recorrem ao cercamento, à repressão e ao controle dos movimentos humanos em prol dos seus próprios interesses. Nessa abordagem, a institucionalização da securitização colabora para o afloramento da desconfiança e estranheza à alteridade migrante.

3.3.2 A migração venezuelana como arma política da direita

Ironicamente, é justamente no período do biopoder que o Brasil observou o expoente crescimento na busca pela efetivação dos direitos migratórios. Muito deste aumento está estreitamente associado às mudanças na política externa iniciada ainda no biênio 2017-2019 (MARTINO; MOREIRA, 2020). Com os objetivos nada velados de reafirmar uma nova postura institucional-ideológica perante a comunidade internacional, e em extensão, provocar diplomaticamente o regime de Nicolás Maduro, essa nova orientação impactou a intensidade dos movimentos venezuelanos, a partir dos migrantes e refugiados que aproveitaram dessas mudanças para estender a sua permanência e regularizar a sua situação (OLIVEIRA, 2023).

Por exemplo, das mais de 634 mil concessões de residência temporária, cuja expectativa de permanência no país é inferior a 12 meses e cabível a renovação, entre 2017 e 2022, mais da metade foram conferidas a nacionais venezuelanos:

Tabela 9 - Correspondência entre os totais de autorização de residência temporária com os de venezuelanos no Brasil, 2017-2022

Ano	Total concessão residência temporária	Total de concessão residência temporária para venezuelanos	% correspondente
2017	61.322	6.418	10,4%
2018	82.171	31.641	38,5%
2019	155.295	89.153	57,4%
2020	74.218	33.303	44,8%
2021	104.464	64.777	62,0%
2022	157.356	97.945	62,2%
Total	634.826	323.237	50,5%

Fonte: ObMigra, 2023; Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal.

Da mesma forma, os venezuelanos corresponderam a quase 70% do total das solicitações de refúgio no mesmo período. Já nos casos nos quais o requerimento foi deferido, quase 92% deles possuíam cidadania venezuelana (CAVALCANTI, 2023; OBMigra, 2023):

Tabela 10 - Correspondência entre os totais de solicitações e deferimentos de refúgio com os de venezuelanos no Brasil, 2017-2022

Ano	Total de Solicitações	Total de Solicitações (venezuelanos)	%	Total de Deferimentos	Total de Deferimentos (venezuelanos)	%
2017	32.009	16.999	53,1%	539	0	0%
2018	79.381	61.391	77,4%	944	0	0%
2019	82.552	53.713	65,0%	21.255	20.698	97,3%
2020	28.899	17.385	60,1%	26.577	25.694	96,6%
2021	29.107	22.856	78,6%	3.086	2.503	81,8%
2022	50.355	33.667	66,8%	5.800	4.520	77,9%
Total	302.303	206.011	68,1%	58.201	53.415	91,7%

Fonte: ObMigra, 2023; Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal; Conare (2023). Elaboração própria.

Muito deste crescimento observado está relacionado a duas importantes modificações no âmbito jurídico. A primeira foi a resolução normativa n.º 126/2017 pelo CNIg, que simplificou a regularização de não-nacionais originários de países fronteiriços ao Brasil e que entraram pelo país via terrestre. Com a justificativa de melhorar a integração com as nações-membros do Mercosul, a ação foi uma alternativa aos sul-americanos que não possuíam interesse ou não se encaixavam nos requisitos de solicitude de refúgio. Em 2018, outra alteração: a publicação da portaria interministerial n.º 9. Substituta da resolução n.º 126. Essa nova regra suprimiu a exigência de chegada via terrestre, conservou a gratuidade do requerimento para aqueles que comprovassem desprovimento financeiro para custear o processo, e alterou a condição de residente para “indeterminada,” a contar no fim dos dois primeiros anos (BRASIL, 2017; DELFIM, 2017; BRASIL, 2018b; LOPES, 2018; MILESI; COURRY, 2018).

Já no caso do refúgio, uma mudança importante no Conare fez com que o número de deferimentos desse um salto. Alegando que a Venezuela passava por uma generalizada e atípica

violação dos direitos políticos e humanos, o Comitê anunciou o aceleração e a desburocratização dos processos de investigação e reconhecimento de refúgio, ao considerar que a situação no país vizinho era “excepcional e urgente”. Desta forma, mais de 45 mil venezuelanos foram reconhecidos como refugiados em apenas dois anos, um número recorde em mais de duas décadas de Conselho (MARTINO; MOREIRA, 2020).

É preciso contextualizar que tais mudanças corresponderam às novas orientações estipuladas pelas agendas políticas dos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro entre 2017 e 2020. O próprio Bolsonaro, por exemplo, convenientemente se usufruía regularmente e do ambiente crítico turbulento de atrito político-institucional e agravamento da crise econômica da Venezuela para convertê-la em arma política. Logo, de forma estratégica e premeditada, a gestão bolsonarista deliberou pelo reconhecimento de milhares de venezuelanos como refugiados, determinou a abertura integral da fronteira de Pacaraima, renovou as atividades da Operação Acolhida por mais um ano - cuja previsão inicial era até o fim do mandato de Temer, em dezembro de 2018 -, articulou pela expansão da cobertura da estratégia de interiorização, e por fim, investiu midiaticamente em retóricas e peças publicitárias que realçavam a ideia de que o Brasil se encontrava de braços abertos aos seus “irmãos e vizinhos” venezuelanos, oferecendo-lhes a estrutura, a proteção e o acolhimento necessário (EXAME, 2019).

Portanto, tais atitudes “surpreendentes” não passavam de uma sucessão de provocações contra Maduro, além de reforçar o antagonismo bolsonarista à esquerda sul-americana. Ao conceder massivos títulos de “refugiados” para milhares de venezuelanos, o seu governo aludia à convicção midiática de que a Venezuela vivia sob um regime ditatorial socialista que não respeitava a democracia e que perseguia os seus cidadãos (MARTINO; MOREIRA, 2020).

Assim sendo, pondera-se que o acolhimento baseado em um ângulo unicamente humanitário não era a real intenção do governo, e sim, de retroalimentar a polarização político-ideológica e a cólera dos seus apoiadores mais fervorosos. Instigado exclusivamente pelos seus próprios interesses eleitorais, Bolsonaro constantemente repudiava e atacava a esquerda, representadas pelo regime de Nicolás Maduro e os seus apoiadores políticos no Brasil, que em suas palavras, causavam a “falta de liberdade, a fome, a miséria e a violência” (BRASIL, 2019).

3.3.3 Interiorização – Estratégia de contenção migratória

Mais que uma saída de mitigar a demanda e a sobrecarga dos serviços públicos, a interiorização igualmente possui uma natureza social, ao garantir ao migrante socialmente

vulnerável o seu direito subjetivo de mobilidade (XAVIER, 2021). Tal caráter é consonante à Nova Lei da Imigração que ressalta e garante o direito à liberdade de circulação migrante no território, conforme rege o inciso II do art.º 4 (BRASIL, 2017).

Por norma, estipula-se que o tempo de estadia nos centros de acolhimento perdura até a resposta do pedido de interiorização. O migrante ou refugiado interessado na estratégia se cadastra de forma voluntária em uma das quatro modalidades⁴⁵ que mais se adequa à sua realidade ou vontade. Em seguida, ele participa de um processo seletivo que inclui entrevistas e análises de currículos. Caso selecionado, a ele são apresentadas algumas informações sobre o futuro local de residência. Não obstante, para poder se realocar, o futuro interiorizado precisa estar com a sua situação migratória regularizada, possuir documentos brasileiros emitidos e o esquema de imunização atualizado (XAVIER, 2021; ACNUR, 20[?]).

Instituído no fim de março de 2018, o Subcomitê Federal para a Interiorização é atualmente coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em parceria com a Acnur e a OIM, e implica na operacionalização da distribuição demográfica do contingente migrante venezuelano em Roraima para outros locais do território brasileiro por meio de um deslocamento seguro, ordenado, gratuito e voluntário (DEL VECCHIO; ALMEIDA, 2018; BRASIL, 2023c).

Assim como nos centros de alojamento, a interiorização destaca-se pela ação conjunta entre Estado, sociedade civil e agências internacionais. Segundo Carneiro (2019), os trâmites iniciais se dão por articulações políticas e diálogos conduzidos pela Casa Civil. Para isso, o governo federal busca saber se estados e prefeituras possuem interesse em acolher os venezuelanos. Ainda nessa fase, é responsabilidade do governo levantar as ofertas e as capacidades de espaços de acolhimento e contatar associações sociais, privadas e empresariais das localidades que mostraram interesse em receber os futuros interiorizados.

Em seguida, já com os locais previamente definidos, o Estado igualmente se encarrega de prover toda a infraestrutura, logística e financiamento necessário para as viagens. Para isso, aviões e profissionais da Força Aérea Brasileira transportam os venezuelanos de Roraima até os outros estados. Já ao Exército é delegado a condução dos aeroportos ou bases aéreas até os abrigos, ou residências, em especial, nos municípios mais afastados (CARNEIRO, 2019).

⁴⁵ As modalidades são: 1) institucional - direcionada aos venezuelanos que mais necessitam de abrigo no novo destino, duração de três meses no máximo; 2) reunificação familiar - acolhimento exclusivamente realizada por familiares; 3) reunião social - recepção feita por alguém que não seja necessariamente um familiar, podendo ser um amigo, por exemplo; 4) trabalho - motivos de futura contratação por uma empresa.

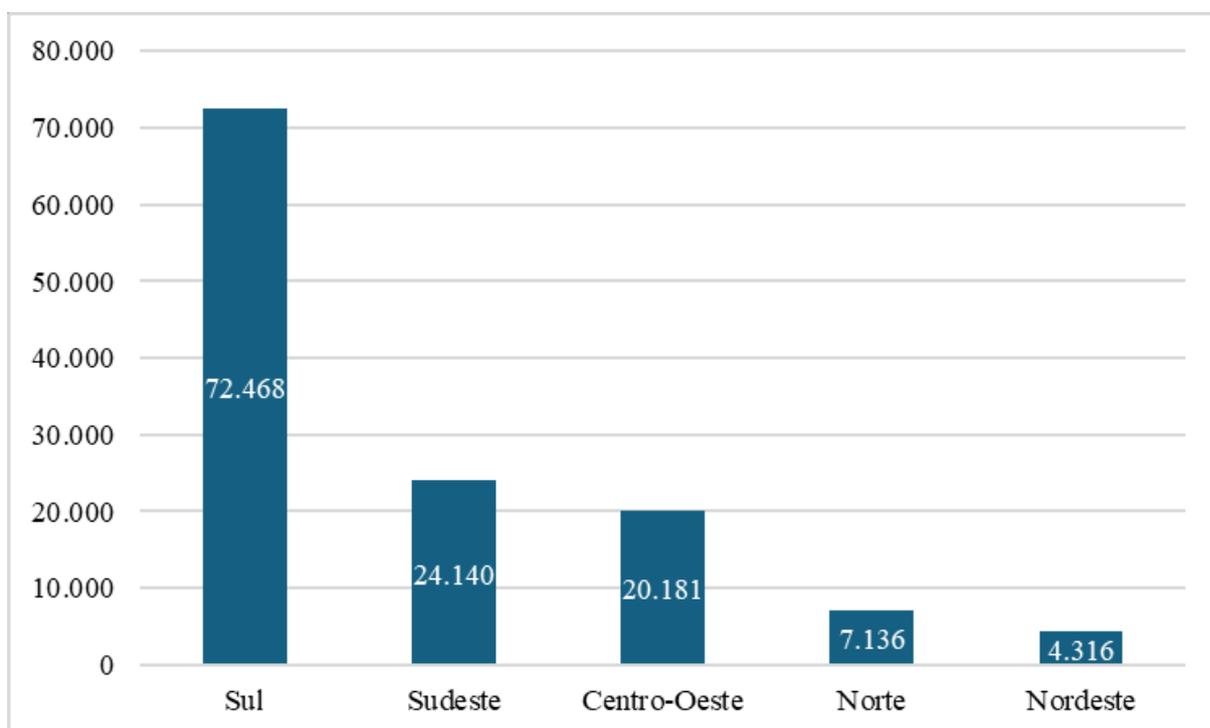
Em paralelo, organizações intergovernamentais agem como apoio técnico, logístico e de orientação no decorrer da interiorização. A Acnur se encarrega de identificar, cadastrar e entrevistar os interessados; cruzar tais dados com as informações cedidas pelos empresários e pelos abrigos integrantes; e por fim, articular a recepção nos locais finais. Já a OIM é responsável por selecionar os interiorizados por modalidade, orientar, informar e elucidar dúvidas prévias, além de acompanhar os interiorizados nas viagens (DA SILVA; 2018; EGAS, 2018; OTTERO; TORELLY; RODRIGUES, 2018; PEREIRA; CARVALHO; PARISE, 2018; CARNEIRO, 2019; XAVIER, 2021).

Finalmente, a sociedade civil organizada e o setor privado contribuem imprescindivelmente para a expansão e o êxito da interiorização, bem como na inclusão social e econômica dos venezuelanos nos novos locais. Para isso, destaca-se a atuação de empresários, associações comerciais e industriais, ONGs, movimentos sociais, igrejas, missionários e demais entidades religiosas em inúmeras frentes, como a responsabilidade pelo acolhimento dos interiorizados, a arrumação e disponibilidade de moradias ou outros espaços cedidos para a acomodação, a mediação ou oferta de empregos, cursos profissionalizantes e de língua portuguesa, o incentivo à integração sociocultural com as comunidades locais e a realização de campanhas de doação de mantimentos, vestuários, móveis e outros bens essenciais.

Oficialmente iniciada em 5 de abril de 2018, com 108 pessoas de todas as faixas etárias deslocadas para a cidade de São Paulo, a estratégia teve um início moroso, sendo logo alvo de críticas. Com uma média mensal de 200 venezuelanos interiorizados, a lentidão do projeto destoava da urgência de medidas mais enérgicas em um cenário marcado pelo aumento das tensões sociais em Roraima, simbolizado particularmente pelo ataque em Pacaraima. De fato, o incidente pressionou pelo aceleração da estratégia (BRASIL, 2024).

A partir do último quadrimestre de 2018, a meta inicial de 600 interiorizações por mês estipulada foi totalmente superada. Segundo o Painel de Estratégia de Interiorização, 3.822 venezuelanos foram interiorizados entre setembro e dezembro do ano referido, uma média mensal de 1.274 pessoas. Pela primeira vez, todas as cinco regiões registraram venezuelanos interiorizados, totalizando dezenove unidades federativas e mais de noventa municípios (OTTA; MONTEIRO; HAUBERT, 2018; BRASIL, 2024).

Até o fim de fevereiro de 2024, a estratégia de interiorização contemplou mais de 128 mil venezuelanos. Em mais cinco anos de operação, o projeto já havia alcançado todas as unidades federativas nacionais. A região sul se destacava por receber mais da metade dos interiorizados, um total de 72.468 pessoas, conforme revela o gráfico a seguir:

Figura 1 - Total de pessoas interiorizadas por região até 29 de Fevereiro de 2024

Fonte: Painel Estratégia de Interiorização, 2024; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Elaboração própria.

Além da natureza administrativa e subjetiva, a estratégia é considerada uma forma de possibilitar aos venezuelanos maiores chances de autossuficiência e integração social. É o que apontou um levantamento coordenado pela ONU Mulheres, Acnur e a Unfpa, divulgado no fim de 2021. Segundo a pesquisa, quase a totalidade dos interiorizados já residia em imóveis alugados (93,7%). Já no quesito trabalho, foi apontado que migrantes e venezuelanos interiorizados têm menos chances de continuarem desocupados (17,8%) do que os que continuavam alojados nas instalações da Operação Acolhida em Roraima (30,8%). (ONU MULHERES, 2021).

Ademais, também foi constatado que as famílias interiorizadas usufruem de maior acesso a serviços essenciais do que as acolhidas, como a matrícula de crianças venezuelanas no ensino básico e o acompanhamento e atendimento médico no Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, foi observado que um venezuelano interiorizado possui maior chance de ser integrado socialmente do que um não-interiorizado. Enquanto 68,3% dos realocados declararam compreender bem ou perfeitamente o português, 65% dos abrigados nos centros de acolhimento

em Roraima possuíam algum nível de dificuldade de entender e/ou se comunicar no idioma. (ONU MULHERES, 2021).

Senger (2021) indica que os migrantes que possuem maior proficiência na língua nativa da sociedade de recepção na qual está inserido acabam por dispor de maiores mecanismos de convivência, pertencimento e relação interpessoal, e por conseguinte, maiores possibilidades de estarem totalmente integrados à comunidade.

Único recurso tangível para muitos venezuelanos, a interiorização era a vontade de 76% dos abrigados da Operação Acolhida (ACNUR, 2021). No entanto, sair de Roraima era o desejo da maioria dos venezuelanos antes mesmo da implementação do projeto. O levantamento organizado por Da Frota Simões, Da Silva e De Oliveira (2017) indicou que 77% dos venezuelanos em Boa Vista expressaram interesse em se mudar para outro estado em 2017.

Atualmente, com mais de mil municípios cadastrados que contam com a presença de venezuelanos, a interiorização se singulariza por ir além dos tradicionais polos receptores de migrantes, como as principais metrópoles brasileiras. A estratégia também abarca regiões constituídas majoritariamente por núcleos populacionais de pequeno e médio porte. Nessa lógica, a expansão da estratégia influi na inserção de novos territórios nas redes migratórias atuais. Áreas que se encontravam à margem, ou mesmo completamente fora dos novos circuitos e itinerários migratórios, agora se encontram incorporadas nos dinâmicos, mutáveis e multifacetados processos de mobilidade humana na contemporaneidade.

Dentre esses espaços, realça-se a presença venezuelana no Noroeste Fluminense. Com mais de sessenta interiorizações, a região, que até então não possuía o costume de registrar movimentos migratórios interregionais relevantes e inusuais, se sobressaiu no cenário estadual ao receber migrantes e refugiados venezuelanos, mesmo que tal eventualidade tenha ocorrido de forma pontual, levando em conta as suas circunstâncias bastante particulares.

3.4 “Uma oportunidade única”: A interiorização no Noroeste Fluminense

3.4.1 Breve contextualizações sobre a região Noroeste Fluminense

Em oposição à interpretação logística, econômica e administrativa positiva, que consideram apenas fatores como infraestrutura e malha rodoviária e de uma economia interna relativamente diversificada (SEBRAE, 2016; FIRJAN, 2018), a região Noroeste Fluminense se destaca negativamente por possuir a menor participação regional no PIB do estado do Rio de

Janeiro: 0,88% em 2013 e 0,98% em 2021, (SEBRAE, 2016; IBGE, 2023c). Como consequência, a mesorregião apresenta alguns dos piores indicadores socioeconômicos estaduais, como elevados percentuais de pobreza e uns dos menores índices de igualdade de renda, desenvolvimento humano e PIBs *per capita* (*ibid.*, 2016, p. 8; MARINHO, 2017).

A pífia expressividade econômica no conjunto estadual é um dos maiores problemas estruturais que afligem o Noroeste. Das dez menores economias municipais fluminenses em 2018⁴⁶, pelo menos quatro estão na região. Como consequência, 32,3% da população na região vivia com menos da metade de um salário-mínimo; enquanto o índice de Gini⁴⁷ indicou que a desigualdade de distribuição da riqueza era moderadamente alta: 0,513 (SEBRAE, 2016).

Já segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), e compilado pelo Núcleo de Pesquisa Econômica do Estado do Rio de Janeiro (Nuperj), revelaram que o estrato geográfico Norte/Noroeste registrou 78 mil desempregados no segundo trimestre de 2022 e que quase 600 mil pessoas nas duas regiões exerciam outras formas de trabalho, como o informal (222 mil), o autônomo (220 mil) e aqueles que tinham a sua força de trabalho subutilizada (141 mil pessoas) (NUPERJ, 2022).

À vista disso, a região enfrenta por décadas um crítico quadro de estagnação multissetorial. O pífio dinamismo e a irrelevância político-econômica estadual fazem o Noroeste Fluminense padecer pela sua debilitada capacidade estrutural de se desenvolver internamente, expandir o leque de sua produção e gerar postos de trabalho. Com isso, a região sofre pela alta dependência de transferências de repasses públicos, êxodo rural, informalidade, subutilização e precarização da mão-de-obra, baixo crescimento ou retração populacional em muitos de seus municípios devido a migrações internas e interregionais (OLIVEIRA, 2005; LUMBRERAS, 2009; GALDO, 2014; MARINHO, 2017; PIRACIABA; LEMOS, 2017).

De pequeno porte populacional e situada nas imediações de importantes polos interioranos fluminenses como Itaperuna e Campos dos Goytacazes, Delta Azul segue a tendência econômica regional: grande participação da administração pública e um considerável setor comercial e de serviços locais, além de um pequeno complexo industrial de transformação mineral e agropecuário (SEBRAE, 2016).

⁴⁶ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>>. Acesso em 28 fev. 2024.

⁴⁷ Indicador que serve para medir o nível de concentração de renda de um determinado local ou grupo. Quando o índice for mais próximo de zero, mais equitativa será a renda. Em contrapartida, se o índice for mais próximo ao valor um ou cem, mais desigual e concentrada será a renda.

Todavia, o município também enfrenta muitos dos mesmos dilemas apresentados no Noroeste Fluminense. Com um médio índice de desenvolvimento humano de 0,688, o município se encontrava na 68ª posição no *ranking* estadual, com um total de 92 municípios em 2010 (IBGE, 2023c). Com a 78ª maior economia estadual, 29,5% da sua população vivia na pobreza no mesmo ano (SEBRAE, 2016).

Em razão da não disponibilidade pública de dados atualizados sobre o desemprego nos municípios brasileiros, recorre-se às últimas informações disponibilizadas pelo IBGE em 2010. Neste levantamento, foi registrado que 8,2% da população economicamente ativa de Delta Azul se encontrava desocupada. Em comparação com os cenários regional e estadual, o município apresentava o 5º maior índice do Noroeste Fluminense e o 51º no estado (DATASUS, 2010).

Mesmo inserido nesse dificultoso dinamismo socioeconômico regional repleto de adversidades, o município despontou-se no acolhimento de refugiados e migrantes venezuelanos no estado do Rio de Janeiro. Apesar do seu pequeno porte populacional e por estar situado fora do eixo dos tradicionais polos estaduais de atração migratória, Delta Azul chegou a liderar por tempo considerável a maior interiorização laboral no interior fluminense. Atualmente, é o quarto que mais recebeu venezuelanos em todo o estado, estando à frente de importantes cidades interioranas, como Macaé, Cabo Frio, Nova Friburgo e Itaperuna:

Tabela 11 - Os cinco municípios fluminenses que mais acolheram venezuelanos pela estratégia de interiorização, abril 2018 - fevereiro 2024

Município	Total de interiorizados em número absoluto
Rio de Janeiro	2.336
Campos dos Goytacazes	90
Nova Iguaçu	68
Delta Azul	54
Volta Redonda	46

Fonte: Painel Estratégia de Interiorização, 2024; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Elaboração própria.

3.4.2 A interiorização em Delta Azul – Experiências e peculiaridades

Primeiramente ocorrida no fim de dezembro de 2018 e com repercussões que permeiam até hoje, a interiorização em Delta Azul dispõe de uma série de peculiaridades, como a atuação de religiosos, a oferta de vagas de emprego destinadas para oito não-nacionais em uma

confeção local, e especialmente, a saída de todas elas na fábrica após pouco tempo de trabalho, devido a diversas irregularidades e violações dos seus direitos trabalhistas.

Para esclarecer justamente tais adversidades vivenciadas, considerou relevante apreciar as falas⁴⁸ do que ninguém menos do que as próprias migrantes venezuelanas. Além de ter dado voz a essas mulheres, os seus relatos contribuíram grandiosamente para compreender todos os desdobramentos da interiorização a partir das suas próprias perspectivas.

O cenário que será apresentado com mais detalhes a seguir, é apenas um de inúmeros exemplos de uma realidade vivenciada por milhões de mulheres migrantes e refugiadas ao redor do mundo, que em troca da sua subsistência e do provimento de ajuda aos seus familiares, mais precisamente, os seus filhos, se sujeitam as mais variadas formas de assédios, abusos, humilhações, infrações e violações dos seus direitos. Em extensão, não é inverossímil relacionar este quadro a uma das principais estruturas do capitalismo contemporâneo, o patriarcalismo, sistema relacional esse que induz a inferiorização da mulher e a sua obsoleta atribuição de funções e papéis na sociedade e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Deste modo, mulheres não-nacionais enfrentam uma penalidade dupla: elas pagam o preço por ser mulher e migrante (ALEGRETTI, 2020). O sexismo e a discriminação salarial e laboral por gênero impelem muitas delas, especialmente as recém-chegadas, à precarização, aos subempregos mal remunerados, à superexploração da sua mão-de-obra e a trabalhos que são muitas vezes análogos à escravidão (ALCORSO, 1989).

No contexto brasileiro, onde as mais variadas formas de desigualdade persistem de modo mais acentuado, as disparidades na renda por sexo, naturalmente, são mais intensas. Ao mesmo tempo que um homem migrante possuía um rendimento mensal de R\$ 5.852 em 2019, a mulher recebia cerca de 31% a menos (SIMÕES; HALLAK NETO, 2020). Tal dessemelhança acompanhava a tendência nacional. No mesmo ano referido, as mulheres brasileiras ganhavam por volta de 29% a menos do que os homens nacionais (BARROS, 2020).

Assim como o gênero, a cor e a origem interferem diretamente nesse quadro de desigualdade. Ressalta-se que tais discrepâncias estão diretamente atreladas ao racismo estrutural e à xenofobia racializada que reforçam a predileção na contratação e a maior inclinação de maiores remunerações salariais a não-nacionais brancos e advindos dos eixos industrializados, como os europeus e os oriundos da América Anglo-saxônica (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2018; JOSEPH, 2023).

⁴⁸ A fim de conhecimento, o nome da cidade e de todos os entrevistados neste subcapítulo são fictícios, em razão da garantia de privacidade, assim como, por solicitações de anonimato.

Desta forma, Greco (2023) indica que as barreiras sociolinguísticas, culturais e religiosas, a discriminação racial, sexual, de identidade de gênero e de origem nacional, o preconceito e a relutância do empresariado e da sociedade em contratar não-nacionais, a excessiva burocratização e os altos custos financeiros na validação de diplomas e títulos obtidos no exterior são alguns dos obstáculos que dificultam a busca por migrantes e refugiados, em particular, mulheres pretas e pardas da periferia global por melhores empregos e renda.

Ainda por cima, é constatado que a desigualdade na renda é ainda mais acentuada entre os refugiados e outros tipos de migrantes forçados. Por exemplo, a diferença na média salarial entre essa modalidade e a estipulada no mercado de trabalho formal, no geral, era um pouco maior que 80% no ano de 2019, apesar de os índices de qualificação deste grupo serem altos: 49% possuíam pelo menos o ensino superior completo. Assim, corrobora-se que a enorme desvantagem é o indício que expõe o quanto essa mão-de-obra é desvalorizada e superexplorada (ACNUR, 2019; TONHATI; FUSARO, 2020; JUNGER DA SILVA, 2020).

Outrossim, conforme dados da PNAD, organizado pelo IBGE e compilados por De Oliveira e De Oliveira (2020), dos mais de 369 mil não-nacionais ocupados em 2015, cerca de 57% eram informais, onde a sua maioria esmagadora era autônoma ou trabalhava sem carteira assinada: 47% e 39%, respectivamente. Ainda que quase 90% dos não-nacionais informais estavam trabalhando, por outro lado, as suas remunerações eram consideravelmente baixas: 31,3% viviam sem nenhum ou com um rendimento mensal de até um salário-mínimo. Em relação àqueles que possuíam empregos formais, esta faixa era de 8,48%.

Já entre os não-nacionais informais, foi observado um alto índice nas faixas de rendimento médio domiciliar *per capita* que variavam entre nenhum e um salário mínimo e meio: 33,5%. Para efeito de comparação com os domicílios dos trabalhadores migrantes formais, esses mesmos indicadores eram de apenas 18,4%. Tal discrepância é ainda mais gritante ao considerar que a maioria dos não-nacionais que se encontravam na informalidade possuía pelo menos o ensino superior completo: 29,5% (OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2020).

Associada a essa conjuntura marcada por desigualdades e ilegalidades, as infortunadas e consecutivas desregulamentações trabalhistas na última década agravam ainda mais a situação dos refugiados e migrantes no país. Como aponta Nery (2020), tais efeitos nocivos são resultados da Lei n.º 13.467/2017, popularmente conhecida como “Reforma Trabalhista”. Em uma suposta readequação normativa frente às novas relações no mercado de trabalho, esse projeto neoliberal suprimiu diversos direitos trabalhistas e sociais, debilitou a posição do empregado diante do seu empregador, flexibilizou as jornadas e os contratos de trabalho,

refreou a atuação dos sindicatos, asfixiou a oferta de empregos formais, instigou à reestruturação dos subempregos e à normatização da informalidade e empobreceu a classe trabalhadora.

Ainda relacionado a este quadro de destruição dos direitos dos trabalhadores, destaca-se a normatização da informalidade: a popularização da *uberização*, dos entregadores de *delivery* e dos “bicos”, e a multiplicação dos autônomos e dos empregados sem carteira assinada. Enviesadas em falaciosas, mirabolantes e populares discursos de enaltecimento do empreendedorismo meritocrático, o mercado informal se torna a última ou única opção para milhões de brasileiros e centenas milhares de não-nacionais que se submetem à subutilização e ao barateamento da sua mão-de-obra (GRECO, 2023). Em paralelo, como consequência, o Brasil vem observando um crescimento contínuo dos trabalhadores informais nos últimos anos, inclusive entre os não-nacionais (DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2020; QUEIROZ, 2023). Muito deste aumento foi particularmente acelerado pelas incertezas da COVID-19 (GHIRALDELLI, 2021).

Entre os venezuelanos, o quadro é ainda mais desigual. O desemprego e a informalidade são predominantes, mesmo com um considerável avanço devido à política de interiorização. Assim como nos relatos das entrevistas a seguir, a busca por trabalho e as remessas para familiares que permaneceram na Venezuela são os maiores motivos para a migração venezuelana no Brasil. No entanto, a realidade vivida é bastante árdua. Segundo estimativas da OIM, em 2019, apenas 9% dos venezuelanos que entravam por Roraima conseguiam um emprego formal nas primeiras semanas após a chegada. Além disso, os índices de desemprego e vulnerabilidade alimentar entre eles eram impressionantes: 59% se encontravam sem emprego e um em cada três possuíam dificuldades para se alimentar (OIM, 2019).

As dificuldades para incluírem migrantes e refugiados venezuelanos no mercado formal de trabalho já vêm sendo indicadas desde os primórdios da eclosão migratória, como apontou a pesquisa organizada por Da Frota Simões; Da Silva e De Oliveira (2017). Nela, foi revelada que a maioria dos venezuelanos não-indígenas em Boa Vista estava desempregada ou trabalhando por conta própria: 35,4% e 31,7% respectivamente, à medida que apenas 28,4% estava formalmente empregada.

Enquanto isso, 13,8% dos desempregados e quase um terço dos autônomos tinham o ensino superior completo (31,7%), incluindo uma parte considerável com alguma especialização ou pós-graduação (11,1%). Isso só reforça a ideia de que a qualificação não é necessariamente um crucial inibidor para a inserção do migrante venezuelano na formalidade.

Ainda que 60% dos venezuelanos entrevistados exerciam algum tipo de remuneração, mais da metade (50,4%) ganhava menos que um salário-mínimo mensal, ao passo que 44% recebiam entre um e dois salários-mínimos e apenas 4,8% obtinham mais de dois salários-mínimos. Já os que não possuíam nenhuma remuneração correspondiam a 0,8% dos entrevistados (DA FROTA SIMÕES; DA SILVA E DE OLIVEIRA, 2017).

No mesmo ano, os venezuelanos possuíam as menores médias salariais de admissão no mercado formal de trabalho, ficando atrás inclusive de outros não-nacionais latino-americanos. Por exemplo, à proporção que um costa-riquenho recebia mais de R\$ 8 mil de rendimento mensal, um venezuelano ganhava apenas R\$ 1.000 (CAVALCANTI; BRASIL; DUTRA, 2017). A dificuldade dos venezuelanos persiste mesmo após a interiorização. Em 2021, uma pesquisa da ACNUR mostrou que o rendimento médio do migrante venezuelano interiorizado no mercado formal de trabalho, apesar de ser um pouco acima que o salário mínimo vigente na época (R\$ 1.100,00), ainda estava bem distante do rendimento médio geral do trabalhador não-nacional e da população nacional, segundo aponta a tabela 12:

Tabela 12 – Rendimento médio mensal entre trabalhadores venezuelanos, outros não-nacionais e brasileiros no mercado formal de trabalho em 2021:

Grupo	Rendimento médio mensal
Venezuelanos não-interiorizados	R\$ 594,20
Venezuelanos interiorizados	R\$ 1.325,20
Brasileiros	R\$ 2.433,00
Outros não-nacionais	R\$ 5.426,00

Fonte: ACNUR (2021); Simões; Hallak Neto (2023). Elaboração própria.

Já em outubro de 2023, o salário médio das admissões de pessoas de origem venezuelana era de R\$ 1.905, inferior aos dos haitianos (R\$ 1.925,00) e dos brasileiros no mesmo período (R\$ 2.032,56) (ACNUR, 2023). Entre as mulheres, a disparidade é ainda mais acentuada. Segundo o Painel Estratégia de Interiorização, a quantidade de venezuelanas que se interiorizaram por meio da modalidade “Vaga de Emprego Sinalizada” corresponde a apenas 4% das mais de 128 mil interiorizações desde 2018 até o fim de fevereiro de 2024. Em contrapartida, a interiorização de homens sob esta mesma modalidade equivale a quase 10% do total (BRASIL, 2024).

Após esse prefácio, em que buscou traçar um panorama das múltiplas facetas e desafios enfrentados pela maioria dos refugiados e migrantes no Brasil e, em especial, os venezuelanos, reportaremos a partir daqui à experiência das migrantes venezuelanas interiorizadas, bem como os seus esposos, filhos e demais familiares que as acompanharam rumo ao interior fluminense. Assim, parte-se agora para as narrações dos relatos cedidos pelas venezuelanas e os seus familiares. Das oito famílias interiorizadas, cinco foram localizadas e convidadas, e desse total, apenas uma declinou o convite. Realizadas entre os dias 25 e 29 de julho de 2023, as conversas ocorreram tanto de forma presencial quanto remota.

A primeira rodada ocorreu presencialmente em Delta Azul. Nelas, primeiramente foram entrevistados o venezuelano Diego e a sua esposa, a ex-professora Zuleima, pais de três filhos. Com eles, estavam uma de suas filhas com o seu respectivo marido e a pequena neta. No primeiro contato, feito ainda em meados de 2022, a família ainda residia em um pequeno imóvel alugado há poucos minutos do Centro, onde o simpático e extrovertido patriarca citou brevemente que estava construindo a sua casa. aos poucos. No segundo encontro, o venezuelano já estava residindo no seu simples imóvel próprio ainda em construção, fundado no terreno que, em breve, será visto que era do pastor da Igreja Metodista local.

Com uma excelente retórica típica de sua profissão original, a ex-professora proveu uma detalhada narração que realçou a existência de irregularidades e desigualdades nas atribuições de funções entre as funcionárias brasileiras e venezuelanas por parte da diretoria da confecção, cuja alcunha nesse trabalho será de “fábrica X”, bem como uma série de violações dos direitos trabalhistas das empregadas não-nacionais.

Depois de garantir que a sua experiência pessoal na confecção foi positiva no geral, apesar de “alguns problemas”, a entrevistada orgulhosamente destacou que ela angariou a confiança dos seus superiores logo nos primeiros dias de trabalho na confecção, ainda em janeiro de 2019 devido à sua honestidade. Sem citar nomes, Zuleima induziu que as suas companheiras compatriotas não foram sinceras durante as entrevistas por videoconferência, quando elas ainda estavam em Roraima em outubro de 2018:

Como as entrevistas foram individuais, eu não posso falar pelas outras. Eu só sei que na minha, eu avisei: “eu sou costureira, mas não sei costurar com a máquina industrial, só com a doméstica”. [...] Quando chegamos aqui, o chefe de produção nos falou: “vocês não me viram, mas eu estava atrás da tela e acompanhei a entrevista de cada uma de vocês. Eu entendi que somente duas de vocês falaram que trabalhavam com a máquina doméstica, e o restante com a industrial.” [...] Então, elas foram logo trabalhar na industrial, enquanto eu e a outra companheira fomos treinar. [...] Elas não sabiam muito de costura, e mesmo assim, se cadastraram como costureiras profissionais! [...] Eu falei a verdade logo no primeiro dia e ainda mostrei que sabia o

que estava fazendo. [...] Elas entregavam tudo errado. Aí eu pensava: “como você se apresenta dizendo que sabe fará algo, se você não é sincera?” (ZULEIMA)

À vista disto, Zuleima declarou que a diretoria a fez cobrir os erros das outras venezuelanas, além de cumprir os seus próprios afazeres. Em decorrência, a ex-professora vivia em constante pressão em manter um ritmo elevado e contínuo de produção, à medida que o seu trabalho equivalia ao de seis profissionais e a sua remuneração era de apenas um salário-mínimo:

Eles me pressionaram muito. Como eu conhecia a função e as outras não, todo o trabalho ia para mim. Eu não podia nem ir ao banheiro que ficavam “Cadê Zuleima? Cadê Zuleima?”. [...] Eu tinha que costurar, e depois, fazer os serviços que ninguém sabia fazer e ainda consertar o que estava errado! [...] Eu tinha que adiantar o meu serviço para ajudar as demais [...] Tinha vezes que tive que trabalhar fora do meu dia e horário para adiantar o serviço do outro grupo. [...] E mesmo assim, eu recebia o mesmo valor das outras que não faziam nada. [...] Eu pedi para sair porque eu tenho um problema cervical, e estava passando muito mal, com muita dor. Eu não poderia fazer mais esse trabalho, mas eu resisti ao máximo para poder juntar dinheiro para trazer o meu filho para o Brasil. Esse era o meu propósito. (ZULEIMA)

Condição parecida foi vivida por Janine. Diferentemente de sua amiga, a venezuelana lamentou a sua passagem na fábrica X:

A minha experiência não foi muito boa. [...] Trabalhávamos demais, enquanto as outras não faziam nada. Eu sempre chegava cedo, às 7 da manhã, e como o ponto estava sempre ruim, não marcava a minha entrada. Eles sempre falavam que eu estava atrasada ou havia faltado e eu não entendia, não me explicavam. Eu ia todos os dias, incluindo aos sábados. [...] Zuleima e eu fizemos muitas horas extras. O horário de saída era às 5 da tarde, e por várias vezes ficávamos até 8:30, 9 da noite, e não nos pagaram nada a mais. [...] Não ganhamos um valor extra sequer, apenas o salário normal. [...] O nosso grupo de produção era de 12 meninas, mas Zuleima e eu refizemos mais de 200 casacos sozinhas em um dia. E no fim, pagaram apenas R\$ 26 extras para cada uma! R\$ 26 por tanto casaco! Meu Deus, como as pessoas são injustas! (JANINE)

Colega de trabalho de Zuleima e Janine, Raquel lembrou que a empresa obrigava as funcionárias a reporem os dias de feriado não trabalhados, sem a devida remuneração regida pela lei: o dobro de uma diária normal. A justificativa dada era de que elas possuíam muitas horas pendentes em razão de faltas e atrasos constantes: “*Eles falavam que a gente sempre devia hora. Se tinha folga semanal ou feriado, eles não pagavam os feriados e as horas extras, e quando pagavam era muito pouco, sempre estavam devendo algum valor.*”

Além disso, a confecção sempre faltava com o compromisso de pagar os empregados na data estipulada. Foi justamente esse motivo que Célia, outra venezuelana interiorizada, pediu para sair cerca de dez meses depois da sua admissão: “[...] como só eu trabalhava em casa, o meu salário servia para pagar o aluguel, as contas de água, luz e tudo mais. Mas, como atrasava muito, eu também atrasava os meus pagamentos. Aí eu pedi para sair e pronto.”

Apesar da gravidade da situação, Zuleima lembrou dos atrasos com bom humor:

[...] Eles sempre falavam: “o mês saiu no vermelho. Não houve produção” [risos]. Cada vez que fomos receber o salário, faziam uma reunião: “o mês tá em vermelho, não houve produção”. Pelo amor de Deus, com tanto trabalho, vão falar que não ia ganhar o meu salário? [risos] Não, não!! [risos]. [...] E todo mês falavam a mesma coisa [risos]. [...] “Vermelho, vermelho, vermelho”, e eu trabalho feito uma louca [risos]. Ai não!! [risos]. (ZULEIMA)

Em razão da piora da saúde da sua cervical, a interiorização do último filho que havia permanecido na Venezuela e as remunerações indevidas em comparação à sua extenuante dedicação e jornada de trabalho, Zuleima decidiu procurar um novo emprego em outra fábrica na cidade, cerca de dez meses depois. Algumas semanas depois, a costureira relatou ser convidada para trabalhar na confecção, todavia com o seu início previsto apenas no primeiro bimestre de 2020. Da mesma forma, Janine acompanhou Zuleima à mesma fábrica, agora, com o objetivo de conseguir um emprego para a sua filha desempregada e o filho recém-chegado da sua amiga. “[...] Ela queria trabalhar e ele havia acabado de chegar. Então, eu fui para eles colocarem os seus currículos e ver se conseguiam trabalho.”, lembrou.

Contudo, a visita à empresa rival custou a demissão de Janine. Alegando “traição”, um dos responsáveis pela fábrica X falaciosamente justificou que ela e as demais venezuelanas só estavam interiorizadas devido às vagas de emprego que ele disponibilizou:

Quando voltamos no dia seguinte, fui demitida. Nos falaram que pessoas ligadas à diretoria nos viram na outra fábrica. Então, o chefe disse que nós o havíamos “enfiado uma faca em suas costas”, já que ele “pagou para nos trazer”. Era mentira, até porque ele não pagou nada. Viemos porque o governo custeou a nossa vinda. [...] (JANINE)

Zuleima recordou que o mesmo dono a constrangeu na frente dos outros funcionários:

Quando cheguei para trabalhar, haviam levado a minha máquina de costura. [...] Ele veio e gritou comigo na frente de todo mundo: “você não deveria ter feito isso, fui eu que te trouxe para cá.” Eu rebati: “você não me trouxe para cá! Quem me trouxe foram a ONU e a Igreja Metodista”. E ele respondeu: “mas eu que te dei um emprego. Você me colocou uma faca nas minhas costas”. [...] Foi aí que pedi demissão, e ele depois

me pediu para ficar. [...] Eu disse: “Não quero mais!” [...] Eu já estava com todos os meus filhos aqui. Já cumpri o meu propósito. (ZULEIMA)

Episódios de humilhação das venezuelanas logo viraram rotina à medida que elas passaram a pressionar pelo pagamento dos seus salários em dia:

Como a gente sempre se queixava, alguns encarregados começaram a nos tratar muito mal, com grosserias e mentiras. [...] Viviam falando que a gente faltava direto, chegava atrasada e saía cedo. Tudo mentira! [...] O irmão do dono da fábrica foi muito grosseiro com uma venezuelana que infelizmente nos deixou. Ela se sentiu muito humilhada e saiu da fábrica chorando muito, falando que “não era justo”. (RAQUEL)

Além disso, a xenofobia era algo recorrente, em particular, praticada por algumas funcionárias brasileiras incomodadas com as venezuelanas, como Janine: “Elas me xingavam muito e o tempo todo, só porque eu não sabia compreender o português direito. Só depois que fui aprender um pouco melhor, eu fui entender o que elas falavam de mim [...]”.

Para Raquel, tais condutas eram reações aos supostos “privilégios” que as interiorizadas recebiam da diretoria, em razão das transferências de recursos oriundos da Acnur à fábrica, com a intenção de proporcioná-las um ambiente de trabalho mais moderno, seguro e confortável, e assim, encorajá-las a permanecerem no emprego.

Nesse quesito, podem-se destacar as iniciativas de empregabilidade e de inclusão socioeconômica de migrantes e refugiadas lideradas pelas agências intergovernamentais. Projetos e campanhas da ONU Mulheres e da Acnur, que recebem subsídios públicos, servem para convocar o setor privado, as instituições e demais autoridades a se mobilizarem diante da urgência de oferecer maiores oportunidades às não-nacionais. Para isso, urge a necessidade da abertura de mais postos de trabalho direcionados a essas mulheres, tal como a capacitação profissional e técnica e de políticas públicas mais inclusivas e equalitárias (ACNUR, 2022b).

Por outro lado, em muitos casos, a transferência desses recursos públicos que justamente servem para possibilitar a integração de mulheres e refugiadas no mercado de trabalho ou para permitir com que aquelas que já se encontram inclusas a se manterem em seus empregos, com o investimento em melhores condições de trabalho e a garantia de direitos trabalhistas, são facilmente desviadas pelos seus empregadores sem escrúpulos.

A falta de fiscalização eficaz dessas agências e do poder público faz com que a realidade laboral vivida por muitas trabalhadoras não-nacionais seja facilmente manipulada e cortinada. No caso das costureiras venezuelanas entrevistadas, não foi diferente. Apesar de não haver

nenhuma informação referente aos montantes transferidos e a sua distribuição disponível para a consulta pública, acredita-se que as remessas da Acnur à fábrica X não foram direcionadas para o seu verdadeiro intuito.

De acordo com Zuleima, a fábrica X enganava a fiscalização da agência:

Eles enganaram muito! Eles ganharam muitos créditos do governo [...] Nós sempre tiramos muitas fotos juntas, claro! Sempre sorrindo! E ele mandava essas fotos para obter mais créditos. [...] As máquinas eram muito ruins e velhas. A linha quebrava sempre. Para a produção industrial, elas não serviam. Na hora de tirar as fotos, todas nós ficávamos nas máquinas novas. No dia seguinte, mudavam tudo... e nos colocavam novamente nas máquinas velhas. (ZULEIMA)

Assim, a realidade das migrantes e refugiadas venezuelanas é muito mais difícil do que se imagina. As poucas que conseguem um emprego formal precisam lidar também com as inúmeras falcatruas dos seus patrões. Foi o que aconteceu com Janine. Ao aproveitar-se da sua limitada fluência e compreensão na língua portuguesa, a fábrica X adulterou os seus documentos de rescisão, para que a venezuelana demitida abdicasse dos seus direitos trabalhistas, deixando-a ainda mais vulnerável. Conforme o seu desabafo, foi inferido que a confecção a ludibriou ao assinar um documento escrito em português e com diversos falsos cognatos em espanhol, com a intenção de não pagar a sua rescisão com os valores devidos:

[...] Quando me demitiram, eu ainda não falava e nem sabia ler em português muito bem. Mesmo assim, eles nos fizeram assinar uma folha, no qual fomos saber depois que estávamos renunciando os nossos direitos. Não nos deram nada! Nada, nada, nada!! Não depositaram o meu FGTS e descontaram todos os salários nos dez meses em que eu trabalhei lá. Na carteira de trabalho foi escrito que o meu salário era para ser de R\$ 1.200,00, mas eu nunca ganhei isso. [...] Não contribuíram com nada! Nada! [...]. Nós assinamos pensando que iriam nos dar um aviso prévio. Eu tinha entendido isso no documento! Não tinha aviso prévio nenhum. (JANINE)

Já com Raquel, a situação foi diferente. Devido às sequelas de uma forte Chikungunya que a impossibilitou de repetir movimentos nos seus braços, a venezuelana foi obrigada a pedir para sair depois de oito meses na empresa. Posto isso, a confecção lhe depositou somente um mês do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de ter pagado a sua rescisão com valores muito abaixo do correspondente ao tempo efetivamente trabalhado.

As diversas irregularidades trabalhistas experimentadas na fábrica X fizeram as venezuelanas procurarem um advogado e denunciarem o corrido à Acnur. Contudo, o desejo

de que os seus direitos fossem garantidos justamente foram rapidamente esvaídos, sobrando apenas os sentimentos de engano e desamparo:

Nós fomos a um advogado em Campos. Ele afirmou que viria aqui e leria os nossos contratos, mas logo depois, ele sumiu! Não sei o que houve. Nunca mais soubemos dele. No ano passado, um pessoal da ONU [Acnur] veio do Rio até aqui. Aí falamos da nossa situação na fábrica, de que, como eles não nos pagaram o FGTS correto, e tudo mais [...] Eles nos confirmaram que iriam investigar, mas tampouco sabemos mais nada da parte deles. Isso tem mais de um ano. Nunca mais nos atualizaram. (ZULEIMA)

O desaparecimento do advogado e a falta de empenho da Acnur fizeram com que muitas das venezuelanas renunciassem à sua busca por justiça, como lamentou Janine: “Elas desistiram, somente Zuleima e eu decidimos continuar...”. Dentre as desistentes, Célia afirmou que o ocorrido é passado: “*Todas fomos [enganadas]... aí tudo ficou pra trás e deixamos com Deus, porque [...] a gente chegou aqui sem nada*”.

Se as venezuelanas conseguiram narrar de forma minuciosa detalhes importantes a respeito do ambiente de trabalho, a fábrica X optou pelo silêncio. Para que a diretoria da confecção desse o seu parecer, três tentativas de contato foram pessoalmente realizadas entre os dias 25 e 26 de julho de 2023, porém todas sem sucesso. Localizada em uma pacata rua residencial no centro da cidade, a confecção chama a atenção pela sua total discrição: não há placas ou outros indícios visuais que apontavam que aquele grande galpão era uma confecção, somente os barulhos estrondosos de maquinários pesados.

Na primeira tentativa, a um funcionário não identificado, foi apresentado o tema do trabalho e o objetivo da visita. Depois de alguns minutos de espera no lado de fora da X, o mesmo solicitou que retornasse na manhã do dia seguinte, alegando que a diretoria estava em reunião. Na segunda tentativa, outro funcionário, também não identificado, pediu para retornar depois do horário de almoço, pois o responsável que cederia uma entrevista teve um suposto imprevisto. Ao voltar no horário marcado, o interfone não foi atendido após três tentativas, apesar de evidentes sinais visuais e sonoros que indicavam que a confecção estava em atividade. Tais condutas foram as deixas que a confecção não estava disposta a conversar sobre a pesquisa, como o esperado, já que alguns moradores locais, inclusive os venezuelanos avisaram que a empresa é “famosa” por possuir um longo histórico manchado por processos, denúncias de irregularidades trabalhistas e multas em razão de condições de trabalho inadequadas.

Se basear unicamente nos fortes relatos das entrevistadas, tudo indica que essas migrantes e refugiadas foram interiorizadas para serem submetidas às condições de trabalho análogo à escravidão. Infelizmente, elas estão longe de serem as únicas. Reportagens publicadas por diversos jornais expõem que a falta de fiscalização dos órgãos competentes, a monetização sob os deslocamentos - quanto mais reterritorializados em um determinado local mais rentável é para quem os acolha e/ou emprega -, o abandono, a conveniência ou a falta de fiscalização e corresponsabilização do poder público e das agências internacionais fazem com que diversos venezuelanos interiorizados sejam enganados e compelidos a pífios salários, a condições insalubres, abusos, violações dos direitos trabalhistas, superexploração, assédio moral, ameaças, e até, a privação da liberdade (TEIXEIRA; COSTA, 2021; PEREIRA; QUINTANILHA, 2021; MARTINS, 2022; MÍDIA NINJA, 2023; STROPASOLAS, 2023).

No caso específico dos venezuelanos interiorizados analisados, um fator adicional agrava a situação: a arregimentação de mão-de-obra migrante, inicialmente intermediada por religiosos sob justificativas humanitárias. O desinteresse ou a naturalização por parte desses agentes que atuaram na interiorização despertaram curiosidade. Como, por exemplo, Pedro, o então pastor da sede da Igreja Metodista, que, de forma vaga, acabou por normalizar as inúmeras irregularidades e as péssimas condições de trabalho vividas pelas venezuelanas na fábrica X:

[...] O sistema da fábrica também era bem puxado, né? [...] Elas tiveram algumas dificuldades, elas acharam que tinham direitos há algumas coisas e procuraram a Justiça, teve esses percalços normais como acontece na relação entre empregador e empregado. (PASTOR PEDRO)

Enquanto isso, Júlia, figura chave para a interiorização, mostrou incertezas com o que houve de fato com as costureiras venezuelanas na confecção: “*Não... não sei. Eu sei que algumas tão lá [na fábrica]. Eu sei que uma é até uma pedagoga. Não sei se ela tá lá ainda. [...] Sei que muitas não ficaram.*”

Além dos venezuelanos interiorizados, achou-se relevante ouvir os relatos do pastor Pedro, responsável pelo acolhimento dos venezuelanos no município, e de Júlia, a missionária encarregada por coordenar os trâmites de deslocamento desde Roraima. Com o intuito de sistematizar os procedimentos metodológicos adotados, a primeira conversa foi realizada com Pedro na tarde de 14 de julho de 2023 por videoconferência.

Após as devidas apresentações, o religioso foi indagado sobre a real participação da sede metodista local no processo de seleção das venezuelanas que, até então, ainda se encontravam

em Roraima. De retórica tranquila e aprazível, o pastor afirmou que a atuação da sua igreja ficou restrita apenas à recepção e à assistência pós-interiorização.

O entrevistado então revelou que tal ação é decorrência de um pedido formal feito pela sede de Boa Vista. Ordenada em um sistema de rede nacional, todas as unidades da Igreja Metodista do Brasil são reunidas de forma conjunta com o intuito de resolver os problemas sociais locais de cada templo:

[...] A nossa Igreja Metodista, ela é conexional. [...] Estamos conectados tanto pela questão de problemas, mas também de solução destes. [...] A Igreja lá que tá em Roraima, Pacaraima, elas pedem ajuda às outras igrejas, ela explica a solução que está acontecendo, a gente consegue ter essa interligação. (PASTOR PEDRO)

Entende-se que esta conexão entre todas as sedes metodistas em todo o território nacional tem como objetivo formar um grande e único organismo, no caso, a Igreja Metodista do Brasil. Segundo o raciocínio do modelo conexional, acredita-se que há um aprimoramento e maior equidade na organização, divisão e distribuição dos recursos materiais, financeiras, logísticos, humanos e intelectuais nas mais diversas diligências de assistência, ação social e trabalhos de missão (MAGALHÃES, 2013; VALENTIN, 2017). Logo, a conexionalidade tem como princípios a cooperação comunitária em rede e a promoção de interligações que conectam missionários, terceiros e os beneficiados pelas missões religiosas (SHIKIYA, 2020).

Assim que foi revelado que a filial metodista local se encarregou apenas na recepção no município, coube a Júlia, então frequentadora da Igreja de outro município na região, missionária e diretora de uma ONG cristã parceira da Operação Acolhida⁴⁹, a estabelecer o elo entre Roraima e o Noroeste Fluminense:

Quem fez essa intermediação foi a missionária Júlia. A Igreja Metodista é a ponte de ligação entre os venezuelanos e nossa cidade. Nós acolhemos esses venezuelanos, porque ela trouxe a problemática. Nós a trouxemos na igreja para explicitar melhor a situação, e de que, apesar de pequenina, resolveu acolher. [...] Ela teve uma mobilidade muito grande, pois foi a principal agente dessa interiorização. [...] Foi ela

⁴⁹ Indagada se a organização recebeu algum recurso estatal referente ao processo seletivo das mulheres venezuelanas na interiorização, a missionária negou enfaticamente, alegando que a sua atuação interventora foi voluntária e uma decisão pessoal. Ademais, a mesma afirmou que todos os custeios da viagem e da estadia em Roraima foram financiados do próprio fundo da ONG. Buscando comprovar a posição da entrevistada, logo, recorreu à *internet* ao pesquisar o nome da organização social cristã e termos relacionados ao contexto; porém, a busca não teve resultados que respondessem à intenção da pesquisa. Da mesma forma, aproveita-se este espaço para criticar a falta de transparência pública da Operação Acolhida e dos órgãos integrantes responsáveis por não fornecerem dados e informações detalhadas, que comprovem possíveis subsídios públicos direcionados às entidades da sociedade civil.

que fez essa ponte entre o Exército, a fábrica e a Igreja Metodista. (PASTOR PEDRO)

Questionado sobre como foram os preparativos para a chegada dos venezuelanos, o pastor Pedro relatou que houve união entre as comunidades metodistas regionais, além de outras filiações evangélicas, e, em extensão, a própria sociedade local:

[...] [foi] a partir de uma parceria entre várias igrejas evangélicas e de pessoas que nem eram da Igreja e da nossa cidade. [...] Houve doações de eletrodomésticos e mobílias vindas da cidade vizinha. Foi um mutirão muito amplo, tudo organizado pela [Júlia], que por ter trabalhado em várias escolas daqui, conhecia muita gente. [...] O pedido de ajuda foi feito à comunidade através de uma rádio evangélica local, inclusive o posto de entrega das doações era lá e na nossa Igreja. [...] Então, pode-se dizer que foi um movimento extra-igreja...[...], com a participação da população comum... a sociedade local, em parceria com a Igreja Evangélica. (PASTOR PEDRO)

A mobilização e a criação de redes de solidariedade entre as organizações evangélicas do município ultrapassam as suas próprias comunidades internas de fé, ainda mais se levar em conta determinados contextos políticos e religiosos locais e regionais.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, quase um terço da região Noroeste Fluminense se classificava como evangélica: 30,6% (IBGE, 2012). Apesar do último Censo realizado em 2022 ainda não disponibilizar os dados mais recentes, pode-se deduzir que esse índice tenha crescido de forma exponencial desde então, se particularmente considerarmos todos os conjuntos do crescimento dessa confissão de fé cristã, como já discutido no capítulo anterior.

Por outro lado, em sua dissertação sobre o amparo social de igrejas evangélicas pentecostais em uma favela de Campos dos Goytacazes, Ribeiro (2015, p. 110) sintetiza bem esse fenômeno: “numa conjuntura, de precariedade de recursos públicos, pobreza, falta de políticas públicas apropriadas [...], as igrejas se inserem numa abordagem não apenas espiritual, mas também, de trocas materiais, [...] imateriais [...] [e] de recursos entre os membros da sua igreja”.

Desta forma, evangélicos, e principalmente os pastores, angariam o prestígio e a popularidade ao passo que os seus feitos de ação social são difundidos para além dos muros das congregações. Geralmente munidos de uma retórica popular, simples e acalante e de possuir uma forte aptidão carismática, essas lideranças religiosas passam a ser tratadas como líderes comunitários e referenciais locais.

Iacomini (2021) baseado em Spyer (2020) aponta que muitas igrejas evangélicas, diferentemente de outras doutrinas religiosas, vêm se destacando por alcançar os grupos socialmente marginalizados e ocuparem as lacunas deixadas pelo Estado, através de suas obras que mesclam fé, evangelização e ação social. Desta forma, pastores obtêm apoio, admiração e, em alguns casos, proteção do crime organizado, à medida que suas ações e trabalhos sociais e de evangelização se tornam a única referência de apoio e conforto aos mais necessitados.

Voltando ao caso analisado, mesmo após a interiorização, Pedro decidiu por conta própria a continuar a ajudar os venezuelanos, como a compra e a doação de mantimentos, conduções a consultas médicas e hospitalares fora da cidade, o preparo e a entrega de currículos e a intervenção por oportunidades de trabalho, e até mesmo, a venda de um terreno seu a família de Zuleima. Longe do comando da sede metodista no município há alguns anos, o religioso continua sendo o maior referencial dos interiorizados. Para o entrevistado, o carinho recebido pelos venezuelanos é resultado do seu compromisso pessoal firmado com eles:

As famílias falavam “você é o nosso pai aqui no Brasil”, [...] porque eles percebiam que é aquilo que tava ao nosso alcance, nós fazíamos por eles, né? [...] E a gente se sente também, na, na outra ponta, como responsáveis, né? Você fica responsável por uma vida que tá vindo do estrangeiro, querendo dar o melhor pra ela, você tem cercar ela de todos os cuidados, prevenir de todas as situações ruins, e isso, é uma constante, né? [...] Então, eles têm uma boa visão da Igreja Metodista. A Igreja Metodista foi uma mãe pra eles no período que eles mais necessitaram. (PASTOR PEDRO)

A situação narrada remete ao que Harvey (2008) denomina de paternalismo comunitário: a exploração de natureza paternalista de uma comunidade que se baseia em força, normas e costumes. Nesse sentido, Núñez (2008) discorre sobre o modo de funcionamento e os efeitos das comunidades que tem as suas autonomias transferidas a um líder, ou “pai”, que considera, julga e aprova quais serão as orientações e posições mais adequadas em sua visão, sem lhes dar a chance de desenvolverem as suas próprias práticas, capacidades e aptidões:

Não aprendem a se organizar para resolver seus problemas. No máximo, eles se organizam formalmente apenas para conseguir que algum padrinho, ou “pai”, lhes dê as coisas de que precisam. Quando esse “pai” desaparece, ficam órfãos e à espera de um novo “pai” que dê soluções às suas necessidades prioritárias, continuando o círculo vicioso do paternalismo. A ausência de um líder positivo coloca estas comunidades em risco de se tornarem vítimas de manipulação externa, limitando o seu desenvolvimento. Muitas pessoas gostam de praticar o paternalismo, porque desta forma as comunidades tornam-se dependentes delas, e isso se torna um meio de gerar riqueza pessoal e organizacional. (NÚÑEZ, pps. 27-28, 2008, tradução nossa).

Assim, ao assumir a responsabilidade de assistir os recém-chegados para si, o pastor Pedro logo passou a ser alcunhado de “pai”, ao ganhar a admiração e o respeito dos interiorizados imbricadas em uma espécie de dívida de gratidão Manuel, um dos homens venezuelanos que ainda reside no município visitado com a sua família afirmou: “[...] O pastor foi e continua sendo uma bênção nas nossas vidas. Eu falo sempre que ele é o “nosso pai aqui no Brasil”. O mesmo apreço foi compartilhado por Raquel, uma das oito costureiras interiorizadas: “Ele é o nosso pai no Brasil. Ele sempre foi muito carinhoso, atencioso e ainda se preocupa conosco. Ele sempre busca saber como estamos, se precisamos de alguma ajuda.”

Por outro ângulo, é também possível aludir esse vínculo de caráter paternalista entre os venezuelanos e o pastor com a teoria de dominação carismática. Weber (2004) descreve que, nessa relação de poder, o líder aproveita suas qualidades pessoais, como excelente retórica, habilidade de persuasão e, é claro, o carisma, para fomentar sentimentos como agradecimento, respeito, adoração e obediência, como formas de domínio. Sem precisar explicitar regras, a autoridade portadora do carisma legitima o seu controle apenas pelo manejo de circunstâncias que sujeitam à reverência, submissão e/ou dependência emocional dos seus subordinados.

Baseando-se na abordagem weberiana, é possível descortinar um dos objetivos da instituição religiosa. Ao valer da socialmente estimada e confiável posição de líder e conselheiro espiritual e de sua atraente e confortativa oratória do pastor, a entidade recorreu à iniciativa própria do religioso de manter a assistência, a modo de instigar uma certa “docilização” e disciplina à luz dos dogmas religiosos e da dívida de gratidão com os interiorizados, e assim, facilitar a (re)condução dessas “ovelhas desagarradas” à evangelização, de preferência, sob à sua direção: “[...] os que eram desviados do Evangelho, se reconciliaram com Cristo aqui através da Igreja Metodista.”

Em certo grau, considera-se que tal intuito foi bem-sucedido na maioria dos entrevistados. Por exemplo, Célia confirmou que ela e a família compareciam à Igreja de forma regular: “[*Durante*] o tempo em que estive em [Delta Azul], eu estava na Igreja todo o tempo. Quando a gente chegou aqui a Campos, também fomos na Igreja Metodista.” Já a família de Zuleima parou de frequentar o templo após certo período: “[...] Sim, nós íamos a Igreja Metodista daqui. Ficamos um tempo assistindo. Ai depois, começamos a...a...[risos] a ir menos, e não fomos mais assim...”, confessou a venezuelana com um certo embaraço.

Já o respeito de Manuel pelo pastor Pedro é tão grande, que o venezuelano trocou de congregação evangélica em razão da saída do religioso no comando da sede metodista: “[...]”

[Ele] é um pastor que fala a verdade. Ele não tá disfarçando, ele não tá maquiando a palavra de Deus. [...] Agora, que [ele] foi embora, [...] eu tô visitando [mais] o Tanque de Betesda”.

Logo depois, o venezuelano orgulhosamente relatou que havia prestado alguns serviços gratuitos à Igreja, como forma de agradecimento. Vizinho da propriedade, o pedreiro lembrou com orgulho:

Um dia desses, eu estava colocando telhado aí. [Apontando em direção à igreja] Eu fui lá e ajudei a colocar, sabe? Porque eu sou muito grato ao acolhimento que nos deram. Não foi esse pastor que está aí agora. Mas, independentemente de quem estiver lá, eu sempre serei grato a eles, e então, no que eu puder ajudar, eu irei. (MANUEL)

Como se pode observar, a sede metodista verificada se beneficia da confiança e da credibilidade originalmente depositada pelos venezuelanos no pastor Pedro. Os vínculos afetivos paternalistas e os laços personalistas de dependência construídos entre os venezuelanos e o religioso fazem com que os interiorizados estejam dispostos a atender às solicitações da instituição quando necessário. Assim, como forma de agradecer à assistência ofertada, os venezuelanos que ainda residem no município “pagam” pela sua gratidão, seja pela assiduidade nos cultos e outras atividades religiosas ligadas à igreja, assim como na prestação de serviços, como capinagem, pintura, concertos, limpeza, alvenaria e carpinteira no templo.

No caso do venezuelano Manuel, por exemplo, chamou interesse dele lastimar, por mais de uma vez em sua entrevista, o quão difícil era conseguir um emprego e da forma de que a sua família passava por dificuldades econômicas. À vista disso, considera-se, no mínimo curioso, a Igreja aceitar os seus serviços gratuitos ou com os valores bem abaixo do comumente estipulado, mesmo sabendo da sua difícil situação, já que o interiorizado ainda mantém contato com diversos membros da comunidade metodista local.

Uma das maiores indagações que levaram à produção desse trabalho foi saber o nível de atuação dos três níveis do poder público na interiorização. Para isso, foram questionados aos entrevistados se houve algum tipo de suporte extra da prefeitura municipal, do governo estadual e federal. Pedro, por exemplo, elogiou a conduta das autoridades municipais em um certo proselitismo político-partidário e suposta consonância ideológica:

[...] No dia do acolhimento, alguns vereadores acionaram a secretaria de saúde para realizar o cadastramento dos venezuelanos no SUS [Sistema Único de Saúde]. Da mesma forma, acionaram a secretaria de educação para registrarem as crianças, as matriculando nas escolas municipais. Então, houve sim, um importante apoio da prefeitura [...] Eles são muito ativos [...] Então, sempre tivemos a porta aberta para

eles, em especial nesse governo atual do prefeito. Ele tem feito um excelente governo lá. (PASTOR PEDRO)

A aprovação foi igualmente dada pela missionária Júlia. Para a entrevistada, houve um grande empenho e interesse do governo local:

[...] A assistente social da prefeitura visitou todos eles. A prefeitura abriu matrículas para todas as crianças e fizeram adaptação curricular. [...] Eles ficaram muito felizes em fazer as carteirinhas de saúde e tudo mais. Isso foi muito bacana. [...] Então, eles foram muito cientes em ajudar, em tornar acessível todos os direitos deles. (JÚLIA)

Os relatos acima são interessantes já que remetem à ideia de “favor” dos órgãos públicos aos venezuelanos. Realça-se que é obrigação do poder público em garantir o acesso integral dos não-nacionais à educação, saúde, assistência social e outros serviços, independentemente da sua condição migratória e sem discriminação, conforme salientado pelos incisos VIII e X do artigo 3º da Nova Lei de Imigração (BRASIL, 2017).

Apesar dos elogios, foi possível captar nas falas, a ausência do poder municipal nos preparativos de recepção, deixando tais responsabilidades aos religiosos, como foi o caso de Júlia, que revelou ter organizado por conta própria a mudança e a arrumação das futuras residências dos venezuelanos: “[...] *Eu fiquei igual louca [...] Eu sair na rua e daí falar ‘alguém sabe montar móvel, pelo amor de Deus?!’* [Risos]. *Eu fui à rádio pedir mutirão pra ajuda.* [Risos]. *Porque eu não sabia como a gente ia montar oito casas tão rápido.*” Além disso, devido ao seu destaque local, coube ao pastor orientar os interiorizados a procurarem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) quando necessário, chegando a dialogar com a própria secretária municipal de ação social com certa frequência.

À medida que a prefeitura oscilava entre obrigação e a inércia, o governo estadual se destacou pela sua total ausência, sem contribuir em nada na interiorização. Por outro lado, o governo federal, representado principalmente pelo Exército, também se encarregou pelos trâmites de seleção das oito costureiras, pela inspeção das residências e sobretudo, pelo transporte das oito famílias desde Roraima até a região Noroeste Fluminense.

Como lembrou Raquel, ela e os seus compatriotas foram recebidos na Igreja Metodista na tarde de 18 de dezembro de 2018. No local, estavam o pastor Pedro, a missionária Júlia, vários políticos, a comunidade metodista e os donos da confecção. Na festa de boas-vindas, houve um culto religioso, um almoço de celebração, apresentação de música venezuelana e entrega de roupas, calçados e outros itens básicos coletados na campanha de doação. No cair

da noite, os venezuelanos foram conduzidos para as suas respectivas casas, totalmente equipadas e alugadas.

Figura crucial para a interiorização, Júlia foi contactada dias depois do pastor Pedro. Após quatro tentativas de conversa de forma presencial desmarcadas por questões de saúde da mesma, a entrevista teve que ser realizada de forma virtual na noite de 31 de julho de 2023. Ao contar um pouco da sua história, a religiosa narrou as suas experiências como missionária e voluntária em ações sociais direcionadas a crianças ribeirinhas na Amazônia.

Em razão disso, Júlia revelou que um amigo seu, também missionário e responsável pela Igreja Metodista de Boa Vista, a convidou para ajudá-lo na Operação Acolhida. Segundo a entrevistada, ele foi um dos percussores no acolhimento e inclusão laboral de venezuelanos no Brasil. Devido ao seu pioneirismo nos trabalhos sociais direcionados às crianças refugiadas, o metodista conseguiu um rápido e forte apoio local a partir de uma rede de solidariedade formada por associações interreligiosas e voluntárias. Devido à sua credibilidade e popularidade na sociedade boa-vistense, o religioso foi um dos primeiros convidados pelo Exército Brasileiro a estabelecer uma parceria num projeto embrionário institucional de acolhimento humanitário ainda no segundo semestre de 2017.

Com certa autonomia, o pastor obteve autorização de convidar outros civis conhecidos a atuarem como parceiros na Operação Acolhida. Foi assim que a missionária Júlia, juntamente com outros cinco jovens voluntários da sua ONG, ingressaram no projeto, após terem cumprido algumas exigências, como atualização dos seus esquemas de vacinação e terem se cadastrado como voluntários da ONU em outubro de 2018.

Embora tenha permanecido no projeto por apenas vinte dias, a convidada relevou, em um certo tom de orgulho, ter conquistado a confiança dos militares, chegando a acompanhá-los em uma série de visitas e inspeções pelos centros de acolhimento em Boa Vista e Pacaraima. Apesar da sua saúde comprometida devido a uma cirurgia recente, Júlia narrou que realizou uma série de trabalhos voluntários, como a recreação de crianças, o preparo de alimentos nos centros de acolhimento, ter participado em campanhas de entregas de quentinhas e *kits* de higiene pessoal à população migrante e refugiada em situação de rua e ajudado no cadastramento de currículos de venezuelanos inscritos na interiorização, após um pedido pessoal de um militar, amigo seu. Foi em um desses dias que a missionária conheceu Mariana.

“Desesperada, chorando e muito nervosa”, foi assim que a religiosa descreveu como a venezuelana estava no seu primeiro encontro com o militar. Em oposição aos protocolos estipulados pela Operação Acolhida, que irrestritamente proibia manifestações de cunho

religioso por parte dos voluntários e militares, o próprio oficial pediu que Júlia orasse e acalentasse a migrante: “[...] *orei, acalmei. E isso foi o Major que me chamou para mim orar. Então, eles entendem e respeitam [...]...eles tem essa sensibilidade auditiva [...] E aí pediu por eu ser mulher, né? Pra...pra conversar com ela.*” Ainda por cima, Júlia continuou que convidou Mariana e o seu filho para irem até a Igreja Metodista de Boa Vista para almoçar, algo também proibido pelas regras do projeto: “[...] *Aí eu falei, ‘ah, você topa [...] almoçar comigo?’ Aí ela, ‘ah, topo!’ [...] Levei ela pra Igreja, coisa que a gente não pode fazer, mas eu senti. Aí [...] foi ela e o filho dela*”.

Descrita como uma mulher “cristã e muito distinta” por Júlia, a venezuelana contou que ela e o filho estavam morando nas ruas por muitos dias. Fugindo da fome e do desemprego na Venezuela, mãe e filho se migraram para o Brasil, com o intuito de ajudar a filha grávida de Mariana, que havia permanecido no país. No entanto, sem conseguirem emprego ou vaga nos superlotados centros de acolhimento, Mariana não teve outra opção a não ser as ruas. Depois de Mariana ter contado que possuía experiência com costura, Júlia alegou ter tido um lampejo ao ter convidado a venezuelana a narrar a sua história em vídeo, com o intuito de postá-lo no *status* do seu *WhatsApp* para os seus contatos:

[...] E aí eu falei “ah, vamos fazer um vídeo, e você conta a sua História. [...] Eu moro num local onde tem muito polo confecção têxtil, e talvez a gente consiga um trabalho pra você. Quem sabe, né?” Aí ela: “bora”. Aí eu fiz o vídeo, postei [...] nos meus contatos [...], e com a permissão dela, falando o nome dela, se apresentando [...]
(JÚLIA)

Foi a partir desse vídeo que começou a interiorização investigada. A filha de um dos donos da confecção entrou em contato com a religiosa para informá-la de que o seu pai ficou sentido com o relato de Mariana e lhe havia oferecido uma vaga de costureira em sua empresa. Questionada se ela mantinha algum tipo de relação ou conversa prévia com essa mulher e/ou com outros membros da administração da confecção, a missionária foi pontual:

Pessoalmente não. Não! Nunca tinha visto. [...] [Risos]. Foi a rede de solidariedade! [...] A nossa ONG [...] é interdenominacional. Tem gente que é tudo de que é lugar e pessoas que querem ajudar. [...] Tem voluntários de todos os lugares possíveis, e aí, é, a rede social tem isso, né? Ela rompe barreiras. Mas não foi algo público, foi algo interno...pelo WhatsApp (JÚLIA)

Cada vez mais introjetada nos novos modos de interlocução e convívio, as redes sociais são muito mais que uma forma de se conectar com a imaterialidade e diferenças de valores,

opiniões, ideologias e preferências. Embutida na cultura contemporânea da instantaneidade e da efemeridade dos interesses e das relações (BAUMAN, 2001), este alicerce da cibercultura vem alterando gradualmente os sistemas de comunicação. Em consequência do seu caráter multiescalar, interdimensional e plurissocial, as redes sociais aperfeiçoam e transfiguram outras redes: as de solidariedade e auxílio, devido à sua horizontalidade organizacional e a sua contínua expansão de cobertura e impacto. Com isso, essa disposição mais equitativa dos novos meios e formas de se comunicar e cooperar induzem uma desconsideração e inexistência de lideranças formais nessas iniciativas (LIMA *et al.*, 2016).

Seguindo esse pressuposto, acredita-se que a popularidade e a fácil acessibilidade de criação e inserção de contatos em grupos internos de aplicativos de mensagens instantâneas são atualmente as plataformas primárias mais eficientes e importantes em iniciativas de ação social mediante subjetividades como solidariedade, pertencimento e reconhecimento. Segundo Barbosa (2021) e o seu estudo referente ao uso do *WhatsApp* como organizador de trabalhos sociais comunitários durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, foi apontado que os usuários reunidos em pequenos grupos virtuais possuem um maior potencial de engajar, divulgar e materializar, ao nível multiescalar, ações e medidas em prol da assistência e do bem-estar de grupos considerados mais social e economicamente vulneráveis.

Ainda, Júlia esclareceu outra dúvida que havia surgido na concepção do trabalho: uma suposta proximidade anterior sua com o pastor Pedro e com os interiorizados. A respeito do religioso: “[...] *Eu só fui conhecer o pastor depois que a Mariana passou no processo. Aí, eu busquei o meu companheiro metodista para me ajudar a mediar nessa interiorização. [...].* Já com os venezuelanos, a missionária reiterou que só havia encontrado Mariana na ocasião do vídeo, e que só foi conhecer os outros venezuelanos somente na festa de recepção: “*E eu acho engraçado que eles conheciam o meu nome*”, lembrou.

Com a sua não participação no desenvolvimento de alguns trâmites iniciais da interiorização, a religiosa não soube informar, por exemplo, como a oferta de vaga de costureira passou de apenas um total de oito. Em contrapartida, a religiosa ficou responsável pela procura, alocação e mobília das residências dos venezuelanos em Delta Azul, a partir de uma designação da Acnur e do Exército Brasileiro.

Júlia também contou que foi encarregada de relatar ao Exército cada etapa do preparo da acomodação dos venezuelanos por videoconferências e fotos. A inspeção dos oficiais era tanta que um militar de alta patente se deslocou da capital fluminense até o município no interior do estado para fiscalizar pessoalmente cada uma das oito habitações após prontas. Mesmo com

a enorme diligência e empenho incumbidos, a missionária se mostrou orgulhosa com o resultado, que, para ela, foi uma comprovação da existência divina: “[...] *Foi o apelo da [Mariana] que resultou, e assim, é um testemunho da resposta de Deus...*”.

No entanto, ao mesmo tempo, Júlia implicou que a sua ação não foi um ato de caridade, e sim, de empatia, pois, em sua visão, “*todos os seres humanos são refugiados no plano terrestre e que o próprio Jesus Cristo era um refugiado*”. Não obstante, a entrevistada afirmou ter sido inflexível com os venezuelanos. Sem considerar as típicas dificuldades nas quais muitos não-nacionais enfrentam ao incorporar uma nova cultura e sociedade, a missionária recorreu à meritocracia ao denominar o acolhimento como uma “nova chance” aos interiorizados recomeçarem, no entanto, somente com muito trabalho e esforço:

Tanto que no dia que eles receberam [as residências], eu dei uma chamada neles, eu falei ‘ó, vocês receberam tudo que é de melhor, coisas que brasileiros não foram recebidos, e não tiveram essa oportunidade que vocês tão tendo. Vocês estão com água, luz. Eu sei que na Venezuela, vocês tem água quase que de graça, gás quase que de graça, luz quase que de graça. Aqui não. Aqui é trabalho. Vocês tão tendo a oportunidade, tá na mão de vocês’. E, sentei a lenha, falei. O meu marido ficou até preocupado que eu falei com força. Eu falei: ‘olha, eu tô aqui pra ajudar, mas não tô aqui pra carregar. A oportunidade tá aí’. (JÚLIA)

É impossível não relacionar a declaração acima com a predominante Teologia da Prosperidade. Haddad e Pacheco Júnior (2022) discorrem e relacionam a lógica da individualidade e o estado de indiferença narcisística contemporânea à religião como uma expressão da identidade. Para os autores, essa teologia prega a ideia de que o bem-sucedido, feliz, saudável e afortunado é o fiel que detém posses materiais e exhibe esses seus bens como provas da sua espiritualidade e fruto do seu trabalho.

Desde a década de 1970, essa doutrina de origem neopentecostal vem avançando entre os segmentos evangélicos brasileiros, especialmente entre as denominações pentecostais e do cristianismo carismático, apesar da resistência e desaprovação de muitos evangélicos mais tradicionais. Para os seus críticos, a sua proposta essencialmente se restringe exclusivamente às metas individuais de ganho material (PAMPLONA, 2016; STERN; GUERRIERO, 2020).

Segundo Oro (1996), essa orientação teológica arreiga entre os seus seguidores a mentalidade de necessidade urgente de ascensão social e aquisição de riquezas e patrimônios individuais como alcance do bem-estar espiritual e das bênçãos divinas. Em contrapartida, aqueles que não se “esforçam” o suficiente para conquistar as riquezas do mundo terreno estão fadados ao fracasso e são desmerecedores das graças concedidas por Deus.

Deste modo, como bem apontam Haddad e Pacheco (2022) e Marques (2022), partindo dessa premissa individualista e materialista que legitima a culpabilização individual pelo fracasso, a Teologia da Prosperidade acarreta o predomínio da mentalidade meritocrática neoliberal, que sem embargo, estão intimamente relacionadas aos valores e as relações de cunho tipicamente capitalista, empresarial e mercadológica.

Portanto, ao ser utilizada como única ou principal diretriz teológica em muitas denominações evangélicas atuais, as desigualdades sociais passam a ser justificadas e sacralizadas por muitos fiéis, que acreditam, por exemplo, que um bilionário foi recompensado em razão do seu “grande esforço”, e assim, é “muito abençoada e agraciada” por Deus, ao passo que os pobres não estão cumprindo com os propósitos da Bíblia Sagrada e carece de fé.

Perante esta convicção, a religiosa esperava que o seu sermão estimularia os recém-interiorizados a uma nova postura, já que em sua visão, a ociosidade, simbolizada aqui pelo assistencialismo estava “enraizado” nos venezuelanos, em uma indireta crítica à agenda política e ideológica socialista chavista:

[...] Eles são muito assistencialistas. Eles carregam essa bagagem assistencialista na cultura deles. [...] Infelizmente, como alguns ficaram em situação de refúgio desde o início, eles tinham tudo na mão. Ficou tudo muito assistencial. (JÚLIA)

Levando em conta esse pensamento, Júlia revelou que se afastou dos venezuelanos para o “bem da sua saúde mental” algumas semanas após a interiorização. Ao confessar que se sentia “sugada” pelos problemas dos interiorizados que sempre a buscavam para solucioná-los, a missionária lembrou que o distanciamento se deu depois de ela ter recebido uma intimação do Conselho Tutelar: *“De repente, eu estava com eles batendo na minha porta, pois uma mãe deixava o filho pequeno sozinho [...] Eu tive que trazê-la aqui em casa para conversar. Foi aí que eu comecei a me distanciar.”*

Ao analisar os relatos e os posicionamentos controversos da missionária, constata-se que a entrevistada em questão buscou logo desvincular-se da árdua realidade enfrentada pelos venezuelanos logo após a sua reterritorialização em um local totalmente incógnito e diferente do habitual. Da mesma forma, considerou no mínimo interessante o seu total desconhecimento (ou desinteresse) sobre o que aconteceu com as venezuelanas na fábrica X, sendo que ela mesma foi a responsável por fazer a ponte inicial entre essas mulheres e a confecção. Por fim, ao considerar a sua fala sobre a “oportunidade oferecida” aos venezuelanos, baseada apenas nas

suas convicções religiosas, Júlia generalizou as vivências, os desafios, assim como as perspectivas e as finalidades individuais ou familiares dos interiorizados.

Justamente por intentar evitar generalizações e com o entendimento de que a experiência migratória é única, particular e subjetiva, o trabalho preocupou-se também em saber dos outros venezuelanos que vieram com essas mulheres, além de como foram e vêm sendo as suas vivências como migrantes. Logo, buscou conhecer um pouco tanto das costureiras quanto dos seus esposos, filhos e irmãos antes de chegarem ao interior fluminense. De onde vieram? Como eram as suas vidas na Venezuela? Quais foram os motivos que os fizeram sair do seu país natal? E principalmente, por que o Brasil?

Apesar das dificuldades vividas no seu país natal, o marido de Zuleima, Diego, as lembrou entre risadas e com bastante bom humor. À medida que ele trabalhava como pedreiro em diversas construtoras, Zuleima era professora pública e lecionava na cidade litorânea de Maturín. No entanto, com o agravamento da crise, o atual frentista viu o setor da construção civil venezuelana se esvaír rapidamente, o poder de compra da sua família despencar e os remédios e alimentos se tornarem cada vez mais caros e escassos.

Desempregado, Diego decidiu se mudar para o campo para ajudar a sua esposa que passava por um momento delicado de saúde, até ele ouvir de um conhecido sobre o Brasil:

[...] Fui para a roça onde o meu pai tinha terra, e só por isso, não passamos muita fome. Eu plantei feijão, aipim, muita coisa. Só que, então, ela começou a passar muito mal, porque não tínhamos dinheiro para os medicamentos. Então, um rapaz me falou que no Brasil as coisas estavam melhores, e que como eu era pedreiro, eu iria ganhar um bom dinheiro aqui. Então, eu disse ‘vou lá para testar’ [risos]. (DIEGO)

Sem hesitar, Diego decidiu ir de ônibus sozinho da sua cidade natal até Boa Vista em janeiro de 2018. Como o entrevistado lembrou, a sua vinda ao Brasil se deu unicamente à valorização do Real em comparação com o Bolívar. Com o intuito de comprar medicamentos para a sua e esposa e ajudá-la nas despesas da casa, já que o seu salário de funcionária pública não era mais suficiente diante a escalada exponencial no custo de vida causadas pela disparada na inflação, o venezuelano ficou hospedado na casa de um amigo do seu sobrinho que logo lhe ofereceu um emprego em uma feira de rua.

Visando uma breve estadia em razão da piora da saúde de sua mãe, o entrevistado voltou à Maturín três meses depois, até o dinheiro ter esgotado na Venezuela. Nesse período, o atual frentista disse que intercalou as suas viagens entre os dois países até o falecimento da mãe por

volta de março de 2018. Logo após, Diego retornou ao campo. Porém, com a piora no desabastecimento generalizado e na desvalorização da moeda, o entrevistado decidiu retornar de forma definitiva para o Brasil, agora acompanhado de sua esposa.

Em Roraima, o casal conseguiu ser reconhecido como refugiado e alugaram uma pequena casa numa vila repleta de venezuelanos. Para pagar o aluguel e transferir dinheiro em dólar convertido para os seus filhos que permaneceram na Venezuela, Diego realizava diversos “bicos”, ao passo que Zuleima fazia serviços de costura em casa.

No entanto, viver em Boa Vista já estava cada vez mais difícil: “[...] *Tava começando a ficar ruim lá também. Muito venezuelano, muito brasileiro, todos juntos aí...* [risos]. [...] *Não havia vaga de emprego.*”, lembrou. Foi por volta de outubro de 2018, que Zuleima soube da interiorização através de uma vizinha compatriota, uma ex-professora que trabalhava vendendo picolés nas ruas. Instigada pela necessidade, a entrevistada foi até a sede da PF para se cadastrar como costureira para uma vaga disponível. Em questão de uma semana, a venezuelana foi contatada pela ONU, que lhe avisou que ela havia sido selecionada na seleção.

Condições similares foram vivenciadas pelo casal Janine e Manuel. Oriundo da turística Puerto La Cruz, o melancólico mecânico lembrou que a sua verdadeira intenção era retornar à Venezuela assim que conseguisse acumular o suficiente para comprar os maquinários, e então abrir o seu próprio negócio na sua cidade natal.

Contudo, devido ao agravamento das tensões políticas e à piora na conjuntura econômica no país vizinho, o venezuelano não viu outra opção a não ser permanecer no Brasil:

Eu cheguei em outubro de 2016. Eu queria ir ao Chile, porém, o meu sobrinho, que já morava no Brasil, me falou que aqui era melhor, porque lá, os venezuelanos estavam sendo muito maltratados. Então, eu vim. [...] A minha ideia era ficar até comprar as máquinas, e depois levá-las para a Venezuela. [...] Aqui, eu trabalhei com um rapaz vendendo artesanato, por mais ou menos 6 meses. Então, eu fui juntando dinheiro até conseguir abrir o meu próprio negócio como capoteiro, alugar uma casa e enviar dinheiro para minha esposa e filha que havia começado a faculdade [...] Graças a Deus, nunca precisei de refúgio, porque cheguei trabalhando muito. [...] Como a situação estava piorando na Venezuela, a minha filha disse que queria se mudar para cá depois que Maduro venceu as últimas eleições, também para juntar dinheiro, e assim, voltar para continuar os seus estudos lá quando as coisas melhorassem por lá. [...] Aí ela veio, e um mês depois, a minha esposa veio para trazer algumas mercadorias, com a intenção de ficar somente por três meses. [...]. Porém, elas continuam aqui até hoje [risos] [...] E desde então, aqui estamos. Foi o que Deus quis para nós. (MANUEL)

Atenciosa a cada palavra dita pelo seu esposo ao mesmo tempo que cuidava do seu pequeno neto, Janine contou como foi a sua seleção em Roraima, no cair da tarde de 23 de

julho, na sua aprazível varanda. Em pé, enquanto tentava adormecer o bebê em seu colo, a costureira relatou que descobriu a interiorização por meio de um conhecido e, no mesmo dia, se cadastrou no posto da PF de Boa Vista. Quatro dias depois, foi informada por telefone que ela foi uma das vinte escolhidas, num total de cem mulheres, para a segunda fase de uma seleção.

Diferente de Zuleima e Janine, Célia só soube da interiorização já dentro das dependências da PF, enquanto tentava expedir uma série de documentos para o seu primogênito que havia chegado ao Brasil, em meados de setembro de 2018:

[...] Eu entrei na fila e falei com a minha filha: “eu não sei pra que é, mas eu vou entrar.” E então, me perguntaram: “você tem a documentação?”, e eu falei: “sim, mas essa fila é para quê?”. Aí responderam: “é para cadastrar as pessoas que querem sair de Roraima”. Logo, eu virei para ela e disse: “vou me cadastrar”. Coloquei como costureira e tudo foi muito rápido. Me chamaram e falaram que eu ia para o Rio. Eu fiquei surpresa! Falei com Deus: “se é pra lá, é pra lá”. E aqui estou, graças a Deus. (CÉLIA)

Originária de Caracas, a venezuelana relatou que, na capital, ela e a sua família possuíam casa própria, carro e todos os seus filhos trabalhavam. Porém, devido à crise econômica que passou a assolar a nação, a costureira teve que vender tudo que tinha para sair do país:

[...] *A Venezuela começou a ficar ruim com esse governo que está agora, e que tem quase 20 anos, mas ele foi ficando ruim, ficando, ficando, até que a gente já não conseguia trabalhar mais, tivemos que vender carro, máquinas, tudo, para comer. Aí a gente ficou sem fazer nada e decidiu sair do país.* (CÉLIA)

Acompanhada do seu esposo, dois dos seus quatro filhos e dois netos pequenos, Célia chegou a Roraima em janeiro de 2018, mesmo contrariada: “[...] *Na verdade, eu não queria o Brasil por causa da língua. Eu queria Peru, Colômbia, Chile, mas Deus colocou a gente aqui.*” Depois de um início muito árduo, ao ponto de terem cruzado a fronteira carregando apenas uma mala e de terem dormido nas ruas por alguns dias, a venezuelana conheceu uma família brasileira que os acolheram e os ajudaram a arrumar empregos em Boa Vista, com o intuito de ajudar os outros dois filhos e demais familiares que haviam permanecido na Venezuela.

Já no caso de Raquel, o cenário foi diferente. Vivendo no Brasil desde setembro de 2018, a também caraquenha lembrou com saudades a sua vida na Venezuela. Apesar de ser costureira, a entrevistada exercia outras atividades para incrementar a renda familiar, como

cabeleireira, manicure, atendente de padaria e serviços de limpeza doméstica. No entanto, o ambiente começou a ficar muito difícil em questão de meses: “[...] os alimentos, as roupas e os remédios passaram a ficar mais difíceis de encontrar. Quando conseguimos achar, não tínhamos dinheiro suficiente para comprar. O bolívar não valia nada e o dólar era muito caro”.

Desempregados, Raquel e o seu então esposo optaram por sair do país: “A nossa ideia era ir para a Colômbia, já que lá falam o mesmo idioma que o nosso. Mas, ouvimos de um amigo que a situação no Brasil era melhor por causa do peso da moeda.” Para isso, a entrevistada e o ex-esposo partiram rumo a Roraima, enquanto os seus três filhos ficaram sob os cuidados dos avós. Emocionada, Raquel lembrou que as duas primeiras semanas no novo país foram difíceis, particularmente, pelo seu total desconhecimento na língua portuguesa.

Inobstante, Raquel e o seu ex-marido logo foram reconhecidos como refugiados e alugaram uma *kitnet*, à medida que arrumavam “bicos” pela cidade: ele como mecânico e pedreiro, e ela como costureira doméstica e auxiliar de limpeza em diversos lugares, tanto para a sua subsistência na capital roraimense quanto para o sustento e a educação dos seus filhos que estavam com os avós no interior venezuelano.

Em um desses serviços de limpeza, a venezuelana conheceu algumas professoras de português que voluntariavam pela Unicef na Operação Acolhida. Segundo a costureira, as profissionais ficaram impressionadas pela sua desenvoltura e logo lhe ofereceram um trabalho remunerado como intermediadora entre os venezuelanos e os voluntários da agência, cargo no qual assumiu entre outubro até um pouco antes da interiorização, em dezembro. Foi na Unicef que Raquel conheceu a interiorização, e em seguida, se cadastrou e deixou o seu currículo na PF. Cerca de duas semanas depois, Raquel lembrou que a PF lhe informou que ela havia sido selecionada a uma vaga de costureira em uma confecção:

[...] Eu fui entrevistada por um dos donos da fábrica e o seu filho pelo computador. Nesse dia, havia muitas mulheres esperando para serem entrevistadas. [...] Depois disso, eu aguardei alguns dias até que eles me ligaram para falar que eu havia passado para a segunda fase. Depois, fui selecionada com mais outras sete venezuelanas. [...] Assim, fui convidada a ir até a Igreja Metodista de Boa Vista para uma reunião com o Exército e a Igreja. [...] Chegando lá, fomos apresentadas umas às outras escolhidas e fomos apresentadas à fábrica e [Delta Azul], eles nos mostraram a cidade no mapa, como ela era, algumas fotos, essas coisas... (RAQUEL)

O leitor mais atento irá reparar que todos os relatos dos interiorizados têm um enfoque em comum: o envio de dinheiro aos entes queridos que permaneceram na Venezuela. Segundo Cavalcanti e Oliveira (2023, p. 173) verificar o montante de remessas enviadas é relevante

porque além de gerar um enorme impacto social e econômico para os destinatários nos países de origem, também “revela dimensões de êxito e de esforço nas trajetórias e processos de inserção socioeconômica daqueles que enviam nos locais de destino.”

Neste sentido, Roig (2018) explica que o dinheiro enviado por migrantes para os familiares é mais importante ainda para os países em desenvolvimento. Na maioria dos casos, são essas transferências que melhoram os padrões de vida de várias famílias, educam e alimentam as crianças, compram medicamentos e pagam consultas médicas dos enfermos e idosos, e até mesmo, são a principal ou a única fonte de renda familiar e doméstica.

Com o intenso e contínuo crescimento das migrações internacionais nos últimos anos, naturalmente, os números das remessas acompanham essa tendência. Se em 2017 o valor estipulado chegou a quase US\$ 600 bilhões, em 2022, esse número cresceu para US\$ 831 bilhões - aumento de mais de 38% (ROIG, 2018; OIM, 2024).

Conforme indica o último relatório da OIM (2024) publicado em maio de 2024, desse montante, quase 80%, ou US\$ 647 bilhões, foram enviados a países de média e baixa renda. À vista desses dados, a agência constata que “essas remessas podem constituir uma parcela significativa dos PIBs desses países e, mundialmente, superaram o investimento estrangeiro direto nesses países” (OIM, 2024, para: 5)

Já para aqueles que permaneceram em um país com uma conjuntura socioeconômica recentemente marcada pelos altos índices de desemprego, hiperinflação estratosférica, desvalorização recorde da sua moeda e desabastecimento generalizado de medicamentos, insumos e demais bens essenciais, as remessas internacionais são cruciais para as suas subsistências. Por outro lado, essas mesmas remessas se destacam por ser um negócio altamente lucrativo para os venezuelanos localizados no exterior que operam empresas de transferências que cuidam e transferem os dólares, reais e pesos convertidos em bolívares dos emigrantes para as contas bancárias dos seus familiares que ficaram na Venezuela (ARMARIO, 2018).

Em entrevista à Christine Armario da Associated Press Colômbia e replicada pelo Valor Econômico, Yulia Torres, uma venezuelana emigrada na Colômbia, afirma:

"A maioria - mais de 99% - dos venezuelanos que sai do país o está fazendo para enviar dinheiro de volta a seus parentes [...] Eles podem não te pedir [dinheiro], mas eles absolutamente precisam" (ARMARIO, 2018, para: 9).

A declaração acima apenas reforça o quanto a necessidade de conseguir dinheiro instiga e justifica as emigrações de milhões de venezuelanos pelo mundo. No Brasil, a situação não é

diferente. Tomando como exemplo o levantamento organizado por Da Frota Simões; Da Silva; De Oliveira (2017), foi observado que a maioria dos migrantes venezuelanos adultos entrevistados em Boa Vista em 2017 faziam remessas mensais para familiares e/ou amigos, mesmo que esses valores não fossem necessariamente muito altos: 37,3% declararam transferir até R\$ 100 por mês; enquanto 54,2% encaminharam entre R\$ 101 a R\$ 500 mensais, e somente 8,5% conseguiam enviar mensalmente valores acima de R\$ 500.

Nessa mesma pesquisa, foi revelado que quase a totalidade dos receptores das transferências monetárias eram parentes. Cônjuges, pais e filhos, somados, corresponderam a quase 85% dos destinatários – 10,2%, 41,8% e 32,2%, respectivamente - enquanto 8,2% eram irmã/os e 7,6% eram amigos ou familiares com demais graus de parentesco, como tio/s, avó/s, primo/as etc. (DA FROTA SIMÕES; DA SILVA; DE OLIVEIRA, 2017).

Como se pode observar, a grande maioria das remessas dos venezuelanos entrevistados em Roraima eram destinadas a familiares, acompanhando a tendência dos emigrantes venezuelanos situados em outros países. Com isso, despesas ligadas à família equivaliam a nada menos que 78% do uso das transferências monetárias, seguido por gastos com educação (10,1%), pagamentos de dívidas (9,4%) e outros motivos (2,5%) (DA FROTA SIMÕES; DA SILVA; DE OLIVEIRA, 2017).

No entanto, nas remessas de migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil, há alguns paradoxos que merecem ser brevemente discutidos. Apesar de serem a principal mão de obra migrante no mercado formal de trabalho na atualidade – mais de 80 mil de indivíduos em 2022 (SIMÕES; HALLAK NETO, 2023), os venezuelanos contraditoriamente estão na última posição, quando o assunto é o montante de remessas enviadas entre os latino-americanos com maior número de registros migratórios. É o que mostrou um relatório do Banco Central do Brasil e compilado pelo ObMigra em 2022. No ano referido, migrantes e refugiados venezuelanos transferiram apenas U\$ 1 milhão de dólares para a Venezuela, um montante bem atrás das remessas haitianas (U\$ 87 milhões), colombianas (U\$ 83 milhões), bolivianas (U\$ 75 milhões) e argentinas (U\$ 69 milhões) (CAVALCANTI; DE OLIVEIRA, 2023).

Embora não haja outros dados disponíveis ou estudos que analisem, expliquem e reafirmem tais números de forma mais minuciosa, pode-se inferir que os montantes venezuelanos nada mais são que estão demasiadamente subestimados. Por outro lado, desta vez, a respeito do volume total de remessas dos migrantes latino-americanos no Brasil – mais de U\$ 380 milhões de dólares apenas em 2022 -, Cavalcanti; Oliveira e Lemos Silva (2023)

conjecturam que o país vem se destacando regionalmente ao manter múltiplos vínculos e redes transnacionais entre aqueles que migram e os que permanecem nos países de origem.

Voltando aos venezuelanos interiorizados, as remessas para os familiares continuam, mesmo com os constantes “apertos” nos bolsos dos entrevistados. Manuel, por exemplo, contou que, quando pode, envia dinheiro para ajudar à sua pequena sobrinha doente na Venezuela que precisa passar por uma cirurgia.

“Nós estamos passando por um problema lá na Venezuela. Uma sobrinha nossa de dois anos tem um problema no rim e precisa ser operada. Já mandamos não sei quantos dólares para lá, e mesmo assim, vivem pedindo uma coisa ou outra. Agora, a minha cunhada está procurando comprar todos os materiais para a cirurgia, das luvas até o bisturi e o pano para secar o suor do médico, ela tem que comprar tudo, porque lá não tem nada mais disponível. Você acredita nisso? [...] Agora não tá muito bom para a gente, porque não estamos trabalhando direito. Mas tentamos buscar ajudar de uma forma ou de outra...” (MANUEL)

Igualmente, os laços familiares falam mais forte para Célia. Apesar de viver de “bico”, a venezuelana declarou que enviava “o que dava” mensalmente à sua irmã na Venezuela para comprar os medicamentos de sua sobrinha autista. “A gente converte o Real em Dólar e envia. Em Bolívar, é praticamente impossível para a menina continuar o tratamento”, lamenta.

3.4.3 “Esperança somente em Deus” – Perspectivas pós interiorização

Como já se sabe, após a interiorização, as costureiras venezuelanas foram encaminhadas à fábrica X, onde trabalharam por pouquíssimo tempo. E depois? O que houve com elas? Será que elas finalmente conseguiram empregos em um ambiente de trabalho decente, que respeitavam e garantiam minimamente os seus direitos trabalhistas e sociais resguardados pela lei? E quanto aos seus esposos, filhos e demais familiares? Como vem sendo a nova realidade no interior fluminense? Se, por um lado, a pós-interiorização vem sendo marcada por problemas de saúde, dificuldades financeiras e desamparo dos órgãos competentes, do outro, destaca-se por reencontros e recomeços.

Devido à piora da sua saúde cervical, Zuleima decidiu não retornar à confecção pela rotina de trabalho exaustante:

Me chamaram de volta, mas eu decidi não voltar porque eu estou com muitos problemas de saúde, estou passando muito mal. Eu não sou uma pessoa que trabalha

um dia e faltam dois. Aí eu disse que “não”. Desde então, eu não estou mais trabalhando fora, faço o que posso aqui em casa... (ZULEIMA)

Já Janine contou que desde a sua demissão na fábrica X, a sua saúde piorou e, com isso, ela passou a realizar eventuais serviços domésticos de costura. Para o seu marido, Manuel, a piora foi causada pelas inadequações encontradas na confecção: *“As máquinas e as cadeiras não eram adequadas para trabalhar, sabe? [...] Foi por causa disso.”*

Outrossim, a pandemia de COVID-19 impactou profundamente economicamente muitos dos venezuelanos entrevistados. As incertezas e os temores causados pelos tempos pandêmicos dificultaram a provisão na renda familiar de sua maioria. Por exemplo, sem trabalho, Janine e Manuel passaram a produzir café da manhã e quentinhas a preços populares para os caminhoneiros que passavam pela rodovia que corta a cidade. Questionado se recebeu algum tipo de ajuda nesse momento dificultoso, o patriarca lastimou:

Ninguém nos ajudou, ninguém! [...] Eu até achei que alguém viria nos procurar, sabe? [...] Mas não apareceu ninguém. [...] Nem a igreja, nem a prefeitura, ninguém para falar: “olha, estamos aqui, se faltar alguma coisa. Vamos lá neles para oferecer algum emprego? Vocês estão precisando?”. Um trabalho, pelo menos. (MANUEL)

Diferente de Diego que conseguiu um emprego de carteira de assinada em um posto de gasolina no seu segundo mês de interiorização, e empregou dois dos seus quatro filhos e o genro nessa mesma rede, Manuel desabafou que não conseguia arrumar emprego formal na sua área na cidade, apenas alguns “bicos” esporádicos como pedreiro. Ademais, o venezuelano declarou sentir vergonha ao depender de doações de cestas básicas e roupas nos momentos de maior necessidade.

Segundo um levantamento da Acnur (2022a), o desemprego atingia 9% dos homens e, em um percentual bem maior, 30% das mulheres venezuelanas interiorizadas em 2022. Já a informalidade abarcava 22% das mulheres interiorizadas, contra 11% dos homens na mesma condição. No caso das entrevistadas, a situação foi semelhante.

Já Célia, depois de sua passagem na X, foi trabalhar na confecção rival. Porém, o seu tempo no novo emprego foi de apenas um mês, mas desta vez, causada também pela pandemia: a fábrica interrompeu as suas atividades e dispensou os funcionários. Sem renda e sem perspectivas, a venezuelana decidiu sair de Delta Azul: *“[...] Tivemos que sair [...] porque era muito pequena e não tinha emprego. Aí viemos para cá para Campos [dos Goytacazes].”*

Atualmente residindo na zona urbana campista, a tímida Célia deu o seu relato na manhã de 29 de julho de 2023, no quintal da sua pequena e simples casa de alvenaria. Mãe “coruja” de quatro filhos e avó de seis netos, a matriarca confessou que, apesar das dificuldades econômicas, ela estava muito feliz e aliviada, pois todos os seus filhos estavam interiorizados e próximos a ela. Por fim, a venezuelana revelou em tom de esperança que estava se preparando e aumentando a sua casa aos poucos com o intuito de trazer as suas duas irmãs e uma sobrinha que ainda estavam na Venezuela.

Célia estava acompanhada de quatro netos, do seu primogênito, Júlio (32), da sua filha Jimena (24), que na época da entrevista estava na fase final da sua segunda gestação. Indagados, o extrovertido e bem-humorado Júlio resumiu que é mecânico profissional, mas “fazia de tudo um pouco e no que chamar”. Já a sua irmã recordou que chegou a trabalhar na confecção com a mãe ainda em Delta Azul por um mês, e depois em Campos, trabalhou como atendente de padaria por três anos, porém, a sua carteira de trabalho foi assinada por apenas três meses. Contudo, ainda segundo a venezuelana, o seu antigo chefe, um homem “abençoado e bom”, pagou corretamente os valores equivalentes aos três anos de empresa.

Relacionada a essa árdua realidade e à mentalidade da flexibilização dos direitos trabalhistas, observa-se uma falta de assistência e acompanhamento mais eficaz do poder público à população não-nacional. No geral, isso ocorre quando o migrante ou o refugiado está impossibilitado de trabalhar, como nos casos de afastamento temporário ou mesmo definitivo, em razão de tratamentos médicos, agravamentos de doenças ou outros problemas de saúde. A própria Célia revelou que, na época da entrevista, fazia um “bico” por duas vezes por semana como costureira. Nesse momento, o seu filho interveio ao explicar que a mãe estava recém-operada e, por ordens médicas, o seu ritmo de trabalho deveria ser reduzido.

Já com Raquel, as complicações da Chikungunya afetaram o seu trabalho ao ponto de interrompê-lo à medida que ela fazia sessões de fisioterapia para amenizar as intensas sequelas. Ademais, a venezuelana passou a desenvolver quadro de ansiedade e depressão em razão da distância e saudade dos seus filhos que haviam permanecido na Venezuela. Porém, quando o seu filho primogênito informou que se migraria para Boa Vista, trazendo com ele o seu irmão mais novo, em dezembro de 2021, Raquel tomou uma decisão: voltar para Roraima:

[...] Eu queria ir embora. Não poderia deixá-los sozinhos em um lugar desconhecido e sem falar português. [...] Eu procurei o pastor Pedro, que me disse que eu “deveria escutar o meu coração”. Então eu fui. Ele e a Célia me ajudaram a comprar as passagens. [...] O meu marido não quis ir, porque já estava trabalhando em Delta Azul,

ganhando bem. [...] Então, eu fui só [...] Peguei um ônibus sozinha até São Paulo, e depois de Manaus até Boa Vista [...] A viagem durou uns cinco dias. (RAQUEL)

Até o dia 28 de julho de 2023, data da entrevista, Raquel residia em Boa Vista, junto a dois de seus três filhos, um de 13 e outro de 20 anos, este, o último a se migrar para o Brasil. Para sustentar a família, a venezuelana trabalhava em casa como costureira, graças a uma máquina de costura doméstica presenteada pelo seu primogênito. No entanto, a remuneração dos seus serviços era insuficiente: “É muito pouco. [...] Eu recebo bolsa-família, além de uma ajuda mensal de R\$ 200 de uma amiga brasileira, sem isso não teria como sobreviver. Ela é um anjo que Deus colocou na minha vida”, confessou.

Porém, devido à falta de emprego em Boa Vista, a costureira revelou o seu desejo de retornar ao Rio de Janeiro, agora, para Campos dos Goytacazes. Impedida de se interiorizar novamente e sem condições de custear três passagens, a entrevistada tinha a esperança de que a sua grande amiga, Célia, conseguiria interiorizá-los através da modalidade de reunião social.

Se Célia conseguir (re)interiorizar a amiga, a interiorização originalmente iniciada pelos metodistas ainda dispõe da surpreendente capacidade de se reconfigurar mesmo depois de seis anos desde a sua realização. Ao observar os relatos dos venezuelanos, foi reparado que a estratégia não acabou com a chegada das oito costureiras e os seus familiares. Muito pelo contrário, o processo estendeu-se pelo menos até 2020, com a chegada de mais vinte e sete pessoas, totalizando cinquenta e quatro venezuelanos oficialmente interiorizados no município.

A modo de facilitar a análise desta nova fase, é possível dividir a interiorização em dois grupos e temporalidades: a primeira, efetuada em dezembro de 2018, e a segunda, entre abril de 2019 e maio de 2020, como decorrência da primeira leva. Eram familiares que se interiorizaram pela reunificação familiar. A Acnur (20[??]) define que esta modalidade é exclusivamente direcionada aos venezuelanos que possuem familiares residindo fora de Roraima e que devem possuir grau de parentesco e condições financeiras para recebê-los comprovadamente. Como resultado, algumas famílias já interiorizadas no fim de 2018 conseguiram interiorizar outros parentes para Delta Azul, como já havia apontado o pastor Pedro:

Alguns deles tiveram êxito logo quando chegaram [...] Então, como eles já possuíam residências, com contratos de aluguel firmados e empregos de carteira assinada, é que o Exército em Roraima viu a possibilidade de que os outros parentes que ainda estavam lá também pudessem participar dessa interiorização. (PASTOR PEDRO)

Além dos filhos, netos, genros e noras de Zuleima e Célia, também houve a chegada de Eliseu e a sua família. Diferente das outras interiorizações da segunda leva, o barbeiro natural de La Tigre se migrou para o Brasil em 2017, antes mesmo do seu irmão, Manuel. Ao lembrar os três anos que viveu em Boa Vista, o venezuelano citou as dificuldades vivenciadas:

Em Roraima, a minha vida não era muito boa. Tinha muito venezuelano para pouco serviço e moradia. [...] Eu morei em uma escola abandonada com várias pessoas, em um local sem condições para viver. [...] Lá, tive um serviço em uma fazenda onde trabalhei por um ano, só que assim, eu fui um pouco explorado, né? Aí, tive condições de trazer a minha esposa e a minha filha pequena, e depois os meus dois filhos maiores... foi quando eu saí desse serviço e decidi vir para cá pela ONU. (ELISEU)

Logo que chegou, Eliseu trabalhou com o irmão como servente de pedreiro e como agricultor na zona rural. Superando as expectativas, o convidado conseguiu alugar um imóvel para a sua família, já que o plano original era ficar acomodado na casa de Manuel por cerca de três meses. Além disso, ele conseguiu abrir o seu próprio pequeno negócio: a simpática barbearia *El Venezolano*. Foi justamente nesse espaço situado nos fundos da sua residência, localizada em uma tranquila rua residencial, que o ex-motorista cedeu a sua entrevista entre um corte de cabelo e outro. Durante a conversa, Eliseu contou que a sua esposa trabalhava como doméstica em várias residências na cidade, ao mesmo tempo que conciliava o seu exíguo tempo na criação dos três filhos pequenos do casal.

Ao contrário do seu irmão, que desabafou ter vontade de se mudar devido à falta de melhores oportunidades de emprego, Eliseu afirmou que a sua vida no pequeno município estava em um ótimo momento, depois de um período dificultoso causado pela pandemia:

Então, a dificuldade que eu tive foi naquela pandemia braba, né? Onde você não conseguia fazer muita coisa [...]. Mas agora que eu montei a minha barbearia e os meus filhos estão estudando, a situação está mais tranquila, mais calma... Eu estou morando na minha casa e as pessoas sempre nos ajudam, com um trabalho ou doando alguma coisa. Sempre tive esse acolhimento das pessoas daqui, graças a Deus. [...] Então, aqui para nós já está muito bom. Como temos crianças pequenas, aqui é mais tranquilo, há mais respeito e menos perigo. Só saímos daqui se for à vontade de Deus, só se Ele quiser nos levar para outro lugar. (ELISEU)

A tranquilidade de Delta Azul também foi uma escolha decisiva para Rosa. Última filha de Diego e Zuleima a ser interiorizada no começo de 2020, a jovem contou que já havia residido em outras cidades maiores da região, porém retornou à cidade: “[...] [Aqui] *tudo é muito mais*

tranquilo. [...] Eu andava por lá assustada [risos]. Eu não tenho problemas com ninguém, mas eu andava assustada com receio de acontecer algo.”

O constante suporte financeiro familiar foi crucial para a segunda fase da interiorização, como demonstrou o relato de Zuleima. No primeiro caso, a venezuelana afirmou que ela e o esposo ajudaram ao máximo nos custos de residência dos seus quatro filhos em Roraima, após ela ter lhes pedido que se interiorizassem próximo a ela:

[...] Enquanto um ficava em Roraima até conseguir se mudar [interiorizar], os outros continuavam na Venezuela. Desse jeito, nós ajudamos a pagar os aluguéis deles lá e a cobrir os outros gastos desde aqui para que eles não precisassem de Operação Acolhida, nada disso. [...] Aí, a minha filha conseguiu uma interiorização pela ONU. Então, chegaram ela, os meus dois netos e o marido dela primeiro. Aí, um pouco depois, ainda em 2019, chegaram o meu outro filho com a sua esposa. Já no ano seguinte, chegaram eles [Rosa e o esposo]. A menina deles já nasceu aqui. É brasileira [risos]. (ZULEIMA)

Assim como Zuleima, Célia pediu aos seus três filhos adultos que ainda estavam na Venezuela para que eles se deslocassem com as suas famílias para Roraima, com o objetivo de conseguirem se interiorizar para o Rio de Janeiro, como apontou Júlio:

[...] Quando mamãe partiu para cá, eu voltei para a Venezuela porque estava há mais de três meses sem ver a minha família. Lá, eu tinha uma moto, uma casa e um carro. Assim que voltei, vendi tudo e retornei para Roraima, onde ficamos 40 dias dormindo no chão esperando a viagem, porque mamãe me pediu para vir para cá com a minha esposa e os meus dois filhos. Depois chegaram o caçula adolescente junto com o meu outro irmão, esposa e os seus dois filhos pequenos, porque ela também pediu. (JÚLIO)

As passagens acima são exemplos que contribuem para realçar um dos vários objetivos institucionais da interiorização: oferecer variedades de meios de autossuficiência e inclusão socioeconômica através da reunificação familiar. Contudo, o projeto vai muito além disso. Essa estratégia de reunir núcleos familiares também contribui para a expansão e a multiplicação das redes migratórias venezuelanas, dada à garantia de direitos especiais de entrada e permanência oferecidas aos seus participantes (MASSEY *et al.*, 1993).

Nas próprias narrações dos venezuelanos entrevistados, foi constatado que eles decidiram se migrar ao Brasil após considerarem sugestões ou experiências de conhecidos, mesmo que o país não fosse a primeira opção para alguns. O simples fator de conhecer e confiar

em alguém que já se migrou é um fator decisivo para formar um ciclo sucessivo de fluxos e movimentos migratórios.

Graças a estes circuitos e corredores, uma significativa parcela de venezuelanos emigram de forma relativamente segura e confiante, sabendo que poderão ser acolhidos e inclusos em pequenas redes de apoio local, especialmente nos momentos mais difíceis, como as primeiras semanas após a chegada, um período complexo marcado pelos intensos processos de adaptação sociolinguística e cultural. Uma vez mais socioeconomicamente estabelecidos e adaptados, esses mesmos migrantes incentivam novas migrações de pessoas ligadas aos seus ciclos familiares e/ou de amizades.

Partindo deste contexto, constata-se que a existência dessas redes é importante para o aumento contínuo dos movimentos de entrada e permanência de muitos venezuelanos no Brasil, especialmente, em Roraima. Ainda no ano de 2017, por exemplo, quase 60% dos migrantes e refugiados venezuelanos de Boa Vista afirmaram conhecer ou ter contato com outro conterrâneo no Brasil, sendo que 58% eram amigos ou conhecidos e 41,5% familiares (DA FROTA SIMÕES; DA SILVA; DE OLIVEIRA, 2017).

De acordo com Massey *et al.* (1993) e Arango (2000) compreende-se que as redes migratórias são um conjunto de relações e vínculos interpessoais que simultaneamente conectam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nas zonas de atração e expulsão migratória, sejam por laços de parentesco, amizade e origem, através do compartilhamento de valores e elementos linguísticos, culturais, religiosos, identitários e sociais. Mais predominante nos circuitos e movimentos de migrações transnacionais, essa complexa e diversa cadeia possui a finalidade de amenizar os mais variados custos financeiros e riscos migratórios.

À vista das constantes transformações geradas pelas próprias migrações e pelo singular caráter da interiorização investigada, não foi inesperado saber que muitos venezuelanos pertencentes ao primeiro grupo interiorizado não se encontravam mais no pequeno município fluminense. Das oito venezuelanas originalmente interiorizadas no fim de 2018, apenas três permaneceram: Zuleima, Janine e a outra venezuelana que preferiu não ser entrevistada.

Conforme as informações coletadas nas entrevistas, cinco das interiorizadas se migraram novamente para outros estados, como a própria Mariana. Figura imprescindível para a formação da primeira interiorização venezuelana no Noroeste Fluminense, a costureira e a sua família ficaram no município por apenas dez meses: após sair da fábrica X, mudaram-se para o estado de Santa Catarina, com a intenção de ficar perto de um filho que havia conseguido

um emprego no Sul. Com a mudança, o contato entre a venezuelana e os outros interiorizados, e até mesmo, com o pastor Pedro, se perdeu durante o caminho.

Tal como Raquel, Roberta e o marido retornaram para Roraima, como revelou Zuleima:

Ela foi a primeira de todas a ir embora. Ela queria voltar para a Venezuela, e aí, um dia desses, voltou para Roraima! [...] Eu falava com ela e o marido, mandava mensagens e eles sempre falavam que estavam bem. Depois de um tempo, ela não se comunica mais, não sei onde ela está, não sei. (ZULEIMA)

Já a última venezuelana que se migrou novamente, infelizmente, perdeu a batalha contra o câncer antes de realizar o seu grande sonho de fundar a sua própria confecção. Definida como uma mulher espontânea, feliz e batalhadora, Ofélia se migrou para Rondônia para ficar perto das suas filhas e da mãe recém-interiorizada, com a intenção de abrir juntas o seu próprio negócio familiar. Porém, o desejo da venezuelana não chegou a se concretizar. Ao lamentar a morte da amiga, Manuel lembrou dos trabalhos missionários da sua irmã de fé: “Ela estava se preparando para ir à Roraima. [...] Ela sempre publicava os trabalhos de Deus que fazia, e nós comentávamos para abençoar, mantínhamos sempre contato. É difícil, mas a vida é assim...”

Se por um lado, os contatos com alguns compatriotas foram se perdendo devido ao tempo e à distância, os venezuelanos permanentes tentam preservar alguns elementos culturais e linguísticos da sua terra natal, como falar apenas em espanhol dentro das suas residências, ouvir e cantar músicas tradicionais e preparar cozinhas típicas das suas regiões. Embora ainda haja essa tentativa de conservar as raízes culturais, os interiorizados já reproduzem algumas maneiras sociais, como, por exemplo, o simples fato de consumir cerveja na presença de uma pessoa evangélica em eventos sociais, algo irrestritamente impensável na Venezuela, como revelou Zuleima.

Em contrapartida, foi surpreendente saber que os venezuelanos entrevistados, considerando as relativas proximidades das suas residências, não possuem, ou até mesmo, não fazem questão de estreitar os vínculos entre eles, seja presencialmente, ou, virtualmente, como apontou Diego “[...] *Não há nada disso. Sabemos onde cada um mora, se nos cruzamos pelas ruas, nos falamos normalmente com muito carinho e festa, mas para por aí.*”

É irrealizável não atentar às particularidades, nuances e complexidades da interiorização investigada. Desde a peculiar participação da Igreja Metodista, passando pelas irregularidades trabalhistas experimentadas pelas venezuelanas, e terminando com a chegada novos migrantes e refugiados, à medida que a maioria dos interiorizados originais se migraram novamente, evidenciando as ininterruptas transformações das dinâmicas e das redes migratórias, acentuadas

em um período marcado pelas mudanças incessantes do tempo-espaço, da capitalização humana e das demandas, exigências e exclusões do mercado de trabalho.

De outro modo, registra-se que a influência dos metodistas na organização da interiorização para o município, em certo grau, contribuiu para a exposição das mulheres venezuelanas às condições degradantes e vexatórios no ambiente de trabalho, em razão da inexperiência técnica desses mesmos atores em conferirem e constarem possíveis erros e irregularidades. Por outro lado, ao basear-se somente na perspectiva cristã de empatia e acolhimento ao próximo, foi possível reparar nos reais objetivos dos religiosos nesse processo: induzir a doutrina metodista, através da dívida de gratidão, obediência e respeito, assim como inculcar uma mudança na mentalidade e na atitude dos venezuelanos, aqui fundada em uma ética tipicamente protestante, a partir de generalizações obsoletas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de ser intrínseca à própria natureza humana, migrar vem se tornando mais um ato de necessidade, ainda mais se considerarmos o atual contexto global, excepcionalmente marcado pelo gradativo aumento de pessoas que têm os seus direitos e a garantia de segurança ameaçados. Segundo o último relatório da Acnur (2024), até o final de 2023, mais de 117 milhões de pessoas tiveram que se deslocar à força em razão de violência, conflitos, perseguições, violações generalizadas de direitos humanos e outros fatores que desestabilizam a ordem pública. Esse número é um aumento de 8% em relação ao ano anterior e acompanha uma tendência de aumentos anuais há mais de uma década.

Contudo, apesar deste cenário, o que realmente predomina são alguns paradoxos migratórios típicos do sistema capitalista. À medida que o número de pessoas que necessitam emergencialmente de assistência e acolhimento cresce, países do eixo desenvolvido enrijecem ainda mais as suas jurisdições que segregam e expulsam não-nacionais, seja em nome da “segurança” nacional, ou de pura conviência as retóricas de preservação das tradições e dos costumes eurocêntricos, especialmente, a partir da popularização da intolerância religiosa e da xenofobia racializada, com a onda neoconservadora reacionária e nacionalista.

Em paralelo, o trabalho também justificou que os incessantes (re)ordenamentos espaciais, resultados da concentração e expansão desigual do capital financeiro e da demanda por mão-de-obra, se sobrepõem diretamente nas dinâmicas e nos arranjos das redes migratórias. Desse modo, as grandes mudanças nos fluxos e nos deslocamentos migratórios transcontinentais se vinculam às reorganizações do mercado de trabalho global, gerando desigualdades nos tipos de migrantes conforme as demandas do capital.

A partir dessa conjuntura, verificou-se que esse modelo de contraste vem sendo reproduzido com mais intensidade no “Sul Global”, com a consolidação de circuitos e corredores migratórios entre países em desenvolvimento, justamente como reflexos da maior resistência e opressão dos tradicionais polos de atração migratória aos não-nacionais periféricos, que sem saída, são obrigados a reconduzirem as suas rotas, assim como, as reconfigurações espaço-temporais que incorporam, reintegram e/ou excluem regiões e territórios ininterruptamente através da maior circulação expansiva de capital.

Inclusa nessa tendência, o Brasil vem se destacando nos últimos anos por receber uma crescente e contínua quantidade de migrantes internacionais. Somente em 2023, o país cadastrou mais de 360.000 entradas/registros de não-nacionais, um aumento de quase 85% em relação a 2013. Do mesmo modo, evidencia-se a maior presença de migrantes e refugiados vindos da periferia global, em particular, da América Latina e Caribe. Segundo a ObMigra (2023), as cinco nacionalidades que mais entraram no país entre 2013 e 2023 foram: venezuelanos (455 mil entradas); haitianos (178 mil entradas); bolivianos (76 mil entradas); colombianos (72 mil entradas); e por fim, argentinos (52 mil entradas) (ObMIGRA, 2023).

Pelos seus impressionantes números, adjuntos ao crescimento exponencial nas solicitações e deferimentos de refúgio de seus cidadãos, as migrações venezuelanas deveras mereciam uma análise à parte. Ao englobar tanto aqueles que migraram somente por questões econômicas e os que são identificados como refugiados por razões políticas e ideológicas, o chamado “êxodo venezuelano”, de fato, é o caso mais emblemático no continente americano nas últimas décadas.

Com um cenário interno sem expectativa de melhora próxima, milhões de pessoas continuam saindo da Venezuela, em primeiro de tudo, pela sua própria autossustentência e para propiciar o sustento dos seus entes queridos que permaneceram no caos generalizado. Deste modo, a pesquisa mostrou que quase a totalidade dos venezuelanos se emigram para trabalhar e então, fazer remessas aos entes queridos que continuaram no país sul-americano.

Diferentemente dos tradicionais movimentos migratórios de outrora, cujas destinações eram majoritariamente do Norte Global, as novas migrações venezuelanas são mais direcionadas a outros países latino-americanos e caribenhos, como destinos possíveis. As principais razões da recondução dessas rotas migratórias são a curta distância geográfica, e logo, a redução considerável dos riscos e dos custos financeiros da viagem, além da maior variedade de transportes próximos e do compartilhamento do idioma castelhano na maioria dos países vizinhos (OTERO; TORELLY; RODRIGUES, 2018).

No caso brasileiro, além da sua facilidade de chegada devido ao seu acesso terrestre com Roraima, a promessa de maiores oportunidades de emprego e renda, fatores esses estritamente associados a fase de maior destaque regional com o crescimento econômico e a valorização do Real durante a primeira metade da década de 2010, fizeram com que o Brasil se despontasse

como um importante polo receptor de migrantes e refugiados venezuelanos com a intensificação da crise econômica e político-institucional no país vizinho a partir de 2016.

Além disso, durante a elaboração desse trabalho chamou a atenção para o fato que a maioria dos venezuelanos entrevistados decidiram se mudar para o Brasil somente após serem indicados por pessoas confiáveis, ou em alguns outros casos, ao terem certeza de que terão alguém para recebê-los na sociedade brasileira. Esses relatos inclusive reforçam a formação e a reorganização contínua das redes venezuelanas de solidariedade e apoio no país, que abrangem ex-migrantes, migrantes, futuros migrantes e não-migrantes.

Nesse contexto, foi verificado que o aumento gradativo das entradas pela fronteira seca internacional provocou uma enorme concentração demográfica venezuelana em Roraima, sobretudo em Pacaraima e Boa Vista. Em razão da proximidade geográfica estratégica, a imensa maioria desses migrantes e refugiados acaba por se fixar no estado. Sem ajuda estatal e recursos financeiros, muitos acabaram vivendo nas ruas. Para agravar a situação, a desarmonia na atuação entre os três níveis de governo escancara a falta de preparo e o desinteresse político-institucional diante do aumento das demandas emergenciais venezuelanas.

Ainda nesse contexto, foi visto que uma parte da população local reagiu ao aumento da presença migrante e refugiada venezuelana com hostilidade e violência, remetendo à teoria dos “outsiders”. O descaso e os discursos xenofóbicos, preconceituosos e generalizantes de figuras públicas e representantes políticos se associaram ao clima de vésperas das eleições nacionais de 2018, fazendo com que as tensões e a hostilidade se acirrassem rapidamente. O emblemático e midiático ataque de Pacaraima, no mês de agosto do mesmo ano, pressionou para que o governo federal atuasse depois de várias críticas e judicializações controversas.

Em outubro de 2018, foi instituída a Operação Acolhida: programa, que, cortinado de ajuda humanitária, vigia e controla a mobilidade e a presença venezuelana dentro do território brasileiro. A coordenação dada às Forças Armadas nos centros de acolhimento reforçou o total despreparo do Estado brasileiro diante da nova realidade migratória global. Adjunta, a estratégia de interiorização serve como extensão da desconfiança institucional.

Segundo o Exército, “estratégia” é definida como a “arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem”. (EXÉRCITO, 2018, p. 143). Baseado nessa ótica militar, subentendeu-se que a interiorização objetiva manter o

domínio estatal sob o “problema” causado pela concentração venezuelana em Roraima. Para isso, a solução encontrada foi dispersar os migrantes pelo país, e assim, facilitar o domínio do Estado. Assim, acredita-se que, nessa perspectiva, os venezuelanos são culpabilizados por adversidades, como a sobrecarga dos já precários serviços públicos roraimenses e os atritos com a população brasileira local.

Como apontado, a sociedade civil organizada roraimense foi a verdadeira percussora na provisão de ações e medidas assistenciais paliativas e instantâneas aos venezuelanos recém-chegados, ao passo que as gestões políticas locais se omitiam e transferiam os seus deveres ao letárgico e omissivo governo federal. Igrejas, associações e organizações religiosas se despontaram ao formarem e administrarem entre si extensas redes de solidariedade, apoio, contato e acolhimento migrante. Outrossim, descobriu que essas mesmas redes foram tão exitosas ao ponto de as suas estruturas serem apropriadas e os seus responsáveis serem convidados para atuarem na Operação Acolhida.

A pioneira ação social da unidade da Igreja Metodista em Boa Vista fez com que a instituição logo se destacasse regionalmente através das suas campanhas e projetos voltados aos refugiados e migrantes venezuelanos. Logo depois, devido à gigantesca dimensão nas demandas de assistência na Operação Acolhida, o pastor responsável pela sede boa-vistense convidou uma amiga que possuía ampla experiência com trabalhos missionários, para ajudá-lo e atuar como voluntária no programa.

Foi justamente em uma das suas andanças como voluntária e missionária pela capital roraimense que a religiosa conheceu uma venezuelana. Segundo ela, foi um vídeo dessa mulher publicado no seu perfil em um aplicativo de mensagens e direcionado aos seus contatos que iniciou o fenômeno analisado. Foi a partir daí que a interiorização estudada ganhou finalmente os seus contornos iniciais. Em seguida, foi desvendado que a filha de um dos donos de uma confecção local viu o vídeo e repassou ao seu pai, que disse que queria contratar a venezuelana do vídeo em questão.

Ao assegurar que não conhecia anteriormente nenhum dos citados, a entrevistada indicou que o primeiro contato se deu em razão das redes de solidariedade nas quais a sua ONG está inserida. Este surpreendente parecer logo sanou uma das principais indagações que instigaram a pesquisa: a existência de uma relação ou familiaridade prévia entre a Igreja

Metodista e os responsáveis da fábrica. Um pouco antes, o próprio pastor da sede religiosa local já havia enfatizado que ninguém da diretoria da confecção frequentava a sua igreja.

Contudo, após negociações desconhecidas entre o Exército, a Acnur e a confecção, a vaga de costureira, que até então era ofertada somente para a venezuelana do vídeo, foi disponibilizada para mais sete mulheres. Segundo relatos das venezuelanas interiorizadas, foi desvendada a existência de um processo seletivo de três fases com a análise de currículos e uma série de entrevistas, ainda em Roraima. De cem mulheres inscritas, trinta foram selecionadas para a segunda fase e, posteriormente, desse total, oito foram finalmente selecionadas para se interiorizarem com as suas famílias e trabalharem na fábrica no município fluminense.

Desde então, a pesquisa fez questão de clarificar a “divisão das funções” entre os atores que atuaram diretamente nessa interiorização, e especialmente, aqueles a quem supostamente deveria prover todo o suporte e assistência necessária aos venezuelanos. Porém, logo foi elucidado que toda a responsabilidade foi praticamente transferida à missionária. Desta forma, descobriu que o Exército a encarregou de organizar o acolhimento antes da chegada dos interiorizados.

Ao basear-se nos relatos dos religiosos entrevistados, constatou-se que os preparos da interiorização em Delta Azul foram profundamente marcados pelo desinteresse dos três níveis de governo e pela mobilização das redes religiosas evangélicas locais, lideradas justamente pela Igreja Metodista local. Enquanto o governo federal se dedicou apenas ao transporte dos venezuelanos desde Roraima até o Noroeste Fluminense, o governo estadual foi ausente, a prefeitura portou-se igual aos governantes de Roraima com indiferença e provendo o obrigatório no atendimento nos sistemas municipais de saúde, assistência social e educação, tal como exigem a Constituição Federal e a Nova Lei da Migração.

Com a evidente negligência e a falta de um plano político assistencial e migratório municipal, o trabalho constatou a liderança metodista no acolhimento dos interiorizados, especialmente, do então pastor que tomou para si a responsabilidade de manter a assistência das mais variadas formas, desde a marcação e a condução de consultas clínicas até a sua intervenção por vagas de emprego. Esse fato do religioso em decidir manter esse suporte por conta própria fez com que os venezuelanos o reverenciassem e o tratassem como uma figura paterna. Logo, essa alusão remeteu à ideia de paternalismo comunitário elaborado por Harvey.

No entanto, foi observado que dessa relação paternalista e personalista surgiu a dependência emocional e uma certa submissão dos refugiados venezuelanos à Igreja Metodista local, que ao tirar proveito do afeto e da consideração ao seu pastor, aceitava frequentemente os serviços gratuitos dos interiorizados e da ida aos cultos e demais atividades da igreja. Para os venezuelanos, isso era uma forma de “pagar” a dívida de gratidão ao pastor e à instituição por toda a assistência ofertada e mantida.

Tendo esse cenário em mente, o trabalho dedicou uma parte à problematização da atuação religiosa na assistência de migrantes e refugiados no Brasil. Ao analisar brevemente a trajetória da ação e serviço social no país, foi verificado que as suas origens estão estritamente vinculadas às iniciativas de caridade, filantropia e assistencialista de instituições e organizações, particularmente, ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana.

Da mesma forma, foi visto que o novo milênio trouxe à tona a ascensão evangélica, que rapidamente passou a disputar com os católicos pela hegemonia no ofertamento de medidas e ações assistencialistas direcionadas às pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social. Assim, ponderou-se que esse novo quadro está imbricado ao intenso e rápido crescimento do evangelicalismo entre a população, não só a brasileira, mas sim a latino-americana como um todo, resultados diretos do declínio da confiança e legitimidade regional da Igreja Católica.

Por outro lado, o avanço dos evangélicos vem cruzando os limites da confissão de fé. Essa religião vem perigosamente abrangendo importantes âmbitos seculares da sociedade. Isso faz com que certos posicionamentos e preceitos totalmente doutrinários e teológicos interfiram na cultura, nos comportamentos e nos costumes coletivos, na opinião pública, assim como no sistema político-eleitoral.

Com isso, depois de uma intensa análise e discussão, a investigação concluiu que o proselitismo religioso ocorre de forma mais acentuada entre os evangélicos. O atrativo discurso que apenas a conversão, a assiduidade nos cultos e o comprometimento irrestrito à igreja e ao estilo de vida cristã asseguram a “salvação da alma no Reino dos Céus” e a solução das dificuldades terrenas.

No assistencialismo social, observou-se que essa mentalidade é usada como tática de aproximação, especialmente, às pessoas, comunidades e/ou grupos minoritários historicamente marginalizados, e logo, mais suscetíveis às dificuldades pessoais, familiares e socioeconômicas.

Ao se apoderarem das brechas deixadas pela comodidade e o descaso dos órgãos públicos competentes, igrejas, organizações, entidades e agências missionárias evangélicas coordenam iniciativas de conversão religiosa disfarçadas de projetos sociais e altruísmo.

Com os migrantes e refugiados, o destaque dado à existência de versículos bíblicos que enfatizam a importância da hospitalidade e do acolhimento ao “estrangeiro” serviu para a pesquisa evidenciar a relevância do seu acolhimento na perspectiva religiosa cristã. Porém, esse interesse carrega uma ambiguidade. Partindo do atual cenário de significativo crescimento das migrações internacionais ao Brasil, considerou que as instituições e as organizações cristãs veem maiores oportunidades de evangelização em massa, ao manipularem as fragilidades típicas de quem acaba de chegar e está disposto a ser aceito na sociedade-destino a qualquer custo. Já para os não-nacionais, associar-se a uma determinada denominação evangélica aumenta as suas chances de se assimilarem e receberem algum benefício por meio das suas redes sociais religiosas.

Outro ponto preocupante abordado sobre este maior protagonismo social evangélico ocorre na fase da admissão profissional de não-nacionais. Isso dá-se tanto pela inexperiência técnica desse grupo de constatar possíveis irregularidades, ou mesmo, pelo arregimentamento de mão-de-obra barata e a convivência a situações de irregularidades trabalhistas, muitas vezes, resultados de parcerias entre políticos e/ou empresários inescrupulosos e pastores e demais lideranças religiosas que mercantilizam a necessidade, o sofrimento e a fé alheia visando apenas o aumento do lucro dos seus próprios bolsos e de suas denominações, tópicos defendidos pela Teoria da Prosperidade.

Como averiguado, a breve passagem das venezuelanas na confecção se destacou pela superexploração das suas mãos-de-obra, casos de assédio moral e xenofobia explícita ou velada no ambiente de trabalho, jornadas de trabalho extenuantes, constantes atrasos no recebimento dos seus salários e outras irregularidades, como o não pagamento dos valores integrais da rescisão contratual e do FGTS. Ainda segundo os fortes relatos das entrevistadas, a fábrica se aproveitou do desamparo dos órgãos públicos competentes, da ausência de uma fiscalização efetiva (ou conveniência) da Acnur e do desconhecimento da língua portuguesa e das leis, para as enganarem, com fraudes de documentos e burlamentos das leis trabalhistas.

À vista disso, a pesquisa mostrou que o caso investigado infelizmente é muito mais comum do que se imagina. Ocorrências de venezuelanos jogados à própria sorte após a

interiorização e são enganados para trabalharem em condições análogas à escravidão são documentadas de Norte a Sul do país. Já aqueles que não chegaram a viver tais circunstâncias, precisam enfrentar uma série de dificuldades na saga por empregos assalariados e pela real inclusão no mercado de trabalho formal.

Nesse quesito, foi impossível dissociar esse cenário com o atual momento político-jurídico-institucional de desmonte das leis trabalhistas, a partir da maior flexibilidade das jornadas e contratos, o aumento da já enormemente discrepante relação hierárquica entre empregador e empregado e a naturalização da deterioração do ambiente de trabalho, visto a ascendente informalidade e o mau aproveitamento da mão-de-obra, como também o achatamento dos salários e o mingramento dos benefícios sociais da classe trabalhadora.

Outrossim, esse mesmo quadro catastrófico é mais acentuado com os migrantes e refugiados. A investigação mostrou que esse grupo está mais predisposto a se submeter a baixos salários, subempregos e as condições precárias de trabalho em razão da sua própria desvantajosa posição social na sociedade-destino. Mais agravante ainda, são as condições enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas. Devido ao seu gênero, elas sofrem mais discriminações e são sujeitas a terem a sua força de trabalho mais precarizada e os seus salários mais desvalorizados em relação ao homem não-nacional.

Dada toda a conjuntura apresentada, o trabalho apresentado tenciona despertar o interesse do leitor a respeito dos desafios enfrentados diariamente por milhares de refugiados e migrantes, e que em muitos casos são subentendidas, seja por mero desconhecimento ou a ausência de produções jornalísticas e midiáticas realmente imparciais, que querendo ou não, popularizam o acesso à informação. Do mesmo modo, objetivou-se que a investigação proposta fosse elaborada de forma minuciosa justamente pela complexidade do tema em questão. As demandas e as necessidades dos não-nacionais tornam-se cada vez heterogêneas, conforme os seus movimentos se intensificam e ficam mais multifacetados e multiescalares.

Ao usar os venezuelanos no Noroeste Fluminense como exemplo, a pesquisa buscou destacar um fenômeno que poderia muito bem passar despercebido, visto que o registro de migrações na região é historicamente escasso e, infelizmente, não é estudado como se deve nas ciências sociais. Por fim, espera-se que a dissertação motive outros acadêmicos e especialistas dos estudos migratórios a ampliarem e aperfeiçoarem o debate perante a urgência do

cumprimento de todos os direitos dos migrantes e refugiados, que como visto, ainda apresentam muitas falhas e brechas deixadas pelo descaso e desinteresse do poder público.

Por fim, acredita-se que é somente por meio do conhecimento embasado e a criação de uma conscientização coletiva, que ações públicas de assistência e acolhimento a partir de técnicas qualificadas sejam finalmente elaboradas e efetuadas, abandonando o seu histórico passado de atribuição dessas funções a agentes claramente não aptos para tais incumbências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cleto Junior Pinto de. **Os pobres, os públicos e o reino de Deus**: Uma sociologia do engajamento de organizações evangélicas na arena dos direitos sociais. 2021. 209f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2021.

ACTIS, Esteban. La política exterior de Michel Temer. **Foreign Affairs**, agosto 2017. Disponível em: <<https://revistafal.com/la-politica-exterior-de-michel-temer/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Censo 2010**: Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. IBGE. 2012. Disponível em: <[AGÊNCIA FAPESP. Igrejas evangélicas abriram em média 17 novos templos por dia no Brasil em 2019. **Agência Fapesp**, 30 jun. 2023. Disponível em: <<https://agencia.fapesp.br/igrejas-evangelicas-abriram-em-media-17-novos-templos-por-dia-no-brasil-em-2019/41779>>. Acesso em: 09 mai. 2024.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao#:~:text=Os%20evang%C3%A9licos%20foram%20o%20segmento,1980%2C%206%2C6%25.>https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao#:~:text=Os%20evang%C3%A9licos%20foram%20o%20segmento,1980%2C%206%2C6%25.>>. Acesso em: 09 mai. 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

AGUILAR, Ramón Rivas. Estado y cambio institucional en Venezuela: Caracciolo Parra Pérez (Estado, petróleo, revalorización del Bolívar y desarrollo económico (1936-1941). **Revista Venezolana de Gestión Pública**, Mérida, n. 2, p. 99-110, jan./dez. 2011.

AIRES, Malu. Análise - Pacaraima (RR): Terra de quem?. **Brasil de Fato**, 20 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/08/20/analise-or-pacaraima-terra-de-quem/>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ALCORSO, Caroline. Newly arrived immigrant women in the workforce. **Centre for Multicultural Affairs**, University of Wollongong, Wollongong, p. 1 – 10. 1989.

ALEGRETTI, Laís. Os países com maior diferença salarial entre imigrantes e locais. **BBC News Brasil**, Londres, 14 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55300674>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ALESSI, Gil. A ascensão do ‘narcopentecostalismo’ no Rio de Janeiro. **El País**, São Paulo, 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-27/a-ascensao-do-narcopentecostalismo-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

ALEX, Gustavo Ocando. La migración venezolana: ¿Qué esperar según los expertos?. **La Voz de América**, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://www.vozdeamerica.com/a/venezuela_migracion-venezolana-expertos-pronosticos/6075681.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo Romulo Machado de. **Traduções do fundamentalismo evangélico**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 184f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Agências da ONU reforçam ações com setor privado para empregabilidade de mulheres venezuelanas**. 2022a. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/09/15/agencias-da-onu-reforcam-acoes-com-setor-privado-para-empregabilidade-de-mulheres-venezuelanas/>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

_____. **Dados sobre refugiados**. 2024. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/#:~:text=Quantas%20pessoas%20refugiadas%20existem%20no,perturbam%20seriamente%20a%20ordem%20p%C3%ABlica.>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. **Estratégia de interiorização**. 20[?]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwIqO0BhDwARIsANfnkv9Ots6R055h1GR4jQ1N8Ohb7MjVXTQH1j6E9WuZiEPENfPcjOGzNc8aAuoaEALw_wcB>. Acesso em: 17 jan. 2024.

_____. **Falta de emprego limita integração socioeconômica de mulheres venezuelanas no Brasil**. 2022b. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2022/02/04/falta-de-emprego-limita-integracao-socioeconomica-de-mulheres-venezuelanas-no-brasil/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,dos%20homens%20ouvidos%20pela%20pesquisa.>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

_____. **Mais de 150 mil refugiados e migrantes estão empregados no mercado de trabalho formal no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2023/11/27/mais-de-150-mil-refugiados-e-migrantes-estao-empregados-no-mercado-de-trabalho-formal-no-brasil/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

_____. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas**. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

_____. **Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. 2015. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ALVES, Rita de Cássia Gonçalo. Cristãos evangélicos e as migrações: fronteiras entre a laicidade eo particularismo de pertença. **Ciencias sociales y religión**, Campinas, v. 22, p. 1 – 16. 2020.

ALVIM, Roberta Pires. Retrospectiva do trabalho da defensoria pública da União na defesa dos direitos dos migrantes venezuelanos. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 87 – 92.

AMARAL, Ana Paula Martins; COSTA, Luiz Rosado. A (não) criminalização das migrações e políticas migratórias no Brasil: Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração. **Revista Justiça do Direito**, v. 31, n. 2, p. 208-228, mai./ago. 2017.

ANGO, María A.; GIORGULI, Silvia E. Una década de movilidad internacional hacia México, 2010-2020. **Coyuntura demográfica**. Revista sobre los procesos demográficos en México hoy, v. 11, p. 25-33, jul./2021.

ARANGO, Joaquín. **Explaining migration: A critical view**. Oxford e Malden: UNESCO, 2000, p. 283 - 296.

ARAÚJO, José Renato de Campos. Migrações internacionais e o federalismo brasileiro: Os venezuelanos no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 359 – 354.

ARAÚJO, Rafael Pinheiro de. O socialismo do século XXI e a integração sul-americana: caminhos possíveis. In: **V Congreso de Relaciones Internacionales**, 5, 2010, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2010, p. 1 – 11.

ARCE, Anatólio Medeiros; DA SILVA, Marcos Antônio. Revolução e Bolívarismo na Venezuela da Era Chávez. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 3, n. 1, p. 132-145, 2015.

ARÊAS, Giseli. **O Petróleo da Venezuela ou a Venezuela do Petróleo: História da dependência político-econômica**. 2008. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ARELLANO, Ángel. América Latina y la "reelección" de Maduro. **Diálogo político**, 29 mai. 2018. Disponível em: <<https://dialogopolitico.org/agenda/america-latina-y-la-reeleccion-de-maduro/>>. Acesso em: 31 out. 2023.

ARENAS, Nelly. Nicolás Maduro: ¿populismo sin carisma?. **Cuadernos del CENDES**, v. 33, n. 92, p. 113-128, 2016.

ARGERICH, Eloísa Nair de Andrade. A globalização e a organização do processo de trabalho. **Revista Direito em Debate**, ano XIII, n. 23, jan./jun. 2005.

ARMARIO, Christine. Remessas do exterior salvam famílias e viram grande negócio na Venezuela. **Valor Econômico**, Bogotá, 28 mai. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2018/05/28/remessas-do-externo-salvam-familias-e-viram-grande-negocio-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Anti-systemic movements**. Londres: Verso, 1989.

ASSOCIAÇÃO CASA. **Relatório social 2023**. 2023. Disponível em: <<https://assets.zyrosite.com/AGBqR8eOp5cp1abB/relata3rio-social-a.casa-2023-rvfinal20x20-YNqJ6G0D0KUe7n7q.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

AYER, Flávia. Mudança de 21,8 mil brasileiros para o exterior até julho supera quase toda a saída em 2018. Estado de Minas, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/10/interna_politica,1076303/mudanca-de-21-8-mil-brasileiros-para-o-externo-ate-julho-supera-quase.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2023.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, p. 109-120, set./2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PxyzJ9rN5q4CQGBPxfpbNqG/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 02 mai. 2024.

AZEVEDO, Rita. Setembro de 2015: Bolsonaro chama refugiados de "escória do mundo". **Exame**, São Paulo, 22 set. 2015. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o pacto global da migração: O olhar do sul. Migrações sul-sul. *In*: _____ et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 17 – 22.

_____. Migrações Internacionais: Elementos para o debate no século XXI. **Migração, Trabalho e Cidadania São Paulo**, EDUC, p. 17-47, 2015.

_____; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 78 – 86.

BAHÍA, Joana; SANTOS, Míriam Santos. Apresentação. *In*: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; DOS SANTOS, Rodrigo Luis (Orgs.). **Migrações: Religiões e espiritualidades**. São Leopoldo: OIKOS, 2016. p. 11 - 20.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2020. <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 08 mai. 2024.

_____; LUIZ, Gustavo. Negros são maioria nas igrejas evangélicas, e desigualdade ajuda a explicar. **Folha de São Paulo**, São Paulo e Campinas, 19 nov. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/negros-sao-maioria-nas-igrejas-evangelicas-e-desigualdade-ajuda-a-explicar.shtml>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. **Comercio Exterior**. 2018a. Disponível em: <<https://www.bcv.org.ve/estadisticas/comercio-externo>>. Acesso em: 13 out. 2023.

_____. **Producto interno bruto**. 2018b. Disponível em: <<https://www.bcv.org.ve/estadisticas/producto-interno-bruto>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BARBOSA, Sérgio. WhatsAppers para o Bem Social. **Swedish International Centre for Local Democracy**, n. 15, 2021.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. UNHCR, ACNUR, 2010.

_____; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Brasil e o espírito da Declaração de Cartagena. **Revista Forced Migration**, v. 35, 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/fmr_35_minifeature_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BARROS, Alerrandre. Homens ganharam quase 30% a mais que as mulheres em 2019. **Agência de notícias IBGE**. 06 mai. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27598-homens-ganharam-quase-30-a-mais-que-as-mulheres-em-2019>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e petróleo: Uma análise da nova política econômica venezuelana. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 5, n. 9, p. 209-237, 2006.

_____; LIMA, Raphael Camargo; CARNEIRO, Helitton Christoffer. **Brasil-Venezuela: Evolução das relações bilaterais e implicações da crise venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

BASPINEIRO, Roxana. Washington Post noticia atos de corrupção na Venezuela envolvendo Guaidó. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/05/washington-post-noticia-atos-de-corrupcao-na-venezuela-no-entorno-de-guaido>>. Acesso em: 31 out. 2023.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro. **Revista de Derecho y Câmbio Social**, v. 15, n. 52, p. 1-16, 2018.

BASTOS, Leonardo Duart. Assistência social é direito, assistencialismo é caridade: entenda a diferença. **Centro Educacional Santi Capriotti**, Campinas, 16 fev. 2024. Disponível em: <<https://ceicampinas.org.br/2024/02/16/assistencia-social-e-direito-assistencialismo-e-caridade-entenda-a-diferenca/>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BBC NEWS. Qué significa el fin del "gobierno" de Juan Guaidó y cómo queda ahora la oposición a Maduro en Venezuela. _____, 30 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64122470>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. Chavez puts Venezuela under 'electricity emergency'. **BBC News**, 9 nov. 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/8505906.stm>>. Acesso em: 13 out. 2023.

_____. Hugo Chavez death: Thousands march with coffin. _____. Caracas, 06 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-21682247>>. Acesso em: 18 out. 2023.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Editora Schwarcz: Companhia das Letras, 2008.

BEL, Pierina Bigghi. 4 posibles razones de por qué se multiplicó por 4 el número de peruanos que abandonan el país. **BBC News Mundo**, 23 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/articles/c512lp92m1jo>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BELLO, Luiz; BRITTO, Vinícius. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias IBGE**, 22 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva et al. Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: **Vozes**, p. 25-58, 2002.

BERMÚDEZ, Ángel. Cómo Venezuela pasó de la bonanza petrolera a la emergencia económica. **BBC News**, 25 fev. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160219_venezuela_bonanza_petroleo_crisis_economica_ab>. Acesso em: 15 out. 2023.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Las derechas en América Latina tras la salida de las últimas dictaduras. **Contemporánea**, v. 11, n. 2, p. 8-14, jul./dez. 2019.

BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. Cidade de RR na fronteira com a Venezuela tem tumulto após assalto a comerciante. **G1RR**, Boa Vista, 18 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 mai. 2024.

_____. Congresso. **Câmara dos Deputados. Frente parlamentar evangélica do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. **Decreto nº 70.946, de 7 agosto de 1972**. Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d70946.htm>. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2023). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de assinatura de acordos da Nova Fase da Operação Acolhida**. Palácio do Planalto, Brasília: DF, 02 out. 2019. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex->

[presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-assinatura-de-acordos-da-nova-fase-da-operacao-acolhida-palacio-do-planalto](#)>. Acesso em: 17 jan. 2024.

_____. **Lei 10.825, de 22 de dezembro de 2003**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.825.htm>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a lei de migração. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____. **Lei 9.637, de 15 maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.637%2C%20DE%2015%20DE%20MAIO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20de,sociais%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 13 mai. 2024.

_____. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018**. Presidência da República. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. 2018a. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm>. Acesso em: 29 dez. 2023.

_____. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 23 dez. 2023.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Brasília será sede da Conferência Cartagena + 30 em dezembro**. Buenos Aires, 19 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/brasil- sera-sede-da-conferencia-cartagena-30-em-dezembro>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Em Nova York, ministro destaca ações de acolhimento a refugiados**. Brasília, 19 set. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-nova-york-ministro-da-justica-destaca-acoes-do-pais-de-acolhimento-a-refugiados>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portal de imigração laboral. **Portarias aplicáveis às migrações - 2023**. Brasília, 2023c. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/portarias-2>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. **Ministério das Relações Exteriores.** Comunidades brasileiras no exterior: Ano-base 2022. Brasília, 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular.** Brasília, 05 jan. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retorno-do-brasil-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida,** Brasília, 30 mar. 2023d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Estratégia de interiorização,** Brasília, 2023e. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

_____. **Portaria interministerial nº 9, de 14 de março de 2018.** Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. Diário Oficial da União, Brasília: DF, nº 51 de 15/03/2018, Seção 1, Página 57. 2018b. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%209,%20DE%2014%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

_____. **Resolução Normativa nº 126, de 02 de março de 2017.** Ministério da Justiça e Segurança Pública. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/12989-resolucao-normativa-n-126-de-02-03-2017>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRICEÑO-RUIZ, José; LEHMANN, Kai Enno. Venezuela in Crisis: Governability, equity and democracy. *In:* GUILHERME, Bettina de Souza et al. (ed.). **Financial crisis management and democracy: Lessons from Europe and Latin America,** 2020. Suíça: Springer, p. 213 – 226.

BRIGNOL, Liliane Dutra; CURI, Guilherme. Crise da migração, crise do jornalismo? Por uma gramática ética e humanitária sobre mobilidade humana na mídia. *In:* **Anais do Encontro Anual da Compós,** n. 29. Campo Grande: UFMS, jun. 2020.

BRITO, Bianca Ingredy Nazaré. Nomadismo religioso. O Caso dos Ciganos de Quissamã. **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia,** p. 10-15, 2021. BRZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos avançados,** v. 26, p. 137-156, 2012.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re) discussão contemporânea. 2009. **33º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, n. 33, 2009.

BUITRAGO, Deisy. Venezuela apela a países amigos para supervisionar elecciones. **Reuters**, Caracas: 19 mai. 2018. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20180521020721/https://es.reuters.com/article/topNews/idESKCN1IL00Y-OESTP>>. Acesso em: 30 out. 2023.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo social*, São Paulo, v. 20, p. 83-113, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/rvTvKJ5tW6KLvNt9wB8nqny/?lang=pt>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. **Lutas sociais**, n. 19/20, p. 176-192, 2008.

CABRAL, Umberlândia. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. Agência de Notícias IBGE, 08 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

CALDAS, Fabíola Renata; BRITO, Antônio José Guimarães. Deus é amor: Aculturação religiosa e etnocídio entre os Guarani Kaiowá na Aldeia Bororó de Dourados, MS. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Chapecó, v. 14, n. 1, p. 215-232, 2013.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Tradução Eliana Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAMARILLO, María José. Asamblea Nacional Constituyente 2017: ¿Mutación al legislativo, dictadura constitucional o solución necesaria para un nuevo pacto social que garantice el orden público?. **Cuestiones Jurídicas**, v. 12, n. 2, p. 45-50, 2018.

CANALES, Alejandro. Demografía, migración y racismo en Chile. 2018. Trabalho apresentado no **Seminário internacional de migración**. Universidad de O'Higgins, Rancagua, Chile, 13 ago. 2018.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 19, p. 24-28, 2014.

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: A normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 18 – 24, 2012.

CANETTIERI, Thiago. O urbanismo entre a memória e o futuro: da época das grandes esperanças à era das expectativas decrescentes, o que mudou na ideia de planejar a cidade?. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 28, n. 2, p. 384-413, 2021.

CANIATO, Bruno. Três fatores que explicam o fenômeno do ‘boom’ evangélico no Brasil. **Veja**, 22 jul. 2023. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/tres-fatores-que-explicam-o-fenomeno-do-boom-evangelico-no-brasil>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

CANO, Regina Garcia. Venezuelan opposition faces fading enthusiasm. Associated Press, Maiquetia, 2 mar. 2022. Disponível em: <<https://apnews.com/article/canada-venezuela-caribbean-caribbean-sea-84aced82d54b733ba8dc394ee59de07>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CANUTO, Luiz Cláudio. Debatedores apontam desafios de trabalhadores imigrantes e refugiados no Brasil. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 31 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/993591-debatedores-apontam-desafios-de-trabalhadores-imigrantes-e-refugiados-no-brasil>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

CAPOMACCIO, Sandra. Um em cada três adultos no Brasil se identifica como evangélico. **Jornal da USP**, São Paulo, 06 set. 2023. <<https://jornal.usp.br/radio-usp/um-em-cada-tres-adultos-no-brasil-se-identifica-como-evangelico/>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

CAPPA, Daniel González. Como a Venezuela saiu da hiperinflação e o que isso significa para a frágil economia do país. **BBC News Mundo**, 12 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59955784>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 247-272, mai./ago. 2008.

CARÍAS, Allan R. Brewer. La reforma constitucional en Venezuela de 2007 y su rechazo por el poder constituyente originario. **Revista Peruana de Derecho Público**, p. 13-53, 2007.

CARNEIRO, Júlia Dias. Uma semana depois, ataques em Pacaraima dividem venezuelanos e moradores. **BBC News Brasil**, Roraima. 25 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45305847>>. Acesso em: 31 dez. 2023.

CARNEIRO, Luíza de Macedo Soares Vieira. A interiorização dos refugiados venezuelanos no Brasil. **Revista Cadernos Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 2019, n. 2, p. 244 – 266, 2019.

CARTACAPITAL. Mulheres negras são maioria entre evangélicos, aponta Datafolha. **CartaCapital**, 13 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-negras-sao-maioria-entre-evangelicos-aponta-datafolha/>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

CARVALHO, Paola. Roubos e furtos envolvendo imigrantes aumentam 1.300%. Folha BV, Boa Vista, 19 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/roubos-e-furtos-envolvendo-imigrantes-aumentam-1-300/>>. Acesso: 02 jan. 2024.

CARVALHO, Rone. O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. **BBC News Brasil**, São José do Rio Preto, 12 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

CASTLES, Stephen. La política internacional de la migración forzada. Tradutor Luis Rodolfo Morán. **Migración y desarrollo**, n. 1, out. 2003.

CASTRO, Mariana. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1 – 15, 2020.

CASTRO, Marina. "Brasil é um país de colonização mais africana do que europeia", diz historiador. **OperaMundi**, São Paulo, 5 set. 2013. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/brasil-e-um-pais-de-colonizacao-mais-africana-do-que-europeia-diz-historiador/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CAVALCANTI, Leonardo. A década de 2010 (2011 - 2020): Dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio no Brasil. *In*: _____; OLIVEIRA, Tadeu de.; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021, p. 08 – 23.**

_____; BRASIL, Emmanuel; DUTRA, Delia. A movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de (org.). **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018, p. 75 – 112.**

_____; DE OLIVEIRA, Marcio. As remessas monetárias no contexto do fenômeno migratório brasileiro. *In*: _____; DE OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sarah F. Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023, p. 173 – 183.**

CHARNER, Flora; NEWTON, Paula; GALLÓN, Natalie. Triunfo electoral de Maduro fue una farsa, dice la oposición y la comunidad internacional. **CNN en Español**, 21 mai. 2018. Disponível em: <<https://cnnespanol.cnn.com/2018/05/21/el-triunfo-electoral-del-presidente-venezolano-maduro-fue-denunciado-como-una-farsa/>> . Acesso em: 30 jun. 2024.

CHAVES, João Freitas de Castro. Panorama da resposta humanitária ao fluxo venezuelano no Brasil na perspectiva da Defensoria Pública da União. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 93 – 100.**

CHAVES, Kena Azevedo. Colonialidade, exceção-espoliação e etnocídio: O caso dos atingidos à jusante da barragem de Belo Monte. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 51, p. 120-152, 2018.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo. (2006) **Discurso de la victoria del Comandante Hugo Chávez el 3 de diciembre de 2006**. 2014. 1 vídeo (55:42 min). Publicado pelo canal Luigino Bracci Roa. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=n90dGJH1VZc>>. Acesso em 16 set. 2023.

_____. **Instalación del primer congreso extraordinario del Partido Socialista Unido de Venezuela**. 2009. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/psuv/congreso-extraordinario/discurso-instalacion/>>. Acesso em: 19 set. 2023.

_____. **Mensaje del Presidente Hugo Chávez al pueblo venezolano (08 de diciembre de 2012)**. 2012. 1 vídeo (35:27 min). Publicado pelo canal PartidoPSUV Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=n90dGJH1VZc>>. Acesso em 17 out. 2023.

CHEN, Chi-Yi. Pobladores de esta tierra, cuántos somos y dónde vivimos. *In*: VALECILLOS, Héctor (org.). **Población y dinámica demográfica** – Antología. Caracas, Fundación Polar, 2000, p. 62 – 73.

CLARÍN. Nicolás Maduro negó un autogolpe y dijo que “hay plena vigencia de la Constitución”. _____, Buenos Aires: 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.clarin.com/mundo/nicolas-maduro-nego-autogolpe-dijo-plena-vigencia-constitucion_0_SyabdP3hx.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CNN BRASIL. Guaidó atravessa fronteira com a Colômbia a pé, é expulso pelo governo e vai para Miami. _____, 26 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guaido-atravessa-fronteira-com-a-colombia-a-pe-e-expulso-pelo-governo-e-vai-para-miami/>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

COELHO, André; ROSA, Beatriz; MENDES, Edson. Maduro, Chavismo e Bolivarianismo: Continuidade ou ruptura?. **Revista Desigualdade e Diversidade**, n. 21, p. 136 – 154, 2021.

COMITÉ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). **Decisões de mérito**. 02 jan. 2023. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL DE VENEZUELA. **Total renuncias recibidas por las juntas electorales**. 20[??]c. Disponível em: <http://www.cne.gov.ve/web/normativa_electoral/elecciones/2005/parlamentarias/documento_s/entidad_renuncias1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

_____. **Abstención (1958 - 2000)**. 20[??]b. Disponível em: <<http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e001.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. **Divulgación de resultados elecciones 2018**. 2018. Disponível em:
<<http://www.cne.gob.ve/ResultadosElecciones2018/>>. Acesso em: 29 out. 2023.

_____. **Divulgación Elecciones Parlamentarias 2010**. 20[??]f. Disponível em:
<http://www.cne.gob.ve/divulgacion_parlamentarias_2010/>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. **Divulgación presidenciales 2012**. 20[??]h. Disponível em: <
http://www.cne.gob.ve/divulgacionPresidencial/resultado_nacional.php/>. Acesso em: 15 out.
2023.

_____. **Divulgación Presidenciales 2013**. 20[??]i. Disponível em:
<http://www.cne.gob.ve/resultado_presidencial_2013/r/1/reg_000000.html?>. Acesso em: 21
out. 2023.

_____. **Elección presidencial - 3 de Diciembre de 2006**. 20[??]e. Disponível em:
<http://www.cne.gob.ve/int_divulgacion_parlamentarias/index_principal.php>. Acesso em: 10
set. 2023.

_____. **Elección presidencial 2006**. 20[??]g. Disponível em: <
http://www.cne.gob.ve/divulgacionPresidencial/resultado_nacional.php/>. Acesso em: 14 out.
2023.

_____. **Elecciones Asamblea Nacional 2020**. 2020. Disponível em: <
<https://www2.cne.gob.ve/an2020/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

_____. **Elecciones parlamentarias 2005**. 20[??]d. Disponível em:
<http://www.cne.gob.ve/int_divulgacion_parlamentarias/index_principal.php> Acesso em: 10
set. 2023.

_____. **Presidente de la Republica (1958 - 2000)**. 20[??]a. Disponível em:
<<http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf>> Acesso em 12 ago. 2023.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Missão**. 2017a. Disponível em:
<https://www.convencaobatista.com.br/site/pagina.php?MEN_ID=20>. Acesso em: 22 mai.
2024.

_____. **Nossa história**. 2017b. Disponível em:
<https://www.convencaobatista.com.br/site/pagina.php?MEN_ID=24>. Acesso em: 22 mai.
2024.

CORAZZA, Gentil. Globalização: realidade e utopia. **Análise econômica**, Porto Alegre, v.
15, n. 27, p. 16 – 27. 1997. Disponível em: <
<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10532>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CORRALES, Javier. Authoritarian survival: Why maduro hasn't fallen. **Journal of
Democracy**, v. 31, n. 3, p. 39 – 53, jul. 2020.

CORREIA, Bruno César Ferreira de Barros. **Igrejas evangélicas e atuação social no bairro de Felipe Camarão em Natal - RN**. 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2011.

COSTA, Luiz Rosado; DE SOUZA, José Eduardo Melo; DOS ANJOS BARROS, Lívia Cristina. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 14, n. 27, p. 167-184, jul./dez. 2019.

COUTINHO, Bernard Teixeira. A atuação do Brasil na América Latina: Uma reflexão sobre o subimperialismo brasileiro. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 01-09, jan./jul. 2013.

CRUZ, Diego J. González. Venezuela ante la baja de los precios del petróleo. **Nueva Sociedad**. Caracas, n. 221, mai./jun. 2009. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/venezuela-ante-la-baja-de-los-precios-del-petroleo/>>. Acesso em: 13 out. 2023.

DA CUNHA FACCIOLLI, Giuliana et al. A Crise na Venezuela: Uma discussão acerca das condicionantes político-econômicas de desestabilização no governo Maduro. **O Eco da Graduação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 93-93, 2019.

DA CUNHA, Christina Vital. “Traficantes evangélicos”: Novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural**, São Paulo, v. 15, p. 13-46, 2008.

_____. Intolerância religiosa, UPPs e traficantes em foco: Processos e práticas performadas pelo Estado em favelas cariocas. *In*: ARAÚJO, Melvina; _____. (Orgs). **Religião e conflito**. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016. p. 99 – 126.

_____. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 61-93, 2014.

DA FROTA SIMÕES, Gustavo; DA SILVA, Leonardo Cavalcanti da Silva; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. *In*: DA FROTA SIMÕES, Gustavo (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017, p. 21 – 48.

_____; ROCHA, Rafael. Governança no âmbito da imigração venezuelana no estado de Roraima: O papel da Universidade Federal de Roraima. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 78 – 86.

DA ROCHA, Ir. Ana Paula F. et al. Identidade e migração. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 18, n. 34, jan./jun. 2010.

DA SILVA ALMEIDA, Pedro; DE ALBUQUERQUE, Mateus; DIAS, Eliotério Fachin. Lei da migração: Inovações e incongruências. *Revista jurídica de direito, sociedade e justiça.*, v. 6, n. 8, 2019.

DA SILVA JUNGER, Gustavo. O reflexo dos deslocamentos internacionais forçados no mercado de trabalho formal brasileiro. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu;

MACEDO, Marília de (org.). **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 142 – 178.

DA SILVA, Camila Rodrigues. Sínteses, reflexões e perspectivas sobre a política de interiorização no acolhimento de venezuelanos em 2018. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 322 – 332.

DA SILVA, Érica Sarmiento; DA SILVA RODRIGUES, Fernando. Migrações internacionais contemporâneas e crise de refugiados no arco noroeste do Brasil: O caso do acolhimento de venezuelanos pelo estado de Roraima (2018–2019). **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 98 – 125, mai./ago. 2020.

DA SILVA, João Carlos Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 16, p. 255-278, jul./dez. 2019. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2020/06/9845-38042-1-PB-joao-fronteiras-2.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

_____; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, p. 123-139, dez. 2021.

DA SILVA, Sidney Antônio. Bolivianos em São Paulo: Dinâmica cultural e processos identitários. *In*: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 19 – 34.

DAMASCENO, Fernando Sérgio; DE OLIVEIRA COELHO, Wanderson. Contrarrevolução bolivariana na história recente da Venezuela. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 34, p. 61 – 74, jan/jun. 2020.

DATASUS. **Taxa de desemprego 16a e+ segundo município**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?lbge/censo/cnv/desempbr>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

DE ABRANTES, Renato Moreira et al. Humanismo cristão e efetivação dos Direitos Fundamentais numa perspectiva epistemológica: a pessoa humana no centro do Direito. **Revista Jurídica da UFERSA**, Mossoró, v. 5, n. 9, p. 88-110, jan./jun. 2021.

DE ALMEIDA, Ronaldo Romulo Machado. **Traduções do fundamentalismo evangélico**. 2002. 184f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2002.

DE ALMEIDA, Rosiane Rodrigues. “A Favela é de Jesus”: O fechamento dos terreiros no Rio de Janeiro. 2021. **Territórios em conflito**, v. 38, p. 145 – 168, jun./2021.

DE AQUINO, Rosa Maria. Cigano/a evangélico/a pentecostal: dualidade de pertencimento? Trabalho apresentado na **Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília, 31 ed, dez/2018.

DE FARIA, Jalon Nunes. O assistencialismo na assistência social brasileira. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 22, n. 2, p. 155 – 168. 2013.

DE HAAS, Hein. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration review**, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DE MELLO, Michele. Juan Guaidó usou dinheiro público da Venezuela para pagar advogados na Inglaterra. **Brasil de Fato**, Caracas, 04 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/04/juan-guaido-usou-dinheiro-publico-da-venezuela-para-pagar-advogados-na-inglaterra>>. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. O que se sabe sobre a invasão paramilitar na Venezuela depois de um mês?. **Brasil de Fato**, Caracas, 06 jun. 2020b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/06/o-que-se-sabe-sobre-a-invasao-paramilitar-na-venezuela-depois-de-um-mes>>. Acesso em: 29 out. 2023.

_____. Um ano da autoproclamação de Juan Guaidó na Venezuela: o que mudou?. **Brasil de Fato**, Caracas, 24 jan. 2020a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/24/um-ano-da-autoproclamacao-de-juan-guaido-na-venezuela-o-que-mudou>>. Acesso em: 19 out. 2023.

DE NOVAIS DANCINI, Alex; MELO, José Joaquim Pereira. O caudilhismo venezuelano e suas implicações para a Revolução Bolivariana. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 36, p. 114-125, jan./jun. 2016.

DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. A dinâmica demográfica de imigrantes e refugiados no Brasil da década de 2010. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de.; SILVA, Bianca G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021, p. 53 – 75.

_____; DE OLIVEIRA, Wagner Faria. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: O que nos dizem as pesquisas domiciliares? In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de (org.). **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 179 – 211.

DE OLIVEIRA, Tadeu; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah. **Dados consolidados da imigração no Brasil 2023**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

DE PAIVA, Ariane Rego; DE PAIVA GONÇALVES, Gabriela. Operação Acolhida: entre a militarização e a assistência social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, p. 164 – 181, 2021.

DE PAULA, Sara. Apoie o trabalho metodista com imigrantes em Boa Vista. **Igreja Metodista do Brasil**, 04 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.metodista.org.br/apoie-o-trabalho-metodista-com-imigrantes-em-boa-vista>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

_____. Metodistas acolhem e cuidem. **Igreja Metodista do Brasil**, 15 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.metodista.org.br/metodistas-acolhem-e-cuidam>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. O desafio da pesquisa social. *In*: _____ (org).; DESLANDES; Suelly Ferreira; GOMES; Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 9 – 30.

DE SOUZA, André Ricardo. Traços e embaraços do trabalho assistencial cristão. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 34, p. 173 – 192, jan./jun. 2013.

DE SOUZA, Maraísa Lisboa. Conversão religiosa e manutenção e atualização da identidade étnica cigana: Etnografia com ciganos calons no recôncavo da Bahia. **Novos Olhares Sociais**, v. 5, n. 1, p. 256-277, 2022.

DEL VECCHIO, Victor; ALMEIDA, Vitor. Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 158 – 163.

DELFIM, Rodrigo Borges. CNig reedita concessão de residência temporária para migrantes de países fronteiriços ao Brasil. **MigraMundo**, 03 mar. 2017. Disponível em: <[https://migramundo.com/cnig-reedita-concessao-de-residencia-temporaria-de-migrantes-de-paises-fronteiricos-ao-brasil/#:~:text=O%20CNig%20\(Conselho%20Nacional%20de,tenham%20fronteira%20com%20o%20Brasil.>](https://migramundo.com/cnig-reedita-concessao-de-residencia-temporaria-de-migrantes-de-paises-fronteiricos-ao-brasil/#:~:text=O%20CNig%20(Conselho%20Nacional%20de,tenham%20fronteira%20com%20o%20Brasil.>)>. Acesso em: 17 jan. 2024.

_____; WLADIMILA, Nayra. Em números e gráficos, veja raio-X dos venezuelanos em Boa Vista. **MigraMundo**, Boa Vista, 2 jul. 2018. Disponível em: <<https://migramundo.com/em-numeros-e-graficos-veja-raio-x-dos-venezuelanos-em-boa-vista/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DEZEMONE, Marcus. Narrativas do colonato: resistências cotidianas e porta-vozes no Sudeste cafeeiro-RJ. **História Oral**, v. 21, n. 2, p. 65-84, 2018.

DIAS VARELLA, Marcelo et al. O caráter humanista da Lei de Migrações: Avanços da Lei n. 13.445/2017 e os desafios da regulamentação. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 2, 2017.

DIAS, Lissânder. Nasce a Rede Evangélica de Apoio ao Migrante e Refugiado. **Revista Ultimato**, 26 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimato.com.br/conteudo/nasce-a-rede-evangelica-de-apoio-ao-migrante-e-refugiado>>. Acesso em: 30 mai. 2024.

DO NASCIMENTO, Fábio Fonseca. "**Metodistas acolhem e cuidam**": Análise dos fundamentos e práticas do acolhimento da Igreja Metodista aos (i)migrantes venezuelanos no Brasil. 2021. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021.

DO PRADO, José Luiz Gonzaga. O fundamentalismo. **Estudos Bíblicos**, v. 35, n. 140, p. 363-378, 2018.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e no Caribe. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 40-73, 2020.

DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. **Migrações qualificadas**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2021.

_____. Migração internacional qualificada no século XXI - A circulação de trabalhadores do conhecimento desde uma perspectiva sul-sul. *In*: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 200 – 217.

DOMINGUES, Sérgio. O subimperialismo brasileiro na América Latina. **História e luta de classes**, n. 6, p. 85-88, 2008.

DOMÍNGUEZ, Freddy; FRANCESCHI, Napoleón. Historia general de Venezuela. Caracas: Editorial S/E, 2010.

DONGHI, Tulio Halperín. **The contemporary history of Latin America**. Trans. John Charles Chasteen. London: Duke University Press, 1993.

DOS SANTOS, Ariane Costa. A maré rosa sul-americana e a ascensão da esquerda no Brasil. **O Cosmopolítico**, v. 2, n. 4, p. 27-31, 2014.

EGAS, José. A solidariedade com os refugiados começa com todos nós. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 31 – 37.

EL MERCURIO WEB. Frente Amplio Venezuela Libre anuncia próximas acciones. _____, Caracas: 08 mar. 2018. Disponível em: <<https://elmercurioweb.com/noticias/2018/3/8/frente-amplio-venezuela-libre-anuncia-prximas-acciones>>. Acesso em: 31 out. 2023.

EL NACIONAL. Partidos de oposición constituirán comando por el No. _____. Caracas, 08 dez. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20081221105815/http://www.el-nacional.com/www/site/p_contenido.php?q=nodo%2F58315%2FPol%C3%ADtica%2FDirigentes-de-la-oposici%C3%B3n-anuncian-creaci%C3%B3n-de-comando-por-el-No>. Acesso em: 13 out. 2023.

EL UNIVERSO. Crisis energética acosa a gobierno venezolano. _____. Quito, 24 out. 2009. Disponível em: <<https://www.eluniverso.com/2009/10/24/1/1361/crisis-energetica-acosa-gobierno-venezolano.html>>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. Partidos opositores venezolanos se retiran de elecciones. _____, Quito. 29 nov. 2005. Disponível em: <<https://www.eluniverso.com/2005/11/29/0001/14/301AEB5917BF44CDA726ED5B09C71235.html>>. Acesso em: 08 set. 2023.

ELLIS, Evan. El colapso de Venezuela y su impacto para la región. **Military Review**, v. 73, n. 1, p. 30-42, 2018.

ELLNER, Steve. After Chavez: The Maduro government and the 'economic war in Venezuela. **LAP Exclusives**, 8 jan. 2015.

_____. Chavez Pushes the Limits: radicalization and discontent in Venezuela. **NACLA Report on the Americas**, v. 43, n. 4, p. 7-12, jul/ago 2010.

_____. Explanations for the current crisis in Venezuela: a clash of paradigms and narratives. **Global Labour Journal**, v. 10, n. 2, p. 159 – 169, 2019.

_____. La política exterior del gobierno de Chávez: la retórica chavista y los asuntos sustanciales. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 15, n. 1, p. 115-132, jan./abr. 2009.

_____. **Rethinking Venezuelan politics: Class, conflict, and the Chávez phenomenon**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 2008.

ELLNER, Steve. What Accounts for Chávez's Success?. **NACLA Report on the Americas**, v. 46, n. 1, p. 4-9, 2013.

EMERSON, R. Guy. La “marea rosa” en América Latina: Orígenes y posibles trayectorias. *In*: MAYA, Juan Carlos Gachúz (org.). **Escenarios regionales contemporáneos: Retrato de un mundo globalizado**. Puebla: Fundación Universidad de la Américas Puebla, 2018. p. 153-178.

EMOL. Venezuela: Partidos opositores se retiran de elecciones. _____, Santiago, 29 nov. 2005. Disponível em: <<https://www.emol.com/noticias/internacional/2005/11/29/203332/venezuela-partidos-opositores-se-retiran-de-elecciones.html>>. Acesso em: 08 set. 2023.

ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA (ENCOVI). **Condiciones de vida de los venezolanos**. 2022. Disponível em: <https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/636d0009b0c59ebfd2f24acd_Presentacion%20ENCOVI%202022%20completa.pdf> . Acesso em: 03 nov. 2023.

ESTANISLAU, Lucas. Em processo de recuperação, Venezuela registra inflação mensal mais baixa da última década. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/23/em-processo-de-recuperacao-venezuela-registra-inflacao-mensal-mais-baixa-da-ultima-decada>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

_____. Fim da 'presidência' de Guaidó reflete esgotamento e crise da direita na Venezuela. **Brasil de Fato**, Caracas, 04 jan. 2023. Disponível em:

<<https://brasildefatorj.com.br/2023/01/04/fim-da-presidencia-de-guaido-reflete-esgotamento-e-crise-da-direita-na-venezuela>>. Acesso em: 31 out. 2023.

EXAME. Bolsonaro critica Venezuela e volta a elogiar ditadura militar e Ustra. _____, 02 out. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-critica-venezuela-e-diz-orar-contra-socialismo-no-brasil/>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

_____. Maduro liga para Dilma e expressa solidariedade. _____, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/maduro-liga-para-dilma-e-expressa-solidariedade/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

_____. Preços do petróleo se aproximam do fundo do poço de 2008. _____. São Paulo, 16 nov. 2015. Disponível em: <<https://exame.com/economia/precos-do-petroleo-se-aproximam-do-fundo-do-poco-de-2008/>>. Acesso em: 13 out. 2023.

EXÉRCITO, EME Estado-Maior do. **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (EB20-MF-03.109)**. 2018.

FACHIN, Patrícia. Missões fundamentalistas: um dos pilares do etnocídio indígena no Brasil. Entrevista especial com Felipe Milanez. **Instituto Humanitas Unisinos**, 02 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/607137-missoes-fundamentalistas-um-dos-pilares-do-etnocidio-indigena-no-brasil-entrevista-especial-com-felipe-milanez>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. Pentecostalismo, migrações internas e redes sociais de apoio na periferia de São Paulo. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**, São Paulo, n. 23, p. 1 – 18. jan./abr. 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Retratos regionais**: Anuário econômico - Região Noroeste Fluminense. Rio de Janeiro, 2018. FÉLIX, Jackson. 13º abrigo para refugiados venezuelanos é aberto em Roraima. **G1RR**, Boa Vista, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/10/22/13o-abrigo-para-refugiados-venezuelanos-e-aberto-em-roraima.ghtml>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FÉLIX, Jackson; COSTA, Emily. Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército. **G1RR**, Boa Vista, 19 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

FERNÁNDEZ, Adrián Padilla. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 32, p. 175 – 197, jan/jun. 2019.

FERREIRA DE OLIVEIRA, Maxwell. **Metodologia científica**: Um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2707/1/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em 13 abr. 2024.

FERREIRA GOMES, Nancy Elena. A República Bolivariana da Venezuela sem Hugo Chávez. **JANUS 2017 - A comunicação mundializada**, p. 38-39, 2017.

FERREIRA, Mariana Davi. **A política externa venezuelana para a integração regional (2004-2012):** Entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana. 2016. 228f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2016.

FIGUEREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Legislação e políticas públicas voltadas à imigração no Brasil. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 252-274, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLORES, A. Lauricella; CHEN, Chi-Yi. **Impact of migration in the receiving countries**. International Organization for Migration IOM, 1992.

FOLHA DE SÃO PAULO. 44% dos evangélicos são ex-católicos. _____, 28 dez. 2016. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: _____. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978 - 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. Tradutor Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Gerlaine Cristina Silva. **Redes de solidariedade evangélica no desenho de novas centralidades urbano-devocionais na região metropolitana de Fortaleza**. 2020. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará – UFCE, Fortaleza, 2020.

FREITAS, Patrícia Tavares. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção - em busca de um paradigma analítico alternativo. *In*: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 155 – 178.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Crise migratória venezuelana no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **República Bolivariana de Venezuela**. 2023. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Countries/VEN>>. Acesso em: 13 out. 2023.

G1 RR. Mais de 5,8 mil venezuelanos vivem em situação de rua em Boa Vista, aponta relatório da Cáritas. _____. Boa Vista, 27 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roaima/noticia/2022/10/27/mais-de-58-mil-venezuelanos-vivem-em-situacao-de-rua-em-boa-vista-aponta-relatorio-da-caritas.ghtml>>. Acesso: 27 dez. 2023.

G1. Denúncias de corrupção atingem aliados de Juan Guaidó na Venezuela. _____, 02 dez. 2019b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/02/denuncias-de-corrupcao-atingem-aliados-de-juan-guaido-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. Juan Guaidó se declara presidente interino da Venezuela e é reconhecido por Brasil e EUA. _____, 23 jan. 2019a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/juan-guaido-presta-juramento-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Morre aos 58 anos Hugo Chávez, presidente da Venezuela. _____. São Paulo, 05 mar. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/morre-aos-58-anos-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez.html>>. Acesso em: 18 out. 2023.

_____. 'Narcopentecostalismo': traficantes evangélicos usam religião na briga por territórios no Rio. _____, Rio de Janeiro, 12 mai. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/12/narcopentecostalismo-trafficantes-evangelicos-usam-religiao-na-briga-por-territorios-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

_____. Oposição venezuelana elimina 'governo interino' de Juan Guaidó. _____, 30 dez. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/30/oposicao-venezuelana-elimina-governo-interino-de-juan-guaido.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

_____. Os bastidores da 'Operação Gideon', a fracassada missão suicida para capturar Nicolás Maduro na Venezuela. _____, 23 ago. 2020. <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/23/os-bastidores-da-operacao-gideon-a-fracassada-missao-suicida-para-capturar-nicolas-maduro-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2023.

GAMBA, Karla. Temer diz que governo Maduro gera refugiados venezuelanos. **O Globo**. Brasília, 09 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/temer-diz-que-governo-maduro-gera-refugiados-venezuelanos-22383695>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GARCÍA-GUADILLA, María Pilar; MALLÉN, Ana L. El movimiento estudiantil venezolano: narrativas, polarización social y públicos antagónicos. **Cuadernos del CENDES**, v. 27, n. 73, p. 71-95, 2010.

GATELY, Dermot; ADELMAN, M. A.; GRIFFIN, James M. Lessons from the 1986 oil price collapse. **Brookings papers on economic activity**, v. 1986, n. 2, p. 237-284, 1986.

GEHRE, Thiago. O significado da parceria Brasil-Venezuela. **Carta Internacional**, v. 5, n. 2, p. 26-36, dez. 2010.

GHIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: Os sentidos da crise. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1 – 16, 2021.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradutor Raul Fiker. 5 reimpr. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 12 ed. São Paulo: Record, 2011. HARVEY, David. O “novo imperialismo”: Ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. Tradutor Maria Izabel Lagoa. **Lutas sociais**, n. 13/14, p. 9-23, 2005.

GOMARASCA, Paolo. Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. **REMHU: Revista interdisciplinar da mobilidade humana**, Brasília, v. 25, p. 11-24, 2017.

GONZÁLES URRUTIA, Edmundo. Las relaciones de Brasil con Venezuela: de la desconfianza a la alianza estratégica. **Brasil y América del Sur**: Miradas cruzadas, Buenos Aires: Catálogos, p. 117-160, jul. 2011.

GONZÁLEZ, Miguel. España retira a su embajador en Caracas por los insultos de Maduro. **El País**, Madrid: 08 abr. 2016. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2016/04/08/actualidad/1460110204_716402.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GONZÁLEZ, Napoleón Franceschi. **El gobierno de Juan Vicente Gómez, 1908-1914**: Estructura inicial del régimen, examen de un proceso de consolidación del control “absolutista” del poder político nacional. 2 ed. rev. Caracas: Universidad Metropolitana, 2018.

GRAINGER, Sarah. Victims of Venezuela's Caracazo clashes reburied. **BBC**, Caracas, 28 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-12593085>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GRANADOS JIMÉNEZ, Jennifer. **Aproximación al fenómeno Chávez y su Movimiento Quinta República (MVR)**: Tipificación del régimen venezolano. 2003. 183f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidad de Los Andes, Bogotá, 2003.

GRECO, Pedro Teixeira Pinos. **Trabalhadores imigrantes não nacionais**: Por um (re)enquadramento à luz dos direitos humanos, São Paulo: Tirant lo Branch, 2023.

GUERRA, Sidney. A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1717-1737, 2017.

HADDAD, Michele Ribeiro; JUNIOR, Nelson Cortes Pacheco. O neopentecostalismo e a teologia da prosperidade: Uma contribuição na legitimação da desigualdade social. **Revista Litteris**, n. 28, jan. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2 ed. rev. e atualiz. Niterói: UFF, 2013.

_____. O mito da desterritorialização. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. O Brasil, a América Latina e o mundo: **Espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj e ANPEGE, 2008.

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de (org.). **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 81 – 110.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Condição pós-moderna**. Tradutor Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HEBENBROCK, Josuel Mariano Da Silva. Conservadorismo político: Migração venezuelana e senegalesa como vítimas de aporofobia no Brasil. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 163-182, 2020.

HERMIDA, Xosé. Mercosul impõe sanção política à Venezuela para isolar Maduro. **El País**, São Paulo: 05 ago. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/politica/1501947965_233058.html> . Acesso em: 30 jun. 2024.

HETLAND, Gabriel. From system collapse to Chavista hegemony: The party question in Bolivarian Venezuela. **Latin American Perspectives**, v. 44, n. 1, p. 17-36, 2017.

HOLAND, Elenice Carine; WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. Migração venezuelana e direitos humanos: Vivências, cotidiano e oralidade em Canoas, Chapada e Esteio no Rio Grande do Sul.

IACOMINI, Luca Lima. Conhecendo os evangélicos para além dos estereótipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 13, n. 01, p. 114 – 119, 2022.

IGREJA METODISTA. **Plano nacional missionário 2007 - 2012**. 1 ed. Planalto Paulista: Cedro, 2006.

INFOBAE. Crece la condena mundial al golpe de Estado de Nicolás Maduro en Venezuela. _____, 30 Mar. 2017. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/venezuela/2017/03/30/crece-la-condena-regional-al-autogolpe-en-venezuela/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil - 2ª edição**. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.

_____. **Estatísticas do povoamento: Imigração por nacionalidade (1884/1933)**. 2023a. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>>. Acesso em: 09 dez. 2023.

_____. **Estatísticas do povoamento: Imigração por nacionalidade (1884/1933)**. 2023b. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1945-1959.html>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. **Resultados Gerais da Amostra - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência - 29/06/12**. 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

_____. **Tabela 5938 - Participação do produto interno bruto a preços correntes no produto interno bruto a preços correntes da mesorregião geográfica (%) - Ano - 2021**: Rio de Janeiro. 2023c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Venezuela**: Asamblea Nacional (National Assembly) - Elections in 2005. 2010. Disponível em: <http://archive.ipu.org/parline/reports/arc/2347_05.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

IZQUIERDO, Carmen Natacha. El tercer plan socialista de desarrollo económico y social de la nación (2019-2025) desde la perspectiva del desarrollo sustentable. **Revista Episteme**, v. 5. p. 308 – 321, 2023.

JARDIM, Cláudia. Chávez desafia câncer e formaliza candidatura à reeleição. 2012. **BBC News**. Caracas, 11 jun. 2012. <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120611_chavez_candidato_cj_ac>. Acesso em: 15 out. 2023.

JAULIN, Robert. **La Paz Blanca**: Introducción al etnocídio. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1973.

JOSEPH, Handerson. Cor e dinâmicas raciais nas migrações internacionais no Brasil: Configurações de desigualdades e horizontes de possibilidades. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sarah F. Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos**: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023, p. 152 – 172.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena+ 30. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 22, p. 11-33, jul./dez. 2014.

JUNQUEIRA, Diego. 'Pacaraima foi destruída', diz prefeito na fronteira com Venezuela. **R7**, 21 ago. 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/pacaraima-foi-destruida-diz-prefeito-na-fronteira-com-venezuela-21082018/>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

KAWAGUTI, Luís. Venezuela: Brasil age contra tensão e teme fluxo represado de refugiados. **UOL**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2019. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/02/27/venezuela-brasil-age-contra-tensao-e-teme-fluxo-represado-de-refugiados.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

LA REPÚBLICA. Venezuela: Oposición se retira. _____. Caracas, 01 dez. 2005.

Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150413215426/http://www.larepublica.pe/01-12-2005/venezuela-oposicion-se-retira>>. Acesso em: 08 set. 2023.

LACABANA, Miguel. Petróleo y hegemonía en Venezuela: La construcción de un proyecto nacional democrático-popular en el siglo XXI. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 317 – 360.

LANDER, Edgardo. El Tribunal Disciplinario del PSUV y la construcción de la democracia. **Aporrea**. 11 set. 2007. Disponível em: <<https://www.aporrea.org/ideologia/a41010.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 14, n. 26, p. 90-107, 2015.

LANZETTA, Dario; KLEIDERMACHER, Gisele. Miradas en la escuela: Representaciones de adolescentes respecto a migrantes bolivianos, paraguayos, asiáticos y africanos en Buenos Aires. *In*: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 120 – 127.

LEÃO, Augusto Veloso. Como os fluxos migratórios da Venezuela aparecem nas discussões políticas e nas campanhas eleitorais?. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski. (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 355 - 368.

LEKA, Agim. The human migration in our global era; a philosophical reflection. *In*: SOKOLI, Lekë (ed.). **Social studies**, v. 9, n. 3. Tirana: Albanian Institute of Sociology, 2015. p. 69 – 76.

LESSA, Hélcio da Silva. **Ação social cristã**. Guanabara: Movimento Diretriz Evangélica, 1964.

LEVEL, Beatriz Patrícia de Lima; DA SILVA, João Carlos da Silva Jarochinski; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração, trabalho e Estado: Três aspectos da contemporaneidade do pensamento de Sayad**. *In*: DIAS, Gustavo et al. (org.). A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad. São Paulo: Editora da PUC – SP, 2020. p. 115 – 134.

LIMA, Nádia Laguárdia de et al. As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 9, n. 1, p. 90 – 109, 2016.

LISBOA, Marijane Vieira. Ascenso de extrema-direita, xenofobia e crise do capitalismo. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo: EDUC, 2020. p. 25 – 40.

LONGUINHO, Daniella. Brasil volta a ter representação diplomática na Venezuela. **Agência Brasil**, 02 fev. 2023. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2023-02/brasil-volta-ter-representacao-diplomatica-na-venezuela>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Uma janela de oportunidades: A migração venezuelana como fator de desenvolvimento. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 104 – 125.

LÓPEZ MAYA, Margarita; LANDER, Luis E. Venezuela 2009: En medio de dificultades avanza el modelo socialista del Presidente Chávez. **Revista de ciência política**, Santiago, v. 30, n. 2, p. 537-553, 2010.

LUCCA, Rafael Arráiz. **Venezuela: 1830 a nuestros días: breve historia política**. Caracas: Editorial Alfa, 2016.

LUCER, Mathias Seibel. O imperialismo hegemônico e o subimperialismo brasileiro: Diagnóstico e alternativas. **XXVI Congreso de la asociación latinoamericana de sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007b, p. 1 -25.

_____. **O subimperialismo brasileiro revisitado: A política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007)**. 2007a, 136f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

LUMBRERAS, Marlúcia Junger. Noroeste Fluminense: da estagnação a novas oportunidades. **Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Salvador, v. 29, 2009

MADEIRO, Carlos. Entrada de venezuelanos por RR dispara com mais crianças, idosos e doentes. **UOL**, 13 jun. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/06/13/entrada-de-venezuelanos-por-rr-dispara-com-mais-criancas-idosos-e-doentes.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MAGALHÃES, José Geraldo Pr. Metodistas brasileiros/as acolhem imigrantes venezuelanos/as. **Notícias MU**, 29 mar. 2018.

_____. Conexionalidade. **Igreja Metodista do Brasil**, 20 set. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.org.br/conexionalidade>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Reconversão econômica e migrações sul-sul na cidade de São Paulo: Fluxos e territorialidades migrantes. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (org.). **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo: EDUC, 2020. p. 61 – 84

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, v. 26/27, 1990.

MARCHAO, Talita. Após episódio de violência, Roraima pede ao STF a suspensão da entrada de venezuelanos. **UOL**, São Paulo, 20 ago. 2018. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/08/20/apos-violencia-em-pacaraima-roraima-pede-ao-stf-a-suspensao-da-entrada-de-venezuelanos.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia História**, v. 31, p. 13-20, 31 jan. 2004. Disponível em: <

https://members.tripod.com/~Historia_Demografica/bhds/bhd36/mlm.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Unesp, 2009.

MARINHO, Isis. Processo de regionalização do Noroeste Fluminense. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 13, n. 2, p. 78 - 93, dez. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e integração**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, José. “MDB transformou tragédia venezuelana em politicagem”, diz governadora de Roraima. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/mdb-transformou-tragedia-venezuelana-em-politicagem-diz-governadora-de-roraima.shtml>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MARQUES, Walter Rodrigues. Luta de classes, mídia, religião e política no Brasil. **Revista científica Acertte - ISSN 2763-8928**, v. 2, n. 11, p. 1 – 15, 2022.

MARTÍNEZ MEUCCI, Miguel Ángel. La revolución iliberal venezolana y su política exterior. **Análisis Político**, Bogotá, v. 26, p. 211-231, jan./abr. 2013.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: Do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, p. 151-166, 2020.

MARTINS, Thays. Doze imigrantes venezuelanos fogem de trabalho escravo em São Paulo. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jun. 2022. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5018233-doze-imigrantes-venezuelanos-fogem-de-trabalho-escravo-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTON, Fábio. Obras antissociais: o lado B do trabalho assistencial das igrejas evangélicas fundamentalistas. **Intercept Brasil**, 5 fev. 2021. Disponível em:

<<https://www.intercept.com.br/2021/02/05/lado-b-trabalho-assistencial-igrejas-evangelicas-fundamentalistas-evangelicos/>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução José Barata-Moura. 2. ed. Avante!: Lisboa, 1997.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and development review**, p. 431 – 466, 1993.

MATIAS CARDOSO, Ana Valéria; MARIA TEIXEIRA, Solange; DE OLIVEIRA CARVALHO, Poliana. A Trajetória da Assistência Social no Brasil: Superação da Cultura Assistencialista?. **Revista FSA**, v. 14, n. 2, p. 171 – 194, mar./abr. 2017.

MATTOS, Pablo. A atuação do ACNUR na resposta ao fluxo de venezuelanos em Roraima. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 203 – 205.

MAZUI, Guilherme. Temer decreta uso das Forças Armadas em Roraima para reforçar segurança. **G1**, Brasília, 28 ago. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/08/28/temer-decreta-uso-das-forcas-armadas-em-roraima-para-reforcar-seguranca.ghtml>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

McBETH, Brian Stuart. **Juan Vicente Gómez and the oil companies in Venezuela, 1908-1935**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MEJÍA OCHOA, William. Colombia y las migraciones internacionales: evolución reciente y panorama actual a partir de las cifras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, p. 185-210, 2012.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval Magalhães. Interiorização de Venezuelanos para Minas Gerais: Instituições que atuam em redes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 222-245, mai./ago. 2021.

MENDES, Fernanda Lages Ribeiro. Religião, promoção da saúde, prevenção da violência e recuperação e reabilitação de pessoas. **Anais dos Simpósios da ABHR**, São Luís, v. 13, 2012.

MÉNDEZ, Génesis Morales. **Meios de comunicação, leis e enfrentamentos democráticos na Venezuela**: A eliminação de jornais impressos e emissoras de rádio e TV entre 2013 e 2019. 2020. 144f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEZZADRA, Sandro. **Derecho de fuga**. Migraciones, ciudadanía y globalización. Tradutor Miguel Santucho. Madri: Traficantes de sonhos, 2005.

_____. Migration, detention, desertion: A dialogue. Interview by Nelson B. **Borderlands e-journal**, v. 2, n. 1, 2004.

MÍDIA NINJA. Em Santa Catarina, famílias venezuelanas são resgatadas de trabalho análogo à escravidão. _____, 13 fev. 2023. Disponível em: <<https://midianinja.org/em-santa-catarina-familias-venezuelanas-sao-resgatadas-de-trabalho-analogo-a-escravidao/>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MIJARES, Victor M. **Opinion - The survival of Venezuelan's Bolivarian Revolution**. E-International Relations. p. 1-3, 2020. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2020/07/07/opinion-survival-of-venezuelas-bolivarian-revolution/>> Acesso em: 02 nov. 2023.

MILESI, Rosita; COURY, Paula. Acolhida, proteção e integração de venezuelanos no Brasil: A atuação do instituto migrações e direitos humanos (IMDH). *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 72 – 77.

_____; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: Discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53 – 70 , 2018.

MIRANDA DELGADO, Rafael Gustavo. Industrialización y desindustrialización en Venezuela: Un análisis histórico. **Ensayos de economía**, v. 27, n. 50, p. 87-101, 2017.

MIRANDA, José Alberto de. Venezuela, Democracia e Militarismo: Uma Análise Crítica. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018.

MISSÕES NACIONAIS. **Quem somos?**. 2021. Disponível em: <<https://missoesnacionais.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

_____. **Relatório de atuação social 2023**. 2024. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br/wp-content/uploads/2024/01/0000-JMN-Relatorio-de-Atuacao-Social-2023_compressed.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

MOLINA, Paula Vidal; ROLOFF, Manuel Ansaldo; MADRID, Juan Carlos Cea. Hugo Chávez y los principios del socialismo del siglo XXI: una indagación discursiva (2005-2013). **Izquierdas**, v. 42, p. 224 – 250, out. 2018.

MONEDERO, Juan Carlos. Economía social en Venezuela: Entre la voluntad y la posibilidad. **Otra economía**, v. 3, n. 5, p. 8-28, jul.-dez/2009.

MONTEIRO, Paulo César. Não há insegurança jurídica na Venezuela, afirmam especialistas. **OperaMundi**. São Paulo, 07 mar. 2013. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/nao-ha-inseguranca-juridica-na-venezuela-afirmam-especialistas/>> . Acesso em: 19 out. 2023.

MORAES, José Augusto Santos. O pentecostalismo entre os índios da reserva indígena de Dourados, da década de 1980 aos dias atuais. **Encontro da Associação Nacional de História**, Aquidauana, v. 12, 2014.

MOREIRA, Josefina Gil; LOUZAU, Natalia. “Chau Argentina”: Cuántos fueron, qué edad tienen y qué países eligieron los argentinos que decidieron emigrar. **La Nación**. Buenos Aires, 7 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/sociedad/chau-argentina-cuantos-fueron-que-edad-tienen-y-que-paises-eligieron-los-argentinos-que-decidieron-nid07072023/#/>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MOREIRA, Julia Bertino; BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de. Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: Uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1 – 20, 2021.

MORENO, Evelyn; DE PAIVA, Giovanna Ayres Arantes. La Política Exterior de Venezuela: noticias en dos tiempos, Chávez y Maduro. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 24, jun./jul., p. 54 - 66. 2016.

MORI, Letícia. 'Se continuar assim, até o fim do ano perdemos o controle da cidade', diz prefeita de Boa Vista, cidade que mais recebe venezuelanos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 14 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45178748>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

MORÓN, Guillermo. **A history of Venezuela**. Trans. John Street. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1964.

_____. Historia política contemporánea de Venezuela (1936-1976). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 14, n. 1, p. 350-368, 1977.

MOTA, Warlison Monteiro. "Fui estrangeiro, e vocês me acolheram": Acolhimento aos migrantes venezuelanos em Boa Vista - RR por meio das igrejas evangélicas. 2022. 77f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, 2022.

MURATA, Elza Kioko Nakayama Nenoki. O romanês falado pelos ciganos Kalderash do município de aparecida de Goiânia–Goiás. **Via Litterae**, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 368-383, 2010.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Migrants by origin and destination**: The role of South-South migration. *Population Facts*, New York, n. 2012/3, June 2012. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/popfacts/popfacts_2012-3_South-South_migration.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

NASCIMENTO, Jefferson. O governo de Nicolás Maduro resiste: Um diálogo crítico com o modelo de quedas presidenciais proposto por Aníbal Pérez-Liñán. **Textos e debates**, Boa Vista, v. 1, n. 34, p. 121 – 134, jan./jun. 2020.

NASCIMENTO, Luciano. Operação Acolhida atendeu 950 mil venezuelanos em Roraima desde 2017. **Agência Brasil**, Brasília, 14 set. 2023. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-09/operacao-acolhida-audiencia-na-camara>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

NATUSCH, Igor. Qual foi a relação entre a Igreja Católica e a ditadura? **Aventuras na História**, 02 abr. 2019. Disponível em:

<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/historia-igreja-e-ditadura.phtml>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

NERY, Wilson Pedro. Reforma trabalhista: Extinção de direitos, uberização do trabalho remunerado e ataque aos sindicatos. *In: Anais do Congresso Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisa em Seguridade Social*, n. 2, 2020. p. 372 – 384.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NICOLAU, Guilherme Giuliano. Assistência Social para as Confissões Católica e Neopentecostal no Município de São Paulo. **Medium**, São Paulo, 06 dez. 2021. <<https://ggnicolau.medium.com/a-terceiriza%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-e-assist%C3%A2ncia-social-para-as-confiss%C3%B5es-cat%C3%B3lica-e-neopentecostal-no-24ee0912431e>>. Acesso em: 04 mai. 2024.

NOLTE, Detlef. Auge y declive del regionalismo latinoamericano en la primera marea rosa: lecciones para el presente. **Ciclos en la historia, la economía y la sociedad**, v. 33, n. 59, p. 1-10, 2022.

NÚCLEO DE PESQUISA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NUPERJ). **Novo CAGED**: Emprego formal no Brasil, na Região Sudeste e no estado do Rio de Janeiro - Janeiro a Outubro de 2022. Boletim especial II. Campos dos Goytacazes: dezembro de 2022. Disponível em: <<https://uenf.br/projetos/nuperj/files/2022/11/II-Dezembro-de-2022.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

NUNES, Fernanda. Um novo templo toda semana. **Piauí**, São Paulo, 16 mar. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/um-novo-templo-toda-semana/>>. Acesso em: 14 mai.

NÚÑEZ, Mario Guillermo Suazo. **Incidencia de los programas impulsados por las organizaciones gubernamentales y no gubernamentales (ONG's) en la conducta de los habitantes del municipio de Santa Elena, La Paz, Honduras**. 2008. 47f. Dissertação (Mestre em Artes em Segurança Alimentar, Nutricional e Desenvolvimento Local. Universidad de San Carlos de Guatemala. Guatemala, 2008.

O GLOBO. Auditoria venezuelana confirma resultado das eleições. _____. Caracas, 16 mai. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/auditoria-venezuelana-confirma-resultado-das-eleicoes-8416606>>. Acesso em: 21 out. 2023.

_____. Maioria opositora pede fim de 'governo interino' de Juan Guaidó na Venezuela. _____, Caracas, 21 dez. 2022. <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/12/maioria->

[opositora-pede-fim-de-governo-interino-de-juan-guaido-na-venezuela.ghtml](#)> Acesso em: 01 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco interativo - Censo demográfico 2010**. Campinas, SP: Observatório das migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP. Data do download: 01/02/2023. Disponível em <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/>> . Acesso em: 14 dez. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (ObMigra). **DataMigra**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.datamigraweb.unb.br/#/public>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE CONFLICTIVIDAD SOCIAL (OVCS). **Conflictividad social en Venezuela en 2019**. 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/2020/01/INFORMEANUAL-OVCS2019-1.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2023.

OCANDO, Gustavo. Golpe ou desacato? O que significa a decisão do Judiciário de assumir funções do Congresso na Venezuela. **G1**, Caracas: 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/golpe-ou-desacato-o-que-significa-a-decisao-do-judiciario-de-assumir-funcoes-do-congresso-na-venezuela.ghtml>> . Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Uma nova urbanização no espaço regional: a lógica não metropolitana da cidade-região no estado do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 194, 2005.

OLIVEIRA, Tadeu. Dez anos de OBMigra e os indicadores sociodemográficos dos imigrantes internacionais no Brasil. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; _____.; SILVA, Sarah F. Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos**: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas.Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023, p. 24 – 44.

OLIVEIRA, Valéria. Fronteira do Brasil com a Venezuela é fechada após decisão judicial, diz PRF. **G1 RR**, Boa Vista, 06 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/06/fronteira-do-brasil-com-a-venezuela-e-fechada-apos-decisao-judicial-diz-prf.ghtml>>. Acesos em: 29 dez. 2023.

ONER, Imdat. Nicolas Maduro: A populist without popularity. **European Centre for Populism Studies**, 2021. p. 1 – 24.

ONU MULHERES. **Limites e desafios à integração local de refugiadas, refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizadas durante a pandemia de Covid-19**: ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). ACNUR, UFMG, p. 01-05, 6 mar. 2021. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/pesquisa-limites-e-desafios-%C3%A0-integra%C3%A7%C3%A3o-local-de-refugiadas-refugiados-e-pessoas>> .Acesso em: 21 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Brasil - Empoderando a diáspora sul-americana como agente do desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/brasil-empoderando-diaspora.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

_____. **DTM Brasil – Monitoramento do fluxo migratório 1**. Brasil, abr. 2018. Disponível em: <<https://dtm.iom.int/reports/brazil-%E2%80%94-monitoramento-do-fluxo-migrat%C3%B3rio-venezuelano-1-abril-2018>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

_____. **Glossário sobre migração**. n. 22. Genebra: OIM, 2009.

_____. **IOM releases global migration trends 2015 factsheet**. Berlin, 19 abr. 2016. <<https://www.iom.int/news/iom-releases-global-migration-trends-2015-factsheet>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

_____. **Menos de 10% dos venezuelanos no Brasil conseguem emprego formal, estima OIM**. 2019. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/news/menos-de-10-dos-venezuelanos-no-brasil-conseguem-emprego-formal-estima-oim>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

_____. **População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Pacaraima – Janeiro 2023**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2023-03/Informe_PopVenezuelana-Fora-De-Abrigos_Pacaraima_Jan23.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. **População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Pacaraima – Novembro 2023**. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-01/informe_populacaovenezuelanaforadeabrigos_pacaraima_nov23.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. **Relatório Mundial sobre Migração de 2024 revela as últimas tendências e desafios mundiais para a mobilidade humana**. 07 mai. 2024. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-de-2024-revela-ultimas-tendencias-e-desafios-mundiais-para-mobilidade-humana>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996

OTERO, Guilherme; TORELLY, Marcelo; RODRIGUES, Yssysay. A atuação da organização internacional para as migrações no apoio à gestão do fluxo migratório venezuelano no Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 38 – 44.

OTTA, Lu Aiko; MONTEIRO, Tânia; HAUBERT, Mariana. Após tumulto em Pacaraima, 1.200 venezuelanos deixaram o Brasil. **Terra**, Brasília, 19 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/apos-tumulto-em-pacaraima-1200-venezuelanos-deixaram-o-brasil,d502c5d2ffe451a20f2109f0bbe9e2fbylqvtxc7.html>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PARTIDO SOCIALISTA UNIDO DE VENEZUELA (PSUV). **GPP instalará asamblea fundacional en abril del 2012**. 2011. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/gpp-instalara-asamblea-fundacional-abril-2012/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

PASSOS, Iara Cunha. Assistência social no Brasil durante a Ditadura Militar: Benefícios e beneficiários. *In: Conhecimento, Formação e Inovação*, 2015, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. Brasil: país de imigração. **Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações**, Lisboa, v. 3, n. 24, p. 65-96, 2011.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das prenoções. *In: _____*. **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, p. 17-32.

PEDROSO, Carolina Silva. Entre o Bolivarianismo e a adesão à hegemonia: A relação de Venezuela e Estados Unidos durante o Chavismo (1999-2013). 2018. 393f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2018.

PELLEGRINO, Adela. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. CELADE, Santiago: ECLAC, 2003.

PENNAFORTE, Charles Pereira; OLIVEIRA, Fabiana de. Sistema-mundo e movimentos antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-Chávez. 2019. **Brazilian Journal of International Relations (BJIR)**, Marília, v. 8, n. 1, Marília: UNESP, p. 44 – 68, jan/abr. 2019.

PEREGIL, Francisco; MARTÍN, Maria. Brasil assina pacto global de migração, mas chanceler de Bolsonaro anuncia retirada. **El País**, Marrakesh, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/10/internacional/1544438184_274731.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. Venezuela: crise sem fim e diálogo de surdos. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 09 jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/06/venezuela-crise-sem-fim-e-dialogo-de-surdos.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2023.

PEREIRA, Adair Nelo; DE SÁ, Maria do Socorro Freire. Os batistas e o crescimento evangélico. **Revista Summae Sapientiae**, v. 1, n. 1, p. 140-165, 2018.

PEREIRA, Alexandre Branco; QUINTANILHA, Karina. Deportação e trabalho escravo: governo e Exército tornam política migratória um desastre humanitário. **Intercept Brasil**, 23 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PEREIRA, José Carlos; CARVALHO, Letícia; PARISE, Paolo. Venezuelanos acolhidos na missão paz: Do lugar para descanso à incidência política e inserção social. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 293 – 303.

PERU. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Gobierno del Perú expulsa al Embajador de Venezuela**. 2017. Disponível em: <<https://www.gob.pe/institucion/tree/noticias/4592-gobierno-del-peru-expulsa-al-embajador-de-venezuela>> . Acesso em: 31 out. 2023.

PHILLIPS; Tom; ZUÑIGA, Mariana. Maduro starts new Venezuela term by accusing US of imperialist 'world war'. **The Guardian**, Cidade do México e Caracas, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/jan/10/venezuela-president-nicolas-maduro-begins-second-term>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PINHEIRO, Jair. Quem tem medo do bolivarianismo?. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 37, p. 100-114, 2016.

PIRACIABA, Bruna; LEMOS, Linovaldo. Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro: reflexões em torno da região Noroeste Fluminense. *In*: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.). **Revisitando o território fluminense, VI**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2017. p. 151 – 166.

PLATAFORMA DE COORDINACIÓN INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELANA (R4V). **Reporte/informe**. 2023. Disponível em: <<https://www.r4v.info/>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PLAZA, Elena. Venezuela. **La construcción de la República: 1830-1850**. Caracas: Fundación Rómulo Betancourt, v. 9, 2012.

PONTES, Felipe. Moradores de Pacaraima se revoltam e expulsam venezuelanos. **Agência Brasil**. Brasília, 18 ago. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/moradores-de-pacaraima-se-revoltam-e-expulsam-venezuelanos>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PORTAL LUTERANOS. **Missão**. 20[??]. Disponível em: <<https://www.luteranos.com.br/conteudo/missao>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

PRADO, Daniel. Quem é María Corina Machado, líder da oposição na Venezuela impedida de disputar eleição que criticou Lula. **BBC News Brasil**, 7 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9x6313p4ylo#:~:text=Doze%20anos%20depois%2C%20em%20outubro,liderado%20por%20Maduro%20desde%202013.>>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

PRAZERES, Leandro. "Não posso deixar que Roraima vire um campo de concentração", diz governadora sobre venezuelanos. **UOL**, São Paulo, 18 abr. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/18/nao-posso-deixar-que-roraima-vire-um-campo-de-concentracao-diz-governadora-sobre-venezuelanos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD):

Ampliando horizontes: Emigración internacional paraguaya. Assunção, 2009. Disponível em: <https://paraguay.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/hdi_py_2009.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

PRUTSCH, Ursula. Brasil por encima de todo y Dios encima de todos. *In:* ACOSTA, Alberto et al. (org.). **Ecuador Debate**, Quito: CAAP, n. 112. p. 89 – 111, 2021.

PUENTE, José Manuel; RODRÍGUEZ, Jesús Adrián. Venezuela en etapa de colapso macroeconómico: Un análisis histórico y comparativo. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 85, 2020, p. 55 – 72.

QUEIROZ, Vitória. Brasil registra 39 milhões de trabalhadores informais. **Poder360**, 3 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-registra-39-milhoes-de-trabalhadores-informais/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *A Colonialidade do Saber: Etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RAMALHO, Renan. Roraima quer R\$ 180 milhões do governo federal como ressarcimento por gastos com venezuelanos. **G1**, Brasília, 18 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/roraima-quer-r-180-milhoes-do-governo-federal-como-ressarcimento-por-gastos-com-venezuelanos.ghtml>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

RAMALHO, Sérgio. Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima. **Intercept Brasil**, 28 nov, 2019. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

RENDERS, Helmut. 75 anos do credo social brasileiro: A Igreja Metodista em busca da formulação do seu papel cidadão. *In:* **Simpósio**. p. 43-65, 2009.

RESENDE, Sarah Mota. Bolsonaro diz que maioria de imigrantes não tem boas intenções e que apoia muro de Trump. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

REUTERS. EU states no longer recognise Guaido as Venezuela's interim president. _____, Bruxelas, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/world/americas/eu-states-no-longer-recognise-guaido-as-venezuelas-interim-president-idUSKBN29U1A2>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RIBEIRO, Vanessa da Silva Palagar. **Evangélicos e redes de amparo:** um estudo de caso das Assembleias de Deus e da Igreja Presbiteriana na favela Matadouro em Campos dos Goytacazes - RJ. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, 2015.

RIGGIROZZI, Pía et al. Securitisation, humanitarian responses and the erosion of everyday rights of displaced Venezuelan women in Brazil. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 49, n. 15, p. 3755 – 3773, 2023.

ROCHA, André Santos da. Geografia política das representações: projetos e jogos de poder na apropriação da Baixada fluminense. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, v. 14, 2013.

ROCHA, Mirella Farias. **Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina**: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2009.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Sociologia das Migrações. **Colecção Manuais**, n. 88, Lisboa: Universidade Aberta, p. 37-39, 1995.

RODRIGUES, Donizete; DE MORAES JÚNIOR, Manoel Ribeiro. A pentecostalização de povos tradicionais na Amazônia: Aspectos conceituais para uma antropologia de identidades religiosas. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, p. 900-918, 2018.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos avançados**, v. 20, n. 57, p. 197 – 206, 2006. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Estudosavancados/2006/vol20/no57/14.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

RODRÍGUEZ MONTILLA, Camille; SUÁREZ, Astrid. Líderes opositores de Venezuela votaron por eliminar la figura del gobierno interino de Juan Guaidó. **InfoBae**, Caracas, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.infobae.com/america/venezuela/2022/12/22/lideres-opositores-de-venezuela-votaron-por-eliminar-la-figura-del-gobierno-interino-de-juan-guaido/>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ROIG, Jaime Nadal. Migrações internacionais e a garantia de direitos - Um desafio no século XXI. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 27 – 30.

RORAIMA (Estado). **Decreto nº 21.871-E, de 11 de outubro de 2016**. Diário oficial [do] estado de Roraima. n. 2.865. Boa Vista, 17 out. 2016. Disponível em: <https://imprensaoficial.rr.gov.br/app/_edicoes/2016/10/doi-20161017.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

_____. **Decreto nº 22.199-E, de 6 de dezembro de 2016**. Diário oficial [do] estado de Roraima. n. 2.897. Boa Vista, 06 dez. 2016. Disponível em: <https://imprensaoficial.rr.gov.br/app/_edicoes/2016/12/doi-20161206.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

ROSOLI, Gianfausto. Um quadro global da diáspora italiana nas Américas. **Altriitalie**, v. 8, pág. 1-15, 1992.

RUBIN, Barry. Lessons from Iran. *The Washington Quarterly*, v. 26, n. 3, p. 105-115, 2003.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C.; NOGUEIRA, Mariana F. S. Construção social do estado de emergência e governança das migrações: O decreto estadual nº 24.469-E como divisor de águas. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 57 - 67.

_____. ; TEODORO, Giovana Miorim. Comunidades de fé e incorporação migrante: venezuelanos no interior do estado de São Paulo. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 61-86, 2023.

SALMERÓN, Melissa; SALMERÓN, Carlos. ¿Por qué Nicolas Maduro sigue en el poder pese al colapso de Venezuela?. **Notes internacionales CIDOB**, n. 211, p. 1-5, jan/2019.

SANCHÉZ, Valentina. Gobierno venezolano declara persona 'non grata' a diplomáticos de Brasil y Canadá. **France 24**, Caracas: 24 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20171224-venezuela-persona-nongrata-brasil-canada>>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Fernanda Naomi Zaphiro Pessoa; VASCONCELOS, Thamires Marques. Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. *In*: **XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 7, 2016, Nova Iguaçu: UFFRJ, 2016, p. 1-16.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. e 2. reimpr. São Paulo: USP, 2006.

SAPPER, Alexandre Neves. **A campanha do Referendo Constitucional Venezuelano de 2007 e a fronteira discursiva entre o “si” e o “no”**. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, 2009.

SASSEN, Saskia. The global city: Strategic site/new frontier. **Seminar Magazine**. n. 503, jul./2001.

_____. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge Books, 1988.

_____. Two Stops in Today’s New Global Geographies: shaping novel labor supplies and employment regimes, paper presented at the CEPAL. *In*: **Decima Conferencia sobre la mujer de America Latina y el Caribe**, Quito. 2007b. p. 6-9.

_____. Una sociología de la globalización. **Análisis político**, v. 20, n. 61, p. 3-27, 2007a.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradutor Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Elementos para una sociología de la inmigración. **Empiria**, n. 19, p. 251 – 257, 2010.

_____. O retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**: Revista do migrante. Publicação do CEM-Ano XII, número especial, jan. 2000.

SCHEINA, Robert L. **Latin America's wars: Volume I: The age of the caudillo, 1791-1899.** Washington: Potomac Books, Inc., 2003.

SCHENEGOSKI, Ana Maria; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A geopolítica da política externa bolivariana. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-82, 2014.

SCHERER, Laura Alves; PRESTES, Vanessa Amaral. Trabalho de Imigrantes e Refugiados (as) no Brasil: Intersecções com Gênero e Classe. **XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019**. n. 43. São Paulo, out/2019.

SCORCE, Carol. Ao culpar venezuelanos, autoridades estimulam xenofobia, diz pesquisador. **CartaCapital**, 20 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-culpar-venezuelanos-autoridades-estimulam-xenofobia-diz-pesquisador/>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SEABRA, Raphael Lana. **A primeira revolução do século XIX? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela.** 2012. 237f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2012.

SENE, Birane; ANTA, Cheikh. The propaganda of the American model and the stench of religious imperialism. **Sch Int J Linguist Lit**, v. 4, n. 4, p. 93-99, 2021.

SENGER, Joana Emilia. Refugiados e migrantes: interfaces entre integração social e políticas públicas. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1 – 31, 2021.

SENHORAS, Elói Martins; MENDES, Fernando Lima; DA SILVA, Carlos Alberto Borges. O papel das igrejas e organizações religiosas na migração venezuelana em Roraima (2018-2022). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 30, p. 129-142, 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Painel regional: Noroeste Fluminense.** Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2016. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_NoroesteFluminense.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SHIKIYA, Humberto Martín. **Un paradigma del compartir: Mesas redondas de misión.** 1. ed. Buenos Aires: CREAS, 2020.

SHOJI, Rafael. Religiões entre brasileiros no Japão: conversão ao Pentecostalismo e redefinição étnica. **Revista de Estudos da Religião**, v. 8, n. 2, p. 46-85, junho/2008.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SILVA, Daniel Rocha; DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. De retirantes a refugiados: A crise humanitária na Venezuela e a garantia de direitos humanos a refugiados venezuelanos em Montes Claros (MG). In: JUBLIUT, Liliana Lyra et al. (org.). **Direitos humanos e vulnerabilidade e migrações forçadas.** Boa Vista: UFRR, 2022. p. 907 – 936.

SILVA, Nuno Cardoso da. A Globalização como factor de exclusão. **Comentários, reflexos e breves, Lisboa**, p. 151 - 154. 2004.

SILVA, Sidney. Políticas de abrigo a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus. *In*: BAENINGER, Rosana; DA SILVA, João Carlos Jarochinski.(coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. p. 206 – 217.

SIMÕES, André; HALLAK NETO, João. A contribuição do ObMigra para os estudos sobre mercado de trabalho e rendimento no Brasil. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Sarah F. Lemos. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023, p. 45 – 66.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. 34, p. 05-15, 2009.

SOTELO, María Victoria; AROCENA, Felipe. Evangelicals in the Latin American political arena: the cases of Brazil, Argentina and Uruguay. **SN Social Sciences**, v. 1, p. 1-26, 2021.

SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? *In*: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 75 – 92.

STERN, Fabio L.; GUERRIERO, Silas. O ethos da nova era nas religiões tradicionais: O caso do coaching evangélico. **Anais do X Congresso Internacional e Ciências da Religião: Religião, espiritualidade e saúde - Os sentidos de viver e do morrer**. Pontifícia Católica de Goiás, Goiânia, p. 540 – 546, out. 2020.

STINGUEL, Doney Corteletti. Teologia da Prosperidade: Contribuição à crítica da religião neoliberal. 2020. 140f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, 2020.

STORCK, Delmar Ezequiel; DÜCK, Arthur Wesley. A plantação de igrejas na região Nordeste do Brasil: Uma avaliação do método utilizado pela Missão JUEP. **Revisa Cognition**, Curitiba, v. 2.2, p. 178 - 202. nov./2020.

STROOPE, Samuel. Social networks and religion: The role of congregational social embeddedness in religious belief and practice. **Sociology of Religion**, v. 73, n. 3, p. 273-298, 2012.

STROPASOLAS, Pedro. Por que dobrou o número de trabalhadores imigrantes resgatados do trabalho escravo no Brasil?. **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/por-que-dobrou-o-numero-de-trabalhadores-imigrantes-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Governadora de Roraima pede que União feche fronteira do Brasil com a Venezuela**. Brasília, 13 abr. 2018. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=375419>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SUTHERLAND, Manuel. Venezuela y el colapso eléctrico: ¿Corrupción, impericia o sabotaje imperial?. **Nueva Sociedad**. Abr. 2019. Disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/venezuela-chavismo-crisis-energia-conspiracion-ataques-servicios/>> . Acesso em: 13 out. 2023.

TALAVERA, Patricio Gómez. Comportamiento electoral en Venezuela: el caso de la Mesa de Unida Democrática (MUD). **Teoria e Cultura**, v. 14, n. 1, p. 138 – 152. jun./2019.

TEIXEIRA, Fábio; COSTA, Emily. Venezuelanos sofrem abusos em empregos ofertados por programa de interiorização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/venezuelanos-sofrem-abusos-em-empregos-ofertados-por-programa-de-interiorizacao.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

THE WORLD BANK. **DataBank**: Venezuela RB. 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/venezuela-rb>>. Acesso em: 15 out. 2023.

TOLEDO, Cecília. Considerações sobre o fechamento da RCTV na Venezuela. São Paulo: **Marxismo Vivo**, v. 15, p. 65 – 7, julho/2007.

TONHATI, Tânia; FUSARO, Karin de Pecci. **Imigração e refúgio no Brasil de 2010 de 2020**: Os diversos desafios dos novos fluxos. In: _____ (coord). *Périplos*, Revista de Pesquisa sobre Migrações, Brasília: UnB, v. 4, n. 2, p. 04-10.

TRINDADE, José Raimundo. Sobre a teoria dos sistemas-mundo. **A terra é redonda**. 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/sobre-a-teoria-dos-sistemas-mundo/>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RANINCHESKI, Sonia Maria. “Polícia Federal deporta 450 imigrantes ilegais venezuelanos de Roraima”: Um estudo sobre remediation, positivismo e pós-positivismo no jornal O Globo. **Diálogo**, n. 37, p. 39-52, Canoas, 2018.

VALENTIN, Tiago Pr. Conexionalidade é uma benção!. **Igreja Metodista Itaberaba**, 27 abr. 2017. Disponível em: <<https://metodistaitaberaba.com.br/conexionalidade-e-uma-bencao/>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. Las iglesias le dan continente al migrante: iglesias, religiosidades e venezuelanos/as no norte do Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 177-200, 2022.

_____; MACHADO, Igor José de Reno. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-

RR. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, p. 107 – 122, 2022

VEIGA, Edson. Brasil vive o maior êxodo de sua história. **DW**, 13 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-vive-o-maior-%C3%AAxodo-de-sua-hist%C3%B3ria/a-59698193>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF. **G1**, São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VELÁSQUEZ, Ramón J. **La caída del liberalismo amarillo**. Caracas: Ediciones Venezuela, 2022.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1 – 13.

VELHO, Otávio. Missionamento no mundo pós-colonial: uma visão a partir do Brasil e alhures. *In*: NETO, Manuel Domingos; MARTINS, Mônica Dias (ed.). **Tensões Mundiais**, v. 2, n. 1. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, jan./jul. 2006, p. 139 – 202.

VENEZUELA. [Constituição (1999)]. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Promulgada em 20 de dezembro de 1999. Caracas: Asamblea Nacional, 2009. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_república_bolivariana_de_venezuela.pdf>. Acesso em 16 out. 2023.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. **Líneas generales del plan económico y social de la Nación 2007-2013**. Boletín Gobierno en Línea. 2007.

VERSIANI, Fernanda; CARVALHO NETO, Antônio. Migração Sul-Sul: Um estudo sobre refugiados trabalhando em pequenas e médias empresas brasileiras. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 252-264, 2021.

VIANNA, Paulo Henrique Silva. Contribuições para o estudo do protestantismo de missão. **Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas PGH - PUCRS**, Porto Alegre, p. 523 – 535, 2016.

VIDAL MINA, Renan; TENÓRIO LIMA, José Rodolfo. A “cordialidade” do povo brasileiro frente à imigração de venezuelanos em Roraima: uma discussão sobre a xenofobia. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, n. 22, p. 327 – 346, 2018.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Das crises cíclicas à crise estrutural do capital. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 9, p. 30-60, 2023.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos avançados**, v. 19, p. 153-172, 2005.

WALDELY, Aryadne Bittencourt et al. Migração como crime, êxodo como liberdade. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 23, p. 235-247, jul./dez. 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo**: Una introducción. Tradutor Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2005.

WEBER, Leonardo Albarello. Duas décadas de bolivarianismo na Venezuela (1999-2019). *In*: LIMA, Maria Regina Soares de *et. al* (org). **América do Sul no século XXI**: Desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2020. p. 175 – 191.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradutor Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 2004.

_____; GERTH, H. H.; MILLS, Wright. **Ensaio de sociologia**. Tradução Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WILHELM, Vandiana Borba. A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 2, p. 252 – 275. 2011.

XAVIER, Fernando César Costa. A interiorização como um direito social universalizável. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 17, p. 1 – 20, 2021.

XAVIER, Iara Rolnik. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. *In*: BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 109 – 153.

YARRINGTON, Doug. Cattle, corruption, and Venezuelan state formation during the regime of Juan Vicente Gómez, 1908–35. **Latin American Research Review**, Austin: v. 38, n. 2, p. 9-33, 2003.

ZAPE, Katiani. A nova lei de migrações brasileiras: Uma análise sobre os impactos decorrentes do decreto 9.199/2017. **Revista Olhares**, v. 1, n. 11, p. 93-98, 2021.

ZERO, Marcelo. Para entender a Venezuela. **Carta Capital** [online], São Paulo, v. 10, 2017. Disponível em: < <https://ptnosenado.org.br/wp/wp-content/uploads/2017/08/Para-entender-a-Venezuela.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

ZURITA, Alejandro Mendible. Venezuela-Brasil: una relación geoestratégica privilegiada. **Carta Internacional**, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul. 2006. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/387>>. Acesso em: 13 nov. 2023.